
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO E
TECNOLOGIAS**

**VÍRUS DA ZIKA E MICROCEFALIA: DISCURSOS DE AUTORIDADES NA
MÍDIA BRASILEIRA ON-LINE**

CARLOS ALEXANDRE MOLINA NOCCIOLI

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO E
TECNOLOGIAS

VÍRUS DA ZIKA E MICROCEFALIA: DISCURSOS DE AUTORIDADES NA
MÍDIA BRASILEIRA ON-LINE

CARLOS ALEXANDRE MOLINA NOCCIOLI

Orientador: Prof. Dr. Carlos José Martins
Coorientador: Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas

Tese apresentada ao Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias.

Rio Claro
2020

N756v Noccioli, Carlos Alexandre Molina
Vírus da Zika e microcefalia : discursos de autoridades na mídia brasileira on-line / Carlos Alexandre Molina Noccioli. -- Rio Claro, 2020
338 p. : il., tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientador: Carlos José Martins
Coorientador: Roberto Leiser Baronas

1. Análise do discurso. 2. Zika e Microcefalia. 3. Divulgação científica. 4. Jornalismo online. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

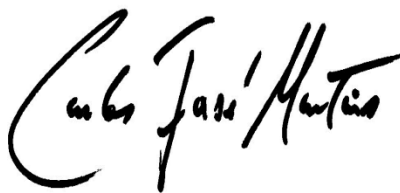
**TÍTULO DA TESE: VÍRUS DA ZIKA E MICROCEFALIA: DISCURSOS DE AUTORIDADES NA MÍDIA
BRASILEIRA ON-LINE**

AUTOR: CARLOS ALEXANDRE MOLINA NOCCIOLI

ORIENTADOR: CARLOS JOSE MARTINS

COORIENTADOR: ROBERTO LEISER BARONAS

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em DESENVOLVIMENTO HUMANO E TECNOLOGIAS, área: Tecnologias nas Dinâmicas Corporais pela Comissão Examinadora:



Prof. Dr. CARLOS JOSE MARTINS
Departamento de Educação Física / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Profa. Dra. CRISTIANE CATALDI DOS SANTOS PAES
Departamento de Letras - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes / Universidade Federal de Viçosa - MG

Profa. Dra. (Aposentada) LEILA MARRACH BASTO DE ALBUQUERQUE
Departamento de Educação Física / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Profa. Dra. JÚLIA MARIA COSTA DE ALMEIDA
Centro de Ciências Humanas e Naturais / Universidade Federal do Espírito Santo - Vitória / ES

Profa. Dra. LUCÍLIA MARIA ABRAHÃO E SOUSA
Departamento de Educação, Informação e Comunicação / USP - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / SP

Rio Claro, 18 de setembro de 2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às mães que sofreram com o surto de microcefalia tão divulgado durante o Estado de Emergência e, hoje, são deslembradas nas notícias de portais pela internet. Convictas de que todos os cuidados dedicados permanecem no tempo, ainda enfrentam a marcante presença de uma rotina cheia de incertezas.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Carlos José Martins, pela liberdade outorgada e pelas demonstrações de rompimento com padrões e modelos de pensamento. As encruzilhadas frente as quais nos colocamos juntos faziam parte do túnel sob o qual se delineava um doutorado, escuro, mas para o qual haveria saída. Obrigado por ter me ensinado a tentar exercitar a paciência do conceito.

Ao meu coorientador, Roberto Baronas, pelos encontros efusivos, tranquilizadores e amigáveis. Desde o primeiro contato, seu acolhimento demonstrou-se, para sempre, traço memorioso. Obrigado pelos caminhos abertos e, principalmente, pela convivência.

A minha supervisora e anfitriã portuguesa, Isabel Malaquias, que, com grande entusiasmo e alegria, mostrou-me como andavam a fazer história da ciência e, a propósito, como reverenciavam a ciência e a história em Portugal.

A minha, em todo tempo, professora, amiga e mãe acadêmica, Cristiane Cataldi, que continua a me orientar nos estudos, na profissão, e na vida. Sua presença carinhosa, independentemente de distâncias, é símbolo do que há de melhor na relação professor e aluno.

À professora Leila Albuquerque, pela graciosa “implicância” ou “protopsicanálise” empenhada sobre minha qualificação de doutorado. Rimemos frescor com rigor!

À professora Júlia Almeida, cujos apontamentos teóricos preliminares contribuíram significativamente para nortear o meu início – estágio em que ainda me encontro – nos estudos sobre Foucault. Obrigado pela presteza e pela atenção.

À professora Lucília Abrahão e Sousa, analista do discurso com sensibilidade artística, por ser figura inspiradora. Nossas conversas, em todo caso, são alento de que precisamos para florescer.

Ao Instituto Federal do Sul de Minas, nome institucional que aqui utilizo a fim de representar cada indivíduo tão essencial para tornar a mim possível o desenvolvimento desta qualificação docente. Colegas professores, técnicos administrativos e gestores do campus Muzambinho e da Reitoria, obrigado por esse incentivo tão diligente.

Aos colegas e amigos do programa do Dinter, por dividirem dúvidas, receios, salas de aula, dificuldades, regras, burocracias, datas, modelos, exemplos... risadas e conquistas.

Aos meus irmãos, Vivian Molina Noccioli e Helder Molina Noccioli, por tudo que me ensinaram por antecendência, enriquecendo-me de um mundo a ser descoberto, previamente destrinchado na teoria. Como irmãos, veem em mim um brilho que, por certo, não possuo. Deles é que emana, se irmana, circula e se transmuta tal brilho em lume hercúleo.

A minha mãe, Maria Silvia Molina Noccioli, e meu pai, Otávio Noccioli, por me mostrarem que estudar é uma magnífica estratégia de sobrevivência num mundo de desvarios. Mesmo sem dominar a ciência idiossincrática da academia, souberam divulgar a mim, com sábia destreza, a ciência da vida. Foram os primeiros a não negarem respostas aos meus tantos porquês. Quando consigo chegar a algum lugar, tenho lucidez de que foi pela oportunidade que me proporcionaram.

À minha amada esposa, companheira Giovanna Carvas, com quem divido o turbilhão da vida. Dedicar-nos à Educação, em todos os sentidos, faz-nos reflexivos, inquietos, emotivos. A Educação promoveu nosso encontro, transformou-nos em parceiros de luta, levou-nos a lugares só imagináveis no campo dos sonhos e, ainda hoje, mais que nunca, novamente a Educação desafia-nos enquanto aliados no amor, nuclear, mais do que nunca, nessa nova empreitada. Obrigado por suportar... por ser suporte e ser protagonista e ser, freneticamente, ser... Lado a lado, nesta e em outras tantas façanhas, há sempre você.

Aos meus filhos Bel e Chico, com os quais, durante os meus estudos, tive uma oportunidade extraordinária de convivência. Obrigado por, de alguma forma, parecerem ter compreensão do que eu precisava empreender durante todo esse momento e por acompanharem-nos, alvoroçadamente, para todo lado. Vocês também se doaram, vocês, inexoravelmente, nos amam e vocês, claro, agitam a nossa vida, de toda maneira, já tão agitada. Obrigado por acenderem em mim uma luz... do alerta, do amor, enfim, da existência... a luz que nunca mais se apagaria.

E a Deus, por ser Luz.

*E quando não restar
O mínimo ponto
a ser detectado
a ser invadido
a ser consumido
e todos os seres
se atomizarem na supermensagem
do supervácuo
e todas as coisas
se apagarem no circuito global
e o Meio
deixar de ser Fim e chegar ao fim,
Senhor! Senhor!
Quem vos salvará
de vossa própria, de vossa terrível
estremendona
inkomunikhassão?*

(Trecho do poema “Ao Deus Kom Unik Assão”, de Carlos Drummond de Andrade.
in. **As Impurezas do Branco**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998)

RESUMO

NOCCIOLI, C. A. M., **Vírus da Zika e microcefalia: discursos de autoridades na mídia brasileira on-line**. Tese (Doutorado). IB. UNESP, Campus Rio Claro, 2020, 338p.

Este trabalho dedica-se a um exame acerca do tratamento linguístico-discursivo dado às informações concernentes à relação entre o vírus da Zika e a microcefalia, divulgadas no portal brasileiro on-line de notícias G1, destacando-se a construção discursiva do conhecimento a partir dos argumentos de autoridades, reportados nas publicações compreendidas entre novembro de 2015 e maio de 2017. Dado recorte histórico foi traçado, considerando-se, como marcos fundamentais, o início e o término do estado de Emergência em Saúde Pública declarados no Brasil em razão da circulação do vírus Zika no país e sua associação com o aumento do número de casos de microcefalia. Para definição do *corpus* de análise, focamos nossos esforços nas especificidades de um conjunto temático de textos de caráter divulgativo, especificamente, de informações sobre o conhecimento científico relacionado à aludida questão em notícias publicadas pelo portal G1. Nossas análises estiveram subsidiadas pelo campo de estudo da Análise do Discurso da Divulgação Científica, cujo aporte teórico-metodológico comporta satisfatórias categorias de análise que nos auxiliaram no reconhecimento de estratégias divulgativas operadas, principalmente, na atividade de reformulação discursiva da esfera técnico-científica para a do público leigo, geral. A fim de apoiar esse tratamento analítico, buscamos teorias que relacionassem a Análise do Discurso à Argumentação e à Linguística Textual, atentos a aspectos pragmáticos das enunciações. Toda essa abordagem linguístico-discursiva esteve montada sobre um pano de fundo foucaultiano, guarnecido de uma teoria social do discurso. Bebemos de tal fonte para desenvolvermos uma análise que refletisse sobre as circunstâncias de produção dos discursos, conformados a partir de regras anônimas e históricas, observando-se sua condição de emergência em dado tempo e espaço, como prática que relaciona a língua a outras práticas no campo social. Providos dessa munição teórica e dos textos selecionados e associados ao portal eleito para integrar o *corpus*, passamos a identificar, separadamente, os discursos de autoridades reportados em cada notícia como agentes de constituição do saber. Distinguimo-los em dois grandes eixos, um que correspondia a argumentos

atribuídos a instituições, organizações, associações, enfim, a discursos conferidos a estruturas sociais como um todo, e outro que estivesse relacionado a argumentos individualizados na voz de alguma autoridade. Partindo-se desses dois eixos centrais e dada a necessidade de se definirem posições as quais são ocupadas pelos sujeitos reportados, identificamos nas notícias todos os âmbitos de procedência dos quais partiam tais argumentos de autoridades. Ainda pelo método da recursividade no *corpus*, arquitetamos um arranjo de subcategorias organizacionais que compuseram um matiz de sentidos através do qual se deslizavam os enunciados das autoridades, quais sejam as acepções às voltas do *ineditismo*, da *averiguação*, dos *vaticínios* e das *hipóteses alternativas*. Não obstante, *hesitação* e *convicção* constituíram a dicotomia medular em torno da qual orbitavam as outras acepções atribuídas aos discursos no *G1* identificados. Ao trazer essa gama de sentidos que faziam emergir os discursos de autoridades para o espaço público, os jornalistas puderam fomentar ainda mais o interesse do público à medida que se instituía uma atmosfera de volubilidade ao aventarem-se, nas notícias, profusos discursos de irresolução.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Divulgação Científica. Zika e Microcefalia.

ABSTRACT

NOCCIOLI, C. A. M., **Zika virus and microcephaly: speeches by authorities in the Brazilian online media**. Tese (Doutorado). IB. UNESP, Campus Rio Claro, 2020, 338p.

This work has the objective to do an examination of the linguistic-discursive treatment given to information concerning the relationship between the Zika virus and microcephaly, published on the Brazilian online news *portal G1*, highlighting the discursive construction of knowledge from of the authorities' arguments, reported in publications between November 2015 and May 2017. Given the historical outline, the beginning and the end of the State of Emergency in Public Health declared in Brazil due to the circulation of the Zika virus in the country and its association with the increase in the number of cases of microcephaly. In order to define the corpus of analysis, we focus our efforts on the specificities of a thematic set of texts of a disseminative nature, specifically, information on scientific knowledge related to the mentioned issue in news published by the *portal G1*. Our analyzes were subsidized by study of the Discourse Analysis of Scientific Dissemination, whose theoretical-methodological contribution comprises satisfactory categories of analysis that helped us in the recognition of disseminative strategies operated, mainly, in the discursive reformulation activity of the technical-scientific sphere for the of the lay, general public. In order to support this analytical treatment, we looked for theories that related Discourse Analysis to Argumentation and Textual Linguistics, paying attention to pragmatic aspects of the statements. This entire linguistic-discursive approach was mounted on a Foucauldian background, garnished with a social theory of discourse. We used this source to develop an analysis that reflected on the circumstances of discourse production, conformed from the anonymous and historical rules, observing its condition of emergence in a given time and space, as a practice that relates the language to other practices in the social field. Provided with this theoretical ammunition and the selected texts and associated with the portal chosen to integrate the corpus, we now identify, separately, the speeches of authorities reported in each news as agents of constitution of knowledge. We distinguish them into two major axes, one that corresponded to arguments attributed to institutions, organizations, associations, in short, to speeches given to social structures as a whole, and the other that was related

to individualized arguments in the voice of some authority. Starting from these two central axes and given the need to define positions which are occupied by the reported subjects, we identified in the news all the areas of origin from which these authorities' arguments started. Still using the method of recursion in the corpus, we designed an arrangement of organizational subcategories that made up a range of meanings through which the statements of the authorities ran whatever the meanings around novelty, investigation, predictions and alternative hypotheses. Nevertheless, hesitation and conviction constituted the main dichotomy around which orbited the other meanings attributed to the speeches in the *G1* identified. By bringing this range of meanings that made authorities' speeches emerge into the public space, journalists were able to further stimulate public interest as an atmosphere of volubility was instituted by profusing irresolute speeches on the news.

Keywords: Discourse Analysis. Scientific divulgation. Zika and Microcephaly.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Notícias publicadas em 2015.....	124
Figura 2 – Publicações por <i>site</i> no ano de 2015.....	125
Figura 3 – Notícias publicadas em 2016.....	126
Figura 4 – Publicações por <i>site</i> no ano de 2016.....	127
Figura 5 – Notícias publicadas em 2017.....	128
Figura 6 – Publicações por <i>site</i> no ano de 2017.....	128
Figura 7 – Número de notícias publicadas entre 2015-2017.....	129
Figura 8 – Publicações por <i>site</i> entre 2015-2017.....	130
Figura 9 – Distribuição das publicações por grupos/empresas.....	131
Figura 10 – Globo X Portais Públicos.....	133
Figura 11 – Veículos com números mais significativos.....	134
Figura 12 – Mapa conceitual do <i>continuum</i> hesitação-convicção.....	143
Figura 13 – <i>Continuum</i> subestimação-superestimação.....	145
Figura 14 – Distribuição total dos enunciados do eixo vozes institucionais por âmbito de procedência.....	173
Figura 15 – Fluxograma da distribuição dos enunciados do eixo vozes institucionais por categoria.....	174
Figura 16 – Distribuição dos enunciados do eixo vozes institucionais por âmbito de procedência.....	175
Figura 17 – Distribuição dos enunciados do eixo vozes institucionais por categorias no âmbito político.....	176
Figura 18 – Distribuição total dos enunciados do eixo vozes individuais por âmbito de procedência.....	205
Figura 19 – Fluxograma da distribuição dos enunciados do eixo vozes individuais por categoria.....	207
Figura 20 – Distribuição dos enunciados do eixo vozes individuais por categorias no âmbito científico.....	209
Figura 21 – Distribuição dos enunciados do eixo vozes individuais por categorias no âmbito político.....	210

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1. De onde viemos.....	20
1.2. Por qual razão vamos.....	23
1.2.1. Quem já percorreu.....	26
1.3. Qual é efetivamente o itinerário.....	31
1.4. Para onde pretendemos ir.....	34
1.4.1. Destino geral.....	34
1.4.2. Destinos específicos.....	34
2. INCURSÃO TEÓRICA.....	36
2.1. Um pano de fundo filosófico-discursivo.....	37
2.1.1. Pesquisa da verdade.....	38
2.1.1.1. Saber, poder e relações estratégicas do conhecimento.....	39
2.1.1.2. A verdade por fragmentos.....	42
2.1.1.3. Do regime de prova ao renascimento do inquérito como transmissão do saber.....	43
2.1.1.4. Sociedade contemporânea, a sociedade disciplinar: o saber base do poder.....	45
2.1.2. Controle, ordem e delimitação do discurso.....	47
2.1.2.1. Procedimentos à parte do discurso.....	47
2.1.2.2. Procedimentos internos ao discurso.....	49
2.1.2.3. Procedimentos de sujeição do discurso.....	52
2.1.2.3.1. Métodos de Foucault.....	54
2.1.2.3.2. Princípios de regramento.....	55
2.1.3. Caras noções de Foucault à análise de discursos.....	57
2.1.3.1. Interpositividades sobre o discurso.....	59
2.1.3.2. Enunciado.....	61
2.1.3.2.1. Enunciado e enunciação.....	63
2.1.3.3. Formação e prática discursiva.....	64
2.1.3.4. Sujeito.....	68
2.1.3.5. Interdependência de enunciados.....	70
2.1.4. Na esteira de Foucault.....	71
2.1.5. Texto, discurso e encenação.....	75

2.1.5.1. Quadro cênico.....	76
2.1.5.1.1. O gênero notícia.....	77
2.1.5.2. Cenografia.....	80
2.2. Estações linguístico-discursivas.....	85
2.2.1. Análise do Discurso da Divulgação Científica.....	86
2.2.1.1. O saber em popularização e a divulgação da ciência.....	90
2.2.1.2. Portais e web jornalismo.....	95
2.2.1.3. O processo de recontextualização da informação sobre ciência.....	96
2.2.1.3.1. Expansão.....	98
2.2.1.3.2. Redução.....	98
2.2.1.3.3. Variação.....	99
2.2.1.3.4. Estratégias divulgativas.....	100
2.2.1.3.4.1. Enveredando-se para a modalidade: atitude do enunciador perante o enunciado que (re)produz.....	103
2.2.1.3.4.2. Um breviário, então, sobre a polêmica.....	109
2.2.1.3.4.3. Uma especial estratégia: o argumento de autoridade.....	113
2.2.1.3.4.3.1. O papel dos verbos na condução dos argumentos de autoridade.....	116
2.2.1.3.5. Divulgação e a (re)criação de significados.....	119
3. COLEÇÃO DE INFORMAÇÕES E ROTEIRO DE MÉTODOS E PROCEDIMENTOS.....	122
3.1. Da coleta de dados.....	122
3.1.1. Discriminação numérica do <i>corpus</i>	123
3.1.2 Relevância do Grupo Globo.....	130
3.1.3 <i>Corpus</i> eleito.....	133
3.2. Da caracterização do <i>corpus</i>	135
3.3. Da análise.....	136
3.3.1 Categorias organizacionais.....	136
3.3.2 Combustível teórico.....	138
4. DISCUSSÃO E ANÁLISE.....	141
4.1. Os argumentos de autoridade e a (des)composição do saber.....	150
4.1.1. Vozes institucionais.....	152
4.1.1.1. Verbos dicendi no contexto de vigilância.....	158
4.1.1.2. Recriação da verdade pelo discurso.....	167
4.1.1.3. Uma análise linguístico-discursiva por categorias.....	172

4.1.2. Vozes individuais.....	180
4.1.2.1. Tipos de lexicalização.....	181
4.1.2.2. Tipos de exposição do enunciador.....	194
4.1.2.3. Uma análise linguístico-discursiva por categorias.....	204
4.1.2.3.1. Os marcantes âmbitos político e científico no eixo das vozes individuais.....	211
4.1.2.3.1.1. O âmbito político no eixo das vozes individuais.....	213
4.1.2.3.1.2. O âmbito científico no eixo das vozes individuais.....	226
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	252
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	265
7. ANEXOS.....	270
7.1. Anexo I: Lista de manchetes e quadros numéricos panorâmicos.....	270
7.2. Anexo II: Informações e codificação para identificação dos textos que compõem o <i>corpus</i>	304
7.3. Anexo III: Lista de expressões identificadas por código.....	316
7.4. Anexo IV: Lista de enunciados identificados no <i>corpus</i>	318

1. INTRODUÇÃO

Abro esse trabalho com um pensamento mais remissivo a uma conclusão que a um introito propriamente dito¹. Talvez um abandono da tal linearidade rígida emblemática de qualquer trabalho científico, abandono esse herdado por mim, muito provavelmente, de autores – não acadêmicos – os quais admiro. Mas, afinal, nem fantasio ser literato, tampouco almejo atingir a rigidez científica para ser estimado, considerado cientista. O que produz na academia, não raras vezes, recusa-se a reverberar como ciência prototípica. Ossos do ofício, ossos das ciências não positivistas.

Ao tratar de ciência, de ciência da saúde e, na mesma esteira do conhecimento, de divulgação sobre ciência para um público leigo, a princípio, o que se ambiciona, de modo efetivo, é vida longa aos homens de bem. Ausência de protótipos à parte, arrisco-me, indo além, sem o menor rigor científico, certo, a rematar uma profícua máxima, a de que, hoje, para mim, longevidade de vida pode ser proporcionada por “uma rápida passadinha de água no copo”. Digo isso tendo em vista o empirismo calcado nas ações de uma parente em primeiro grau. Minha ascendente mais velha, e mais viva, chega aos seus cem anos² – se não for exatamente isso, é próximo disso, ou pelo menos mais próximo do que muita gente pôde ou vai chegar – e o que mais me marcou dentre seus inusitados costumes, os quais devemos contemplar pela garantia de tamanha (in)sanidade, é, sem dúvida, a “passadinha de água” a que ela submetia a louça suja sobre a pia, munida de água e nada além disso.

Sempre me inquietou, com uma certa medida de aversão, confesso, o fato de as louças sujas da pia na casa dos meus avós não passarem por um processo corriqueiro de ablução amparado de bucha e detergente. Detergente? Quando muito sabão caseiro feito a resto de gordura usada. Não obstante, sem dúvida, o mais recursivo em sua metodologia, deveras, era tão-somente a água. Essencial à vida,

¹ Inversão e abandono da linearidade cronológica típica de Brás Cubas. Protagonista e narrador do livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas” de Machado de Assis. Quem dera eu pudesse ter herdado além das inversões e do abandono da linearidade cronológica de tal defunto autor, o virtuosismo literário do autor defunto.

² Ainda no decurso desta tese, mas posteriormente à escrita deste capítulo, em agosto de 2018, chegou ao fim o decurso de minha avó. Vó Luzia aceitava como ninguém minhas troças bobagentas. Nesses momentos, mais claramente podia se ver luzir a vitalidade de sua substância... ela se ria lépida. Lépida como luzem fagulhas de luz. Tão lépida como se lança o próprio luzeiro da vida.

líquida e, no caso em questão, sem solver quaisquer produtos tensoativos. Aqui está o elixir da vida.

Li por aí, numa reportagem de divulgação científica, e estava escrito em letra de fôrma³ – como duvidar de uma afirmação escrita? – que o detergente é um produto residual. Nessa linha de raciocínio, o resíduo deixado pela limpeza nos utensílios que operamos na cozinha carrega resquícios de substâncias químicas derivadas, inclusive, do petróleo. Por essa razão, *veritas habetur per rationem*, os cientistas, apropriadamente, julgá-lo-iam cancerígeno.

Assim é que quem estava cheio de sujidades outrora é o paradigma da salubridade da vez. E o asco transmutou-se em lisonja. Vale lembrar que para meus antepassados terem considerados seus hábitos de higiene inapropriados noutro, fora necessário, ainda antes disso, um paradigma da limpeza. Uma voga leva à outra, nem que seja, claro, para contrapô-la, o que, deliberativamente, tornaria, neste último caso, o conhecimento em questão mais novo, mais interessante, mais noticiável. Com efeito, nem notícia, nem discurso, nem um, nem outro é inédito, mas o contexto sim, esse sempre o é, Foucault diria que não reside, o novo, no que é dito, “mas no acontecimento de sua volta” (2014⁴, p 25).

E, assim, com um novo acontecimento a sua volta, vão se fazendo ciências... com tantas idas e vindas que não me estranharia se, por acaso, pudesse-se des-ler por aí, talvez numa reportagem de divulgação científica e em letra de fôrma, algo sobre a periculosidade do detergente. Estaríamos diante dos noticiáveis “10 mitos sobre o detergente”. Há sempre um apontamento exposto à refutação. Há sempre uma sucessiva ideia disposta a derrubar a anterior. O produto finalmente (ou momentaneamente) deixaria de ser o vilão do resíduo cancerígeno impregnado nos utensílios domésticos e passaria até – quem sabe? – a fazer bem, por exemplo, para o estômago.

Em outras palavras, importa, portanto, colocar na ponta do lápis os riscos que corremos. Quer seja lavando ou não lavando a louça, quer seja comendo ou não o ovo, petiscando ou não o amendoim, apreciando ou não o café, tomando ou não uma taça de vinho tinto na hora do jantar, diariamente. Em posse de tantas informações divulgadas, optemos, de um lado, por uma vida saudável, inclusive capaz de nos levar à morte a um curtíssimo prazo, eventualmente, por diarreia, ou decidamo-nos, pelo

³ Referência ao primeiro episódio de “Os velhos marinheiros” de Jorge Amado.

⁴ Obra referente à aula inaugural proferida por Foucault em 1970 no *Collège de France*.

outro, por morrer a longo prazo, intoxicados com algum defensivo agrícola⁵. Nessa lição, uma grávida deve escolher entre se besuntar de uma toxina que repele mosquitos – ainda que, vulneravelmente, seu feto possa padecer, em hipótese, de complicações neurológicas por envenenamento de incardina – ou ser picada e se infectar com o vírus da Zika, contaminando seu bebê – o qual poderá padecer, igualmente, de complicações neurológicas, mas, neste último caso, por ação do vírus da Zika.

Andamos em corda bamba. Viver, deveras, é perigoso⁶. Ponderamos sobre os riscos do que nos desafia, intentamos sopesar o que poderia nos levar ao inevitável, ou ao que, efetivamente é possível – pelo menos por enquanto – ou seja, a, no máximo, procrastinar a chegada da indesejada das gentes⁷. Por isso, vivemos na iminência de uma nova descoberta, na vigília do novo, na expectativa do conhecimento divulgado que faz guiar nossa vida. Feito horóscopo preparado para seguirmos, sem o qual sequer sairíamos (des)assossegados de casa. A ciência é mantra. E nós a repetimos em prol da nossa saúde, do nosso corpo, até que o próximo “livro sagrado” seja (re)constituído.

A partir de reconstituições vão se fazendo novos dados. Qual página inédita de um familiar caderno de anotações, este trabalho aqui desenhado trata da análise de notícias divulgadas em torno de uma “medida do corpo”. Medida essa capaz de sentenciar, ainda antes do nascimento, uma pessoa à deficiência mental, à disfunção neuromotora, enfim, à anormalidade. Para além de todo um desdobramento sociocultural dessa condição neurológica, desse discurso da medicina, há, na interdependência discursiva, especificações sócio-históricas variáveis, conforme uma índole política, uma questão de saúde pública, à baila com o descuido da sociedade e do governo frente à proliferação de uma praga urbana, de um vil mosquito. Mas, afinal, como, se sempre houve pernilongos, somente agora estão relacionados a

⁵ Análises futurológicas à parte, tem-se notícia (do gênero jornalístico também) de quanto danoso é o consumo contínuo de agrotóxicos carregados na agricultura que abastece a mesa do cidadão comum, independentemente de ser ou não adepto de práticas alimentares, em tese, mais saudáveis. No entanto, fora proveniente de uma fazenda orgânica no distrito de Uelzen, na Alemanha, o broto de feijão que matou de diarreia e problemas renais mais de trinta pessoas, em 2011, na Europa. Uma potente bactéria sobreviveu ilesa na superfície do feijão desde seu estágio semente até ser broto servido como salada.

⁶ Referência a uma emblemática passagem da obra de Guimarães Rosa, “Grande Sertão, Veredas”: “Viver é muito perigoso... Porque aprender a viver é que é o viver mesmo... Travessia perigosa, mas é a da vida. Sertão que se alteia e abaixa... O mais difícil não é um ser bom e proceder honesto, dificultoso mesmo, é um saber definido o que quer, e ter o poder de ir até o rabo da palavra.”

⁷ Referência ao poema “Consoada” de Manuel Bandeira.

casos de microcefalia? Como a maioria das pessoas que conheço nasceram com perímetro cefálico dentro de um padrão, determinado como normal pela ciência, mesmo que seus ascendentes tenham sido picados a vida toda por mosquitos? Como o Ministério da Saúde mudou o parâmetro para identificar a microcefalia? Como o Ministério da Saúde pôde mudar um padrão corporal? Ou ainda, como as coisas podem mudar? Nesta pesquisa, dedicamo-nos a tentar entender, especificamente, um tipo de “como as coisas mudam”... Com efeito, procuramos perceber como determinados discursos – sob condições sócio-históricas conexas a determinado tempo, determinado lugar, determinada instituição – são transpostos de uma esfera própria do técnico-científico a outra esfera, mais favorável ao leigo. Debruçamo-nos, portanto, sobre o como – e buscar saber sobre o “como” é próprio da Análise do Discurso – a ciência chega ao cidadão não especialista.

1.1. De onde viemos

*Pra ver os olhos vão de bicicleta até enxergar
Pra ouvir as orelhas dão os talheres de escutar
Pra dizer os lábios são duas almofadas de falar
Pra sentir as narinas não viram chaminés sem respirar
Pra ir as pernas estão no automóvel sem andar
E o que é que ainda estão fazendo as crianças dentro do colégio?
Já que o sol está brilhando como nunca do lado de fora da sala de aula
E há uma única pétala vermelha na haste dessa rosa que continua bela, gritando...
E os ossos serão nossas sementes sob o chão
E dos ossos as novas sementes que virão*

Nando Reis, Marcelo Fromer e Herbert Vianna

Não só a produção de conhecimento nos diferencia de animais de outras espécies, mas, e sobretudo, a difusão, a divulgação dos saberes. Façamos, para podermos melhor perceber a relação entre transmissão cultural e desenvolvimento do ser humano, uma breve digressão... remontemos pontos cruciais em torno da história das transformações pelas quais passou o homem, bem como da sua íntima relação com a produção e a divulgação dos saberes. Em nosso amadurecimento, cada vez mais, enquanto seres humanos, damos conta de um novo estado de coisas, identificando novas informações, produzindo novos conhecimentos. Conhecimentos esses que serão difundidos como uma estratégia de sobrevivência da nossa espécie. No entanto, essas transformações reconfiguram-se de modo cada vez mais ágil: basta

compararmos, por mera ilustração, o lapso de tempo que há entre as primeiras descobertas do homem sobre a produção de fogo e a obtenção da luz a partir da energia elétrica com o intervalo entre a experiência do cinematógrafo e a criação do smartfone.

A partir de um olhar antropológico, Tomasello (2003), no livro “Origens culturais da aquisição do conhecimento humano”, chama atenção para um enigma da evolução: o tempo que separa os seres humanos de outros primatas é ínfimo para que, em condições evolutivas normais, aqueles tenham adquirido tamanhas habilidades cognitivas, as quais possibilitaram a manutenção de formas comunicativas, além da estruturação de instituições sociais.

Reportando-nos a nossa história sobre a Terra, há milhões de anos, criamos artefatos que se configuram como extensão de nossas habilidades sensório-motoras. No entanto, não é uma exclusividade dos hominídeos a produção desse tipo de tecnologia. Outros primatas são capazes de se utilizarem de objetos para auxiliá-los em suas atividades. Então, como se explicaria o estágio de desenvolvimento a que chegamos?

A espécie humana se diferencia dos outros animais, sobretudo, pelo desenvolvimento de sua capacidade simbólica – neste ponto, puxo a sardinha para minha brasa enquanto estudioso da área de linguagens, uma vez que não se tem notícia de artefato mais bem desenvolvido do que a linguagem, capaz de, por meio de símbolos, propiciar a organização e a compreensão do mundo à nossa volta. Enfim, a partir dessa capacidade, o ser humano pôde realizar uma tarefa inédita entre os animais: a transmissão de saberes. Eis uma hipótese para o salto evolucionário da espécie. Nossa semente na terra é o conhecimento, o legado que deixamos é a ciência que produzimos. Nesse contexto, nossa capacidade simbólica nos permite organizar cognitivamente e ensinar as técnicas desenvolvidas às próximas gerações. Outros primatas se utilizam de artefatos, mas não transmitem conhecimento, não acumulam cultura.

A título de exemplificação, é interessante compararmos o tempo de retenção dos filhotes de outras espécies com o nosso. Necessitamos de um tempo mais dilatado junto aos progenitores para criarmos independência e formarmos as habilidades de que precisamos para (sobre)viver. Quando os pais não são mais apropriados para tal tarefa, delegam-na às instituições. Nesse sentido, um curso de

doutorado conta pontos na evolução. E é um exemplo desse extenso tempo por que ficamos retidos.

Sendo o acúmulo cultural parte da nossa evolução, com o transcorrer da história da Terra, em tempo já da presença da espécie humana, o incremento tecnológico, sustentado e ancorado numa referência, num embasamento anterior, passa a se somar, agregando-se novas informações ao nosso conhecimento já produzido. A distância entre uma descoberta e outra torna-se, gradualmente, menor, acelerando não apenas nossa evolução, mas também a dinâmica de nossa sociedade.

Como consequência, vivemos uma sociedade da pressa, o que nos exige um esforço hábil e uma rápida adaptação às transformações tecnológicas. Constantemente ávidos por novidades, almejamos acompanhar nossas transformações. Um paradigma que antes perduraria por séculos, na contemporaneidade se fragmenta e, simultaneamente, subsiste com outros tantos distintos, porém, igualmente fragmentados.

Foucault nos ensina que “as grandes mutações científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como consequência de uma descoberta, mas podem também ser lidas como a aparição de novas formas na vontade de verdade” (2014, p. 15). Nesse sentido, pode o jornalismo ativo do *web* espaço ser tão célere para divulgar novidades, quanto para alimentar vontades. Por vontade de saber, nutrindo uma demanda da evolução, buscamos atualizações ligeiras acerca das novidades científicas. Analogamente, ao pensarmos a materialidade dos discursos, os próprios gêneros discursivos do jornalismo submetem-se a transformações ligeiras para acompanhar o quadro da contemporaneidade. E a dinâmica dessa mudança resulta em cenas genéricas cuja estrutura, outra vez, ligeira, oferece uma digestão adequada a quem, ligeiramente, os acessa, os lê. Na era da notícia em tempo real, disponível para acesso imediato, a agilidade da notícia é, pois, proporcional à velocidade das descobertas científicas e a agilidade através da qual se apresenta a estrutura de um texto é, outrossim, compatível com a velocidade da vida.

1.2. Por qual razão vamos

Então chegou a Cobra Preta e tanto que chupou o único peito vivo de Ci que não deixou nem o apoio. E como Jiguê não conseguira moçar nenhuma das icamiabas o curumim sem ama chupou o peito da mãe no outro dia, chupou mais, deu um suspiro envenenado e morreu.

Trecho do Capítulo III de “Macunaíma”, Mário de Andrade

Incrível tal como uma lenda constante da rapsódia de Mário de Andrade, soaria inconcebível a história de que um mosquito, ao picar uma mulher grávida, pudesse levá-la à gestação de um bebê de cabeça pequena. Daí, talvez, abrolhar-se a possibilidade de fantasias em torno de um tema tão temível e, ao mesmo tempo, de matizes fabulosas. Junte-se a isso uma instabilidade política pela qual passa um país e teremos, como resultado, uma enxurrada de incertezas, dúvidas que aterrorizariam qualquer gestão, qualquer gestação. Parece-nos estória de Macunaíma, parece-nos estória de pescador, parece-nos estória de governo que aspira mudar o foco instaurado sobre sua crise ética. E, quem sabe, tudo isso, só pareça mesmo.

A circulação de informação em tempos de rede mundial, de ligeireza propriamente compatível com a sociedade contemporânea, foi permeada por controversas informações que circularam durante o período de Emergência em Saúde Pública no Brasil para o episódio do vírus da Zika e sua possível correlação com casos de microcefalia em recém-nascidos. De modo tão efêmero, instável e suscetível a mudanças quanto às próprias descobertas científicas, pulularam, na velocidade da pós-modernidade, informações a respeito dessa tensão na saúde pública. E uma notícia era capaz de abater a outra em questão de horas.

Tive a oportunidade, e assim o fiz por grande interesse e inquietação pessoais, de acompanhar em tempo real o decurso das notícias. Fora necessário, no entanto, crivar minhas pesquisas por filtros de busca, pelo menos aquele que restringisse as informações às adjacências das *últimas 24 horas*, a fim de manter-me minimamente atualizado sobre cada novo conhecimento. E, enquanto público geral, não especialista que sou, tornou-se tão difícil acreditar nas informações divulgadas, científicas ou não

– circunscritas por sua movediça margem para teorias conspiratórias – quanto nas lendas folclóricas propagadas repetidamente, mas com versões atualizadíssimas.

Os portais⁸ de notícia mantiveram, nesse período, discussões em torno não só da divulgação de novidades científicas, mas de informações controversas sobre o tema, além de toda sorte de rumores que deveriam ser esclarecidos ou até contraditos. Esse contexto efervescente despertou-me um interesse para voltar meu olhar de analista do discurso, atento às estratégias de divulgação científica, para o *modus operandi* da mídia on-line no Brasil frente ao caso por mim observado.

Faz-se, pois, relevante compreender parte desse processo de divulgação científica, uma vez que existem muitas vozes envolvidas no processo, capazes de expressarem tendências e visões de mundo sujeitas à reformulação de um novo locutor. O conhecimento exibe-se sob determinada perspectiva, no caráter polêmico e estratégico do conhecimento e a pluralidade de opiniões e pontos de vista que interferem na percepção do público em relação ao tema é diversificada e polifônica no que se refere, inclusive, ao modo como este poderia ser ajustado.

Essa realidade comunicativa só se torna possível graças à presença de diferentes atores sociais no decurso do processo de divulgação do conhecimento científico em questão. Por isso, enxergamos como pertinente a realização de uma análise que considere a evidenciação de procedimentos linguístico-discursivos responsáveis pela articulação de ideologias institucionais. O que torna esta pesquisa ainda mais interessante em termos das relações com a dinâmica cultural de nossa sociedade.

A consistência do discurso, cuja complexidade é tramada entre discurso, instituição e dispositivos enunciativos, permite-nos a reflexão em torno dele, da sociedade e da história que atravessam os sujeitos. Em um estado de Emergência em Saúde Pública, os jornais, que já possuem como característica inerente a atividade de divulgar novidades, passam a ter seus web espaços penetrados por notícias sobre novidades do âmbito científico e tecnológico. Não obstante, os portais de notícia on-line, como o representado neste estudo, não têm como foco central a informação

⁸ Segundo Barbosa (2001, p. 8), batizados pelos americanos de “portais” e adotados no Brasil em 1998, esses *sítes* constituem-se por meio de “páginas que centralizam informações gerais e especializadas, serviços de e-mail, canais de chat e relacionamento, shoppings virtuais, mecanismos de busca na Web, entre outros, e cuja intenção é ser a porta principal de acesso a orientar a navegação do usuário pela WWW”.

técnico-científica, mas sim a informação técnico-científica enquanto notícia, conveniente a um público leitor amplo, leigo e heterogêneo.

A ocorrência de informações de caráter divulgativo em torno do vírus Zika, bem como sua suposta relação com casos de microcefalia, caracteriza-se como um significativo exemplo de desafio enfrentado pela divulgação científica, já que, além da dificuldade encontrada pelo profissional divulgador no momento do intercâmbio de registros, há também o fato de o tema tocar em questões desditosas de nossa sociedade. Faz-se, pois, ainda mais instigante observar o tratamento dado à notícia, por conta tanto do caráter complexo do tema em divulgação, quanto da própria recepção desse tipo de informação desagradável por parte do público. Possíveis fatores esses que podem acarretar na recorrência a termos menos científicos e mais próximos do senso comum, ou, para além disso, provocar ainda mais a curiosidade do público, justamente por seu caráter (tétrico) de utilidade pública.

Esse tal “leitor curioso” pode abarcar um grupo de interlocutores dispostos a absorver informações sobre as quais tenham condições de discorrer em seu dia a dia em interações sociais. Isso, porém, não implica o fato de serem, eles, efetivamente aptos ao entendimento do texto-fonte científico, o que criaria a necessidade de um veículo mediador para a aproximação entre a esfera técnica-científica e as concepções sociais, políticas e econômicas cotidianas. Nesse sentido, pensando em Bakhtin (2003), cada esfera em especial refletirá condições e finalidades específicas, não só no plano do conteúdo temático e do estilo verbal, como também no plano da construção composicional. Dessa forma, faz-se compreensivo o fato de a informação de caráter científico ter de se submeter a um tratamento linguístico-discursivo, objetivando a construção de um texto acessível voltado para a comunicação com o público leitor, ávido por novos conhecimentos.

Jornalistas responsáveis por esse tipo de discurso midiático têm como missão gerir certas estratégias linguístico-discursivas para que as informações específicas do campo científico atinjam um alocutário que, mesmo interessado nesse tipo de informação, inscreve-se no quadro do “público geral”, nomeadamente aquele que abrange inclusive os leitores leigos.

Nesse sentido, o estudo das informações acerca do tópico temático referente à relação entre o vírus da Zika e a microcefalia, como é o caso deste trabalho, permite que se analisem enunciados na construção discursiva do conhecimento, observando especificações sócio-históricas, dada a interdependência entre as práticas

discursivas, a sociedade e, ou, instituições. Dessa maneira se justifica nossa análise, circunscrita em torno do portal de notícia *G1*, não se limitando a uma unilateralidade de tal enfoque, mas considerando o discurso como algo complexo e dinâmico, cuja composição está imbricada em questões sociais, culturais, econômicas e institucionais, no exercício de (in)formar opinião e (des)fazer ou (re)produzir o senso comum.

1.2.1. Quem já percorreu

Na trilha de um trabalho que busque analisar o discurso de divulgação científica, é preciso observar as pegadas deixadas por outras incursões, cujos interesses apontam para direções afins. Ao se falar em lacunas deixadas pelas nossas pesquisas, é seguramente um lugar-comum a assertiva de que o trabalho acadêmico se constitui de modo inacabado. Lugar-comum e fonte de inquietude para que, juntamente com nossa curiosidade própria de pesquisadores, para frente constantemente sigamos.

Em minha dissertação de mestrado (NOCCIOLI, 2010), defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa, demonstrei patente vontade de saber sobre como se dá a divulgação científica em torno de temas tradicionalmente vistos como tabu – evidentemente recortado em um microcosmo. Na ocasião, pensei o tabu. Em especial, o conexo a questões sexuais, ao corpo que representa o homem e a mulher em nossa sociedade contemporânea. Minha escolha esteve voltada para uma revista de popularização da ciência, nomeadamente, a revista *Superinteressante*, cujo público jovem exige-lhe um comportamento linguístico e uma prática discursiva muitas vezes irreverentes em suas reportagens.

O que se pôde discutir nesse trabalho esteve às voltas com as estratégias de aproximação entre informações do tipo técnico-científico e concepções cabidas às relações sociais habituais, prosaicas. Uma das minhas inferências foi a de que a revista em questão divulga e, ao mesmo tempo, fomenta a curiosidade em relação ao conhecimento científico, não se configurando tão-somente como veículo de difusão de saberes, mas como uma fonte de ironias sobre temas de caráter científico, no rastro comercial de uma maior identificação com seu público leitor.

Para além desse universo tão específico da mencionada pesquisa, o tabu continua a me desassossegara. Neste caso, mais que uma temática, até certo ponto pilhérica, relativa à sexualidade, haja vista a linguagem chistosa da *Superinteressante* que (in)forma sobre conhecimentos por meio de anedotas e jogos de linguagem jocosos, havemos de considerar como inconveniente também – inconveniente no sentido daquilo que se nos exhibe de modo pungente, negativo, quiçá censurável por determinadas convenções sociais ou até religiosas – a temática a respeito de patologias, do corpo enfermo, de anomalias corporais que, além de toda carga funesta que lhes é própria, congregam-se por meio de males que acometem crianças. Crianças ainda em sua gestação, no interior, até então protegido, de uma mulher grávida. Moléstia/efeito essa causada em princípio por um parvo vetor, um mosquito, símbolo do descaso da sociedade como um todo.

Como de meu interesse conjectura-se a tal temática, fiz um levantamento preliminar quanto às pesquisas que se associam às intenções objetivadas aqui neste trabalho. O que haveria próximo ao tema sob o aporte da análise do discurso? E sobre o estudo da divulgação científica? E sobre as reflexões em torno das arboviroses noticiadas em portais pelo Brasil?

Trabalhos acadêmicos realizados que se relacionam com o tema do *corpus* que compõe esta pesquisa, especificamente a relação entre vírus da Zika e microcefalia tratada como notícia de divulgação científica, em publicações de portais de notícias na web, são parcos, ou para além disso, são no máximo tangentes ao enfoque dado nesta tese. Em outras palavras mais contundentes, não encontramos pesquisas que discorressem precisamente sobre a divulgação científica do tópico em questão à luz da análise do discurso da divulgação científica em jornais on-line, tampouco pesquisas sobre esse tema, com dada abordagem discursiva em questão, influenciadas pelos estudos foucaultiano.

O maior volume de publicações sobre o tema que aborda a relação entre vírus da Zika e microcefalia expostas nos bancos de tese orbita na área das ciências biológicas e da saúde. É possível, pois, encontrar uma gama de pesquisas desenvolvidas no âmbito da epidemiologia, enfermagem, genética, medicina, bem como dessas mesmas áreas em interlocução com as ciências sociais aplicadas. Identificamos, todavia, trabalhos científicos que de alguma forma se relacionam com nosso interesse. Trabalhos que tocam em tópicos temáticos relativos a epidemias causadas por arbovírus nos jornais, ou à transmissão de doenças noticiadas como

divulgação científica... enfim, que tocam em quaisquer outras questões pertinentes ao nosso trabalho. Nessa esteira, arrolamos publicações acadêmicas que, dado algum ponto de contato com esta pesquisa, chamaram nossa atenção.

De início, uma publicação que apresenta a relação entre mídia impressa, divulgação científica e saúde é o artigo de Prazeres et al. (2016), em que se analisa a vulgarização das doenças relacionadas ao mosquito *Aedes aegypti* constantes de um jornal local de Recife. As pesquisadoras fazem um estudo da adequação das matérias veiculadas no jornal *Diário de Pernambuco*, examinando a validação dada por profissionais da saúde ao conhecimento científico divulgado no jornal. Além disso, por meio da análise de conteúdos e da aplicação de questionários, a pesquisa aponta o potencial de divulgação, bem como o caráter pedagógico deste meio para o público a que se destina. Embora significativo o reconhecimento desse trabalho, o enfoque metodológico não se conecta com a análise do discurso.

A despeito disso, identificamos mais de uma pesquisa realizada a reboque dos estudos discursivos, tais como a tese de doutorado de Malinverni (2016), defendida na área de Comunicação e Saúde, na Faculdade de Saúde Pública da USP; o artigo científico de Moraes et al. (2017), publicado no *Anuario Estudios en Comunicación Social Disertaciones*; bem como as dissertações de Garcia (2017), defendida no Programa de Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz; de Silva (2017), no Programa de Divulgação Científica e Cultural da UNICAMP; e de Nunes (2014), no Programa de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do norte Fluminense.

Sobre a temática da divulgação de informações acerca de doenças epidêmicas no Brasil, especialmente e inclusive, causadas pelo *Aedes aegypti*, chama-nos atenção a tese de doutorado de Malinverni (2016), por abordar questões sobre o que a pesquisadora denomina de “epidemia midiática” em torno da febre amarela. Para tanto, a pesquisadora partiu do exame das entrevistas feitas por ela com distintos atores sociais, de documentos oficiais emitidos pelo Ministério da Saúde e de textos jornalísticos publicados pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *UOL* e *O Estado de S. Paulo*. Pela análise de Malinverni, houve, na divulgação das informações, um deslocamento discursivo de eventos pontuais e restritos da doença, para um evento de caráter epidêmico e potencialmente mais grave. Toda a pesquisa foi ancorada em, para além da análise documental de textos jornalísticos e comunicações ministeriais, entrevistas com especialistas envolvidos diretamente no noticiário. Esse trabalho demonstra algo

relevante sobre a prática de divulgação: a responsabilidade do divulgador, capaz de causar desdobramentos, inclusive, danosos à sociedade. Nesse caso em particular, Malinverni destaca que os sentidos produzidos pelo discurso jornalístico causaram prejuízos ao sistema nacional de imunização, expondo a população a riscos desnecessários.

Utilizando-se do aporte teórico-metodológico da análise do discurso, o artigo de Moraes et al. (2017) apresenta reflexões sobre o papel de um tipo específico de jornalismo científico – o jornalismo ambiental – no contexto dos riscos. O trabalho se concentra em analisar a cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* sobre a Dengue, a Zika e a Chikungunya. Ao considerarem os discursos dos textos divulgativos, os pesquisadores percebem enfoques distintos atribuídos à abordagem científica em torno da relação entre mudança climática e doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Abalizam, por fim, que a abordagem feita pelo jornal contempla as fontes científicas nas quais os jornalistas se apoiam, apresentando discursos de formações discursivas que vão desde o otimismo tecnológico, até a incerteza científica e a precaução.

Relativamente à epidemia de Zika e microcefalia, Garcia (2017), em sua dissertação de mestrado, aborda especificamente a circulação de boatos virtuais na construção de sentidos para o surto. Para tanto, o pesquisador se utiliza parcialmente da análise de discurso, já que se apoia em outras perspectivas teóricas, como as relacionadas a redes sociais e midiatização e a estudos sociais da ciência e do risco. Garcia elege como *corpus* de análise postagens em páginas do *Facebook* da Fundação Oswaldo Cruz, do *Diário de Pernambuco* e da *Folha de S. Paulo*. Para o autor, nos ambientes digitais marcados por conversacionalização, midiatização e eliminação das marcas de hierarquia, o discurso técnico-científico concorre com a opinião de indivíduos exposta em comentários, em uma espécie de institucionalização de lugares difusos e confusos de fala propício à circulação de boatos.

Outra pesquisa interessante, também sob o abrigo da análise do discurso, é a dissertação de Silva (2017). Ancorada nesse arcabouço teórico, a autora promove um estudo acerca dos sentidos produzidos pelo discurso jornalístico relativos à temática da Dengue. A pesquisa busca, entre outros objetivos, não só entender os efeitos sociais do discurso nas notícias sobre Dengue, como também examinar a produção e o lugar da notícia no campo de sua divulgação.

Nunes (2014) utiliza-se do referencial teórico-metodológico da análise do discurso para investigar as condições de produção do discurso jornalístico no

ciberespaço que levam a uma aceleração e a uma consequente imaturidade da publicação de notícias. A partir dessa intenção, a autora observa as rotinas de produção e publicação do jornal *O Globo* e do portal de notícias *G1* – vale destacar, tal portal de notícias faz-se interessante ao nosso trabalho –, chegando à conclusão de que as condições de produção do discurso jornalístico no ambiente virtual contribuem para a rápida produção das notícias, levando a uma publicação desprovida de um exame minucioso de informações, interferindo, por conseguinte, na qualidade e na credibilidade do conhecimento divulgado.

Além desse último trabalho relacionado, a cujo *corpus* demos destaque, uma vez que o pesquisador enfoca publicações on-line de notícias de dado portal que corresponde ao objeto de investigação também desta tese, vale evidenciar uma dissertação defendida por Grande (2015), na área de Comunicação, pela Universidade Estadual de Londrina. Na busca por trabalhos que envolvem o portal selecionado como alvo de nosso estudo, pudemos mapear essa discussão que abarca o *G1* enquanto *corpus* de investigação.

Ainda que também não seja à luz da Análise do Discurso, chamou-nos atenção essa dissertação justamente por discorrer sobre o jornalismo on-line. A pesquisa promove um exame considerando as especificidades tanto da web quanto do jornalismo da web, para averiguar a produção de informação. Para tanto, a pesquisadora recorre a um estudo comparativo entre o conteúdo da informação do *G1* e da *Folha de S. Paulo*, cujo recorte se concentra nos títulos das notícias, enfatizando-se as manchetes publicadas na primeira coluna das *homepages* dos jornais. Grande (2015) aponta que, dadas as mutações tecnológicas que envolvem a Internet, impactadas por webnotícias produzidas pelos jornalistas, são precisamente a própria Internet e a tecnologia as responsáveis pela distinção dos *websites*.

Haja vista esses trabalhos aqui inventariados, não só os que se debruçam especificamente sobre o mesmo portal de notícias que nos interessa, como as pesquisas de Grande (2015) e Nunes (2014), mas também os que, de alguma forma, caminham sobre a interseção a qual também pisamos, quer seja a Análise do Discurso ou a Divulgação Científica, quer sejam as arboviroses noticiadas em portais pelo Brasil, todos integram a paisagem apresentada no nosso caminho. Essas pesquisas arroladas neste ponto da tese motivam-nos a buscar preencher mais uma dentre tantas lacunas deixadas pelo desenvolvimento científico.

E certamente deixaremos mais lacunas na ciência. Por falar em ciência, a divulgação científica demonstra-se um campo de interesse sob diversas perspectivas. A nós, intriga-nos especialmente o caminho através do qual se perfaz o tratamento linguístico-discursivo das informações sobre a relação entre o vírus da Zika e a microcefalia na mídia on-line brasileira. E é para lá que seguiremos.

1.3. Qual é efetivamente o itinerário

Este trabalho dedica-se a uma análise em torno do tratamento linguístico-discursivo de informações sobre um tema da área da saúde, especificamente, a relação entre o vírus da Zika e a microcefalia, pautado no jornalismo da web desde o segundo semestre de 2015, quando, pela primeira vez, se aventou a possibilidade de gestantes infectadas por este vírus poderem gerar crianças com a tal malformação. Com esse intuito de pesquisa, elegemos o portal de notícias *G1* para se verificar como o processo de recontextualização do discurso sobre ciência ocorre na mídia on-line brasileira, especialmente quando reportado por meio de argumentos de autoridades.

Quando nos referimos à reformulação do discurso científico para o discurso geral, ou seja, à transposição do discurso da esfera técnica para a esfera do público leigo, emerge uma questão central da nossa discussão: como o discurso sobre ciência é apropriado pelo portal *G1* de notícia no espaço concreto e ideológico destinado ao público-leitor?

O tópico de trabalho desta pesquisa compreende o arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso da Divulgação Científica, com o fim de examinarmos os recursos linguístico-discursivos inerentes ao processo de recontextualização do discurso sobre ciência. Para apoiar essa análise, amparamo-nos sobre um pano de fundo filosófico cuja visão constitutiva do discurso contribui para entender objetos de conhecimento, sujeitos, relações sociais e estruturas conceituais, na interdependência das práticas discursivas, levando-se em conta as condições sociais, históricas e a vinculação dos enunciados a determinado tempo, lugar e localização institucional.

Faz-se interessante um estudo sobre o tratamento linguístico-discursivo dado às informações de caráter científico na mídia on-line a respeito da associação entre a circulação do vírus da Zika no Brasil e um repercutido aumento de casos de

microcefalia no país. Esse advento suscitou discussões polêmicas e, conseqüentemente, estratégias de reelaboração, no sentido aqui proposto, não só de intercâmbio de registro, mas também de modalização e adaptação do discurso, a fim de que se ponderasse acerca da ressonância que as notícias poderiam causar, tendo-se em vista a atmosfera de incerteza em torno do tema, de desconhecimento sobre tal conhecimento.

O encontro do âmbito científico com a experiência social cotidiana obriga as mídias divulgativas a uma troca de registros. O processo de divulgação científica abrange desde a coleta de informações selecionadas para serem organizadas até a reformulação do discurso, prestando-se a um grande número de estratégias comunicativas. Cataldi (2007a) aponta algumas delas, na esteira de um trabalho desenvolvido por Calsamiglia (1997): o léxico passa a ser composto por vocabulário comum; a sintaxe deixa de estar sujeita à ordem canônica; o texto transforma-se em uma entidade aberta e heterogênea, com possibilidades de associar seu conteúdo a temas da vida cotidiana, bem como de recorrer a imagens, fotografias, infográficos⁹, ilustrações, quadros etc.

Necessariamente, aceitamos que, no âmbito dos estudos discursivos, não se podem negligenciar as circunstâncias de produção, uma vez que a noção de discurso, consoante ao diapasão das reflexões foucaultianas, conforma-se como um “conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008¹⁰, p.136). A partir dessa perspectiva, uma proposta para a configuração do *corpus* de análise seria o estabelecimento deste, levando-se em conta as notícias on-line do portal *G1*, alusivas à associação do vírus da Zika com a microcefalia, observadas durante o período de Emergência em Saúde Pública¹¹ declarada pelo governo, vigente de

⁹ Representações visuais de informação, através das quais gráficos são usados para explicar informações com mais dinamicidade. Essa ferramenta, muito útil para a comunicação visual científica, serve de subsídio ao jornalismo para descrever como acontece dado processo, que o próprio texto ou uma simples foto não dão conta de explicar.

¹⁰ Original em francês, “*L'Archéologie du Savoir*”, publicado em 1969.

¹¹ Segundo Carmo, Penna e Oliveira (2008), a noção de emergência de saúde pública de importância nacional pode ser derivada do conceito adotado no Regulamento Sanitário Internacional de 2005. Essa noção com a qual esses autores trabalham é a utilizada pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, definida como: “evento que apresente risco de propagação ou disseminação de doenças para mais de uma Unidade Federada (Estado ou Distrito Federal), com priorização das doenças de notificação imediata e outros eventos de saúde pública (independentemente da natureza ou origem), depois de avaliação de risco, e que possa necessitar de resposta nacional imediata. De

novembro de 2015 a maio de 2017. A questão temática central que se pretende desenvolver nesta pesquisa refere-se ao processo que caracteriza a divulgação científica em termos de estratégias linguístico-discursivas utilizadas na difusão de temas relacionados ao caso Zika e microcefalia na mídia on-line brasileira, especialmente içada pelas vozes de autoridades das quais se valeram os jornalistas, uma vez que o conhecimento se exhibe sob determinada perspectiva.

Como estratégia própria do jornalismo de divulgação do conhecimento científico, concentramos, pois, nosso olhar nas vozes de autoridades, presentes nas notícias que compõem o *corpus*, dada a submissão do conhecimento à determinada perspectiva, plantado no caráter polêmico e estratégico do terreno público. Analisaremos, portanto, enunciados que integram discursos de especialistas, ou seja, visamos a enfocar o apelo, por parte do jornalista, à voz de alguma autoridade, com sua devida reputação apontada, interessado em validar o discurso em divulgação. Esses argumentos se configuram como uma relevante estratégia a ser analisada, uma vez que a constituição de um campo do saber envolve, indispensavelmente, relações de poder de uma sociedade. Daí a necessidade de se colocar em evidência o domínio do perito, no exercício da transmissão do saber. Tal especialista detém nome, título e cargo que o diferenciam dos não-especialistas, determinando, para estes últimos, papéis já preestabelecidos. Em balizas foucaultianas, poderíamos arriscar a dizer que se exerce a autoridade do poder, por saber. Ao domínio do perito atribui-se o domínio do discurso. E o discurso traduz não só esse sistema de dominação, mas o próprio poder pelo qual se luta (FOUCAULT, 2014).

Não obstante, ao se considerar o objetivo mais substancial de um texto divulgativo, partimos da concepção de que seja necessário um tratamento linguístico-discursivo das informações para que um conhecimento específico do campo científico possa ser compreendido por um alocutário leigo. Trabalhamos, então, com a hipótese de que o portal de notícias *G1* demonstra-se ser um campo fértil para o estudo do processo de recontextualização, já que o texto de divulgação científica se caracteriza

acordo com a Portaria de doenças e agravos de notificação imediata (Ministério da Saúde, 2006), considera-se um evento: cada caso suspeito ou confirmado de doença de notificação imediata; agregado de casos de doenças que apresentem padrão epidemiológico diferente do habitual (para doenças conhecidas); agregado de casos de doenças novas; epizootias e/ou mortes de animais que podem estar associadas à ocorrência de doenças em humanos (por exemplo, epizootia por febre amarela); outros eventos inusitados ou imprevistos, incluindo fatores de risco com potencial de propagação de doenças, como desastres ambientais, acidentes químicos ou radionucleares" (CARMO; PENNA; OLIVEIRA, 2008, p. 22).

a partir da construção de um novo discurso em conformidade com o contexto sócio-comunicativo em que a informação reformulada se apresenta.

Uma vez que os portais de notícias on-line funcionam como veículos mediadores para a aproximação entre a informação técnica-científica e as concepções típicas das relações sociais habituais, supomos alguns propósitos comunicativos inerentes ao portal *G1* como divulgar e/ou debater ao fomentar a discussão em relação ao conhecimento sobre o vírus da Zika associado à microcefalia.

Portanto, faz-se relevante um trabalho que promova uma investigação acerca dos processos divulgativos, no sentido da reformulação e da recontextualização do discurso sobre ciência em relação a um caso de saúde pública, em um portal de notícias on-line destinado ao público geral, patenteado na voz de especialistas.

1.4. Para onde pretendemos ir

1.4.1. Destino geral

Como objetivo geral, este trabalho busca:

- analisar o tratamento linguístico-discursivo dado às informações em torno da relação entre o vírus da Zika e a microcefalia, divulgadas no portal on-line de notícias *G1*, destacando-se a construção discursiva do conhecimento a partir dos argumentos de autoridades, reportados nas notícias publicadas durante o período de Emergência de Saúde Pública declarada no Brasil, compreendido entre novembro de 2015 e maio de 2017.

1.4.2. Destinos específicos

Designam-se de modo particular os seguintes objetivos:

- refletir sobre as circunstâncias de produção dos discursos, conformados a partir de regras anônimas e históricas, observando-se sua condição de emergência em dado tempo e espaço, como prática que relaciona a língua a outras práticas no campo social;

- identificar nos textos publicados pelo portal em questão a temática abordada, os propósitos comunicativos e a cena genérica eleita como objeto de estudo, verificando se as publicações analisadas têm a finalidade de divulgar e/ou debater ao fomentar a discussão em torno do conhecimento sobre a relação entre o vírus da Zika e microcefalia;
- averiguar o modo através do qual os discursos de autoridade se distribuem no interior de determinado conjunto de enunciados levantados por nós, considerando-os, tais discursos, como dispersão de elementos, na descrição de regularidades, em suas singularidades e na dependência da formação discursiva associada a diversos níveis, tais como dos objetos, dos tipos enunciativos, dos conceitos e dos temas e teorias;
- distinguir e examinar os procedimentos linguístico-discursivos, bem como as estratégias divulgativas que caracterizam o processo de recontextualização das informações sobre o vírus da Zika e sua relação com a microcefalia nos enunciados, conduzidos pelos discursos de autoridades, selecionados a partir das publicações do portal *G1*.

2. INCURSÃO TEÓRICA

As coisas têm peso, massa, volume, tamanho, tempo, forma, cor, posição, textura, duração, densidade, cheiro, valor, consistência, profundidade, contorno, temperatura, função, aparência, preço, destino, idade, sentido. As coisas não têm paz.

Arnaldo Antunes

As coisas não nascem para ser objeto de estudo. A gente é que escarafuncha até obter um quadro analítico inquietantemente truncado sobre elas. Coisa de gente humana. Para isso, embrenhamo-nos em túnel escuro de teorias, dentro do qual nos encontramos rigorosamente desorientados, mas para o qual sabemos que há uma saída. Sigamos pela irrupção, até que, quem sabe, percebamos algum indicador de luminosidade.

Em nossa incursão teórica, exporemos, num primeiro momento, perspectivas filosóficas que, embora de forma imbricada ao tema da tese, não se apresentam diretamente como ferramentas de análise do *corpus*. No entanto, essas reflexões amparam a busca pelos objetivos propostos nesta pesquisa, contribuindo para uma hermenêutica que envolva as análises acerca do conhecimento e das práticas culturais, o que nos possibilita desenvolver certa percepção das dinâmicas socioculturais, nas teias complexas das relações entre discurso, poder e conhecimento. Uma espécie de sistema aceso de iluminação para túneis.

Na trilha da edificação do corpo teórico, partiremos, subsequentemente, para além desse pano de fundo, em busca de considerações acerca tanto da divulgação científica enquanto prática jornalista quanto dos recursos linguístico-discursivos enredados na recontextualização da ciência. Esses fundamentos contribuem de forma capital para o desenvolvimento da análise realizada sobre o *corpus* do trabalho.

2.1. Um pano de fundo filosófico-discursivo

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, o descaminho daquele que conhece?

Michel Foucault

Como pano de fundo para o desenvolvimento de nosso trabalho, propomo-nos a discorrer sobre parte do pensamento foucaultiano que tangencia os estudos discursivos. Um descaminho rumo ao conhecido. Parafraseando Foucault, é meu direito explorar o que pode ser mudado no meu próprio pensamento, exercitando um saber que me é (bem) estranho. Mas é indispensável para continuar. Esse exercício fertiliza o corpo teórico do trabalho ao buscarmos uma compreensão mais dilatada do discurso de divulgação científica. Haja vista nosso empenho em examinar os discursos de divulgação do conhecimento científico, iniciaremos nossa investida a partir da constituição dos mecanismos de extração da verdade, divulgada por Foucault, numa conferência em torno da análise do discurso e da verdade em sua concepção histórica.

Além disso, perpassaremos por questões relacionadas ao cerceamento e ao controle sobre os discursos na sociedade. Fazem-se interessantes, ao próprio entendimento do discurso divulgativo, ainda que num plano mais conjectural, os procedimentos de controle e exclusão do discurso e a imposição de regras aos sujeitos. Ou seja, refletiremos a respeito das condições de funcionamento e da imposição de regras sobre o discurso, pensadas por Foucault.

Num plano mais explicativo do estudo, discutiremos conceitos e concepções basais para os estudos discursivos, a reboque de autores que se valeram do pensamento foucaultiano para analisar discursos.

Sustentando ainda a contribuição no plano filosófico de nosso exame, seguimos a análise de Maingueneau sobre *a Arqueologia* de Foucault para assinalar o pensamento deste filósofo, não como ferramenta de análise de nosso trabalho, mas sim como fonte de “ideias-força” que contribuam para o desenvolvimento teórico da própria análise do discurso de forma geral.

Ainda no rastro de Maingueneau, remetemos o constructo teórico à compreensão deste autor sobre a chamada cena da enunciação, a fim de pensarmos as cenografias que constituem as cenas genéricas da esfera jornalística.

2.1.1. Pesquisa da verdade

Procurando abarcar com mais profundidade algumas reflexões acerca do surgimento das ciências humanas, ou ainda, dos saberes das ciências humanas constituídos com base na observação dos indivíduos, debruçamo-nos sobre os modos de extração da verdade discutidos pelo filósofo francês Foucault, o que possibilita-nos ampliar a perspectiva, também, em torno da divulgação científica.

Sobre um pouco de história em relação à extração da verdade, podemos observar no conjunto de conferências proferidas por Foucault em 1973, no Brasil, na PUC do Rio de Janeiro, reunidas posteriormente sob o título de “A Verdade e as Formas Jurídicas”, apontamentos do filósofo francês que adiantam debates arrolados em sua obra “Vigiar e Punir”, de 1975. A exposição alça discussões em torno da análise do discurso e da verdade em sua concepção histórica, dos dispositivos criados pela sociedade de controle, dos processos de subjetivação e das relações entre saber e poder que revelam considerações basilares do pensamento foucaultiano. Na obra em questão, Foucault apresenta práticas associadas ao contexto jurídico de cada época, utilizadas ao longo da história para se extrair a verdade.

Embora trate-se aqui nestas conferências de práticas políticas, administrativas e judiciárias, como *modus operandi* de pesquisar a verdade – em termos de desvelar exatamente as condições, o momento, os autores e as ações – essas complexas técnicas são resvaladas para as ordens filosófica e científica.

2.1.1.1. Saber, poder e relações estratégicas do conhecimento

Na primeira, das cinco conferências, Foucault identifica o objetivo de sua apresentação, designadamente a tentativa de mostrar como as práticas sociais são capazes de gerar domínios do saber, levando à criação de novos objetos, conceitos, técnicas e formas de sujeitos, sujeitos de conhecimento: “O próprio sujeito do conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história” (2002¹², p. 8). Nesse sentido, a questão central que Foucault se propõe a levantar situa-se na construção histórica do sujeito de conhecimento por meio do discurso. Discurso entendido como inventário das estratégias inerentes às práticas sociais.

Nessa expectativa, Foucault estabelece eixos para o desenvolvimento de sua pesquisa. O primeiro deles está voltado para a descon sideração da preeminência do sujeito dado como definitivo, ao relacionarem-se a história dos domínios do saber e as práticas sociais. O outro eixo de pesquisa é mais propriamente metodológico, o da análise dos discursos, ponto em que Foucault chama atenção para a avaliação dos fatos de discurso como “jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta” (2002, p. 9), importa dizer que os fatos de discurso deveriam ser considerados não somente sob o viés linguístico. Por fim, o terceiro eixo de pesquisa, o que incide na reelaboração da teoria do sujeito.

A hipótese central da proposta de trabalho identificada na conferência por Foucault aponta para a existência de duas histórias da verdade: uma história interna e outra externa. A história interna se desenvolve a partir de princípios próprios de regulação, caso emblemático da história da verdade constituída a partir da história das ciências. Já a história externa refletiria o fato de haver em nossa sociedade tantos lugares para a formação da verdade, quanto outras tantas regras de jogos deliberadas para tal finalidade. Disso decorre que as práticas no campo jurídico são, na concepção de Foucault, objetos relevantes de estudo, uma vez que parecem definir tipos de subjetividade, formas de saber e, enfim, parecem definir relações entre homem e verdade.

¹² Obra que corresponde ao conjunto de conferências pronunciadas no Brasil por Foucault em 1973.

Foucault aponta para a importância cabal de Nietzsche na composição de trabalho, dado que o escritor alemão avança uma análise histórica focada na formação do sujeito, no nascimento de dado saber, sem aceitar uma preexistência do sujeito de conhecimento.

Nessa linha de construção, Foucault atem-se ao termo “invenção” utilizado nas ponderações nietzschianas de 1873 (apud FOUCAULT, 2002) em torno da origem/invenção das coisas, trazendo à tona uma discussão relativa à invenção do conhecimento. Foucault recompõe o termo “invenção” em alemão, argumentando que sua utilização por Nietzsche esteja numa acepção que, fundamentalmente, se opõe ao termo “origem”. Nesse rumo, o conhecimento é sim inventado, no sentido de “que ele não tem origem. Isso significa dizer, de maneira mais precisa, que, por mais paradoxal que seja, o conhecimento não está em absoluto inscrito na natureza humana” (2002, p. 16). O conhecimento é fruto do jogo de afrontamentos, injunções e lutas, além do compromisso entre os instintos, no sentido de que o conhecimento pode ser um reflexo da tensão ou do apaziguamento entre eles. Nessa perspectiva, a compreensão que Foucault faz de Nietzsche é que o direcionará a desvendar o chamado sujeito do conhecimento e sua relação com o poder.

Segundo Foucault, ainda na esteira de Nietzsche, caso queiramos saber sobre o conhecimento, não é preciso uma aproximação de questões do campo filosófico – forma de vida, de existência, de ascetismo –, mas do político, já que devemos compreender as relações de luta e de poder. Na visão de Foucault (2002), Nietzsche aborda questões que propiciam um modelo de análise histórica da “política de verdades”, o que leva a compreender a aparente contradição da concepção de Nietzsche sobre o conhecimento:

Nietzsche quer dizer que não há uma natureza do conhecimento, uma essência do conhecimento, condições universais para o conhecimento, mas que o conhecimento é, cada vez, o resultado histórico e pontual de condições que não são da ordem do conhecimento. (FOUCAULT, 2002, p. 24).

Nessa perspectiva, conhecimento é visto como uma relação de estratégias, onde se encontra o homem. Essas relações definem o efeito de conhecimento, o que leva Foucault a considerar contraditória a suposição de um conhecimento que não

seja parcial, enviesado. O conhecimento está sob determinada perspectiva, “não deriva da natureza humana, mas do caráter polêmico e estratégico do conhecimento” (FOUCAULT, 2002, p. 25), mas é efeito de uma batalha.

O conhecimento é, pois, esquematizado, ignorando as diferenças e assimilando relações entre coisas, sem, necessariamente, fundamentar-se no que seria a verdade. Foucault profere que “o conhecimento é sempre desconhecimento” (2002, p. 25) e, ao mesmo tempo, “visa, maldosa, insidiosa e agressivamente, indivíduos, coisas e situações. Só há conhecimento na medida em que, entre o homem e o que ele conhece, se estabelece, se trama algo como uma luta singular” (FOUCAULT, 2002, p.25-26). Foucault encontra em Nietzsche, portanto, um modelo que põe em discussão a formação de domínios de saber, por meio de relações de força e políticas na sociedade. Para Foucault, só há sujeitos de conhecimento e relações de verdade através de condições políticas e econômicas de existência.

Vale destacar, neste ponto, a leitura de Machado (2015), em sua introdução à “Microfísica do poder”, sobre a genealogia do poder pensada por Foucault. Um dos pontos principais levantados pelo comentador é a implicação mútua que há entre saber e poder. Sendo todo saber político, não neutro, Machado (2015) analisa que o Estado se apropria do saber, utilizando-se como instrumento de dominação. O saber é dotado de poder, “todo agente do poder vai ser um agente de constituição do saber” (p. 28). Na interpretação de Machado, desde o século XIX, vivemos numa espécie de domínio do perito, sendo progressivamente imposto ao poder fazer-se competente.

Pensar, em tal caso, a disseminação de conhecimento pela mídia, portanto, é refletir sobre o papel do perito no exercício do poder, uma vez que a divulgação científica é lugar de (in)formação do saber. Nessa relação de constituição do poder, o Estado poderá, com frequência, se ocupar do desempenho de agente da constituição do saber, exercendo controle sobre a população gerida, inclusive, por meio dos veículos de comunicação, como perito, como agente do poder.

Em princípio, a divulgação científica procura, inclusive sob ratificação da voz de peritos, produzir efeitos de verdade. Estes, por seu turno, produzem efeitos de saber, de poder. Os efeitos dessas práticas discursivas – ressaltamos – interessam-nos enquanto objeto de estudo proposto neste trabalho.

2.1.1.2. A verdade por fragmentos

A partir de sua segunda conferência, Foucault pauta suas reflexões sobre o nascimento da prática do inquérito. Para tanto, Foucault, numa retrospectiva, faz referência ao modelo grego arcaico de se produzir verdade jurídica, abalizado não em testemunhas, mas num jogo de prova, posto ao adversário. O exemplo elucidativo lançado pelo filósofo é a “Ilíada” de Homero, narrativa na qual dado litígio sucedido entre dois guerreiros não é resolvido por um procedimento composto por inquérito ou testemunho para se ascender à verdade, mas sim, pelo desafio da prova.

Esse modelo, recorrente também na Alta Idade Média, não se mantém com o aparecimento da Grécia Clássica. Nesta, o mecanismo da verdade encontra-se sob uma espécie de “lei das metades”. A fim de desenvolver sua exposição acerca desse mecanismo, Foucault faz referência à tragédia de Sófocles “Édipo-Rei”, datada do início dessa eclosão. Para Foucault, a tragédia de Édipo é uma obra ilustrativa da prática judiciária da Grécia, através da qual a verdade é composta por fragmentos, embora separados, pertencentes a um mesmo conjunto, na configuração de um mesmo objeto, a própria manifestação do poder. O desfecho da peça se dá no momento em que se torna possível o encontro entre profecias e testemunhas. Foucault chama atenção para a possibilidade de se deslocar a enunciação da verdade, em “Édipo-Rei”, de um discurso do tipo profético e prescritivo a um outro discurso, o discurso do testemunho.

Reconhecendo Édipo como personagem do tirano, Foucault explica que a tirania não representava tão-somente quem tomava para si o poder, mas quem o assumia por ser detentor de um saber superior ao dos outros. Édipo representa o saber autocrático do tirano, solitário, que não se apoia e nem ouve ninguém e, por isso, homem do poder, cego. Numa sociedade como a Grécia, a dissolução entre poder e saber faria parte de seu período clássico, “o que deve desaparecer para que esta sociedade exista é a união do poder e do saber. A partir deste momento, o homem do poder será o homem da ignorância” (FOUCAULT, 2002, p. 50). Essa visão sustenta um mito que está na base da cultura ocidental, o qual deve ser, na visão, fortemente influenciada por Nietzsche, de Foucault, liquidado: a antinomia entre saber e poder. Refuta-se, portanto, a concepção de que, para haver saber, seria necessária a renúncia do poder, ou ainda, não podendo haver ciência onde há poder político.

2.1.1.3. Do regime de prova ao renascimento do inquérito como transmissão do saber

A Grécia apresenta, então, uma conquista democrática na experiência de um processo que inclui o direito de testemunhar, de opor, ao poder, a verdade. Nas palavras de Foucault (2002, p. 54), um “direito de opor uma verdade sem poder a um poder sem verdade”. Essa maneira de agir é precedente para variadas formas culturais tipicamente gregas: a elaboração de formas racionais, a partir de prova e demonstração, como acontece na Filosofia e nos sistemas científicos; o desenvolvimento de uma arte de persuadir, convencer as pessoas da verdade do que se diz; o desenvolvimento de um conhecimento por testemunho, lembrança, inquérito.

Tal pensamento grego, consolidado na Atenas do século V, revolucionou, por meio de lutas e contestações políticas, o modo de descobrir a verdade. Descoberta que se refere à justiça, que se refere ao Direito na busca pela verdade. Essa busca, não obstante, pode-se bem resvalar como modelo para outros tipos de saber.

Na Idade Média, o velho Direito Germânico, vigente nas sociedades germânicas, quando de seu contato com o Império Romano, aproximava-se, em sua maneira de operar, ao Direito Grego Arcaico, já que o litígio entre indivíduos era basicamente regulamentado pelo regime de prova. O Direito Germânico, consoante Foucault, regulamenta a condução de uma guerra entre indivíduos, num procedimento que não permite a presença de um terceiro elemento e que é governado pela luta, pela prova de força.

Num sistema, como o da prova judiciária feudal, não há pesquisa da verdade, mas um jogo binário, em que, havendo prova, ganha-se ou perde-se. A prova “não tem uma função apofântica, não tem a função de designar, manifestar ou fazer aparecer a verdade” (FOUCAULT, 2002, p. 62), mas sim, uma mera função de operador de direito, ou seja, um exercitor, um elemento que leva ao direito a força para tal efeito. Havendo intervenção de uma autoridade, esta testemunharia apenas sobre a regularidade do processo, mas nunca sobre a verdade.

Esse sistema de práticas definha-se entre os séculos XII e XIII, e a Idade Média passa a vivenciar uma transformação nos procedimentos judiciais, há um renascimento da prática do inquérito se bem que mais obscuro e moroso, contudo mais eficaz que o da Grécia Clássica, com percurso que coincide com o da própria

cultura ocidental. A invenção dada ao Direito, nesse momento, é, com efeito, uma maneira de saber, ou condição de possibilidade de saber.

A princípio, o inquérito caracteriza-se na Idade Média como uma forma de se estabelecer a verdade ligada a uma prática administrativa de estado, procedimento esse que quase desapareceu durante a Alta Idade Média não fosse sua utilização pela Igreja na gestão de seus bens, que fez surgir concomitantemente a esse sistema econômico-administrativo um tipo de inquérito religioso.

Com início nos séculos XIV e XV, novas formas de inquérito se delinearam, trazendo como propriedade o estabelecimento da verdade pelo testemunho ancorado em domínios específicos do saber. Aliás, o movimento cultural preparatório do Renascimento que se desenha a partir do século XII é definido pelo desenvolvimento da prática de inquérito como estratégia de saber.

No intuito de ilustrar o contraste existente entre o regime de prova e o sistema de inquérito, Foucault destaca que é precisamente este último o tipo de saber enciclopédico do Renascimento que se conflitava diretamente com o modo medieval pelo qual se desenvolvia a universidade:

Ter visto, ter lido os textos; saber o que efetivamente foi dito; conhecer tão bem o que foi dito, quanto a natureza a respeito da qual algo foi dito; verificar o que os autores disseram pela constatação da natureza; utilizar os autores não mais como autoridade, mas como testemunho; tudo isto vai constituir uma das grandes revoluções na forma de transmissão do saber. (FOUCAULT, 2002, p. 77).

Nesse seguimento, o inquérito é entendido por Foucault como uma forma de saber que está entre um tipo de poder e um conjunto de conhecimentos. Seja como estratégia política, ou exercício de poder, o sistema de inquérito ultrapassa a esfera judiciária, tornando-se “uma maneira, na cultura ocidental, de autenticar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de as transmitir” (FOUCAULT, 2002, p. 78).

2.1.1.4. Sociedade contemporânea, a sociedade disciplinar: o saber base do poder

Partindo de ponderações acerca da reorganização do sistema judiciário e penal europeu entre o fim do século XVIII e início do XIX, Foucault (20012) discorre sobre a sociedade contemporânea, identificada por ele como “sociedade disciplinar”. Para tanto, o autor discute, a reboque dos legisladores Beccaria, Bentham, Brissot, o conceito de infração penal constante das transformações pelas quais passaram os sistemas da Inglaterra e da França. Não obstante às particularidades de cada país, o mecanismo fundamental desses sistemas gira em torno da concepção de crime como ruptura à lei civil e não mais à lei natural, à religiosa ou à moral. O crime se (re)configura como elemento perturbador à toda sociedade.

Dito isso, o que Foucault acentua em suas reflexões refere-se ao conjunto de punições atribuídas à ruptura do pacto social. Seguindo assim, o autor pontua alguns sistemas de penalidades – designadamente a deportação, a humilhação, o trabalho forçado e a pena de talião – que não perduraram com o início do desenvolvimento das sociedades industriais. Em seu lugar, a penalidade que se desenvolve é o aprisionamento. Nos termos foucaultianos, denomina-se a idade do controle social.

Segundo Foucault, a penalidade apresentada no século XIX aspira a controlar, reformar psicológica e moralmente o comportamento dos indivíduos. Assim, o controle exercido diz respeito “não tanto sobre se o que fizeram os indivíduos está em conformidade ou não com a lei, mas ao nível do que podem fazer, do que são capazes de fazer, do que estão sujeitos a fazer, do que estão na iminência de fazer” (FOUCAULT, 2002, p. 85). Desse modo, tem-se uma justiça voltada a uma espécie de correção de virtualidades, ou seja, estamos diante de uma sociedade disciplinar que atua na correção e na vigilância dos indivíduos. Para tanto, fazem-se mais eficazes não somente a justiça, mas poderes laterais como a polícia, as instituições psicológicas, pedagógicas etc.

Para a teorização desse arquétipo, Foucault traz o modelo do *Panopticon* de Bentham, numa alusão ao poder que não mais se ancora no inquérito, e sim na vigilância, no exame. Diante do panoptismo, que, segundo Foucault, comporta traços marcantes de nossa sociedade, prioriza-se a vigilância ininterrupta sobre os indivíduos, sendo que esta parte de quem, de alguma forma, exerce poder sobre os outros, constituindo, sobre os vigiados, o respeito, o saber. Em oposição ao saber do

inquérito, calhado na Idade Média, tem lugar um novo saber que é a base do poder. Em vez de ciências calcadas na observação, tem-se uma forma de saber-poder que abre espaço às chamadas ciências humanas.

Por conseguinte, Foucault define o panoptismo como uma maneira de exercer poder sobre os indivíduos, maneira essa cujos processos de realização são permeados pela vigilância sucessiva, pelo controle de punição e recompensa, pela correção, que objetivam (trans)formar os indivíduos conforme dadas normas da sociedade.

Foucault traz para discussão um ajuizamento de Giulius¹³ acerca do fenômeno da inversão do espetáculo: ao invés de se possibilitar, como na cultura grega, um espetáculo sobre um acontecimento, sobre um gesto, enfim, sobre um indivíduo, modernamente altera-se o processo, alocando-se o espetáculo sobre o maior número de pessoas possível. As pessoas situam-se sob espetáculo, sob vigilância.

Ao pensarmos, cá para nós, a divulgação científica, poderíamos identificar uma sociedade exposta à inversão do espetáculo. O leitor que se afeiçoa, ou para além disso, se vê da perspectiva do afetado pelo problema em divulgação, torna-se parte do acontecimento, do qual é personagem e, ao mesmo tempo, público cativo. Ter notícia de que o fato em divulgação abrange sua vida é razoável para alocar a plateia de modo enredado no espetáculo.

Sumariamente, destacamos do esquadramento dessas conferências filosóficas desde o atrelamento assinalado por Foucault entre saber e poder, até a importância das estratégias na pesquisa da verdade, sob o jugo de autoridades e testemunhos sobre a verdade. Ainda que a partir do âmbito jurídico, essa perspectiva ilumina nossa concepção acerca das práticas divulgativas, também, como uma forma contemporânea de referendar a verdade. Em nossa particularidade, a verdade científica.

¹³ Presente na obra “Lições sobre as Prisões”, em que o autor lança problemas da arquitetura no sentido de resolver o oferecimento do espetáculo.

2.1.2. Controle, ordem e delimitação do discurso

*suponho que em toda a sociedade a produção
do discurso é ao mesmo tempo controlada,
selecionada, organizada e redistribuída por
um certo número de procedimentos que têm
por função conjurar seus poderes e perigos,
dominar o seu acontecimento aleatório,
esquivar a sua pesada e temível
materialidade*

Michel Foucault

Da famigerada aula inaugural de Foucault no *Collège de France* (1970), podemos depreender a diligência do filósofo em torno de questões pertinentes ao cerceamento e ao controle exercidos sobre os discursos na sociedade. Foucault desvela relações entre práticas discursivas e poderes que as atravessam. Na visão do filósofo, o discurso é o próprio poder de que queremos nos apoderar e não, simplesmente, uma tradução de lutas ou de sistemas de dominação.

Dado isso, Foucault discorre, em sua aula, sobre procedimentos de controle e exclusão do discurso e imposição de regras aos sujeitos. O autor delimita grupos de procedimentos que agenciam o controle do discurso, tanto externos ao discurso, na dominação dos poderes que possuem; quanto internos, na conjuração do acaso de sua aparição. Além disso, Foucault reflete sobre as condições de funcionamento e a imposição de regras sobre o discurso, bastantes para tornar seu acesso limitado, restritivo.

2.1.2.1. Procedimentos à parte do discurso

Em um primeiro momento, a hipótese levantada por Foucault (2014) supõe que a produção de discurso na sociedade esteja atrelada ao controle, à seleção, à organização e à redistribuição, agenciados por procedimentos, cuja funcionalidade seria conjurar os poderes e perigos dos discursos, dominando-se a aleatoriedade de seu advento, desvinculando-o de sua materialidade. O temor trazido por essa materialidade discursiva em nossa sociedade moderna ocidental procriar-se-ia em

procedimentos de exclusão, tais como a *interdição* (a palavra proibida), a *segregação* (da loucura) e a *vontade de verdade*.

Evidenciado na forma de Tabu, é-nos mais perceptível, mais familiar, o procedimento de *interdição*, por ser evidente que, com efeito, “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (2014, p. 9). Segundo Foucault, as regiões onde mais se identifica a interdição é na sexualidade e na política. Não que sejam esses elementos neutralizadores de discursos, mas é aí que sua materialidade os fazem ainda mais temíveis. A interdição que atinge esses discursos revela sua tão estreita ligação com o desejo e com o poder. Despontando-se, portanto, o discurso, como aquilo “pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (2014, p. 10).

Para o princípio de exclusão da *segregação*, Foucault traz o exemplo da dicotomia entre razão e loucura. Para ele, desde a Idade Média, o discurso produzido pelo louco é um discurso desconsiderado, excluído da sociedade, no sentido de que sua circulação não se daria tal qual à dos discursos dos outros. Durante séculos, na Europa, as palavras do louco seriam nulas e, embora não ouvidas, quando o eram, paradoxalmente poderiam carregar certa razão aceitável, o que, na prática, não elevaria a palavra do louco ao estatuto de existência.

A oposição entre verdadeiro e falso é aventada por Foucault como terceiro princípio, ainda que admitido por ele mesmo como uma consideração arriscada. No entanto, é para esse procedimento que o autor cultiva a maior parte de suas reflexões, inclusive, no que culminaria posteriormente em obras dedicadas à interdição.

A *vontade de verdade* é regida por um tipo de separação, um sistema de exclusão, apoiada em um suporte institucional. Nesse sentido a “vontade de verdade [...] tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (2014, p. 17). Dentre os elementos de exclusão, a vontade de verdade é para Foucault o de que menos se fala, como se a própria verdade mascarasse a vontade de verdade:

[...] se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder? O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascará-la. (FOUCAULT, 2014, p. 19).

Assim, para Foucault, ignoramos que a vontade de verdade é que promove a exclusão daqueles que historicamente buscam contornar a vontade de verdade para realocá-la no embate com a verdade.

Na relação entre poder e desejo, *interdição da palavra*, *segregação da loucura* e *vontade de verdade* são procedimentos exteriores ao discurso de exclusão impostos pela sociedade à produção de discursos, limitando a participação dos sujeitos na sua produção e na sua circulação.

2.1.2.2. Procedimentos internos ao discurso

Chamando atenção para o fato de os mecanismos de controle sobre os discursos não se limitarem a esses três elementos, designados por Foucault (2014) como procedimentos “à parte do discurso”, o autor elenca questões internas do discurso – “são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle” (p. 20) – capazes de classificar, ordenar e distribuí-lo. São elementos da dimensão discursiva do acontecimento, do acaso. Princípios, segundo Foucault, de coerção, vistos por ele por intermédio dos elementos limitadores de discurso. Um desnivelamento de discursos que corresponde ao *comentário*; ao *autor*, enquanto agrupamento de discursos; e à organização de *disciplinas*¹⁴.

Ponderando sobre essa dimensão do discurso, particularmente, uma dimensão do acontecimento, do acaso, Foucault aponta, em primeiro lugar, a noção de *comentário*, constituída no desnivelamento de discursos. Foucault supõe que existam

[...] os discursos que "se dizem" no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer. (2014, p. 21).

¹⁴ Relativos às dimensões de *acontecimento* e do *acaso* do discurso, sinalizei com itálico os procedimentos denominados por Foucault, por serem eles termos-chave no arranjo da explanação.

Não se trata de uma dicotomização simplista entre discursos fundamentais e discursos repetidos, comentados. Mas sim um deslocamento instável, entre discursos, por meio de uma espécie de texto primeiro, que permite construir novos discursos, e texto segundo, cuja finalidade é “dizer *enfim* o que estava articulado no *texto primeiro*” (FOUCAULT, 2014, p. 24).

Neste ponto, damos destaque, pensando em nosso objeto de estudo, ao processo de recontextualização praticado no discurso de divulgação científica. Não é o texto divulgativo uma simples tradução do texto científico, mas sim um dizer *sobre* o que se encontra articulado no texto científico.

Trazendo à tona outro elemento de rarefação de ordem interna ao discurso, Foucault (2014) passa a tratar a noção de *autor*, não pelo viés do indivíduo que escreveu/pronunciou um texto, mas como um princípio de agrupamento do discurso, sendo ele, o *autor*, origem da significação e foco da coerência do discurso.

Apesar da existência de muitos discursos que continuam eficazes ou coerentes independentemente da atribuição deles a um autor, há domínios em que essa imputação se dá como regra, ainda que não desempenhe sempre o mesmo papel, caso ilustrativo da ordem do discurso da literatura, da filosofia e da ciência¹⁵.

Sem a intenção de negar a óbvia existência factual do autor, Foucault assinala que o indivíduo, ao escrever, ao produzir uma provável obra, já assume por si só a função autor. Ainda que a imagem de autor seja cambiante segundo a época em que esteja cabido, o autor confere perfil à obra, numa impressão de individualidade. Quer dizer, é o autor um princípio de limitação do acaso do discurso através do “jogo de uma *identidade* que tem a forma da *individualidade* e do *eu*” (FOUCAULT, 2014, p. 28).

Mais adiante em sua explanação, acerca desse jogo de identidade, Foucault assinala outro princípio interno de limitação do discurso, a *disciplina*. Esse elemento é capaz de controlar a produção de discursos, fixando-lhes limites por meio da reatualização constante de regras. Daí a oposição que Foucault (2014) aponta com relação ao princípio do autor, afirmando que a definição de disciplina se dá “por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um *corpus* de proposições consideradas

¹⁵Foucault traz à baila o exemplo da ordem do discurso científico para ilustrar a atribuição que se dá a um autor, ainda que sob mudanças em sua função ao longo da história: durante a Idade Média, essa atribuição era compulsória, um indicador de verdade. Seu estatuto de verdade científica estava atrelado a seu autor. Já a partir do século XVII, essa função se atenua, “o autor só funciona para dar um nome a um teorema, um efeito, um exemplo, uma síndrome” (2014, p. 26).

verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos”, o que levaria a constituição de um “sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele” (p. 28-29).

Para além da denominação “ciências”, o filósofo pensa a organização das disciplinas como um princípio de limitação, relativo e móvel, o qual permite, à mercê de um jogo restrito, construir novos enunciados. É por existir a possibilidade de formular proposições novas que existe a disciplina.

Nessa mesma perspectiva, Foucault (2014, p. 29) opõe tal princípio ao do comentário, considerando que “em uma disciplina [...] o que é suposto no ponto de partida, não é um sentido que precisa ser redescoberto, nem uma identidade que deve ser repetida; é aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados”. Nesse sentido, para que haja disciplina, é fundamental haver a possibilidade de formulações indefinidas de proposições novas.

Longe de ser o conjunto de tudo aquilo que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa, o que torna possível a pertença de uma proposição ao domínio de certa disciplina, consoante Foucault, é sua inscrição num determinado horizonte teórico. Ademais, dentro desses limites, “cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas repele para o outro lado das suas margens toda uma teratologia do saber” (FOUCAULT, 2014, p. 31).

De acordo com Foucault (2014), não bastaria a uma proposição preencher dadas exigências para pertencer ao conjunto de dada disciplina; antes de poder ser avaliada como verdadeira ou falsa, a proposição deve situar-se “no verdadeiro¹⁶”. Para nos encontrarmos no verdadeiro, é preciso obedecer “às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (p. 34).

Não obstante a utilização tanto da disciplina, quanto do comentário e do autor como recursos de criação de discursos, Foucault destaca a função restritiva e coercitiva desses elementos dentro desse seu papel positivo e multiplicador.

¹⁶ Expressão tomada emprestada de M. Canguilhem por Foucault para delinear como se relativiza uma proposição de verdade no interior de uma disciplina, já que a proposição é avaliada conforme sua familiaridade em relação aos objetos e métodos da disciplina de dada época. Para tanto, Foucault se utiliza do exemplo de Mendel, que, embora expusesse a verdade, os objetos e conceitos biológicos da época não o permitiam estar “no verdadeiro”.

2.1.2.3. Procedimentos de sujeição do discurso

Na continuidade das ponderações feitas por Foucault (2014) à roda dos elementos de controle do discurso, o pensador assinala, a essa altura, um terceiro grupo, em torno de procedimentos que impõem regras e determinam condições para o funcionamento do discurso, mecanismos identificados por ele como *ritual*, *sociedades de discurso*, *doutrinas* e *apropriação social dos discursos*.

Esses mecanismos impõem aos indivíduos que pronunciam discurso uma série de regras limitando o acesso a ele. A rarefação de que se trata, desta vez, é acerca dos sujeitos: “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2014, p. 35). Foucault abaliza que nem todas regiões do discurso são isonomicamente acessíveis, umas são mais abertas, outras, proibidas.

Dentre as condições de funcionamento do discurso, a primeira forma de restrição abordada por Foucault é o *ritual*. Segundo o autor, a mais superficial e visível, essa é a condição que define o grau de qualificação que o indivíduo deve possuir para ocupar posições ou formular enunciados. O ritual estabelece, além disso, gestos, comportamentos, circunstâncias e o conjunto de signos que acompanham o discurso, sendo, portanto, um mecanismo capaz de fixar “a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de valor de coerção” (FOUCAULT, 2014, p. 37).

Neste ponto, interessa-nos ponderar sobre o papel das autoridades evocadas nos discursos de divulgação científica. Esses discursos têm sua credibilidade tonificada pelos argumentos de autoridade, justamente por ser este o elemento esperado a ocupar determinada posição e o elemento qualificado para formular certo enunciado. Portanto, quer sejam agentes políticos do Estado, investidos do poder gestor, quer sejam técnicos científicos, empoderados pelo conhecimento acadêmico, quer sejam autoridades procedentes de quais outros âmbitos, desde que, de algum modo, qualificados para assumir dada posição, têm eles seus discursos escoltados por signos que potencializam seus discursos proferidos a um público geral.

Já de um modo um pouco distinto, funcionam as *sociedades de discurso*, que têm papel importante na produção e na conservação de discursos. A circulação desses discursos, no entanto, se dá exclusivamente em espaço fechado, sendo o

número de indivíduos que os produzem reduzido e a distribuição de seu conteúdo sujeita a regras rígidas.

Embora Foucault (2014) aponte as *sociedades de discurso* como um modelo arcaico, inserido num “jogo ambíguo de segredo e de divulgação”, o autor chama atenção para a existência na contemporaneidade de discursos que, mesmo publicados e livres, ainda exercem formas de apropriação de segredo. Certos tipos de formulações, ainda que projetadas à difusão, são carregadas de uma atitude coercitiva, quando, por exemplo, um escritor impregna seu discurso de um caráter intransitivo, ou atribui uma singularidade fundamental à “escritura” (FOUCAULT, 2014, p. 39).

Uma dessas práticas elucidada por Foucault é “o segredo técnico ou científico”, o qual não deixa de ser um arquétipo de funcionamento em regime de exclusividade de divulgação. A título de ilustração, na divulgação da ciência e do conhecimento feita entre/para pares, além de o número dos que falam ser limitado, é tão-somente entre os próprios cientistas que os discursos podem circular e serem transmitidos.

Inversas às sociedades de discurso, as *doutrinas* buscam promover a difusão do discurso, havendo, para tanto, menos restrições, sendo elas (i) a identificação com as verdades dos discursos e (ii) a aceitação das regras de conformidade com o conteúdo dos discursos. Nessa partilha do conjunto de discursos é que os indivíduos logram sua pertença, sendo a doutrina seu sinal, sua manifestação e seu instrumento, de tal modo que indivíduos são ligados a certos enunciados e todos os outros lhes são proibidos, num processo de “dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam” (FOUCAULT, 2014, p. 41).

Como último mecanismo de sujeição, Foucault menciona a *apropriação social dos discursos*. Nesse ponto, o filósofo faz alusão à educação, à qual é conferido o *status* de direito e instrumento para permitir o acesso aos discursos. No entanto, sua distribuição é condicionada, politicamente, a distâncias, oposições e lutas sociais: “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2014, p. 41).

Feita referência em grupos distintos a esses mecanismos de imposição de regras aos sujeitos do discurso, Foucault (2014) evidencia o fato de que os procedimentos de sujeição do discurso estão, na maioria das vezes, interligados, na

constituição “de grandes edifícios que garantem a distribuição dos sujeitos que falam nos diferentes tipos de discurso e a apropriação dos discursos por certas categoriais de sujeitos” (p. 42). Frente a esses procedimentos de sujeição, Foucault propõe a tomada de decisões em termos de questionamento acerca da verdade, de restituição do caráter de acontecimentos do discurso e a suspensão da soberania do significante.

2.1.2.3.1. Métodos de Foucault

Foucault (2014), remontando as maneiras através das quais, ao longo da história, se promoveu a elisão da realidade do discurso no âmbito das cogitações filosóficas, traz apontamentos de temas recentes que recaem nessa perspectiva, designadamente questões ao redor do *sujeito fundante*, da *experiência originária* e da *mediação universal*.

No encargo de dar vida às formas da língua, então vazias sem a fundamentação propositiva do sujeito, o sujeito fundador,

[...] atravessando a espessura ou a inércia das coisas vazias reapreende, na intuição, o sentido que aí se encontra depositado; é ele igualmente que, para além do tempo, funda horizontes de significações que a história não terá senão de explicitar em seguida, e onde as proposições, as ciências, os conjuntos dedutivos encontrarão, afinal, um fundamento. (FOUCAULT, 2014, p. 44).

No arrolamento da produção de sentidos, o sujeito fundador conta com os signos, as marcas, os traços, as letras, sem necessariamente passar pelo discurso para manifestá-los. Ou seja, o sujeito pode ser um fundador de significações. Vista assim, a história guardaria a função apenas de tornar visíveis esses sentidos.

Foucault (2014) considera, de modo comparável ao tema da experiência originária, que significações anteriores percorrem o mundo colocando-se a nossa disposição algo como um reconhecimento primitivo. Nesses termos, investido do caráter de verdade, as possibilidades que temos de designar, nomear, julgar e convencer o mundo são dadas em cumplicidade entre nós e o próprio mundo.

No tratado acerca da mediação universal, Foucault postula o discurso como “reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (2014, p. 46). Além disso, acrescenta o autor:

[...] quando tudo pode, enfim, tomar a forma de discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 2014, p. 46).

Para Foucault, na busca pelo logos, responsável pela consciência que desenvolve a racionalidade do mundo, situa-se o próprio discurso no centro da especulação.

Independentemente da filosofia pertinente a esses temas, o discurso é entendido por Foucault (2014, p. 47) como jogo: jogo de escritura, de leitura, de troca, de tal forma que o discurso é anulado “em sua realidade, colocando-se na ordem do significante”. O jogo que é o discurso é, fundamentalmente, um jogo de signos.

2.1.2.3.2. Princípios de regramento

No intuito de apresentar uma espécie de metodologia na cátedra do *Collège de France*, Foucault (2014) aponta algumas exigências que orientariam seu procedimento de trabalho, quer dizer, princípios de regramento para análise, designados por *inversão*, *descontinuidade*, *especificidade* e *exterioridade*.

O primeiro deles, a *inversão*, promove o reconhecimento de fontes tradicionais do discurso, tais como do autor, da disciplina e da vontade de verdade. Seu fator limitador reside justamente em sua condição rarefeita do discurso.

Os sistemas de rarefação não necessariamente indicam a existência de um discurso limitado, contínuo e silencioso (FOUCAULT, 2014, p. 49), o que incumbiria ao analista, por exemplo, descobri-lo. Assim, denomina-se a terceira regra assinalada por Foucault, os discursos são tomados por *descontinuidade*, passíveis de cruzamentos e exclusões.

Nessa direção, o autor ainda abaliza, denominando tal princípio sob designação de *especificidade*, que o discurso não é concebido previamente, num jogo de significações já dadas, ou seja, não estaria ele num mundo legível à espera de sua decifração. O discurso é a “violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso” (FOUCAULT, 2014, p. 50) e na qual os acontecimentos do discurso se deparam com regularidades.

A quarta noção de regramento refere-se às condições externas do discurso, o que ilumina questões que tangem à aleatoriedade dos acontecimentos bem como ao processo de definição de fronteiras. Na visão de Foucault (2014), não há que se concentrar no discurso enquanto interior escondido e fechado, mas partir desse discurso para a *exterioridade*, condição aberta de possibilidade.

Como desenvolvimento dessa discussão em torno dos princípios metodológicos, Foucault (2014) traz à tona elementos reguladores para análise do discurso, noções fundamentais que não são marcas da consciência e da continuidade, nem do signo, da estrutura, são elas noções de *acontecimento*, *série*, com todo arsenal que a elas se conecta: *regularidade*, *causalidade*, *descontinuidade*, *dependência*, *transformação* (FOUCAULT, 2014, p. 53).

Foucault assinala essa perspectiva como um deslocamento de abordagem que se propõe a tratar “não das representações que pode haver por trás dos discursos, mas dos discursos como séries regulares e distintas de acontecimentos” (2014, p. 56). Isso habilita ponderações acerca do *acaso*, do *descontínuo* e da *materialidade*, noções que norteariam a elaboração teórica de Foucault para sua cátedra.

Nessa esteira, o filósofo distingue sua proposta analítica em dois vieses: uma perspectiva “crítica” e uma outra “genealógica”. O viés crítico está relacionado à prática do princípio da *inversão*, numa espécie de jogo negativo que as fontes do discurso realizam quando de seu recorte e de sua rarefação. Procura esse recurso abarcar a delimitação sobre as formas de exclusão, limitação e apropriação do discurso, ocupando-se da formação dos discursos e de suas necessidades. Outras questões importantes para essa perspectiva de análise são as transformações, modificações e deslocamentos pelos quais passam os discursos.

Já o viés crítico é dedicado aos princípios de *descontinuidade*, *especificidade* e *exterioridade*. Foucault (2014, p. 57) aponta-o como uma análise voltada para a formação dos discursos, levando-se em consideração os sistemas de coerção, “a

norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, crescimento e variação”.

Enfim, sob essa contribuição foucaultiana, designadamente a discussão em torno de mecanismos de regramento do discurso, vale-nos destacar o aporte para se refletir sobre os discursos de divulgação científica. A disseminação do conhecimento sobre ciência pode ser pensada a partir da perspectiva de princípios que promovam o gerenciamento de seu discurso.

As condições de funcionamento bem como a imposição de regras sobre o discurso científico demonstram a limitação de seu acesso por procedimentos de controle, limitação essa não aleatória, mas atribuída consoante as condições de produção dos novos discursos, em especial, o discurso divulgativo que retroalimenta o discurso científico. Os discursos científicos estão na origem dos discursos divulgativos que os retomam, que os remontam, não sob quaisquer condições, mas sob dado cerceamento e controle exercidos sobre os discursos que reverberam na sociedade.

2.1.3. Caras noções de Foucault à análise de discursos

A fim de trazer à tona a teoria de Foucault subjacente à análise do discurso de linha francesa, caminhamos em nossa incursão teórica, guiados pelas pegadas de autores que já percorreram esse caminho amparados pelas concepções foucaultianas. Discutiremos, neste ponto, conceitos basais para os estudos discursivos, nomeadamente as concepções de *enunciado*, *formação discursiva*, *prática discursiva* e *sujeito do discurso*.

Fischer (2001), ao apresentar contribuições tanto teóricas quanto metodológicas do filósofo francês para a teoria de discurso, estrutura, a partir de Foucault, uma espécie de orientação àqueles que se propõem a investigar, por meio de enunciado ou conjunto de enunciados, textos e documentos tomados, em sua condição de existência, como discursos. E não seria, nesse sentido, uma fórmula heurística para que o investigador se aproximasse progressivamente de uma verdade escondida no interior do discurso, senão uma proposta arqueológica que recusa o olhar sobre

[...] discursos apenas como um conjunto de signos, como significantes que se referem a determinados conteúdos, carregando tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de reais intenções, conteúdos e representações, escondidos nos e pelos textos, não imediatamente visíveis. (FISCHER, 2001, p. 198).

Não estaria, em tal caso, o analista na iminência de encontrar a verdade oculta por trás dos discursos, mas, sim, deveria ele se posicionar no rastro do próprio discurso, atento ao nível da palavra, ao nível das “coisas ditas”. O discurso é que põe em funcionamento os enunciados e as suas relações... investigar discursos, portanto, pressupõe a busca pela compreensão das práticas e relações históricas concretas presentes neles.

Não se quer, com isso, atribuir ao discurso um estatuto autônomo, designando-o capaz de organizar a si mesmo e as práticas sociais que o rodeiam, deliberando a total independência das palavras nos moldes do estruturalismo e do idealismo da linguagem. Isso não se assenta nas ideias de Foucault. O que mais provavelmente ele buscava demonstrar é, ao contrário, a percepção do discurso enquanto prática social, libertado de estruturas permanentes que seriam responsáveis pela estruturação da realidade.

Ao se propor a analisar o deslocamento metodológico operado por Foucault na “arqueologia do saber”, Machado (1988) aponta a constante tematização de análises de discurso feita pelo filósofo francês, destacando o *modus operandi* através do qual os discursos são tratados nas análises arqueológicas. Desse esforço, depreende-se o discurso como conjunto de regras num sistema de relações, as quais o constituem “em seu volume próprio, em sua espessura, isto é, [essas relações] caracterizam-no como prática” (p. 171).

2.1.3.1. Interpositividades sobre o discurso

Fischer (2001) apresenta uma compreensão da teoria de Foucault, na trilha da leitura feita por Dreyfus e Rabinow (1984), em que se predomina o destaque dado à ideia do discurso enquanto prática social, como produto das relações de poder (conceituação presente nas obras “A Arqueologia”, “Vigiar e Punir” e na aula “A Ordem do Discurso”). Nessa perspectiva, extingue-se a responsabilidade de estruturas permanentes, ou categorias universalmente constitutivas, na construção da realidade, havendo, portanto, uma relação em via de mão-dupla entre as práticas discursivas e as não discursivas (como explicitado em “História da Sexualidade”).

Desde a sua manifestação, até sua funcionalidade dentro de uma prática não discursiva, o discurso é eminentemente histórico, ou seja, sua relação está estritamente ligada ao não discursivo, o que nos remete a uma discussão em torno da temporalidade na análise do discurso. Para além da importância de se considerar que os discursos emergem em determinado tempo e espaço, compreender a questão da temporalidade é considerá-la “através dos documentos escolhidos, das práticas a que os textos se referem, da formação social em questão, da trajetória dos conceitos envolvidos e ainda do próprio posicionamento do pesquisador” (FISCHER, 2001, p. 216).

Foucault (1986) destaca a relevância de se avaliar a instauração e as condições de emergência e produção do discurso para se promover uma análise arqueológica. Desse modo, o autor traz à baila domínios não discursivos – tais como instituições, eventos políticos, econômicos, culturais – na constituição das condições de emergência do discurso. Isso não quer dizer que os domínios não discursivos expressem ou determinem discursos, mas sim que há influência mútua entre os domínios.

A temporalidade é marca da investidura dos enunciados, conformados pelo atravessamento das técnicas, práticas e relações sociais, as quais são modificadas por estes em intercâmbio. Para Foucault, depois de terem sido ditas, as coisas não são mais as mesmas, sofrerão novos usos, serão outras enunciações, constituirão novas relações sociais. Nesse sentido, o analista “só poderá captar [essa dispersividade do discurso] no momento em que se dispuser a descrever o conjunto das relações postas em jogo num determinado discurso” (FISCHER, 2001, p. 217). E

não será “por trás” do texto, oculto nas palavras que um arqueologista encontrará o significado ainda não desvendado.

O discurso existe, então, mais que para referir a “coisas”, ou expressar alguma coisa, o discurso situa-se além das marcas formais da língua, suas regularidades são intrínsecas a ele mesmo e, por meio delas, consegue-se definir a rede conceitual que lhe caracteriza. O que Foucault sugere é que se descreva e apreenda essa propriedade do discurso a partir dele mesmo, já que é no próprio discurso que residem as regras de formação dos conceitos impostos a qualquer um que, inserido num dado campo discursivo, faça uso da palavra.

Maingueneau (2016, p. 22), tomando emprestado de Foucault o termo *prática discursiva*, afiança que “o discurso não deve ser pensado somente como um conjunto de textos, mas [justamente] como uma *prática discursiva*.”. O discurso se configura por um conjunto de enunciados, apoiados numa mesma formação discursiva, assim “como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo” (FOUCAULT, 2008, p. 132), um conjunto de enunciados se sustenta em certa formação discursiva.

Nesse rumo, Fischer (2001) evoca reflexões de Ernesto Laclau acerca do conceito de discurso, as quais levam a considerar os atos de linguagens como constituintes de “uma trama que ultrapassa o meramente linguístico” (p. 200). Um ato social, além de comportar um significado, constitui-se a partir de sequências discursivas, que são, por sua vez, articuladas através de elementos tanto linguísticos quanto extralinguísticos. Segundo Laclau (1991, p. 137), podemos compreender a sociedade “como um vasto tecido argumentativo no qual a humanidade constrói sua própria realidade” (apud, FISCHER, 2001, p. 200).

Levantando uma discussão, de fato eminente, em torno da dicotomia entre “profundeza” e “superfície” – promovida por distintas correntes de análise¹⁷ – Maingueneau (2016, p. 20) propõe um tratado acerca do conceito de discurso, na esteira de Foucault, opondo “um sistema de restrição de boa formação semântica (*a formação discursiva*) ao conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema (*a superfície discursiva*)”.

¹⁷ Nas palavras de Maingueneau (2016, p. 18) “os métodos de análise tendem, com efeito, a impor o seguinte dilema: ou pretendemos captar o discurso em sua globalidade e, para fazer isso, devemos negligenciar a textura ‘superficial’, a diversidade e o imbricamento dos arranjos visíveis, para elaborar modelos ‘profundos’; ou estudamos essa textura em toda a sua complexidade e então nos atemos a análises locais cujos detalhes desqualificam os modelos ‘profundos’, por seu caráter redutor”.

A reboque do conceito de superfície discursiva, Maingueneau, em seu livro “Gênese do Discurso” (2016)¹⁸, traz a arqueologia para discussão, com dado destaque às condições de existência que limitam, em termos de ocorrência, os enunciados, chamando atenção para o que é designado por Foucault como discurso.

Para o entendimento do que é discurso, Foucault (1986) define-o como conjunto de enunciados, já que se conformam ancorados em uma mesma formação discursiva, sem ser unidade retórica ou formal, indefinidamente alvo de repetição e cujo advento ou utilização pode ser marcado historicamente. Um ponto constitucional, portanto, dessa sua definição gira em torno do perímetro das condições de existência para que ocorram os enunciados.

2.1.3.2. Enunciado

Para uma fecunda leitura sobre as contribuições de Foucault enervadas na análise do discurso, é necessário apontar o quanto indispensável se faz a noção de enunciado. Destaca-se que a própria arqueologia se realiza na descrição de enunciados. De acordo com Machado (1988, p. 167), podemos encontrar, na análise arqueológica de Foucault, a tematização dos “discursos pela definição de regras de formação”, explicitando “sua condição de possibilidade pela definição do discurso como um conjunto de enunciados”.

Compulsoriamente, somos levados à discussão do conceito de *enunciado*, não só por conta da presença constante desse termo em boa parte das ponderações acerca do *discurso* na obra de Foucault, mas também para o próprio entendimento de uma teoria do discurso foucaultiana e, por conseguinte, de outras noções relevantes, tais como *prática discursiva* e *não discursiva* e *formação discursiva*. Dentre as teses aventadas na análise arqueológica, interessa-nos o debate “que tematiza os discursos pela definição de suas regras de formação, explicita sua condição de possibilidades pela definição do discurso como um conjunto de enunciados” (MACHADO, 1988, p. 167).

Dentre as menções de Foucault na Arqueologia acerca do enunciado vale destacar alguns pontos importantes que o definem, como a “função de existência”,

¹⁸ Original em francês, “*Genèses du discours*”, publicado em 1995.

basilar para o entendimento da noção de enunciado. A utilização de frases ou proposições é determinada pela existência de enunciados. Assim entendido, os enunciados não estão no mesmo nível dessas unidades. Machado (1988) aponta, com destaque na obra de Foucault, a função de existência dos enunciados, ilustrando que as frases e as proposições “são afetadas pela presença de um enunciado que as faz existir em tempo e espaço determinados” (p. 168).

Consoante Voss e Navarro (2013, p. 109), na *Arqueologia do Saber*, “o enunciado deixa de ser tomado como unidade linguística, eventualmente confundida com ‘frase’, ‘proposição’ ou ‘ato de fala’, e passa a ser considerado uma função em exercício” de regras de formação específicas em dado momento histórico. Assim é que Foucault elucida a pressuposição de coexistência entre enunciados, por meio de um “jogo enunciativo”, já que

[...] não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 112).

Para Foucault (2008, p. 98), não há critérios estruturais de unidade que se encontrem em um enunciado, já que “ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”. Não sendo, deste modo, o enunciado um acontecimento esgotável inteiramente pela língua, nem inteiramente pelo sentido.

Voss e Navarro (2013) arremetem ao entendimento da ideia de “função” organizando esquematicamente as reflexões foucaultianas a partir de quatro traços que definem a existência do enunciado, quais sejam: “seu referencial, seu sujeito (modalidades enunciativas), seu domínio associado e sua materialidade” (p. 97), assim, “não se reconhece nenhum enunciado latente: pois aquilo a que nos dirigimos está na evidência da linguagem efetiva.” (FOUCAULT, 2008, p. 124).

Em um propósito analítico, essas destacadas particularidades que cingem o enunciado são condições importantes para compor sua descrição. Para isso, é necessário entender o enunciado enquanto acontecimento, calhado em determinado

tempo e espaço. Fischer (2001, p. 202) assinala daí a importância de se delimitar uma formação discursiva para o estabelecimento dos enunciados, a autora lembra que a possibilidade de “situar um emaranhado de enunciados numa certa organização é justamente o fato de eles pertencerem a uma certa formação discursiva”.

A formação discursiva configura-se, à vista disso, como outro elemento cabal na engrenagem da teoria foucaultiana, já que Foucault atribui a ela uma “lei de coexistência”, caracterizando-a como um ambiente de dispersão: a formação discursiva “é para os enunciados não uma condição de possibilidades [...] já que os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência” (FOUCAULT, 2008, p. 132).

2.1.3.2.1. Enunciado e enunciação

Machado (1988), ao apontar uma das condições constitutivas do enunciado, designadamente a condição de sua existência material, explana sobre uma distinção feita por Foucault entre enunciado e enunciação.

De acordo com o comentador da obra de Foucault, na teoria do filósofo francês, a enunciação é a emissão de um conjunto de signos, dotada de tamanha singularidade que não há como haver enunciações repetidas. A cada vez que se emite um conjunto de signos, trata-se de uma outra enunciação. Já o enunciado pode se repetir. Um mesmo enunciado pode aparecer em enunciações distintas, realizadas por pessoas distintas e em circunstâncias, tempo e espaço distintos. Nas palavras de Foucault (2008):

Demasiado repetível para ser inteiramente solidário com as coordenadas espaço-temporais de seu nascimento (é algo diverso da data e do local de seu aparecimento), demasiado ligado ao que o envolve e o suporta para ser tão livre quanto uma pura forma (é algo diferente de uma lei de construção referente a um conjunto de elementos), ele é dotado de uma certa lentidão modificável, de um peso relativo ao campo em que está colocado, de uma constância que permite utilizações diversas, de uma permanência temporal que não tem a inércia de um simples traço, e que não dorme sobre seu próprio passado. Enquanto uma enunciação pode ser recomeçada ou reevocada, enquanto uma forma (linguística ou lógica) pode ser reatualizada, o enunciado tem a particularidade de poder ser repetido: mas sempre em condições estritas. (FOUCAULT, 2008, p. 118).

Não obstante, vale ressaltar que a identidade e a repetição de um enunciado estão atreladas à sua materialidade. Machado (1988, p. 170) chama atenção para a materialidade de ordem institucional que constitui o enunciado, sendo a instituição constitutiva da materialidade do que é dito. Nesses termos, análise do discurso e descrição dos enunciados são práticas intercambiáveis. No entendimento de Machado (1988) acerca da proposta foucaultiana, analisam-se discursos no “nível do enunciado e o que circunscreve, delimita e regula um grupo de enunciados é uma formação discursiva”.

2.1.3.3. Formação e prática discursiva

Desse ponto é que se torna, outrossim, sentido obrigatório ater-nos ao conceito de *formação discursiva*, tão presente na teoria de Foucault. Machado (1988, p. 167) sinaliza como tarefa imprescindível “mostrar, em que sentido a arqueologia, análise das formações discursivas, é uma descrição dos enunciados”. Foucault (2008) designa, por convenção, uma formação discursiva quando dentre determinado número de enunciados for possível descrever “semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade” (2008, p. 43).

Por conseguinte, com efeito da demarcação da *formação discursiva*, podemos mostrar algo sobre enunciados, que, por sua vez, ao serem descritos, levam-nos a proceder “a individualização de uma formação discursiva” (FISCHER, 2001, p. 203). Nas palavras de Foucault (1986, p. 135), pode-se compreender a formação discursiva, ou sistema de formação, como

[...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. (apud FISCHER, 2001, p. 203).

Caracteriza-se, portanto, dado discurso, ou dado grupo de enunciados, pela regularidade através da qual ele é praticado, definindo-se a formação discursiva pela

individualidade do sistema. O enunciado não está além do discurso, é parte integrante deste, conforme regras de formação, configuradas pela história, pelas práticas que se estabelecem em torno do objeto.

Fischer (2001), trazendo a leitura de Maingueneau (1993) sobre os limites entre disciplina e a definição de Foucault acerca das formações discursivas, indica que é necessário enxergá-las dentro de um espaço discursivo ou de um campo discursivo. Por tudo isso, entende-se que há uma relação intrínseca entre as formações discursivas e um dado campo do saber. Não obstante, da perspectiva foucaultiana, adverte a autora, isso não implica conceber formação discursiva como uma disciplina ou como um sistema fechado.

Para avaliar essa discussão, vale trazer a definição do próprio Foucault, segundo o qual uma formação discursiva se caracteriza fundamentalmente por constituir grupos de enunciados, ligados, não em planos de outras ordens, mas sim em seu próprio nível, em relação uns com os outros. Formação discursiva é constituída, pois, por grupos de enunciados, ou ainda

[...] conjuntos de performances verbais que não estão ligadas entre si, no nível das frases, por laços gramaticais (sintáticos ou semânticos); que não estão ligados entre si, no nível das proposições, por laços lógicos (de coerência formal ou encadeamentos conceituais); que tampouco estão ligados, no nível das formulações, por laços psicológicos (seja a identidade das formas de consciência, a constância das mentalidades, ou a repetição de um projeto) [...]. (FOUCAULT, 2008, p.131).

Para Foucault (2008. p. 122), o entendimento desse nível de ligação entre enunciados está associado ao “princípio de dispersão e de repartição, não das formulações, das frases, ou das proposições, mas dos enunciados” que regula as possibilidades da utilização linguística dentro de determinado campo discursivo.

Desse modo, Foucault não concebe a noção de prática discursiva como modo de traduzir ideias ou organizar frases, por exemplo. O autor pensa a prática em termos de dependência de um conjunto de regras e de exposição das relações pertencentes a dado discurso. Essas regras, segundo Foucault, são anônimas, históricas e condicionadas a dado tempo, dado espaço.

Nesse seguimento, entrevemos uma concepção de discurso que leva em consideração as práticas entre instituições, relacionando-se esses elementos extralinguísticos à língua, definindo condições para se exercer a função enunciativa.

Na arqueologia de Foucault, a relação entre o discursivo e o não discursivo está voltada para aquilo que é materialmente dito ou escrito, na relevância de sua inscrição no interior de uma formação discursiva. Fischer (2001, p. 217) explana sobre algumas reflexões relativamente ao entrelaçamento que há no dizer, ou melhor, que há no dito: “um feixe de relações, no desenho que articula enunciados e práticas, enunciados e técnicas, sobre um dado objeto; o mapa certamente apontará para regiões exteriores, para lugares maiores de ‘aplicação’ de um discurso”. O texto, objeto de análise, estará inevitavelmente enredado em algum processo permanente de transformação desse sistema de relações. Ao método arqueológico calha analisar o modo através do qual as coisas ditas, ou escritas, se inscrevem em determinada formação discursiva.

As regras, próprias para conduzir a formação dos discursos, ajustam-se como condições necessárias para existência de um discurso. Essas regras, nomeadas por Foucault de “regras de formação”, podem explicar o aparecimento e a distribuição do discurso no interior de um conjunto.

Machado (1988, p. 163) sintetiza essa questão em torno da possibilidade de descrição de um discurso, tecendo considerações acerca do sistema de regras de formação, pontuando-o como determinante em dada “formação discursiva”. Para o autor, “um discurso, considerado como dispersão de elementos, pode ser descrito como regularidade e portanto individualizado, descrito em sua singularidade, se suas regras de formação forem determinadas nos diversos níveis” (MACHADO, 1988, p. 163-164), designadamente os níveis dos objetos, relacionados às condições de aparecimento histórico dos discursos; dos tipos enunciativos, referentes às regras que tornam possível a existência de anunciações diversas; dos conceitos, cuja formação de regras permitem relacionar os discursos em um sistema comum; e dos temas e teorias, que tange à propriedade que os discursos têm de formar subconjuntos, qual unidade de distribuição que habilita opções estratégicas para se permitir ou excluir certos temas e teorias.

A arqueologia oferece uma análise dos discursos no nível da neutralidade, negando-se um princípio de unidade do discurso. Machado (1988) assinala que essa unidade, procurada no nível do objeto, da enunciação, dos conceitos e dos temas, só se dá, a valer, numa dispersão de elementos. Como dispersão que são, os discursos

são “formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade” (p. 162).

Direcionando, assim, nosso olhar para uma perspectiva analítica que tange à linguagem – torna-se, aqui, indispensável reiterar que, numa análise do discurso, não se intenta investigar aquilo que está escondido, ou desvendar verdades ocultas – fazem-se patentes indagações acerca do modo como se produz a linguagem, acerca da existência, da singularidade e da limitação de dado enunciado.

Para tanto, Fischer (2001) exemplifica¹⁹ esse aspecto analítico, dando atenção à necessidade de aceitarmos que há na constituição do que se chama de realidade um atravessamento de lutas pela imposição de sentidos. Um arqueologista busca pelo esquadramento de “ditos”, pelas diferentes cenas enunciativas e pela multiplicação das relações neles sugeridas. Entendendo-se, por “multiplicar relações” a disposição de

[...] situar as ‘coisas ditas’ em campos discursivos, extrair delas alguns enunciados e colocá-los em relação a outros, do mesmo campo ou de campos distintos. É operar sobre os documentos, desde seu interior, ordenando e identificando elementos, construindo unidades arquitetônicas, fazendo-os verdadeiros “monumentos”. É perguntar: por que isso é dito aqui, deste modo, nesta situação, e não em outro tempo e lugar, de forma diferente? É investigar sobre as posições necessárias ao falante, para que ele efetivamente possa ser sujeito daquele enunciado [...] é proceder a um levantamento da “memória” desse enunciado, acompanhá-lo como irrupção, como descontinuidade e como transformação. É tratar os enunciados na sua dispersão e na sua “pobreza”, uma vez que poucas coisas são realmente ditas nesse grande murmúrio anônimo do “ser da linguagem”. (FISCHER, 2001, p. 205).

Essa indicação da autora oferecida ao analista está estreitamente ligada ao fato de a análise se configurar como um trabalho de constituição de unidades a partir das tais dispersões, evidenciando “como determinados enunciados aparecem e como se distribuem no interior de um certo conjunto, sabendo, em primeiro lugar, que a unidade não é dada pelo objeto de análise” (FISCHER, 2001, p. 206).

¹⁹ Fisher (2001), numa análise de textos da mídia brasileira relacionados ao universo adolescente, extrai e organiza enunciados, inscrevendo-os no dispositivo da sexualidade e repartindo-os conforme determinadas formações discursivas, tais como o campo da medicina, da psicologia e da publicidade. O corpo teórico desse trabalho, intitulado “Foucault e a análise do discurso em educação”, não obstante seu enfoque na área da educação, serve de baliza para nossa revisão bibliográfica voltada à análise do discurso no rastro foucaultiano.

Nesse sentido, a dispersão é um conceito importante para apreender discursos, no apreço à multiplicação da realidade, tomando o discurso como lugar da dispersão, da multiplicação dos próprios discursos e dos sujeitos.

2.1.3.4. Sujeito

Ao falarmos em *sujeito*, para a Análise do Discurso, é necessário trazer da teoria foucaultiana a noção de *dispersão*, enquanto constituição social do sujeito. Em uma análise de discurso, o que se pode alcançar são dispersões e descontinuidades do sujeito, ou seja, não nos deparamos com manifestações do sujeito propriamente dito, uma vez que esse sujeito “não é um sujeito em si, idealizado, essencial, [cuja] origem [é] inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem” (FISCHER, 2001, p. 207).

Nessa continuidade, para Foucault (1986), com vistas a uma descrição para a formulação de enunciados, é necessário definir posições as quais ocupam os indivíduos, levando-os a ser considerados sujeitos. Não é, logo, a simples análise das “relações entre o autor e o que ele diz (ou quis dizer, ou disse sem querer) (p. 109, apud FISCHER, 2001, p. 207). Em outras palavras, um sujeito não é um autor, tampouco um sujeito da frase, “é uma função vazia onde diferentes sujeitos podem vir tomar posição e, assim, ocupar esse lugar quando formulam o enunciado”, considerando-se posições determinadas, esse lugar é “um espaço vazio a ser preenchido por indivíduos diferentes” (MACHADO, 1988, p. 168).

Além disso, é patente a necessidade de se considerar a presença do Outro no discurso, negligenciada por teorias idealistas da linguagem. Nessa perspectiva, ao tratar da pluralidade de vozes que compõem a linguagem, deve-se fazer compulsoriamente referência à filosofia da linguagem de Bakhtin, trazendo à tona a relação com o Outro como “fundamento da discursividade” (MAINGUENEAU, 2016, p.32). Para o “círculo de M. Bakhtin”, o discurso é dialógico, dado não só à presença do interlocutor no discurso, como também à presença de outros discursos em seu arranjo, o que implica a descentração do sujeito. Para Maingueneau (2016), reside na teoria bakhtiniana uma preocupação filosófica que é de extrema valia para se pensar a interdiscursividade, notadamente, a descentralização do ser na comunicação.

Foucault, delineando um tratamento distinto – tanto do idealismo, quanto até mesmo da psicanálise – para compreensão do sujeito, discute a tensão entre Eu e Outro no campo discursivo no lastro da dispersão do sujeito. Na análise que Fischer faz do autor, ela demonstra a dispersão do sujeito e o posicionamento da fala, ilustrando:

[...] a cada fala minha posiciono-me distintamente, porque estou falando ora de um lugar, ora de outro, e nesses lugares há interditos, lutas, modos de existir, dentro dos quais me situo, deixando-me ser falado e, ao mesmo tempo, afirmando de alguma forma minha integridade. (FISCHER, 2001, p. 208).

Essa integridade, destaca a autora, afiança a ordem e as fronteiras do texto. O discurso, portanto, é heterogêneo e o sujeito é disperso, na medida que aquele é marcado pela posição da qual se é concretamente enunciado, garantindo a integridade do sujeito dentro dos limites do discurso.

Os discursos, então, sustentam fronteiras, ainda que movediças, em torno do sujeito, atravessado em dispersão. Os enunciados, não obstante, distinguem as posições do sujeito. Nas palavras de Foucault (2008, p. 149), somos constituídos de diferenças e a “nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras. Que a diferença, longe de ser origem esquecida e recoberta, é a dispersão que somos e que fazemos”.

Ao considerar o caráter múltiplo do sujeito, Foucault habilita o desdobramento da pergunta “quem fala?” em outras tantas mais:

[...] qual o *status* do enunciador? Qual a sua competência? Em que campo de saber se insere? Qual seu lugar institucional? Como seu papel se constitui juridicamente? Como se relaciona hierarquicamente com outros poderes além do seu? Como é realizada sua relação com outros indivíduos no espaço ocupado por ele. Também cabe indagar sobre o “lugar de onde fala”, o lugar específico no interior de uma dada instituição, a fonte do discurso daquele falante, e sobre a sua efetiva “posição de sujeito” – suas ações concretas, basicamente como sujeito incitador e produtor de saberes. (FISCHER, 2001, p. 208).

Dessa maneira, na visão da autora, Foucault desconcerta a noção de discurso como algo que expressa ou traduz o que está por trás de alguma coisa. O sujeito não existe antes de seu próprio enunciado, ele é sim um efeito do discurso, e é nesse espaço de exterioridade que o sujeito, conformado pela dispersão e pela descontinuidade, se configura numa rede de posições distintas.

2.1.3.5. Interdependência de enunciados

Uma formação discursiva não é ponto pacífico, local de tão-somente estabilidades. Trata-se de um espaço de desarmonias e oposições. Entre cruzamentos, relações e interdependências, “o campo enunciativo acolhe novidades e imitações, blocos homogêneos de enunciados bem como conjuntos díspares, mudanças e continuidades” (FISCHER, 2001, p. 210).

O campo enunciativo é, pois, ponto de atravessamento, onde se estabelecem relações e se agenciam interdependências. Fischer (2001) chama atenção para o que Foucault designa como uma espécie de povoação das margens dos enunciados por outros enunciados, numa complementaridade e numa disputa entre distintos campos do saber-poder. Foucault (2008, p. 110) marca a necessidade de se fazer uma distinção: “Essas margens se distinguem do que se entende geralmente por “contexto” – real ou verbal –, isto é, do conjunto dos elementos de situação ou de linguagem que motivam uma formulação e lhe determinam o sentido”.

Para que um enunciado possa ser efetivamente considerado como tal, é preciso relacionar, por exemplo, uma frase, ou uma proposição, com suas adjacências, atendendo a uma “relação suplementar que vem se imprimir sobre as outras, não se pode dizer uma frase, não se pode fazer com que ela chegue a uma existência de enunciado sem que seja utilizado um espaço colateral” (FOUCAULT, 2008, p. 110).

Disso decorre a sugestão de Foucault em se “complexificarem” os enunciados, no sentido de se buscar por interpelações acerca desses “espaços colaterais”, uma vez que não há neutralidade ou independência entre enunciados. Um enunciado pressupõe outros, à proporção que exerce sua funcionalidade, ao mesmo tempo, apoia-se nos outros.

Em já se tratando de interdependência entre enunciados, de modo geral, anotamos neste ponto do percurso teórico que as pegadas deixadas pela leitura de diversos pesquisadores acerca do pensamento de Foucault abalizam a importância de sua proposta arqueológica de análise. Não obstante, ponderaremos, na sequência, sobre um tratamento dado à teoria de Foucault não como sistema de ferramenta metodológica da Análise do Discurso, mas como caminho significativo para se chegar à Análise do Discurso.

2.1.4. Na esteira de Foucault

Em seu livro “Cenas da Enunciação” (2006a), Maingueneau dedica um capítulo inteiro a apresentar uma leitura que busca pontos de contato entre sua concepção de Análise do Discurso e *A Arqueologia* de Foucault. Propõe-se, para tanto, a fazer isso por meio de uma leitura, na expressão do próprio Maingueneau, “duplamente infiel” sobre o livro, já que, quando da publicação de “A Arqueologia do Saber”, no julgamento de Maingueneau, não parecia haver uma ligação com os saberes que cercavam Foucault, ou seja, Maingueneau se dedica a uma leitura de modo a considerar “a prefiguração de um discurso por vir” (2006a, p. 32), além disso, a outra “infidelidade” de leitura se dá na tentativa de interrogar uma obra acerca de dada disciplina à qual Foucault não confere legitimidade. Assim, *A Arqueologia* seria uma espécie de ambivalência que “simultaneamente, [...] estrutura e desfaz seu discurso” (MAINGUENEAU, 2006a, p. 32).

Maingueneau (2006a) destaca que “Foucault jamais se colocou como fundador de uma disciplina, senão de um modo irônico que não deve nos iludir” (p. 25), sendo assim, no que se refere a Foucault, faz-se capital não tratar de modo ortodoxo suas reflexões que mais abrem pistas do que, de fato, constituem sistemas. (p. 25). Não obstante, historicamente, a publicação de “A Arqueologia do saber” coincide com a publicação de “A Análise do discurso”, na revista *Langages*, pensamento que se conformaria mais tarde como “Escola francesa”. Esse método de análise contribuía para a construção de uma ciência da ideologia, alicerçada junto à linguística estrutural, ao marxismo e à psicanálise. O livro de Foucault não se inscrevia propriamente nessa perspectiva e suas ideias reverberavam uma concepção sobre discursividade de

orientação distinta. Isso, ainda assim, não poderia deixar de despertar interesse nos analistas do discurso:

A Arqueologia do saber exerceu uma influência que poderíamos dizer “oblíqua”, na medida em que essa obra se afastava das correntes dominantes, mas sem definir claramente um espaço alternativo, associado a um aparelho metodológico explícito. (MAINGUENEAU, 2006a, p. 26).

Nesse caminho, sem a intenção de discorrer especificamente sobre o percurso histórico da afinidade entre Foucault e a Análise do Discurso, Maingueneau (2006a) destaca um ponto central dessa relação, designadamente a visibilidade dada à *Arqueologia* no final dos anos sessenta, visibilidade essa na trilha do sucesso conferido às correntes pragmáticas dentro das ciências humanas, sociais e linguísticas e, em especial, das teorias da enunciação.

No entanto, interpelar a obra “A Arqueologia do Saber” sob o viés da Análise do Discurso não se configura como tarefa simples. Primeiro, pela própria dificuldade em ordenar o livro sob dada categoria, uma estranheza que, segundo Maingueneau, dá-se, inclusive, por um suposto entrelaçamento entre exposições filosóficas e procedimentos das ciências sociais. Outro ponto de dificuldade seria a discrepância entre o *corpus* discutido por Foucault e a abrangência de seus conceitos refletidos. Um *corpus* reduzido quando se pensa a amplitude das reflexões foucaultianas. Ainda assim, Maingueneau aponta para essa questão, menos no intuito de exprobrar as escolhas feitas por Foucault, e mais no de considerar que o *corpus* poderia, de algum modo, afetar a teoria.

Dessa forma, Foucault estaria se utilizando de elementos que se situam num nível pré-linguístico, o que influi nas concepções do autor sobre discurso. Seria, por exemplo, para ele, reduzido ao estatuto de acessório as *estratégias interacionais*, como *estilo*, *retórica*, etc. Além do mais, a *organização textual* não angariaria lugar cativo, sendo essa estrutura relegada à superfície linguística.

Outro ponto destacado por Maingueneau (2006a) é a tensão presente na obra entre o estruturalismo da “arqueologia” e “o movimento de pensamento que coloca em primeiro plano a ‘função enunciativa’ e, mais amplamente, as problemáticas que atualmente são tão familiares às correntes pragmáticas” (p. 29). Há nisso um destaque feito por Maingueneau acerca da transformação pela qual passaram, posteriormente às reflexões feitas n’A *Arqueologia*, as ciências da linguagem.

Já na finalidade de evidenciar questões importantes da obra “A Arqueologia do Saber” pontualmente para a Análise do Discurso, Maingueneau lança as, intituladas por ele de “ideias-força”, quer dizer, noções elaboradas n’A *Arqueologia* que contribuem para o estilo de análise que o interessa, demonstrando, assim, ideias produtivas de Foucault para o campo de análise, interessantes, pelo menos, à visão de Maingueneau.

Um conceito fundamental à Análise do Discurso é a noção de *opacidade*, que confere ao discurso estatuto não redutível à língua, nem a aspectos psicossociais. Esse tema é versado na obra de Foucault em termos de se relevar a manutenção da consistência do discurso, ou seja, não se trata de considerar, o discurso, um signo através do qual se encontra sentidos, mas sim sopesar a complexidade própria do discurso, “o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência”. E é justamente na análise do discurso que se pode perceber “os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas” serem desfeitos (FOUCAULT, 1969, p. 54-56 apud MAINGUENEAU, 2006a, p. 30).

Assim, a questão central dessa discussão é o destaque dado ao conjunto de regras inerentes às práticas discursivas, conceito caro à Análise do Discurso, que confere, segundo Maingueneau (2006a, p. 30), “uma subjetividade irreduzível às formas clássicas”. É o entrelaçamento de discurso e instituição aos dispositivos enunciativos que habilita o aparecimento de eventos enunciativos. O sujeito é atravessado pelo discurso, pela sociedade e pela história. Nesse seguimento

O discurso, assim concebido, não é a manifestação majestosamente desenvolvida de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos. (FOUCAULT, 1969, p.61-62 apud MAINGUENEAU, 2006a, p. 30, grifo do autor).

Para se definirem as disposições das enunciações, não se recorre, pois, a um sujeito transcendental ou a uma subjetividade psicológica, o sujeito recorre a regras de formação, no regime de sua condição de existência.

Outro ponto importante para Maingueneau é a demanda do *arquivo*, consideração que assegura o discurso como não dado, mas sim “sustentado por um ruído de práticas obscuras que o configuram e o fazem circular segundo trajetórias que se confundem com seus múltiplos modos de existência” (MAINGUENEAU, 2006a, p. 30).

A sistemática de formação e transformação de enunciados se dá entre língua e *corpus*, a primeira, definidora do sistema linguístico, o segundo, recolhedor das palavras pronunciadas. O *arquivo* é, portanto, definido no nível

[...] de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação [...] entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistir e, ao mesmo tempo, modificarem regularmente. (FOUCAULT, 1969, p. 149-150 apud MAINGUENEAU, 2006a, p. 31, grifo do autor).

Evidenciado como condição indispensável para se chegar a uma discursividade, Maingueneau apresenta uma postura de Foucault que baliza a análise de textos, particularmente no que tange à relação entre discurso e pensamento. Para Foucault, a orientação dada à análise do campo discursivo é

[...] compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 1969, p. 149-150 apud MAINGUENEAU, 2006a, p. 31).

Como último destaque, a ideia em torno dos “discursos constituintes”, valiosa à Maingueneau e a seu tipo de Análise do Discurso, encontra n’A *Arqueologia* apoio teórico para o arranjo de um procedimento de análise afeito à noção de “instituição discursiva”. Ao recusar “noções como ‘visão de mundo’, ‘autor’, ‘documento’, ‘influência’, ‘contexto’, etc., ele [Foucault] libera espaço para um procedimento de análise do discurso centrado” nessa noção, que corresponde a um “enlaçamento

recíproco de um uso da língua e de um lugar nesses dispositivos de enunciação que são os gêneros do discurso” (2006a, p. 32).

Ao se pensar o gênero do discurso por meio do que Maingueneau denomina como cena, constante de uma cenografia, o autor elucida um novo modo de se descortinar o discurso, pensando-o por meio de certa função social, fortemente conectado às esferas em que circulam os textos.

2.1.5. Texto, discurso e encenação

Neste trabalho investigativo, para delimitação de nosso *corpus*, buscamos pensar a cenografia que constitui as cenas genéricas da esfera jornalística. Para tanto, faz-se relevante refletirmos sobre o entendimento de Maingueneau acerca da chamada cena da enunciação.

A metáfora do teatro de inspiração pragmática é recorrente entre analistas do discurso, trata-se, com efeito, da noção de “cena” na caracterização de dado gênero do discurso por meio de uma dramaturgia. A relação entre textos e gêneros fica patente na escolha e atribuição de papéis por parte do locutor. Maingueneau (2006b) não considera, porém, a cena “como um simples quadro, uma decoração, como se o discurso sobrevivesse no interior de um espaço já constituído e independente desse discurso. Ela é constitutiva dele” (p. 95).

As considerações sobre a ideia de “cena” mais particularmente utilizadas na Análise do Discurso residem na representação promovida pelo discurso em torno de sua situação enunciativa. Maingueneau (2002) difunde a noção de cena de enunciação, presente em suas reflexões acerca do discurso, marcando a necessidade de se considerar a enunciação como parte da cena em que o estrutura. Para o autor, um texto não se configura como mero conjunto de signos inertes, mas sim como uma espécie de trilha marcada pelo discurso na qual se há uma encenação da fala. Essa fala que é encenada promove uma interpelação sobre o alocutário que o envolve em três cenas de atuação complementares entre si, as quais são denominadas por *cena englobante*, *cena genérica* e *cenografia*.

2.1.5.1. Quadro cênico

Maingueneau (2002) aponta a noção de cena englobante como referência para supormos o discurso a que dado texto pertence, ou ainda, compreendermos “em nome de quê” o texto interpela o alocutário e “em função de qual finalidade” ele é organizado (p. 86). Sem a trivial pretensão de categorizar discursos, pode-se, no mínimo, defini-los a partir de uma dada função social, ligada às esferas em que circulam os textos. Por esse ângulo, ao pensarmos o tipo de discurso que corresponde a uma cena englobante, é possível remetermos certos textos a determinados discursos, tal como, por exemplo, o discurso jornalístico.

Não obstante, essa caracterização deve levar em conta a situação dos parceiros da enunciação em dado espaço-tempo, Maingueneau (2006a) destaca, nessa expectativa, a importância de se avaliar o gênero do discurso na definição dos papéis dos enunciadorees, já que “a cena englobante não é o suficiente para especificar as atividades discursivas nas quais se encontram engajados os sujeitos” (p. 112). A interação entre os locutores só se dá, com efeito, nas cenas englobantes por meio de *gêneros de discurso* específicos e de sistemas de normas. Disso decorre a relevância de se observar a *cena genérica* na constituição do discurso.

Os gêneros do discurso implicam cenas específicas, sendo eles, por conseguinte, decisivos na determinação de papéis atribuídos aos parceiros da enunciação, “circunstâncias (em particular um modo de inscrição no espaço e no tempo) um suporte material, um modo de circulação, uma finalidade etc.” (MAINGUENEAU, 2006b, p. 96). Nas notícias de divulgação científica, deparamo-nos com a presença de um “mediador” que se dirige a um público leigo. A “cena genérica” de uma notícia de divulgação científica comporta traços tanto no nível do gênero notícia, quanto do subgênero – enquanto gênero, notícias são distintas umas das outras por comporem práticas específicas –, determinados pela cena englobante. As notícias de divulgação científica não pertencem à mesma cena genérica que as notícias de esporte, por exemplo –, podendo haver, consoante Maingueneau (2006a), subdivisões segundo o viés da pragmática e segundo o próprio suporte de circulação (impresso, on-line, por exemplo).

Só se pode determinar tal gênero, ou tais subgêneros a partir do ponto de vista sob o qual se edifica a classificação. Sendo os gêneros “instituições de fala sócio-historicamente definidas, sua instabilidade é grande, e eles não se deixam apreender

em taxinomias compactas” (MAINGUENEAU, 2006a, p. 112). Todavia, tanto a cena englobante, espaço do tipo de discurso, quanto a cena genérica, espaço do gênero de discurso, vão compor mutuamente um espaço que é de estabilidade, ambiente em que o enunciado recebe sentido.

2.1.5.1.1. O gênero notícia

Nas adjacências dessa teoria que envolve as cenas da enunciação, a chamada cena genérica corresponde ao que se considera gênero do discurso. O gênero do discurso é um dispositivo capaz de determinar a inscrição de dado texto num tempo e num espaço, além dos rituais e papéis sociais assumidos por coenunciadores, através de um modo mais provável por meio do qual o texto deve ser defrontado em dada interação social. Isso corresponde a uma espécie de economia no tempo utilizada para que os coenunciadores interajam, já que os modelos de gêneros satisfazem certas estruturas relativamente estáveis.

A fim de identificarmos os textos que se relacionam à cena genérica da notícia, apoiamo-nos em elementos de sua estrutura macrotextual com base na proposta de van Dijk (2004). Ao discutir essa questão na mídia impressa, van Dijk (2004) conclui que os esquemas das notícias são definidos a partir de categorias convencionais, tais como: sumário (*lead* e manchete), evento principal e *background* (história ou contexto), e suas respectivas subcategorias.

Van Dijk propõe um quadro analítico para as estruturas do discurso noticioso, enfocando, em especial, o que ele denomina de organização *global* da notícia: as estruturas globais como tópicos ou temas (estruturas semânticas) e os esquemas superestruturais (estruturas esquemáticas). Por estrutura temática, o autor entende “a organização geral de ‘tópicos’ globais sobre os quais versa um exemplar de notícia”, sendo que a análise temática é realizada à luz de uma teoria de macroestruturas semânticas. Essas macroestruturas “constituem a representação formal do conteúdo global de um texto ou diálogo e, portanto, caracterizam parte do sentido de um texto”. As estruturas esquemáticas, por outro lado, são usadas para descrever a forma global de um discurso, sendo chamadas teoricamente de *superestruturas* (VAN DIJK, 2004, p. 122-123).

O autor postula que os esquemas possuem uma natureza fixa, convencional, ressaltando que podem ser variáveis de uma cultura para outra e para cada tipo de texto. Sendo assim, as superestruturas esquemáticas organizam as macroestruturas temáticas.

Considerando uma abordagem cognitiva da Análise do Discurso, van Dijk (2004) propõe também que sejam pensadas no gênero notícia as *estruturas de relevância*, isto é, aquelas que indicam ao leitor qual informação é mais importante ou proeminente em um texto. Para essa identificação, é importante, então, levar em conta a manchete, que desempenha importante papel nessa estrutura. Com essa proposta, o autor assinala que

[...] as formas estruturais e os sentidos globais de um texto de notícia não são arbitrários, mas o resultado de hábitos sociais e profissionais de jornalistas em ambientes institucionais, de um lado, e uma condição importante para o processamento cognitivo eficaz de um texto noticioso, tanto por jornalistas como por leitores, de outro. (VAN DIJK, 2004, p. 123).

Discutindo sobre a questão das macroestruturas semânticas, van Dijk (2004) ressalta a capacidade de os usuários da língua exprimirem o ponto principal, o tema ou o tópico da informação de uma notícia, garantindo que esta seja uma capacidade baseada em uma série de regras e estratégias linguísticas e cognitivas, que nos permitem captar a estrutura *global* de um discurso.

Cabe ressaltar que esses *tópicos*, atribuídos a um texto, possuem as seguintes características: (i) podem não ser únicos; (ii) podem ser subjetivos; (iii) parte deles estão formulados no próprio texto; (iv) tipicamente desconsideram os detalhes do texto. As estratégias utilizadas para se chegar a esses *tópicos*, segundo o autor, constituem-se de três princípios sumarizadores, denominados macrorregas, a saber: apagamento, generalização e (re)construção, que servem para reduzir a estrutura complexa de um texto a uma estrutura mais geral, simples e abstrata.

Assim, as macroestruturas de um texto não são dadas, mas construídas pelos coenunciadores, já que representam como o texto é compreendido, o que é considerado importante e como as relevâncias são retidas na memória. Isso explica sua dimensão cognitiva.

Nas notícias que selecionamos para composição do *corpus*, é possível identificar o assunto sobre o qual abordam os textos, ou seja, uma possibilidade de se

“resumir unidades bastante complexas de informação por meio de uma ou mais sentenças, que exprimem o ponto principal, o tema ou o tópico da informação” (VAN DIJK, 2004, p. 129).

Sobre isso, van Dijk aponta que “conhecimento, crenças, atitudes e ideologias podem operar na construção e representação cognitiva de macroestruturas” (VAN DIJK, 2004, p. 133). Além dessas macrorregras, necessitamos também de *esquemas* complexos de conhecimento ou *scripts* para compreender qual assunto está sendo tratado em um texto.

Ademais, em relação à notícia jornalística, as manchetes e o *lead* permitem evidenciar a informação mais importante do texto. Quando esses não representam uma sumarização adequada de todo o sentido global de um texto, para van Dijk, podemos estar diante de um caso de distorção do sentido²⁰.

Ainda em relação ao esquema da notícia, além da macrossemântica do discurso noticioso, van Dijk defende que há também uma macrossintaxe, caracterizada por uma superestrutura, que pode ser descrita em termos de categorias e regras convencionais, operando em um nível global. Assim, o autor postula que, em relação ao discurso da notícia, há sempre um esquema fixo, que pode ser reconhecido por seus usuários, jornalistas e leitores, em uma dada cultura, tais como a *manchete* (a categoria que abre o esquema) e o *lead* (categoria opcional), ambos funcionando como o *Sumário* do discurso da notícia. O topo da macroestrutura completa do texto é formulado pelo *lead*, e as sentenças ou parágrafos iniciais do texto expressam um nível ainda inferior da macroestrutura, apresentando detalhes importantes a respeito de tempo, local, participantes, causas/razões ou consequências dos eventos principais. Os mesmos princípios utilizados na produção estratégica do discurso são aceitos para a leitura estratégica, compreensão e memorização do leitor, pois “manchetes e *leads* são lidos e interpretados em primeiro lugar, e sua informação formal ou semântica inicia um complexo processo de compreensão” (VAN DIJK, 2004, p. 142).

Segundo van Dijk (2004), as categorias de um esquema de notícia seguem alguns princípios *ordenadores*. A superestrutura ou esquema é formada pelas seguintes categorias: 1) *Manchete* e *lead*: expressam diretamente as

²⁰ No entanto, cabe aqui salientar que, muitas vezes, a não correspondência de uma manchete com o fato noticiado pode ter sido, na verdade, uma estratégia para ativar a curiosidade do leitor, e não uma simples distorção do fato.

macroproposições de nível mais alto do discurso noticioso; 2) *Reações Verbais*: referem-se às citações dos entrevistados presentes no discurso; 3) *Evento Principal*: apresenta a descrição dos eventos que constituem a notícia; 4) *Consequências*: organiza todos os eventos que são descritos como tendo sido causados pelo *Evento Principal*; 5) *Comentário*: contém conclusões, expectativas, especulações e outras informações sobre eventos no final da notícia, mas sua presença não é obrigatória; 6) *Background*: informações que não fazem parte dos eventos noticiosos atuais, tais como, história (eventos do passado e do presente), eventos prévios (eventos específicos que precedem os eventos principais atuais, podendo aqueles serem tomados como uma causa ou condição direta destes) e contexto (organiza a informação sobre a situação atual na qual o evento principal é elemento significativo). No entanto, essas regras de ordenação para o autor não são rígidas e gerais, porque a estrutura de um discurso noticioso pode seguir uma ordem opcional, podendo diferir de cultura para cultura, de jornal para jornal e de jornalista para jornalista. Mesmo assim, contribuem significativamente para a delimitação do nosso *corpus*, auxiliando enquanto ferramenta de análise qualitativa quando da seleção dos textos.

Delineado o gênero notícia, pelas categorias de van Dijk (2004), e aviltando a cenografia montada por essa cena genérica conjunta à cena englobante, podemos prosseguir a um nível além, ao que Maingueneau (2010) elucida como cena construída pelo próprio texto. Importa, portanto, refletirmos sobre uma outra cena que, estabelecida pelo discurso, pode, para além do tipo e do gênero de discurso, interferir junto ao quadro cênico, qual seja a denominada cenografia.

2.1.5.2. Cenografia

Exposta a importância de se considerar o espaço estável favorecido pela relação entre tipo e gênero de discurso, vale dizer, não obstante, que o coenunciador, ao entrar em contato com o texto, não se vê de frente a tal quadro cênico, mas sim a uma cenografia. Na visão de Maingueneau (2002), essa cenografia é instituída não pelo tipo ou gênero de discurso, mas pelo próprio discurso.

Posto isso, para que efetivamente cumpra sua função, a cenografia não se configura como mero quadro, ou cenário, de tal sorte que o discurso simplesmente brotasse num espaço já dado e autônomo. Para Maingueneau (2002, p. 87), “é a

enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para construir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala”, num processo em espiral, em que, desde sua emergência, a fala implica uma cena de enunciação, validada, progressivamente, pela própria enunciação (MAINGUENEAU, 2006b).

Nesse seguimento, Maingueneau (2002) vai afiançar que a cenografia implica “um processo de enlaçamento paradoxal” (p. 87), dado que a fala deva supor uma situação de enunciação, cuja validação se constitui por intermédio dela mesma. Seria, assim, em via de mão dupla, uma forma de a enunciação legitimar o enunciado e, este, compulsoriamente, a legitimar: “a cenografia é *ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra*” (p. 87), sendo que a cenografia nasce justamente no que é estabelecido conforme a pertinência da enunciação. Se a cenografia é, por exemplo, política, se é filosófica, se é científica... é tal cenografia conveniente ao acontecimento.

O discurso, que comporta finalidades persuasivas, instrui cenas de enunciação que legitimam ele mesmo. É o discurso, desde o início, o responsável pela imposição de sua cenografia. Por outro lado, o discurso só poderá legitimar a cenografia, imposta por ele, através de sua própria enunciação. O discurso tem de promover uma aceitação por parte dos coenunciadores referente ao lugar a eles atribuídos pela cenografia, no universo do sentido em que ela participa. A tomada de palavra, nesses termos, representa “em diversos graus, [uma] incursão em um risco, sobretudo quando se trata de gêneros ou de tipos de discurso que têm necessidade de se impor contra outros pontos de vista e de provocar uma adesão que está longe de ser já dada” (MAINGUENEAU, 2006a, p. 113).

Nesse ponto, Maingueneau (2006a) chama atenção para a “armadilha” arquitetada pela cenografia. Ao avançar no texto, o coenunciador “deve se persuadir de que é aquela cenografia, e nenhuma outra, que corresponde ao mundo configurado pelo discurso” (2006a, p. 114). Destaca-se que isso ocorre dado o fato de a cenografia, forçosamente, ter por efeito relegar a cena englobante e a genérica a um segundo plano, numa espécie de armadilha para o coenunciador. Este recebe o texto como um gênero armado pela cenografia, e não outro, de fato constituído pela cena genérica.

Na cenografia, estão associados enunciador e coenunciador, de modo que esses dois lugares conjecturam uma **cronografia** e uma **topografia**, termos que se referem, respectivamente, a um momento em que e a um lugar de onde se origina o discurso – ou pelo menos de onde “pretende” se originar. Maingueneau (2006a)

chama atenção para a não dissociabilidade desses polos, os quais se conectam também com o assentamento da identidade dos parceiros do discurso:

[...] a determinação da identidade dos parceiros da enunciação [...] está em sintonia com a definição de um conjunto de *lugares* e com *momentos de enunciação* a partir dos quais o discurso pretende ser proferido, de modo a fundar seu direito à palavra. (MAINGUENEAU, 2006a, p. 113).

Outro ponto relevante suscitado por Maingueneau (2002) no que se refere à manifestação de cenografias é o fato de seu aparecimento absoluto só poder ser abonado se a própria cenografia mantiver o controle de seu desenvolvimento e o distanciamento de seu coenunciador. Caso contrário, diante de imprevisibilidades, por exemplo, a falta de controle torna dificultosa aos participantes a possibilidade de enunciar através de cenografias próprias.

No mesmo seguimento, Maingueneau (2002, 2006a e 2006b, 2010) discute a relação entre cenografia e gêneros, destacando a possibilidade que estes teriam de formar variadas cenografias, provavelmente conforme a finalidade em que eles são empregados. Para tanto, o autor delineia uma espécie de *continuum* entre dois polos extremos, em que, numa ponta, situam-se aqueles tipos de discurso que comportam gêneros cujas cenas enunciativas são mais estabilizadas e, na outra, aqueles cuja mobilização para armar a cenografia é mais imprevisível:

- de um lado, os gêneros, pouco numerosos, que se limitam ao cumprimento de sua cena genérica, *não sendo suscetíveis de adotar cenografias variadas* [...];
- de outro, os gêneros que, por natureza, exigem a escolha de uma cenografia [...];
- entre os dois pólos estão situados os gêneros suscetíveis de cenografias variadas, mas que, *na maioria das vezes*, limitam-se ao cumprimento de sua cena genérica *rotineira*. (MAINGUENEAU, 2002, p. 89-90).

Maingueneau (2002) pontua que essa variação à qual estão suscetíveis alguns gêneros parece depender da finalidade de cada um deles. Ou seja, gêneros que não possibilitam quaisquer cenografias constituem um papel puramente utilitário. Já os

gêneros que suscitam cenografias distintas e variadas podem, com efeito, serem empregados com vista a melhor persuadir o coenunciador, o que deverá lançar sobre ele estratégias de adesão, para que lhe atinja o imaginário e atribua-lhe identidade na valorização de uma cena específica de fala. Inclusive, são, para Maingueneau, os gêneros “que visam a agir sobre o destinatário, a modificar suas convicções” os “que mais recorrem a cenografias” (MAINGUENEAU, 2006b, p. 97).

Os textos de divulgação científica parecem se situar entre esses dois polos, no sentido de que, conquanto o mais comum seja permanecerem próximos de sua cena genérica – sobretudo quando nos referimos a notícias de divulgação de circulação on-line e cuja atualização na rede é rápida e constante – podemos nos deparar com gêneros passíveis de variadas cenografias, até mesmo pela perspectiva de atrair o leitor ou, em sua intenção mais básica, tornar as informações técnicas mais acessíveis. Pelo menos é o que se pôde verificar em meus trabalhos sobre as revistas *Superinteressante* e *Mundo Estranho* (NOCCIOLI, 2010 e 2014). Revistas de divulgação para um público leigo e jovem como estas empregam estratégias divulgativas na tentativa de promover uma maior aproximação com o leitor e, nessa expectativa, são arquitetadas cenografias que remetem o leitor a, por exemplo, mapas, guias, receitas... embora a cena genérica, em geral, correspondesse a notícias e reportagens.

Ainda sob essa abordagem, Maingueneau (2002) utiliza-se, em uma análise proposta por ele mesmo acerca de um texto do gênero publicidade, da expressão “cenografia difusa” para denominar “um conjunto vago de cenografias possíveis” (p. 90). Seguindo essa denominação, poderíamos, da mesma forma, arriscar transpor as ponderações de Maingueneau, em torno da publicidade, para os textos de divulgação científica, identificando-os, outrossim, como detentores de uma cenografia *difusa*, ou seja, de um gênero de discurso não preciso. Nessa esteira, a cenografia desse tipo de texto remeteria, de modo análogo ao da publicidade, a um conjunto indefinido de cenografias que plasticamente oscilam. Parece possível dizer que a cenografia dos textos de divulgação científica situa-se nas adjacências da ordem científica e da ordem didática, por exemplo.

Por fim, apontamos para mais uma observação de Maingueneau (2002) acerca da cenografia, designadamente a possibilidade de, dentro dela, outra cena poder ser evocada, com apoio de outras cenas de fala intituladas por “cenas validadas”. Neste ponto, trata-se dessa terminologia, “cena validada”, e não “*cenografia* validada”,

“porque a ‘cena validada’ não se caracteriza propriamente como discurso, mas como estereótipo autonomizado, descontextualizado, disponível para reinvestimento em outros textos” (p. 92). As cenas validadas fixam-se por meio de representações prototípicas popularizadas, por exemplo, na mídia. Essas cenas são ancoradas numa memória coletiva por meio de modelos rejeitados ou valorizados, mas que, enfim, se alojam na memória do coletivo. Embora o repertório composto pelas cenas validadas seja variável conforme o grupo a que se destina dado discurso, comumente as cenas compartilhadas podem ser associadas a um público geral, heterogêneo.

Em suma, ao se pensar esse panorama apresentado por Maingueneau (2002) relativamente à concepção de cenografia, destacamos alguns pontos capitais de sua reflexão que possam contribuir para se desenhar o *corpus* deste trabalho. As considerações sobre a ideia de “cena” mais particularmente utilizadas na Análise do Discurso residem na representação promovida pelo discurso em torno de sua situação enunciativa. Decorre disso o fato de a enunciação ser parte da cena em que se estrutura o discurso. A enunciação institui a cena de enunciação e, ao mesmo tempo, se legitima por meio dela. Esse modo de conceber o discurso se coaduna com as ideias de Foucault, para quem o discurso não se configura como mera expressão ou tradução de sentidos: “enunciar não é apenas expressar ideias, é também tentar construir e legitimar o quadro de sua enunciação” (MAINGUENEAU, 2002, p. 93).

Ao se buscar avaliar um quadro cênico, faz-se relevante o olhar voltado para o texto, uma vez que este leva à construção daquele. Os textos selecionados para esta pesquisa podem ser pensados consoante suas cenas de enunciação. Em nosso *corpus*, a cena englobante é capaz de caracterizar os textos como pertencentes ao âmbito da Divulgação Científica, pelo tipo de discurso a que pertencem; a cena genérica, pela qual optamos dentro dessa cena englobante, é a notícia; e a cenografia fica à mercê das cenas de cada enunciação, ou seja, em cada uma das notícias, selecionam-se recursos diferentes de composição, de apresentação.

Partiremos agora para uma revisão bibliográfica que concerne à prática de divulgação científica, pontuando os principais recursos linguístico-discursivos, que contribuem para o processo de construção do texto divulgativo na esfera jornalística.

2.2. Estações linguístico-discursivas

“A verdade está no fundo de um poço”, li certa vez, não me lembro mais se num livro ou num artigo de jornal. Em todo caso, em letra de fôrma, e como duvidar de afirmação impressa? Eu, pelo menos, não costumo discutir, muito menos negar, a literatura e o jornalismo. E, como se isso não bastasse, várias pessoas gradas repetiram-me a frase, não deixando sequer margem para um erro de revisão a retirar a verdade do poço, a situá-la em melhor abrigo: paço (‘a verdade está no paço real’) ou colo (‘a verdade se esconde no colo das mulheres belas’), pólo (‘a verdade fugiu para o pólo norte’) ou povo (‘a verdade está com o povo’). Frases, todas elas, parecem-me, menos grosseiras, mais elegantes, sem deixar essa obscura sensação de abandono e frio inerente à palavra poço.

O meritíssimo Dr. Siqueira, juiz aposentado, respeitável e probo cidadão, de lustrosa e erudita careca, explicou-me tratar-se de um lugar-comum, ou seja, coisa tão clara e sabida a ponto de transformar-se num provérbio, num dito de todo mundo. Com sua voz grave, de inapelável sentença, acrescentou curioso detalhe: não só a verdade está no fundo de um poço, mas lá se encontra inteiramente nua, sem nenhum véu a cobrir-lhe o corpo, sequer as partes vergonhosas. No fundo do poço e nua.

Primeiro episódio de “Os velhos marinheiros” de Jorge Amado

À essa altura do caminho teórico, explanaremos sobre pontos relevantes da divulgação do conhecimento em nossa sociedade contemporânea, refletindo acerca da difusão dos saberes científicos vinculada à prática jornalística. Prática essa que constitui um poderoso instrumento na cultura ocidental, capaz de exibir ares de verdade indubitável sobretudo àqueles que só a ela recorrem como fonte de conhecimento. E é ela também habilidosa em formar, com letra de fôrma, o público leigo, sobretudo se puder exibir-se sob a batuta de uma voz confirmativa, advinda de uma respeitável autoridade. Mas a verdade, claro, só continuará nua se escondida no fundo de um poço... até, enfim, sua emersão ao paço real, ao colo das mulheres, ao polo norte ou ao povo, no momento em que o jornalismo tiver oportunidade de

divulgá-la, cobrindo-lhe, porém, a nudez com a roupagem que puder, que convier oferecer-lhe, numa atitude de compulsória gratificação.

Nessa direção, o que nós levaremos até a superfície são as discussões de pesquisadores acerca dessa tarefa de tornar acessível ao público leigo o conhecimento técnico, os quais pensam a recontextualização das informações sobre ciência por meio de procedimentos linguístico-discursivos específicos, nos termos da Análise do Discurso da Divulgação Científica. Além disso, traremos à tona diferentes tipos de fenômenos linguísticos que contribuem para esse processo, apontando categorias que podem se prestar como ferramentas de análise.

2.2.1. Análise do Discurso da Divulgação Científica

Primeiramente, cabe-se ponderar sobre a Análise do Discurso como teoria complexa e dinâmica, não restrita à língua, ou à gramática, e sim uma teoria disposta a tratar do discurso, da “palavra em movimento”, das práticas de linguagem. Nesses termos, Orlandi (2013) chama atenção para essa ferramenta teórica ao se pensar a língua e a sua relação com o mundo, com os sujeitos. Ou ainda, pensar “a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada sociedade” (p. 16). Em outras palavras, pensar a Análise do Discurso é um exercício reflexivo em torno da maneira como a linguagem se materializa na ideologia e como a ideologia, por sua vez, se faz patente na língua.

Ao considerar que a (inter)ação humana ocorre por meio dessa “palavra em movimento”, a Análise do Discurso oferece subsídios teóricos para o estudo de textos, quer sejam orais, quer sejam escritos, “como produto do uso linguístico em situações concretas, nas quais se objetiva uma interação entre os interlocutores a partir de uma intencionalidade” (CATALDI, 2009, p. 48).

Nessa mesma linha, Calsamiglia e Cassany (1999) discorrem sobre a Análise do Discurso como um campo de estudo interdisciplinar, cuja base é sustentada por outras teorias linguísticas calcadas na linguagem em uso. Dessa forma, é pertinente e relevante o uso de seu aporte teórico-metodológico para o estudo do discurso divulgativo. De acordo com Cataldi (2007a):

Ainda que o discurso divulgativo utilize informações procedentes do discurso científico, o modo de elaboração deste novo discurso é específico, pois está determinado por concepções próprias de produção e de difusão. (CATALDI, 2007a, p. 158).

Tornar acessíveis ao público leigo conhecimentos de caráter técnico e científico é uma tarefa árdua em uma sociedade contemporânea cada vez mais bombardeada por informações. Desde a década de 1980, observa-se um maior interesse pela divulgação científica, tanto no cenário nacional, quanto internacional (CATALDI, 2009). Esse contexto acarreta, segundo Cataldi (2007a, p. 155), “a consideração da ciência como notícia”, ou seja, justamente por haver demanda pela (in)formação, a ciência passa a compor a pauta jornalística da mídia. Sendo os jornais e as revistas canais para o público em geral ter acesso às novidades do campo científico, Cataldi (2009, p. 44) considera esses veículos importantes fontes “de (in)formação sobre as implicações científicas e sociais do desenvolvimento tecnológico”.

A notícia de divulgação científica compartilha algumas características gerais com as notícias de outros âmbitos; entretanto, sua peculiaridade está atrelada justamente à temática científica que esses textos noticiosos específicos abordam. O propósito de um texto de divulgação é, portanto, duplo: ao mesmo tempo em que há a necessidade de oferecer dada informação de caráter científico ao público leitor, o texto também deve persuadir a propósito da importância e da utilidade desse conhecimento (CIAPUSCIO, 1997).

O profissional da área de divulgação científica comumente não presencia diretamente os fatos, nem recebe informações em linguagem acessível a qualquer leitor. Ao contrário, uma vez que é o cientista a fonte do saber científico, o jornalista terá acesso a dados e conceitos, os quais não serão, em grande parte, repassados ao público leigo de um portal de notícias generalista.

À luz dessa transposição do discurso científico para o discurso midiático, construído a partir de restrições ideológicas e socioeconômicas do universo editorial, “os jornalistas científicos tomam conhecimento da realidade científica a partir de informações técnicas e especializadas que não podem ser reproduzidas livremente para se comunicar com o público” (CATALDI, 2007a, p. 155).

Nesse sentido, há de se considerar o processo de divulgação científica como um processo de “reformulação do conhecimento científico a partir das diversas

variáveis (sociais, culturais, ideológicas, políticas, econômicas, espaço-temporais, entre outras) que condicionam a sua produção” (CATALDI, 2007a, p. 156).

Por isso mesmo, esse processo é complexo e tange à (re)elaboração de discursos. Cataldi (Ibidem, p. 156) afirma que conciliar dois âmbitos comunicativos, nomeadamente o discurso científico – elaborado a partir de conceitos, termos e formulações verbais e não-verbais – e o discurso midiático – heterogêneo, não especializado, mas interessado em conhecimentos de caráter científico – representa uma tarefa árdua e complexa, mas de vital importância para as sociedades modernas colocarem em prática o processo de aproximação entre essas duas realidades discursivas, objetivando supostamente uma democratização do conhecimento científico. Supostamente, uma vez que essa “democratização”, ou melhor, essa divulgação de saberes a um público geral, pode atender, e com frequência atenderá, a propósitos institucionais.

Admitindo, então, consoante Foucault (2002), a importância do saber como base do poder – e nesse caso o saber científico, cujo estatuto é tido como privilegiado na hierarquia do conhecimento, apresenta-se mais coadunado ao poder – numa relação marcante em nossa sociedade contemporânea, refletimos sobre a produção dos textos e seu atrelamento às posições ocupadas pelos sujeitos em dado discurso. Nesse sentido, o leitor interessado em informações científicas, um dos possíveis tipos de interlocutores de textos de cunho divulgativo publicados em portais de notícias, pode abarcar um grupo de sujeitos dispostos a assimilar novidades sobre as quais tenham condições de discorrer no dia a dia em suas interações sociais, impetrando, em consequência, uma posição de detentor do conhecimento. É a partir, também, dessa realidade, que os meios de comunicação atuam como mediadores entre o domínio do científico e o do senso comum.

A multiplicidade de pontos de vista que intervêm na construção de sentido por parte do público-alvo será, outrossim, múltipla e polifônica no entendimento das questões atreladas à relação entre o vírus da Zika e a microcefalia, podendo, inclusive, receber tratamentos linguístico-discursivos distintos em cada portal de notícias. Os agentes do processo de divulgação do conhecimento científico, ao intervirem, a partir do processo de reformulação, na formação de opinião do leitor de mídias designadas para satisfazer a necessidade de informação desse leitor, como é o caso dos portais de notícias, tornam possível uma situação comunicativa, muitas vezes, tendenciosa e fortemente marcada pelo posicionamento editorial dos jornais.

Chamamos atenção para o conceito de polifonia, fornecido por Bakhtin (1998), com o qual podemos identificar uma multiplicidade de vozes presentes, *exempli gratia*, no discurso midiático. Bakhtin discorre sobre o conflito existente entre as próprias palavras de quem enuncia e as palavras de outrem: "diversas vozes alheias lutam pela sua influência sobre a consciência do indivíduo (da mesma maneira que lutam na realidade social ambiente)" (BAKHTIN, 1998, p. 148).

Além dessa questão essencial à reformulação discursiva, seja ela a consideração do discurso polifônico como dialógico, lembramos da apropriada noção foucaultiana, se bem que sob tratamento distinto de Bakhtin, acerca da dispersão do sujeito, a qual leva ao entendimento da marcação do discurso por meio da posição de que o sujeito enuncia, conceito esse valioso para se compreender o discurso de divulgação científica, dada a tensão entre Eu e Outro no campo discursivo. Não obstante, quer seja pela polifonia bakhtiniana, quer seja pelo princípio de dispersão foucaultiano, antevemos que as várias vozes possivelmente identificadas no discurso de divulgação expressam tendências e visões de mundo sujeitas à reformulação de um novo locutor.

Observar o processo de reformulação da informação sobre ciência é necessário para se promover um trabalho analítico baseado em reflexões linguísticas nos textos do *corpus* de análise – especificamente informações que evidenciem a relação entre o vírus da Zika e a Microcefalia, enunciadas por autoridades e publicadas no Portal G1 – a partir das quais se possa identificar as principais estratégias divulgativas utilizadas pelo portal em questão. Busca-se, com isso, conhecer os procedimentos de transformação do texto (re)produzido em forma de notícia para o “grande público”.

2.2.1.1. O saber em popularização e a divulgação da ciência

Início da década de 90, programa infantil no ar pela TV Manchete, meu irmão e eu tínhamos nossa programação interrompida por um anunciante divulgado pela voz da apresentadora que valorizava um chocolate crocante. Perguntei a meu irmão o que era “crocante”. Com os pés sobre a estante da TV e rodopiando um chapéu de plástico nos dedos, respondeu-me que era aquilo que faz barulho quando a gente morde. Sem pensar duas vezes, cravou uma mordida no chapéu, exemplificando-me: “crocante”.

Carlos Fubá

Do jeito exímio curioso que sou, sôfrego por novidades científicas, o que minha sensibilidade consegue perceber, com certa recorrência, é um som de grilos²¹ cantando em coro quando mais uma pesquisa é publicada. Ou melhor, o silêncio decorrente de um barulho que não se propagou para o lado de fora do mundo científico. Alto grau de ironia: publicar não é tornar público, divulgar, difundir? Seria o grande público, geral, heterogêneo o verdadeiro beneficiado por todo seu dinheiro investido enquanto cidadão comum que paga seus impostos?

A ciência tem de fazer barulho enquanto é abocanhada. Isso é fato – uma necessidade, um problema também²². A mídia empenha-se nesse papel. A ela é outorgada uma questionável responsabilidade de divulgar. “Questionável”, uma vez que seu crivo, é sabido, não enseja tão-somente atender à translucidez de fatos – até porque os discursos não funcionam assim, em sua complexidade, as práticas

²¹ Em 2011, escrevi um (des)pretencioso ensaio intitulado “Manifesto contra os grilos” para a Revista de Ciência Humanas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFV, sobre uma das possíveis causas da apatia discente. No texto, aproveitei para trazer, brevemente, o debate sobre uma demanda recursiva nas práticas acadêmicas: o que vimos produzindo como pesquisadores parece não se propagar com o devido som que deveria, graças a um vácuo instaurado pelo contexto científico. Realizam-se pesquisas com propósitos que não cumprem sua função social e, em consequência, obtém-se, como resposta, um barulho de grilos.

²² Referência explícita ao trabalho de Calsamiglia (1997). A autora se propõe a discutir questões fundamentais da divulgação científica: a divulgação científica como necessidade, como problema, como fato.

discursivas operam enunciados marcados por relações históricas concretas e, de modo algum, “translúcidas”.

De toda forma, ciência não se come quieto. Ciência sem barulho é ciência sem popularização. Difundir saberes é necessário. É um problema. E é um fato. No entanto, será o barulho ressoado pela mídia no entorno de determinada informação científica, de “fato”, diretamente proporcional ao grau de importância que essa informação tem para a sociedade? O mais provável é que não²³. No mínimo, nem sempre. Não só a fatos cruciais está relacionado o ruído produzido pela mídia.

E mais, para além de crocância, claro, as informações noticiosas requerem, muitas vezes, pirotecnia. É o espalhafato que vende o pão quente – e crocante – da difusão dos saberes.

Calsamiglia (1997) define a “difusão dos saberes”, ou melhor, a divulgação da ciência²⁴, como um processo historicamente constituído, tal qual se configura a própria cultura de um povo. Cada cultura terá seus próprios meios, canais e protagonistas intrínsecos à transmissão do saber. Destarte, em dada cultura contemporânea ocidental, os conhecimentos se confundem com um mundo economicamente industrializado, cuja organização política deve se estruturar a partir de um funcionamento, a princípio, ou aparentemente, democrático.

Tecnicamente pensando, a tarefa de popularização da ciência, entretanto, enfrenta uma série de percalços, dentre os quais, Cassany e Martí (1998) destacam a transferência do conhecimento especializado, técnico – cujo sistema conceitual apresenta um alto grau de abstração, refletindo-se, por exemplo, em uma sintaxe complexa – para um público abrangente e heterogêneo, que possivelmente não tem contato com esse tipo de registro e, conseqüentemente, não tem acesso aos dados científicos específicos desse âmbito.

Um dos pontos mais críticos da empreitada do divulgador refere-se à terminologia, uma vez que, para ciência, esse é o recurso linguístico usado para

²³ Se por um lado, nem tudo que ganha destaque é efetivamente relevante, pelo outro, nem tudo que é cientificamente significativo pode parecer interessante a um público leigo. Um exemplo disso é que valiosos passos do desenvolvimento científico podem simplesmente não fazer sentido para o público geral. Daí, também, a importância do jornalismo científico em demonstrar essa significância para o cidadão que não percebe o impacto direto desse tipo de pesquisa.

²⁴ Sob uma perspectiva sociológica da ciência e do conhecimento, Mulkay (1980) dispõe ciência e cultura em diferentes balaies, para tratar do estatuto epistemológico privilegiado de que – algumas vezes até de modo dogmático – gozaria a ciência em seu discurso nativo. Numa esteira do conhecimento, a ciência desfruta de uma primazia sobre os outros saberes. Já a verdadeira cultura, nomeadamente o senso comum, por seu turno, apareceria relegado a um plano mais vil.

designar seus objetos de estudo de forma unívoca. Nesse sentido, um dos objetivos do texto de divulgação científica é justamente explicar ao público leigo os termos e conceitos que caracterizam determinado conhecimento científico a partir de distintas estratégias divulgativas.

De modo geral, a divulgação científica é enfocada como um processo através do qual se pode levar a um público não especializado e amplo um saber produzido por especialistas. Calsamiglia (1997) aponta dois canais fundamentais para isso: um *institucional* (estudos primários, técnicos, reservado às altas esferas educacionais), cujo acesso é restrito e outro *midiático* (imprensa, revistas, livros, televisão, rádio, internet), cujo acesso é livre²⁵. Assim, para o primeiro canal, só seria possível o acesso – além da necessidade de se transpor barreiras restritivas, institucionalmente impostas de forma sistemática e regulamentada – se houvesse um conhecimento técnico suficiente para beber de tal fonte, enquanto que, para o segundo canal, são essenciais o interesse e a curiosidade do público geral, a partir de questões relacionadas à experiência cotidiana.

Nessa esteira, destacamos da obra de Calsamiglia (1997) uma proposta de discussão sobre a divulgação científica que gira em torno de três questões essenciais: (i) uma necessidade, (ii) um problema e (iii) um fato.

A partir dessa tríade, a autora chama atenção para a necessidade de se “divulgar o saber”. Levando em conta nossa sociedade ocidental contemporânea, a vulgarização da ciência, em seu atual estágio, surge como **uma necessidade** vinculada aos processos de democratização. Chamo atenção aqui para o que concerne à acepção de “necessidade”, é urgente no quadro da democracia a socialização do conhecimento. É necessário. Isso não quer dizer que assim se suceda. Não há como se dizer em democratização de saberes, quando muito, tentamos ser seguros ao falarmos em democratização. Tentamos ser. São tempos difíceis para sonhadores²⁶. Não se nega, todavia, sua necessidade. Mas atentemo-nos à ideia central da autora: “A ciência não tem sentido se não chega aos cidadãos²⁷” (CALSAMIGLIA, 1997, p. 10).

²⁵ Poderia colocar aspas nesse “livre”. Não o fiz para não confundir o leitor com uma marca de discurso direto da autora. Nem – e sobretudo – aspiro, neste trabalho, discorrer ou promover relativizações sobre liberdade de acesso a: imprensa, revistas, livros, televisão, rádio, internet... Não é o momento!

²⁶ Frase emblemática enunciada pela protagonista do filme francês “O Fabuloso Destino de Amélie Poulain”.

²⁷ Tradução minha de “La ciencia no tiene sentido si no llega a los ciudadanos”.

Muitas áreas da ciência já despertam, pela própria temática, o interesse do público, cada vez mais heterogêneo e preocupado em “manter-se informado”, especialmente no que se refere a casos que assustam a população e promovem verdadeiras corridas por informações. Da mesma forma que se destaca o anseio do público em geral pela (in)formação, deve-se ressaltar a importância da conscientização da comunidade científica em termos de produção de conhecimento relevante para o público, a fim de que o diálogo entre cientistas e cidadãos constitua-se em fronteiras cada vez mais tênues (CATALDI, 2009), sobretudo quando nos referimos a um conhecimento de utilidade pública, como na ocorrência de surtos e epidemias, por exemplo, sobre as quais a população precisa ser esclarecida. Sobre essa “democratização do saber”, Cataldi (Ibidem, p. 44) entende a comunicação da ciência como “necessária para a formação social, cultural e cognitiva de todo cidadão”. Daí uma patente necessidade de olharmos com tanta acuidade para esse processo. Tem de haver uma segura democratização, para se alcançar uma adequada (in)formação do público. Não parece simples.

Não obstante essa patente necessidade, Calsamiglia (1997) demonstra o anverso da moeda, uma visão tradicional do universo científico, em que o erudito se faz eunuco do conhecimento²⁸, encastelando o desenvolvimento científico, quase sempre remoto à vida diária, ainda que o público perceba os efeitos ou usufrua (in)diretamente desse desenvolvimento científico/tecnológico. Dessa perspectiva, emerge uma questão, **um problema**: sendo o conhecimento científico produzido por uma comunidade restrita de especialistas, provavelmente ele não é capaz de atingir um público amplo e leigo. Assim sendo, temos um problema de ordem cognitiva: os padrões de interpretar a realidade não são os habituais, mas sim baseados em quadros e categorias específicos para cada disciplina, e em modelos abstratos e formais; os objetos são construções teóricas, distantes da realidade, indiferentes àqueles que partilham do mesmo conhecimento de mundo e de experiências comuns.

Entretanto, o que não se pode ignorar é que a divulgação seja **um fato**. Um fato heterogêneo, manifesto em meios variados. Mas o que mais se interessa ressaltar da visão desta autora é a natureza desse fato: uma natureza fundamentalmente discursiva. O conhecimento é representado em textos, e estes por sua vez são sucessivamente reformulados de acordo com os circuitos de difusão do conhecimento

28 Referência à máxima de Nietzsche: “O erudito é o eunuco do saber”.

que tecem a complexa teia da intertextualidade. Questões tais como o objeto de estudo (textos orais e/ou escritos, produtos do uso linguístico em situações concretas); os produtores dos textos; as suas intenções (o que disse, o que não disse e o porquê de se dizer ou não dizer) caracterizam uma abordagem eminentemente discursiva.

Segundo Calsamiglia (1997), da interação entre interlocutores desencadeia-se um processo de adaptação de várias ordens: desde aspectos da língua como sistema (léxico e sintaxe, por exemplo) até aspectos linguístico-discursivos (relação entre interlocutores e configuração da macro-estrutura textual, por exemplo). Práticas de proximidade na relação entre o emissor e o receptor se estabelecem entre o especialista e o leigo, portanto, uma relação assimétrica com relação ao conhecimento.

Entretanto, Calsamiglia adverte que essa relação não se dá simplesmente sob uma assimetria entre conhecimentos, ou seja, deparamo-nos também com mundos de referências distintos. A relação entre esses dois mundos pode ter um intermediário que relaciona o âmbito da ciência ao âmbito do não-especialista, o que criaria a necessidade de um veículo mediador para a aproximação de pelo menos duas esferas: (i) a técnica-científica, dotada de vocabulário técnico específico do âmbito científico e (ii) as concepções sociais, políticas, econômicas e culturais típicas do cotidiano. A nova relação interpessoal e o encontro de universos de referência distintos justificam as várias possibilidades do registro divulgativo. Dessa forma, é perfeitamente aceitável que esse tipo de informação passe por um processo de reformulação, objetivando um discurso acessível, voltado para a comunicação com o público em geral.

Para tanto, a utilização de marcas linguísticas concretas (estratégias, procedimentos discursivos, formas de construção textual) servem aos propósitos dos protagonistas inseridos na interação discursiva de transformação do texto. Segundo Cataldi (2007a), é possível encontrar uma diversidade muito grande de estratégias discursivas utilizadas nesse processo comunicativo, tais como metáforas, explicações, paráfrases, definições, denominações, exemplificações, comparações, analogias, dentre outras.

2.2.1.2. Portais e web jornalismo

No atual estágio da divulgação de informação, faz-se necessário não negligenciar o desempenho da mídia presente em ambientes virtuais. A internet possibilita uma reconfiguração dos jornais, apresentando uma forma de jornalismo afetado em termos tecnológicos, estéticos e de linguagem, que congrega ferramentas disponíveis no ambiente digital. Não se supõe, com isso, a destruição total do gênero jornal impresso para o surgimento de suas versões on-line, entretanto, é importante ressaltar que “a passagem do estilo de um gênero para outro não só modifica o tom do estilo nas condições do gênero que não lhe é próprio como destrói ou renova tal gênero” (BAKHTIN, 2003, p. 268).

Ainda que os novos formatos de mídia do jornalismo, no caso em questão, o jornalismo on-line, não possam ser considerados precisamente uma superação dos suportes anteriores, especificamente os jornais impressos, numa espécie de evolução linear de mídias, mas sim um modo de articular diferentes formatos jornalísticos, sobre distintos suportes, Palacios (2003) destaca, como acontecimento de ruptura midiática mais proeminente na *Web*, a dissolução dos limites entre tempo e espaço em que se encontra o jornalista.

Nessa perspectiva, estão à disposição do jornalista bancos de dados que possibilitam o acesso assíncrono por parte do Usuário e a “alimentação de tais bancos [...] por parte não só do Produtor, mas também do Usuário (Interatividade), além do recurso sempre possível da hiperlinkagem a outros bancos de dados” (PALACIOS, 2003, p. 8). Nesses termos, engendra-se a necessidade de se repensar também a divulgação científica, tanto do ponto de vista do divulgador, que pode lidar com um sem-número de informações na construção de seu texto, quanto do ponto de vista do público, que pode esclarecer uma gama de questões obscuras de dada informação científica por meio de acessos rápidos disponíveis em rede.

Além dessa flexibilização do tempo e do espaço, acerca da disponibilização do material de notícia, Palacios (2003) acredita que outra particularidade do jornalismo na *Web* seja a possibilidade de se utilizar “de um espaço praticamente ilimitado para disponibilização de material noticioso, sob [...] variados formatos” o que suscita o acesso on-line a toda informação anteriormente produzida e armazenada, através da criação de “arquivos digitais, com sistemas sofisticados de indexação e recuperação da informação” (p. 8).

A reconfiguração do jornalismo no ambiente virtual passa pela ativação de novas funções e de um novo modelo de fazer jornalismo marcado pela interatividade. Na década de 90, quando os grandes jornais do Brasil passam a migrar seus conteúdos para a rede, a primeira alternativa é uma mera transposição de conteúdos das edições impressas para o on-line. No entanto, paulatinamente, percebem-se as particularidades do meio digital o que gera a busca por processos específicos do novo suporte (BARBOSA, 2001).

Nesse contexto, os portais organizam-se como emissores de conteúdo. Barbosa (2001, p. 9) aponta que o jornalismo representa uma fonte significativa de tráfego e acesso nos portais e eles abarcam “edições online dos grandes jornais [...]”, além de garantirem conteúdo próprio produzido por equipes de jornalistas, muitos dos quais trazidos da mídia impressa”. Sob a mesma perspectiva, a divulgação científica tem seu acesso, de certa forma, ampliado pelas mídias on-line, por meio da disposição de dados tanto novos, quanto de circulação anterior, proporcionando um complexo de informações aos usuários da rede.

2.2.1.3. O processo de recontextualização da informação sobre ciência

A difusão da ciência, em suas diversas modalidades, sejam elas escritas ou orais, impressas ou on-line, envolve procedimentos de transformação, ou ainda, de reformulação das informações previamente produzidas por cientistas. Assim, diz-se que a divulgação científica é uma prática reformulativa geral em relação a elementos puramente referenciais e informativos procedentes do texto fonte. Todavia, esse processo de reelaboração não se restringe a apenas esses aspectos, acionando ainda questões relativas à “emoção”, ou seja, numa linguagem mais metafórica e envolvente.

Ciapuscio (1997) chama atenção para o fato de que algumas características retóricas e linguísticas são prototípicas do texto científico, tais como vocabulário unívoco²⁹ e preciso; referência escrita ao objeto e tentativa de não utilização de marcas subjetivas; ausência de elementos emocionais; sintaxe simples; dentre outras.

²⁹ Utilizamos, consoante Ciapuscio (1997), o termo “unívoco” no sentido de uma terminologia que não abarque mais de um significado e, conseqüentemente, não gere ambigüidades.

Os textos jornalísticos de divulgação científica constituem, portanto, uma fonte de discurso público, organizados por fatores contextuais associados a sua produção. Conforme Cataldi (2007a), mesmo que o discurso divulgativo tenha o discurso científico como fonte, o modo de elaboração desse novo discurso é específico, haja vista sua dependência às concepções próprias de sua produção e difusão.

Nessa linha de raciocínio, o processo de recontextualização do conhecimento científico é caracterizado como uma “re-criação” (CALSAMIGLIA, BONILLA, CASSANY, LÓPEZ e MARTÍ, 2001, apud CATALDI, 2007a) desse tipo de conhecimento para cada público específico. Entretanto, Cataldi (op. cit.) chama atenção para o fato de essa prática discursiva não ser simplesmente um resumo ou redução aleatória de dados científicos, mas sim uma habilidosa seleção, reorganização e reformulação das informações de caráter técnico para leitores com interesses e objetivos diversos, no processo de compreensão dos fatos científicos. É, portanto, o texto divulgativo um tipo de discurso primário, baseado em textos secundários³⁰ que vão se modificando dependendo da situação comunicativa. Isso gera a necessidade de se valer de procedimentos, cuja materialização se dá por meio de um uso linguístico escrito, variáveis “segundo certos parâmetros contextuais, como a situação comunicativa, os propósitos de quem a realiza e as características dos destinatários” (CATALDI, 2009, p. 49).

Em termos de estrutura cognitiva do discurso de caráter científico, fica a cargo do divulgador a decisão acerca de qual *estratégia divulgativa* utilizar, consoante o propósito comunicativo: “O produtor pode utilizar procedimentos *léxico-semânticos* (sinonímia, paráfrase, definição, descrição, denominação, generalização, etc.), *discursivos* (contextualização, modalização, etc.) e/ou *cognitivos* (analogias, metáforas, metonímias, etc.)” (CATALDI, 2009, p. 49). No que tange a esse último procedimento, o mais comum é que se usem em discursos de divulgação científica representações conceituais calcadas em analogias com o cotidiano.

³⁰ Usamos as terminologias “discurso primário” e “texto secundário” conforme Ciapuscio (1997), para quem “texto secundário” representa o intertexto subjacente a um discurso ao qual temos acesso, ou seja, o “discurso primário”. Foucault (2014, p. 24) oferece um tratamento para essa subjacência na forma do que o filósofo intitula de comentário, “sejam quais forem as técnicas empregadas, senão a de dizer enfim o que estava articulado no texto primeiro. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito”.

Para tanto, a recontextualização das informações sobre ciência está diretamente relacionada com os procedimentos concretizados pelo uso linguístico-discursivo específico de *expansão*, *redução* e *variação* (CATALDI, 2003, 2007a e b, 2009). Esses procedimentos discursivos, na observância do interesse e da necessidade de informar um público amplo, heterogêneo e leigo, são recorrentes na mídia divulgativa, por meio de seu uso linguístico escrito. São recursos que variam conforme os parâmetros contextuais, tais como a situação comunicativa, os propósitos de quem produz o texto e as características de seu interlocutor.

2.2.1.3.1. Expansão

Cataldi (2007a, p. 161) destaca que, em discursos escritos, as condições de interação recíprocas não são imediatas, então “o comunicador utiliza o *procedimento de expansão*, ou inclusão, com o objetivo de proporcionar os significados conceituais necessários para lograr a efetiva participação cognitiva e comunicativa do leitor”. Nesse sentido, a *expansão* constitui-se por meio de determinadas estratégias discursivas como a explicitação de algum conhecimento a fim de que este seja compartilhado pelos participantes; bem como pela apresentação de algum tipo de informação nova que contribui para que o leitor estabeleça relações de sua vida diária com o conhecimento científico enfocado. Ciapuscio (1997) afirma que as formas de *expansão* são diversas, dentre as quais se destaca a *definição*. Já a *metáfora* seria um recurso do plano emotivo, que também contribui para associações com objetos do mundo cotidiano.

2.2.1.3.2. Redução

Ciapuscio (1997) afirma que, das fontes científicas, somente mantêm-se a informação nuclear, ou seja, o descobrimento científico em si, ou o progresso realizado pelos cientistas; sendo o restante suprimido pelo divulgador – designadamente o referencial teórico, as descrições, os antecedentes e as discussões.

Destarte, segundo Cataldi (2003, 2007a), por falta de relevância, necessidade ou conveniência na versão divulgada, o jornalista pode, através de certas estratégias discursivas tais como a condensação ou mesmo a eliminação completa, suprimir dada informação científica. Entretanto, a autora chama atenção para o fato de que os conceitos de relevância cognitiva e comunicativa são mantidos por serem considerados imprescindíveis para a compreensão do leitor. Essas estratégias implicam decisões em relação ao que efetivamente carece-se de informar ao leitor, configurando um procedimento de *redução*.

2.2.1.3.3. Variação

A *variação* é um procedimento caracterizado a partir de certas estratégias discursivas de ordem lexical, semântica, ou mesmo de registro – entre termos e conceitos especializados e vocabulário corrente – ocorridas durante o processo de reformulação do texto científico para o texto de divulgação. Dentre outros aspectos linguístico-discursivos, destacam-se a seleção lexical e a modalidade enunciativa.

A reboque do procedimento de *variação*, Cataldi (2003, 2007a e b) chama atenção para a *variação denominativa*, utilizada como uma importante estratégia léxico-semântica. Essa estratégia está atrelada à utilização de um termo ou expressão alternativa para a informação técnica no momento de sua transposição para o texto divulgativo.

Esses três procedimentos contribuem de forma imbricada em “diversas situações comunicativas referentes à divulgação da ciência ao grande público”, refletindo processos comunicativos que vão desde a seleção até a divulgação, caracterizada a partir do processo de recontextualização, procedimentos estes inerentes aos textos de divulgação científica (CATALDI, 2007a, p. 162-163).

Esses recursos linguístico-discursivos configuram-se como uma importante ferramenta no processo de recontextualização no que tange à divulgação da ciência. Além de aparelharem a ação de divulgar, demonstram-se poderosos recursos depositados nas mãos do divulgador, que desenvolve, condensa e modifica as informações técnicas consoante determinadas pretensões. Nesse sentido, *expansão*, *redução* e *variação* são pilares importantes a serem esmiuçados em nossa análise,

de modo a identificarmos sintomaticamente as estratégias que compõem o discurso divulgativo do portal de notícias G1.

Para tanto, tendo em vista a Análise do Discurso da Divulgação Científica, faz-se mister considerar o processo de reformulação como um *continuum*, onde não há fronteiras estanques entre esses três procedimentos linguístico-discursivos gerais, configurando a produção jornalística científica, a partir de estratégias comunicativas como a seleção, a organização e a recontextualização da informação sobre ciência.

2.2.1.3.4. Estratégias divulgativas

Cassany e Martí (1998) utilizam-se do termo *estratégias divulgativas* para referirem-se a diferentes tipos de recursos ou procedimentos verbais que são usados nos textos para tornar acessíveis ao público leigo os diferentes conceitos técnicos: “Trata-se de um conjunto variado de fenômenos linguísticos que engloba questões de seleção da informação, organização da mesma, formulação discursiva, seleção léxica, tratamento tipográfico, etc.”³¹ (CASSANY e MARTÍ, 1998, p. 60).

Para efeito de sistematização esquemática, no que se refere à relação entre estratégias linguístico-discursivas e texto de divulgação científica, Cassany e Martí (1998) apresentam uma proposta de organização das estratégias divulgativas em uma ordem teórica de aplicação. Não que este seja um esquema a ser adotado rigidamente na prática pelo divulgador na composição do texto, mas seria uma recomendação que poderia elucidar uma sequência do processo de forma mais ordenada.

Nessa proposta, o primeiro ponto, para o qual os autores chamam atenção, é a decisão de se utilizar ou não no discurso divulgativo o conceito técnico propriamente dito. Em caso afirmativo, Cassany e Martí (1998) destacam a dificuldade de se ‘explicar’ o conceito ao público leigo, sendo que, para tanto, o emissor poderia lançar mão desde recursos lexicais, como sinônimos, paráfrases e definições, por exemplo, até recursos discursivos, como contextualização e modalização.

³¹ Tradução minha de “Se trata de un conjunto variado de fenómenos lingüísticos que abarca cuestiones de selección de la información, organización de la misma, formulación discursiva, selección léxica, tratamiento tipográfico, etc”.

Vale destacar que essas estratégias ocorrem a partir de diferentes combinações para resolver problemas locais que possam surgir por toda a extensão do texto:

É importante que se leve em conta que é provável que em um mesmo texto devam ser tomadas várias vezes e em momentos distintos decisões diferentes sobre se usar ou não um conceito e com que recursos expressivos³² (CASSANY e MARTÍ, 1998, p. 60).

Sendo assim, a primeira estratégia a ser utilizada pelo divulgador seria evitar o conceito técnico, abstendo-se de uma terminologia especializada, trazendo-a para um nível geral, através de léxico comum e compreensível para o público leigo. Essa estratégia serviria para manter um baixo grau de especificidade e privilegiar a formalidade do discurso divulgativo.

As estratégias lexicais remetem às escolhas de termos gerais, bem como outros recursos denominativos que são usados para designar conceitos. A utilização desses recursos permite-nos observar até que ponto os textos divulgativos elegem a terminologia técnico-científica ou dão preferência para outras denominações mais comuns, como sinônimos genéricos ou paráfrases.

Cassany e Martí (1998) incluem também nessa descrição os diferentes recursos verbais de nível supra-oracional, que não estão diretamente ligados à terminologia. Esses recursos afetam a seleção da informação, bem como a sua estruturação em sequências discursivas e a modalização do discurso.

Assim, segundo os autores, quando o divulgador opta pela utilização do conceito científico em seu texto divulgativo será, com efeito, necessário um alto grau de contextualização, ou seja, contextualiza-se cognitivamente dado conceito a fim de que este sirva de base para o desenvolvimento do texto. O procedimento consiste em se promover uma construção prévia do conhecimento para que o leitor possa situar esse conceito quando ele (re)aparecer no texto. Conforme Cassany e Martí (1998), do ponto de vista textual, esse recurso consiste na utilização de microestruturas camufladas em forma de definições de conceitos novos. De forma geral, essas estruturas poderiam ser concebidas em três fases progressivas: a exposição de dados

³² Tradução minha de "Cabe tener en cuenta que es muy probable que en un mismo documento deban tomarse varias veces, en momentos distintos, decisiones diferentes sobre si usar o no un concepto y con qué recursos expresivos".

que o autor pressupõe que o leitor conheça; a apresentação do conceito através de paráfrases ou de denominações que pertençam a um registro comum; e a apresentação do termo técnico específico.

Ainda na proposta de Cassany e Martí (1998, p. 64), uma outra “estratégia discursiva consistiria em ‘narrativizar’ a ‘explicação’ do conceito técnico ou inseri-lo em numerosas características linguísticas típicas dos gêneros narrativos”³³. Através dessa perspectiva, o leitor é capaz, mesmo em construções tidas como sintaticamente impessoais, perceber certo caráter de agentividade nos fatos “narrados”, cujas sequências informacionais apresentam protagonistas que encabeçam ações, desenvolvidas em um tempo e espaço definidos. Esses elementos são típicos de sequências narrativas, inscrevendo o leitor em um universo que pode, inclusive, remetê-lo ao fantástico, ao popular.

A terceira estratégia discutida pelos autores, ainda no nível supra-oracional, é a modalização do discurso. Esse procedimento se concretiza a partir da exposição de marcas subjetivas emitidas através de juízos de valor, opiniões, apreciações, que acabam por evidenciar o ponto de vista do autor. Cassany e Martí (op. cit.) destacam como marcas da modalização discursiva a seleção lexical, a seleção sintática, o uso de advérbios enfáticos, bem como modalizadores gerais do discurso.

Os autores acrescentam, a esses procedimentos, as perguntas retóricas, as quais foram observadas por eles com notória relevância em textos divulgativos que compunham o *corpus* de análise de sua pesquisa (1998).³⁴

Considerando-se que algumas estratégias (como a narrativização, a contextualização dos conceitos técnicos e a modalização) são típicas do âmbito mais geral e que o texto de divulgação científica é formado por variados discursos, podemos dizer que essas estratégias seriam características do texto divulgativo propriamente dito, já que não seriam exclusivas de nenhum dos discursos que o compõem. Normalmente em textos de registro técnico-científico ou mesmo em certos gêneros

³³ Tradução minha de “[...] estrategia discursiva consiste en ‘narrativizar’ la ‘explicación’ del concepto técnico o en introducir en ella numerosos rasgos lingüísticos típicos de los géneros narrativos”.

³⁴ A bibliografia a que me refiro é acerca do artigo publicado na revista espanhola *Quark*, em que os autores em questão resumem um trabalho sobre publicações da imprensa espanhola no período de março a abril de 1996. Cassany e Martí (1998) se propuseram a descrever os diferentes recursos verbais utilizados por profissionais da divulgação científica na difusão de temas relacionados ao conceito “prion”. Foram analisados por eles 94 textos em castelhano e catalão, publicados nos jornais *La Vanguardia*, *El País*, *ABC*, *Avui*, *El Mundo* e *El Periódico de Catalunya*, entre outros que compreendiam uma gama de gêneros periodísticos, além de trabalhos científicos semiespecializados, tais como *Salud y Medicina* do *El Mundo*, (de 28 de março de 1998) e *Salud y Ciencia* do *La Vanguardia* (de 30 de março de 1998).

textuais (como artigos científicos) em que se formulam conhecimentos, podem ser encontrados:

[...] discursos objetivos, neutros e carentes de expressões subjetivas, que buscam uma estruturação lógica não narrativa, enquanto que na divulgação aparecem elementos modalizadores, construções narrativas e perguntas retóricas³⁵. (CASSANY e MARTÍ, 1998, p. 66).

Portanto, o texto, cujo caráter é divulgativo, tende ao emprego de recursos expressivos próximos do senso comum: evitando-se termos técnicos, valendo-se de tipos narrativos, modalizando-se o discurso, utilizando-se de variadas expressões e de paráfrases de textos complexos. Dessa forma, consegue-se discorrer sobre dados teóricos, altamente abstratos e técnicos de forma que esses possam ser compreendidos por leigos.

2.2.1.3.4.1. Enveredando-se para a modalidade: atitude do enunciador perante o enunciado que (re)produz

Por ser frequente o recurso da modalização discursiva nos textos divulgativos, concernente, segundo Cassany e Martí (1998), a um nível para além do intercâmbio terminológico, interessa-nos olhar com atenção as marcas deixadas pelo enunciador ao divulgar informações. Essas pistas apontam para apreciações sutis, ou ainda mais, para manifestos juízos de valor e opiniões à luz de determinada perspectiva que afeta o texto. Ou seja, são marcas capazes de reconstruir dada informação através da interpretação do divulgador. Para tanto, deixamo-nos ser conduzidos pelas pegadas de Koch, autora que reúne uma conveniente discussão sobre essa estratégia discursiva.

Acerca das relações de modalidade em que se estruturam os discursos, Koch mostra, em seu trabalho sobre argumentação e linguagem (2006), as várias hipóteses aventadas na linguística, sob tantos prismas distintos, sobre a modalização do discurso. Os pontos de vista trazidos pela autora sobre tal objeto vão desde a

³⁵ Tradução minha de “[...] discursos objetivos, neutros y carentes de expresiones subjetivas, que buscan una estructuración lógica no narrativa, mientras que en la divulgación aparecen elementos modalizadores, construcciones narrativas y preguntas retóricas”.

perspectiva sintática, Ross (1969), Jackendoff (1972) e Dubois (1969); até a semântica, Horn (1972), ou sintático-semântica, Calbert (1971); e pragmática, Boyd-Thorne (1969), Lakoff (1972) e Parret (1976).

Koch, não obstante, ao discutir discurso e argumentação, assinala a relevância da pragmática na modalidade discursiva. Desta maneira, “consideram-se as modalidades como parte da atividade ilocucionária, já que revelam a atitude do falante perante o enunciado que produz” (2006, p. 73). Dito de outra forma, um enunciado, cujo conteúdo proposicional e força ilocucionária são capazes de afirmar, sugerir, exigir, prometer, enfim, de argumentar, posiciona o enunciador no jogo argumentativo.

A partir disso, a autora reconhece as modalidades tradicionais, as quais se referem ao “eixo da existência”, determinantes no valor de verdade das proposições. Neste decurso, Koch destaca uma espécie de advertência de Aristóteles acerca dos enunciados da ciência, por não serem sempre simplesmente verdadeiros:

Aristóteles já havia advertido que os enunciados de uma ciência nem sempre são simplesmente verdadeiros já que, muitas vezes, se formulam como **necessariamente** verdadeiros ou como **possivelmente** verdadeiros. Assim, a **possibilidade** e a **necessidade** modificam o sentido da simples verdade e, como estão intimamente relacionadas entre si, podem ser definidas uma a partir da outra, com ajuda da negação (KOCH, 2006, p. 73, grifos da autora).

A partir do cruzamento dessas formas de negação, é logrado um clássico quadro lógico a considerar quatro modalidades em relação, sejam elas a contrariedade, a subcontrariedade, a contradição e a subalternação. Interessa-nos, mais, no entanto, que o quadro seria passível de diversas críticas. Em destaque, segundo Koch, apresenta-se a versão do sistema de Blanché (1969) que reconstruiria o aparelho de modo a transpor as modalidades aléticas para os sistemas dos modais epistêmicos e deônticos, abrindo-se a possibilidade de enxergar também a presença de quantificadores e valores axiológicos.

A título de esclarecimento, os epistêmicos relacionam-se ao eixo da crença, ou seja, ao conhecimento que se tem de dado estado de coisas, já os deônticos concernem ao eixo da conduta, ou seja, à linguagem das normas, daquilo que se tem de fazer (KOCH, 2006, p. 76). Para além desses eixos, vale o tratamento dado aos julgamentos de valor em seu sistema. Julgamentos esses patentes nas noções de

valores morais, técnicos e afetivos e, ainda na esteira das ponderações de Blanché, no modo da vontade e no dos sentimentos.

Pensando as estruturas linguísticas modais em sua generalidade, Koch (2006, p. 79) lista os elementos considerados basais aos autores que se debruçaram sobre esse objeto. Seriam eles o **necessário** e o **possível**, para Benveniste (1974), Geerts e Melis (1976) e Guimarães (1976); o **ser** e o **fazer**, para Greimas (1976); o **dever**, o **poder**, o **saber** e o **querer** para Pottier (1976); e, especificamente, o **crer** e o **saber**, para Alexandrescu (1966).

Desse último autor, Koch ressalta o enfoque linguístico dado aos elementos – não tão-somente lógicos – ao comporem o processo de comunicação. Modalidades e valores são, portanto, intercambiáveis entre locutor e interlocutor. Alexandrescu considera que a modalização utilizada por dado locutor, que marcará sua atitude frente ao enunciado destinado a seu interlocutor, suporta pelo menos duas questões capitais: o que o locutor sabe a respeito do tópico em questão e o grau de engajamento com relação ao tema, em mais ilustrativamente: seus interesses, suas preferências, as normas sociais sob as quais está amparado, o que precede, ou ainda, o que pretenderá a seguir com sua enunciação (ALEXANDRESCU, 1996, apud KOCH, 2006).

Nesse sentido, o enfoque da teorização de Alexandrescu situa-se no fato de dada proposição determinar a validade da modalidade **saber**, mas não necessariamente da modalidade **crer**, o que inclui dizer que o locutor pode ter razões desconexas da verdade objetiva de suas asserções ao anunciar seu saber, ao anunciar sua opinião.

Vale apontar o destaque dado por Koch (2006) à discussão de Alexandrescu, em que se sustenta a não equivalência entre enunciados explícitos e não explícitos das modalidades do saber e do crer. Melhor dizendo, na visão do autor, as modalizações do saber e do crer sempre estão contidas em quaisquer enunciados, já que se são condição necessária do ato de comunicação, isto posto, a questão em debate é se aparecerão ou não explicitamente nos textos.

Segundo Koch, ao não apresentarem marcas de modalidades, não se quer dizer que o texto seja epistemicamente neutro. Ou seja, os textos podem ser lidos sempre sob a tutela da opinião, do saber do enunciador. Resta-nos duas interpretações, a julgar pela explicitude ou implicitude das marcas: “ou a enunciação

pertence a um discurso autoritário (eu sei, portanto é verdade) ou a um discurso de tolerância (eu creio, portanto é possível)” (KOCH, 2006, p. 82).

No entanto, Koch anota que sempre haverá traços nessa ocultação da modalidade epistêmica, ou seja, a enunciação permanecerá, ainda que implícita a marca, num “fingimento” de neutralidade, como se não se manifestasse, o locutor, atitude alguma perante seu ato, “fingindo” ser objetivo o enunciado:

Pode-se conceber sem dificuldade um sujeito de enunciação que, a despeito de suas informações insuficientes, inclina-se a dizer **eu sei que** no lugar de **eu creio que**, por um auto de autoridade ou por bravata. E é bastante comum o fato de ocultação da modalidade para dar a impressão de um discurso neutro: citem-se, como ex., o discurso didático e o discurso científico... (KOCH, 2006, p. 83, grifos da autora).

Para a autora (ibidem), a retórica pode promover o deslizamento do enunciado entre as modalidades, entre o discurso tolerante, ou polêmico, e o discurso autoritário, aplicável em conformidade com as relações estabelecidas entre locutor e interlocutor, nos casos em que convém ao enunciador “mascarar sua hesitação para tornar seu enunciado mais facilmente aceitável pelo interlocutor (ou vice-versa)”. Nessa continuidade, a reboque de Ducrot e Anscombre (1976), no guarda-chuva das modalidades crer e saber, postula-se ser o ato linguístico constituído pelo ato de argumentação.

Intentando-se inventariar uma tipologia dos atos ilocucionários de valor argumentativo, Koch (2006) traz à tona correspondências entre modalidades e tipos de frases mais elaboradas tais como a de Guimarães (1979), em que se relacionam obrigação e permissão, à modalidade imperativa; necessidade, à modalidade alética; obrigatoriedade e permissividade, à modalidade deôntica; afirmação, à modalidade assertiva; probabilidade e certeza, à modalidade epistêmica; possibilidade, à modalidade cognitiva.

Não obstante, ainda que se elabore diversas categorias para abarcar as diversas correspondências entre modalidade e atos de linguagem, para se tornar mais preciso, seria necessária a construção de um quadro muito extenso. Koch (2006) chama atenção, pois, para a necessidade de se recorrer às informações oferecidas

pelo contexto de produção, reivindicando-se, assim, uma teoria semântico-pragmática para as atitudes proposicionais.

Nesses termos, o que importa para Koch (2006, p. 85) é evidenciar que o locutor, ao produzir um discurso, “manifesta suas intenções e sua atitude perante os enunciados que produz através de sucessivos atos ilocucionários de modalização”. São os operadores modais que atualizam esses atos. À título de exemplificação, a autora expõe diversos tipos de lexicalização das modalidades:

- a) performativos explícitos: eu ordeno, eu proíbo, eu permito, etc.
- b) auxiliares modais: poder, dever, querer, precisar, etc.
- c) predicados cristalizados: é certo, é preciso, é necessário, é provável, etc.
- d) advérbios modalizadores: provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente, etc.
- e) formas verbais perifrásticas: dever, poder, querer, etc. + infinitivo.
- f) modos e tempos verbais: imperativo; certos empregos de subjuntivo, uso do futuro do pretérito com valor de probabilidade, hipótese, notícia não confirmada; uso do imperfeito do indicativo com valor de irrealidade, etc.
- g) verbos de atitude proposicional: eu creio, eu sei, eu duvido, eu acho, etc.
- h) entonação: (que permite, por ex., distinguir uma ordem de um pedido, na linguagem oral).
- i) operadores argumentativos: pouco, um pouco, quase, apenas, mesmo, etc. (KOCH, 2006, p. 85).

Ao se valer de modalidades tais como alética, epistêmica, deôntica, axiológica, o locutor apresenta um discurso autoritário, do âmbito da certeza, do imperativo, das normas, manifestando-se dado saber e impelindo o interlocutor a assentir seu discurso. Os argumentos são, segundo Koch (2006, p. 85), apresentados “como incontestáveis (eu sei, portanto, é verdade)” e para que eles sejam convincentes, o locutor lançará mão da autoridade, por meio de lexicalizações como “é certo..., é preciso..., é necessário..., todos sabem..., é impossível..., é proibido..., não pode haver dúvidas... é dever de todos..., etc.” (ibidem).

Já quando o locutor se utiliza de modalidades que posicionam o discurso num campo de indeterminação, livre arbítrio e liberdade, estaríamos diante de um discurso polêmico. Predomina-se nesse tipo de discurso “uma argumentação com base no crer (eu acho, portanto, é possível, provável, permitido, facultativo, contingente...)” (KOCH, 2006, p. 86), mesmo considerando-se uma forma de estratégia discursiva, não se faz

explicitamente uma imposição de opinião, dando margem ao interlocutor escolher pela adesão ou não ao discurso.

Em linhas gerais, a modalidade, cara aos textos de divulgação científica, presta-se a reformulação do discurso sobre o conhecimento e, ao se considerar a presença de diversos atores sociais na composição desse tipo de discurso, evidenciamos as pistas lexicais deixadas pelo enunciador:

O recurso às modalidades permite, pois, ao locutor marcar a distância relativa em que se coloca com relação ao enunciado que produz, seu maior ou menor grau de engajamento com relação ao que é dito, determinando o grau de tensão que se estabelece entre os interlocutores; possibilita-lhe, também, deixar claros os tipos de atos que deseja realizar e fornecer ao interlocutor “pistas” quanto às suas intenções; permite, ainda, introduzir modalizações produzidas por outras “vozes” incorporadas ao seu discurso; isto é, oriundas de enunciadores diferentes; torna possível, enfim, a construção de um “retrato” do evento histórico que é a produção do enunciado. (KOCH, 2006, p. 86, grifos da autora)

Calsamiglia (1998), ao falar sobre o caráter debate que adquire a divulgação científica, chama atenção para, além da dispersão de focos investigativos, a amálgama dessas tais vozes, as quais podem representar distintos interesses no processo jornalístico. Em outras palavras, o que era divulgação científica prototípica ganha tonalidades de *divulgação debate*, graças à presença de atores sociais provenientes dos mais distintos âmbitos. Acrescentamos aqui, buscando ir além, em vista da possibilidade desse arquétipo de debate, um cenário também favorável ao que se denomina por “polêmica”.

No jornalismo, ao se divulgarem informações de caráter científico, o jornalista é quem seleciona e reporta as falas cruzadas dos atores sociais. Há aí uma espécie de difusão, no espaço público, de uma gama de discursos e interações – ainda que não materialmente face a face. Esse encontro de diversos atores promovido pelo jornalista é, pois, determinante na edificação da tal polêmica.

2.2.1.3.4.2. Um breviário, então, sobre a polêmica

*Se o que é errado ficou certo
 As coisas são como elas são
 Sua inteligência ficou cega
 De tanta informação
 [...]*
*Se não faz sentido, discorde comigo
 Não é nada demais
 São águas passadas
 Escolha uma estrada
 E não olhe, não olhe pra trás*

Alvin L e Dinho Ouro Preto

Antes de seguirmos a falar pontualmente sobre as “outras vozes” que possam ser incorporadas ao discurso de um enunciador na divulgação científica – preciosas ao trabalho aqui desenvolvido – uma vez que compõem o esqueleto analítico desta tese, importa dizer –, buscamos discorrer sobre alguns pontos esclarecedores em torno da questão da polêmica. A polêmica demonstra-se interessante matéria numa pesquisa voltada à análise da sociedade, imbuída em dado contexto, cuja circulação de discursos manifesta-se no espaço público midiático.

A fim de fomentar a discussão em torno do que se possa detectar como uma “polêmica”, Amossy (2017) traz à baila fontes diversas para seu tratamento, inclusive definições lexicográficas já levantadas por outros autores que caminhavam nesta esteira investigativa, tais como Kerbrat-Orecchioni (1980) e Shoshana Felman (1879). Vale dizer que, neste ponto, as referências à etimologia do termo remontam à metáfora de guerra, através da qual a interação verbal é percebida como um combate, sob estratégia militar e à força bruta.

Essa acepção pejorativa do termo é, da mesma forma, reforçada pelo esvaziamento de sua definição dada a exaustiva utilização da palavra pela mídia³⁶, a qual corrobora com uma espécie de significação atrelada à renitência a posicionamentos distintos. Nesse sentido, pensamos numa disputa empreendida, quase sempre, sem acordo, ou sem razoabilidade no trato argumentativo.

³⁶ Amossy utiliza-se como fonte o trabalho de Nadine Gelas (1980) desenvolvido a partir da coleta de exemplos da utilização do termo em jornais.

Ao buscar fugir da perspectiva meramente passional da polêmica, Amossy alude, então, aos trabalhos que consideram a argumentação retórica na constituição do fenômeno. E interessa-nos mais, desta discussão, justamente a perspectiva argumentativa cuja modalidade pode tornear certa polêmica. Nesse seguimento, segundo Amossy, a reboque de Plantin (2003) e Gelas (1980), o primeiro ponto crucial acerca da polêmica é a especificidade do interesse público associado ao debate em torno de dada questão. Melhor dizendo, a polêmica demonstra-se pertinente a uma certa preocupação do público com algum tema, pontualmente situado em sua atualidade, em seu momento preciso, de tal modo efêmero que a própria polêmica caia tão rapidamente do esquecimento, quanto fora inflamada no momento de sua eclosão (AMOSSY, 2017).

Esse processo rápido, tal qual é, pode, por vezes, levar a um aparente apagamento da relação entre seu desenvolvimento e seus sentidos, seus anseios, seu espaço cultural de emersão. É preciso destacar, por isso, que analisar uma polêmica não é reduzir-se à fugacidade e à desatualização dos textos, mas, ao contrário, nas palavras de Amossy (2017, p. 49), em *Análise do Discurso*, “a polêmica se mostra [...] rica de ensinamentos na medida em que ela revela muitas coisas sobre a sociedade e a época na qual o discurso polêmico circula no espaço público”.

Levando em conta, portanto, as considerações de Amossy (2017) sobre polêmica, ou ainda, sobre o “debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público, que comporta os anseios da sociedade mais ou menos importantes numa dada cultura” (2017, p. 49), destacamos da autora uma observação essencial de sua constituição: a estruturação da polêmica enquanto oposição de discursos. Ou seja, estamos a lidar com opiniões que se apresentam de modo antagônico, manifestadas a partir de um confronto verbal, o qual sustenta o roteiro fundamental da polêmica.

Ao tratar a interação verbal da polêmica como uma espécie de gestão do conflito e, além disso, considerá-la sob o viés da dicotomização, Amossy ressalta pontos de vista, como o de Garand (1998), sobre a presença desse conflito no cerne da própria polêmica. Por esse ângulo, para a autora, a polêmica configura-se como manifestação discursiva no espaço público sob a forma de embates, afrontamentos e de desacordos: “Se há choque de opiniões contrárias, é porque a oposição dos discursos, na polêmica, é o objeto de uma clara *dicotomização* na qual duas opções antitéticas se excluem mutuamente” (AMOSSY, 2017, p. 53, grifo da autora).

Acerca dessa dicotomização, vale, no entanto, o destaque dado por Amossy, na trilha de Dascal (2008), à perspectiva construtivista e pragmática, segundo a qual as dicotomias são construídas e desconstruídas na dependência de dado contexto social, cultural, histórico... A relevância atribuída pela autora ao viés pragmático situa-se na possibilidade em se flexibilizar essas dicotomias, encontrando-se alternativas intermediárias aos polos³⁷. Isso tornaria possível a relativização das oposições.

Importa dizer que, no presente trabalho, vamos nos apegar a essa relação dissonante entre discursos, entre opiniões distintas sobre o objeto. Mas não exatamente na interação “face a face” *stricto sensu* entre os participantes. Não nos enfocaremos na tentativa específica dos enunciadores em mirar um ao outro dentro da arena da argumentação. Para além, talvez, do âmbito da retórica argumentativa, não nos centraremos exclusivamente na exposição e na defesa de pontos de vista antagônicos que exigem argumentação e justificativa dos participantes, em confronto especificamente entre indivíduos. Mais que duelo entre os participantes, suscitamos nessa pesquisa uma temática que, justamente por ser precipitadamente efervescente, e ligeiramente atual, não alcança estatuto de verdade consolidada, levando, porém, da mesma forma, ao estabelecimento de polos de desacordo próprios da polêmica.

E, de fato, para Amossy, pode não ser a polêmica um diálogo patente. Não seria a polêmica sempre dialogal. Dialógica sim – evocando, a autora, o sentindo bakhtiniano do termo, ao considerar o elo de atos de fala que constituem a enunciação – mas não a todo momento submissa “à estrutura do diálogo no seio do qual dois parceiros respondem simetricamente, face a face ou em interações não síncronas” (AMOSSY, 2017, p. 198).

Quando não está a polêmica sob forma validada do diálogo, esse tipo de discurso passa a ser “monogerido”, já que há em tal caso um locutor com o domínio do discurso, sem a presença ou intervenção do outro. Neste tipo de dispositivo, o público é o alvo principal:

O alocutário direto não é o Oponente, mas o público (o Terceiro), convidado a juntar-se à boa causa. É evidente que cada parte faz circular um número muito grande de discursos polêmicos que modulam, à sua maneira, a dicotomização, a polarização e o descrédito do outro sobre o qual se sustenta a confrontação agonística. (AMOSSY, 2017, p. 199).

³⁷ Embora eu tenha neste ponto utilizado o termo “polo”, vale notar que Amossy (2017) distingue a noção de polarização da de dicotomização. À primeira, a autora atribui o estatuto de agrupamento de campos adversos entre participantes, em um nível de operação social. À segunda, em um nível de operação abstrata, o de exacerbação de posições, algo que, a cabo, as levaria ao inconciliável.

Esse discurso não consiste, portanto, em um modo protocolar de diálogo, apesar de circular no espaço público a ebulição de uma temática polêmica. Embora não necessariamente sujeita à estruturação de um verdadeiro diálogo, a polêmica pública dá-se a partir do cruzamento de vozes, sem uma organização preliminar, ou seja, “emerge e se consolida na difusão, dentro do espaço público, de uma profusão de discursos e de interações polêmicas” (AMOSSY, 2017, p. 200).

Diante, pois, da afluência de discursos que abordam dada questão controversa, claro, cada um ao seu modo e em seu contexto específico, Amossy apresenta a possibilidade, na trilha de um veio analítico, de o pesquisador organizar documentos coletados – e isso especialmente nos interessa – da imprensa escrita e de sites da internet, por exemplo, para dispô-los de tal modo que se possa identificar recorrências, oposições, enfim, blocos de argumentos. A análise pode, portanto, retomar

[...] os textos em movimento para estabelecer séries, eixos que permitem designar não mais a manifestação repentina e a fluidez dos discursos e das interações polêmicas no espaço midiático, mas uma espinha dorsal, que é a dos blocos de argumentos conflituosos. (AMOSSY, 2017, p. 200).

Em posse desse exemplo de análise, somos capazes de perceber a aparência de um debate, constituído por blocos organizados, explicitando-se seções, apontando-se oposições.

Ao se pensar especificamente o papel das mídias nesse processo, é necessário, antes de mais nada, depreender de certo dissenso instituído, a sua importância para o público. Dito de outra forma, o jornalismo aventa dada questão que possa demonstrar-se, de algum modo, impactante para a vida do público. Nesse sentido, pode o dissenso, o conflito de vozes, de informações e, quiçá, a volubilidade de um conhecimento científico serem transformados em acontecimento, em algo potencialmente noticiável.

Vale dizer, são precisamente os jornalistas que selecionam e repercutem as falas dos atores sociais, dividem os discursos em campos. O jornalista

[...] lança a polêmica, dando-lhe publicidade, e lhe confere o estatuto de acontecimento; constrói, com a ajuda das diferentes formas de discurso reportado, um diálogo virtual entre detentores de posições em conflito; põe em evidência os blocos de argumentos que estruturam o debate; e contribui para orientá-lo por meio de suas intervenções diretas ou indiretas. (AMOSSY, 2017, p. 202).

As mídias são, portanto, centrais na construção da polêmica, nos termos de Amossy (2017), constituem-se, concomitantemente, suporte e motor da circulação dos discursos. Essa circulação, manifesta no espaço público, traz à tona diversos atores sociais por meio de seus discursos, ao serem reportados pelo divulgador, o que confere ao texto de divulgação um estatuto polifônico, dadas as variadas vozes que o compõem.

2.2.1.3.4.3. Uma especial estratégia: o argumento de autoridade

Ao fazer circular uma diversificada gama de discursos, a mídia reúne múltiplos atores envolvidos em dada informação científica divulgada. As opiniões reportadas desde a de peritos técnicos, até a de gestores de Estado acabam que por estruturar um jogo polifônico de pontos de vista procedentes de diversos âmbitos, o que arranja, obviamente, um complexo quadro sobre o conhecimento em discussão.

Na esteira do procedimento linguístico-discursivo de *expansão*, recurso produtivo na divulgação do conhecimento, cabe-nos aqui, portanto, ressaltar a estratégia divulgativa que se estabelece a partir do emprego dessas vozes trazidas pelos jornalistas. Em outros termos, a estratégia de utilização de *argumentos de autoridades* na validação de informações taticamente apresentadas no discurso divulgativo.

Corrente nos noticiários de divulgação do conhecimento científico, esses argumentos configuram-se como sustentáculo para a análise do nosso trabalho, uma vez que toda a informação coletada para composição do arranjo analítico desta tese abaliza-se nas vozes procedentes de diversos âmbitos na constituição do saber pelo poder conferido às autoridades evocadas pelos jornalistas.

Na busca por alusões sobre esta estratégia produtiva considerando o procedimento de *expansão* do conhecimento, apontamos, de início, o trabalho do analista do discurso Fiorin, cuja obra (2016) focada em divulgar a estratégia da persuasão faz ilustrar-se a dimensão argumentativa do discurso, apresentando-nos conceitos importantes da retórica e da lógica, especialmente aqui em discussão o

chamado *argumento de autoridade* ou *argumentum ad verecundiam*³⁸. Fiorin (2016, p. 176) pontua que “o objetivo [desse tipo de argumento] é levar a plateia a aceitar um ponto de vista, baseando-se na autoridade de quem enuncia, no seu conhecimento especializado, na sua credibilidade ou na sua integridade pessoal”.

Fiorin (2016) exhibe duas possibilidades de autoridades invocadas quando da tentativa de validação do discurso: a autoridade que está na ordem do saber e a que está na ordem do poder. A primeira refere-se à ordem do perito, do especialista; a outra, daquele que exerce o comando, a gestão. Importa-nos expor aqui esse apontamento feito por Fiorin em torno da interessante relação entre saber e poder. Mas importa-nos, mais ainda, sublinhar que, para Foucault, “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (1996, p. 30). Em outras palavras, convém-nos conduzir nosso olhar analítico, frente às questões relacionadas à procedência de dada autoridade, considerando como entrelaçadas a relação de poder e a constituição de saber.

Dito isso, chama-nos particular atenção as vozes que, por algum motivo, são selecionadas pelo jornalista na divulgação do saber, enquanto autoridade, enfim, enquanto poder. Ou seja, para além de considerações do contexto de origem de certo discurso, o analista do discurso deve estar atento ao porquê de dado conteúdo, de dado argumento de autoridade ter sido escolhido.

No jornalismo científico é recursivo que cientistas sejam invocados para falar ao grande público, falar às pessoas em geral, mas também pode haver a presença recorrente de figuras políticas a fim de “que reconheçam o impacto social que esses conhecimentos científicos podem ter” (FERRERO, 2011, p. 93). Essa autora levanta, não obstante, questões críticas significativas em torno dessa composição do texto jornalístico, ao se considerar a voz outorgada aos agentes envolvidos, tais como a razão do protagonismo atribuído a certa autoridade, a identificação das vozes apresentadas e, claro, os sentidos que reverberam das suas palavras.

São pontos marcantes, já que podem nos balizar no entendimento das reações e dos efeitos que dada notícia é capaz de ter sobre o público:

³⁸ Segundo Fiorin (2016), “foi o filósofo John Locke quem deu esse nome à estratégia de valer-se da chancela de uma autoridade respeitada ou de um especialista num dado assunto para sustentar seu ponto de vista” (LOCKE, 1988 apud FIORIN, 2016, p. 176).

O diálogo ou a polêmica, o debate ou o alerta social, que determinadas informações sobre a ciência na imprensa diária provocam, se explicam muitas vezes pela forma como se representa o que dizem ou disseram os diferentes atores envolvidos em determinado tema científico. Especificamente, o grau de credibilidade que se outorga à comunidade científica é fortemente determinado pela forma como os jornalistas evidenciam sua voz. (FERRERO, 2011, p. 94).

À título de ilustração e citando possibilidades, alguns elementos que contribuem para a montagem dessa cena mais verossímil têm que ver com: a apresentação da instituição a que pertence dada autoridade, do cargo que exerce, do prestígio social atribuído a sua figura, enfim, com a apresentação de outros atributos a mais que possam se fazer significativos no contexto em questão.

A reboque do trabalho de Ferrero (2011), a divulgação de informações na mídia on-line brasileira acerca da relação entre o vírus da Zika e a microcefalia talvez seja, com efeito, um campo fértil para análise da polifonia inerente à recontextualização dos discursos de autoridades, procedentes de discursos e contextos variados, como, por exemplo, o âmbito científico, o político, o jurídico e o econômico...

Importa dizer que, nessa recontextualização do discurso, nessa nova realidade (nomeadamente o texto jornalístico) em que se insere o argumento de autoridade, pode-se haver uma “metamorfose” do que é dito pela autoridade. “Metamorfose” para além da transmutação de forma, ou seja, transmutação de conteúdo com relação ao discurso “original” – por assim dizer. Conforme Ferrero (2011), há um novo contexto, há uma recondução de um discurso por parte do jornalista, daí a necessidade de se considerar não só o contexto de procedência dos discursos, mas também o contexto em que os discursos são readquiridos.

Segundo Ferrero (2011, p. 95), dessa recondução dos discursos, destacam-se elementos essenciais para que aqueles possam ser reproduzidos. Notadamente, esses elementos são (i) “os agentes de referência escolhidos pelos jornalistas como vozes autorizadas da informação citada” – isto é, já há aí uma primeira escolha que está nas mãos do jornalista divulgador; e (ii) a condução dos argumentos por meio de verbos – especificamente realizada através de dois caminhos possíveis, ou pela “seleção verbal pela qual se opta para introduzir a citação” ou pelo “verbo que se escolhe para denominar a maneira de dizer desses atores”, ambos caminhos também sob encargo do jornalista.

Sob o prisma da Análise do Discurso, é significativo, então, dar relevo à atuação do jornalista enquanto elaborador de discursos, não só no que diz respeito em específico à divulgação científica, mas à própria prática jornalística como um todo. De mais a mais, o recurso às autoridades enquanto forma de validação do discurso não afiança a isenção do divulgador sobre o tema abordado. Ao contrário, configura-se relevante pista para que se perceba, além do ponto de vista de dada autoridade, o posicionamento do jornalista.

Desse modo, os verbos *dicendi* são produtivos introdutores de opinião de uma autoridade, a qual pode estar, sim, sujeita à uma seleção de termos, a uma nova construção sintática, a, enfim, um exame (e um filtro próprio) do jornalista sobre a informação que ele (re)produz.

2.2.1.3.4.3.1. O papel dos verbos na condução dos argumentos de autoridade

Marcuschi (1991) apresenta um estudo, que aqui nos calha bem, relacionado ao processo de divulgação de informações pela imprensa, tendo como foco a atuação seletiva dos verbos sobre os conteúdos direcionados por eles. A discussão fundamental do autor reside sobre a intencionalidade interpretativa que constitui um quadro ideológico, marcante da prática jornalística. Ou seja, existe uma performance analítica e interpretativa em torno da informação veiculada.

Nessa perspectiva, a reprodução de opiniões não se resume a uma mera exposição neutra de informações. Ao contrário, “a parcialidade se dá na introdução do discurso alheio, seja como interpretação, seleção ou avaliação” (MARCUSCHI, 1991, p. 75). O redator, então, é uma espécie de “filtro” dos discursos, atuando concomitantemente como receptor e emissor de informações:

[...] toda informação é fruto de uma certa **compreensão** do fenômeno apresentado. E esta compreensão funda-se nas estruturas sócio-político-culturais daquele que informa, seja ele um indivíduo, o jornalista, ou uma entidade, a agência noticiosa ou linha editorial do órgão jornalístico. (MARCUSCHI, 1991, p. 75, grifo do autor)

Assim sendo, exibir, apresentar, citar, enfim, trazer à tona o discurso de alguém, implica, para além de oferecer informações, tomar uma posição diante desse discurso. Nesse caso, os verbos introdutores de opiniões marcam, por meio da

materialidade linguística, os caminhos dos relatos de opinião. São eles, os verbos, importantes introdutores de opinião quando da utilização de discursos reportados. Claro, não só verbos conduzem a inserção do mediador na construção de efeitos discursivos. Mas são eles peças muito produtivas nessa condução.

Inventariando, então, de maneira mais ampla, não sob um domínio exhaustivamente técnico, as formas linguísticas mais frequentemente encontradas em seu estudo, Marcuschi (1991) parte de três grupos iniciais para apresentar tais modalidades. Seriam elas os verbos³⁹ propriamente aqui apontados, os quais antecipam o caráter da opinião a ser relatada; as nominalizações, inclusive resultadas a partir de verbos, que, mais categoricamente que estes, direcionam o conhecimento da opinião; e as construções adverbiais, que introduzem de forma literal ou parafraseada o discurso relatado.

Ainda neste amplo cenário, em que se possa considerar essencialmente o contexto de produção dos discursos, Marcuschi (1991) assinala o que ele avalia como “interpretação” de opiniões trazidas por jornalistas na divulgação de informações. Especialmente, o autor aponta para a semântica dos verbos que introduzem opiniões, manifestadamente, por meio de uma atividade inserida num contexto de enunciação. Desse prisma, três aspectos merecem destaque: a interpretação explícita, atrelada a, por exemplo, um comentário do redator; a interpretação implícita, dada à seleção dos verbos introdutores de opinião, ou expressões análogas; e a interpretação pela seleção, uma vez que selecionar partes de dado discurso já se configura como um tipo de interpretação.

Feito esse esclarecimento acerca da noção de “interpretação”, Marcuschi abaliza sua análise dos verbos, a considerar dois tipos específicos de discurso: o do Poder e o de populares. Para o primeiro, promove-se a subdivisão entre discurso oficial, do governo, em seus três poderes constituídos⁴⁰; discurso para-oficial; e discurso da oposição, no sentido ideológico-partidário do termo. Ao segundo tipo, atribui-se um caráter estigmatizado, policialesco, reduzido a verbos a partir dos quais se conduzem relatos de pessoas “anonimamente lembradas”.

³⁹ Sendo a paráfrase o recurso mais recorrente na reprodução de opiniões, Marcuschi denomina os verbos como verdadeiros “parafraseadores sintéticos”, já que são capazes de resumir “em uma só palavra o sentido geral do discurso a relatar” (1991, p. 77).

⁴⁰ Além desses poderes, Marcuschi (1991) considera ainda que esta definição deva contemplar a opinião dos militares, dadas as circunstâncias históricas do Brasil.

Posto isso, faz-se relevante enfatizar da sugestão trazida por Marcuschi a hipótese em torno da ação dos tais verbos introdutórios de opinião, seja ela hierarquizar, reforçar, discriminar, classificar, enfim, atribuir de alguma forma julgamentos aos autores cujas opiniões são relatadas no texto jornalístico. Como proposta classificatória, embora seja mesmo uma proposta mais para mostrar a função no texto exercida pelos verbos⁴¹ ao estruturarem certa argumentação do que catalogar de modo extenuante um repositório linguístico, Marcuschi distingue algumas classes de funções atribuíveis a eles:

- (I) **Verbos indicadores de posições oficiais e afirmações positivas:**
“declarar”, “afirmar”, “comunicar”, “anunciar”, “informar”, “confirmar”, “assegurar”
- (II) **Verbos indicadores de força do argumento:**
“frisar”, “ressaltar”, “sublinhar”, “acentuar”, “ênfatizar”, “destacar”, “garantir”
- (III) **Verbos indicadores de emocionalidade circunstancial:**
“desabafar”, “gritar”, “vociferar”, “esbravejar”, “apelar”, “ironizar”
- (IV) **Verbos indicadores de provisoriedade do argumento:**
“achar”, “julgar”, “acreditar”, “pensar”, “imaginar”
- (V) **Verbos organizadores de um momento argumentativo no conjunto do discurso:**
“iniciar”, “prosseguir”, “introduzir”, “concluir”, “inferir”, “acrescentar”, “continuar”, “finalizar”, “explicar”
- (VI) **Verbos indicadores de retomadas opositivas, organizadores dos aspectos conflituosos:**
“comentar”, “reiterar”, “reafirmar”, “negar”, “discordar”, “temer”, “admitir”, “apartear”, “revidar”, “retrucar”, “responder”, “indagar”, “defender”, “reconhecer”, “reconsiderar”, “reagir”
- (VII) **Verbos interpretativos do caráter ilocutivo do discurso referido:**
“aconselhar”, “criticar”, “advertir”, “enaltecer”, “elogiar”, “prometer”, “condenar”, “censurar”, “desaprovar”, “incentivar”, “sugerir”, “exortar”, “admoestar” (MARCUSCHI, 1991, p. 89)

Essa proposta, inscrita num quadro pragmático-argumentativo, está, segundo o autor, sustentada em uma função lógico-organizadora praticada pelos verbos de relato de discurso. Seriam, portanto, os verbos, figuras organizadoras na construção de argumentos do produtor de textos ao se utilizar dos discursos alheios.

⁴¹ Marcuschi chama atenção para alguns verbos, como o “dizer” que não figuram na tal classificação, justamente pelo caráter “coringa”; embora exerça funções típicas a depender do contexto e dos tipos de discurso, é “uma espécie de vale tudo, pois aparece em todas as funções e não tem alguma específica” (MARCUSCHI, 1991, p. 90).

A classificação, finalmente, mostra-se eficiente na estruturação de um processo organizacional realizado mediante um texto constituído a partir de outro, ou seja, do relato à apreciação, podendo, por isso mesmo, não ser dada como justa, ou fidedigna à opinião essencial do autor. Assim é que Marcuschi assinala que as escolhas lexicais feitas por um jornalista não representam meras escolhas estilísticas, mas configuram-se, para além, poderosos instrumentos de ação.

Divulgar conhecimento científico, portanto, exige um esquadramento atento a profusos aspectos tanto discursivos quanto linguísticos. Recursos esses que procuram não só oferecer certa compreensão ou acessibilidade do texto divulgativo, mas também a formar e persuadir o público.

2.2.1.3.5. Divulgação e a (re)criação de significados

Por fim, ao se pensar amplamente o processo de divulgação da informação – abrangendo desde a coleta de informações selecionadas para serem organizadas até a reformulação do discurso –, podemos apreender que divulgar conhecimento, ao que tudo indica, presta-se a um grande número de estratégias linguístico-discursivas. A divulgação não seria, portanto, uma “tradução”, mas a produção de um novo discurso, construído a partir de outro ponto de vista.

Além da complexidade inerente a esse processo de reformulação, Calsamiglia (1997) dá relevo ao cuidado que se deve dedicar ao público do texto divulgativo. Uma vez que se necessita ter claro para qual público determinado saber se destina, a título de exemplificação, a autora se atém ao perfil do protagonista da divulgação. Faz-se necessário, primeiramente, imaginar o nível de conhecimento sobre o assunto, para que o divulgador possa decidir sobre o que deve ser dito e o que não deve ser.

No texto de divulgação, o conhecimento já pré-existente do interlocutor e os novos conhecimentos trazidos pelo divulgador devem ser dosados em um equilíbrio constante. Esta é uma questão crucial que se refere à dimensão cognitiva intrínseca à compreensão e à inteligibilidade do texto de divulgação. Recursos linguísticos e discursivos para assegurar esse processo são muitos e variados.

Nessa perspectiva, o divulgador não é um conduto⁴² de transmissão neutro, mas um criador de novos significados que pode articular de forma contextualizada o conhecimento científico ao grande público. Cabe ao divulgador integrar novos conhecimentos ao processo de construção cultural que ocorre no contexto da vida cotidiana.

É importante ressaltar que, segundo Ciapuscio (1997), a produção do texto científico implica uma reelaboração de conteúdo científico, com fidelidade conceitual e modal, para o leitor leigo não só se informar, mas se interessar pelos temas científicos. Daí se considerar a divulgação científica como uma tarefa de grande desafio intelectual.

A autora ainda destaca que para que o objetivo informativo do texto fonte seja transformado em objetivo (in)formativo e persuasivo – sobre a relevância ou interesse de dada descoberta ou desenvolvimento científico –, é necessário acuidade com relação à composição e à estruturação do texto de divulgação. Essa observação refere-se inclusive à composição de títulos que, muitas vezes, remetem a interpretações distintas do verdadeiro fato em questão, simplesmente objetivando despertar o interesse do público.

Nesse sentido, para estimular o interesse do leitor, existem distintos recursos típicos nos textos de divulgação, tais como alusões a elementos do mundo cotidiano e jogos de palavras, possivelmente observáveis no portal em estudo dado o mote das notícias de interesse para este trabalho.

Para rematar nossa seção teórica em torno da divulgação científica, é preciso lembrar que, sob esse enfoque linguístico-discursivo abordado até aqui, o processo de recontextualização – composto de um rico arsenal de artifícios linguísticos e cognitivos intrínsecos ao próprio processo – manifesta a pluralidade de pontos de vista capaz inclusive de formar a opinião do público, e.g., no que tange ao tema ligado ao vírus da Zika e sua relação com a microcefalia. Por isso, faz-se pertinente considerar a diversidade de vozes que expressam visões de mundo submetidas à reformulação de um novo locutor.

Desse modo, demonstra-se praticável a identificação de algumas condições que autorizam a combinação de elementos discursivos e não-discursivos. Em outras palavras, podemos, nos textos divulgativos, nos defrontar com discursos que influem

⁴² Referência ao texto *A metáfora do Conduto*, de Michael Reddy (2000).

sobre as regras de formação capazes de definir as estratégias de um tipo particular de discurso, no caso em questão, o da divulgação científica, realizado por meio de um web espaço jornalístico, em torno de um tema de relativo impacto social, e em determinado momento de nossa história.

Essa rede conceitual possibilita caracterizar uma visão de mundo idiossincrática não tão-somente de uma linha editorial do portal em estudo, mas, inclusive, da sociedade de nosso tempo, já que os jornalistas podem, além de informar, formar opiniões, reproduzir discursos do senso comum e, para mais, propagar visões atreladas a interesses de ordens diversas. São, enfim, consequências de circunscrições sócio-históricas desses discursos que, por seu turno, constituem-se variáveis fomentadoras de certos enunciados observáveis em determinado tempo, lugar ou instituição.

3. COLEÇÃO DE INFORMAÇÕES E ROTEIRO DE MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Para que se cumpram, de modo satisfatório, os objetivos que são propostos neste trabalho, faz-se necessário, em um primeiro momento, explicitar-se a metodologia da coleta de dados, bem como, a sua organização quantitativa.

A partir disso, apresentaremos uma caracterização do portal selecionado como objeto de estudo, para que, enfim, se faça a proposta do percurso analítico em torno dos procedimentos linguístico-discursivos e das estratégias divulgativas utilizadas na difusão de informações sobre a relação entre o vírus Zika e a microcefalia no portal de notícias em questão.

3.1. Da coleta de dados

A metodologia de análise proposta nesta pesquisa constitui-se com foco nas especificidades de um conjunto temático de textos de caráter divulgativo, especificamente informações de caráter científico sobre a relação entre o vírus da Zika e a microcefalia. Os textos escolhidos foram publicados em um portal de notícias brasileiro durante um período compreendido entre novembro de 2015 e maio de 2017.

O referido recorte histórico foi traçado tendo-se como base um momento abarcado entre dois marcos: o início e o término do estado de Emergência em Saúde Pública declarados no Brasil em razão da circulação do vírus Zika no país e sua associação com a microcefalia e outras alterações neurológicas. A primeira declaração, efetivada durante o segundo mandato do governo Dilma, data-se do dia 11 de novembro de 2015, e a declaração do fim da Emergência, realizada pelo Ministério da Saúde do ilegítimo governo Temer, data-se do dia 11 de maio de 2017.

Outro ponto instituidor para a delimitação do *corpus* desta pesquisa é a escolha do dispositivo a ser estudado, designadamente notícias acessíveis de modo on-line em um portal de notícias brasileiro. A fim de que se realizasse a busca das ocorrências para a configuração do *corpus* de análise dentro do período delimitado, definimos palavras-chave para a consulta por meio do motor de busca do *Google* na *web*, sob o filtro de *Notícias*, associado à ferramenta de *Intervalo personalizado* ajustado ao recorte proposto no trabalho. Foram consultados textos por meio da combinação das

palavras *vírus*, *Zika* e *Microcefalia*, escolhidas por representarem o centro cognitivo de um conhecimento relativamente constante, conforme a Teoria dos Protótipos (TAYLOR, 1989; LAKOFF, 1990), ou seja, os membros mais prototípicos de determinada categoria. Essa teoria⁴³ demonstra-se uma eficiente alternativa metodológica para este trabalho, já que esses termos têm como germe analítico o arranjo estrutural do significado, o que se prestaria ao caso específico: textos que girem em torno da relação entre o vírus da Zika e a microcefalia.

Após essa mineração inicial na *web*, realizamos uma análise mais individualizada dos textos a fim de avaliar sua pertença ao tema selecionado e à cena genérica escolhida como objeto de estudo. Em busca dessa empreitada, fez-se necessário apoiarmo-nos em um aporte teórico que embasasse o reconhecimento do gênero notícia, a fim de determinarmos o conjunto de textos que, com efeito, pertenciam a tal cena genérica. Sustentamo-nos, para tanto, em elementos que compõem a estrutura macrotextual da notícia com base na proposta de van Dijk (2004). Nessa fase, então, uma nova seleção foi realizada, entretanto, a partir da efetiva leitura dos textos, para que se selecionasse o *corpus* de análise deste trabalho. Para efeito operacional, a seleção de documentos, inicialmente disponíveis na rede, passou a ser arquivada em programa específico de textos, *Microsoft Word*.

3.1.1. Discriminação numérica do *corpus*

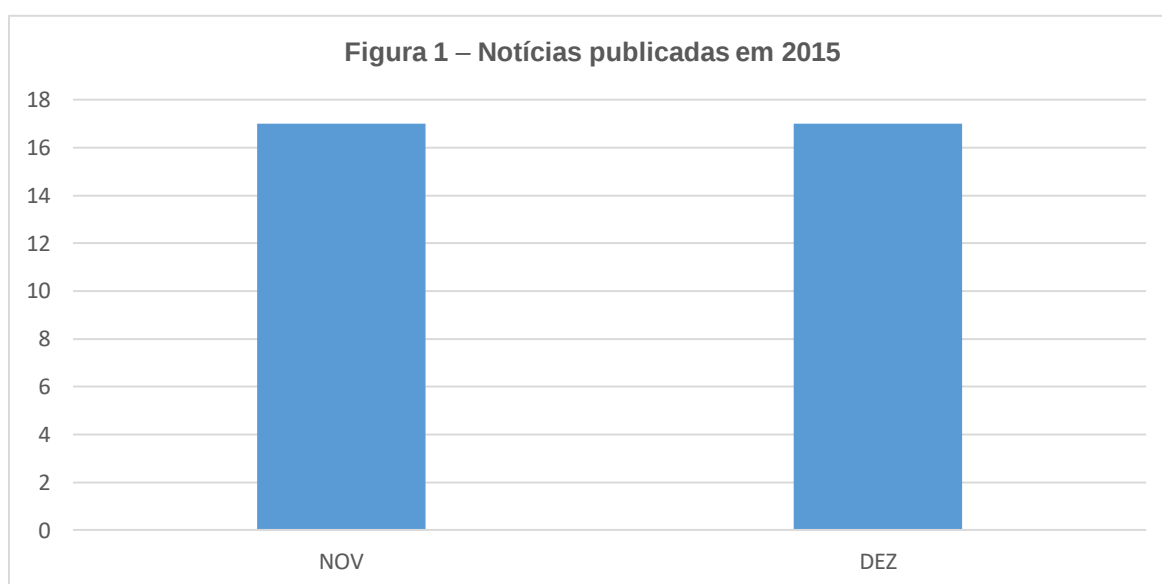
Frente ao resultado desse último crivo, o montante de notícias de que ainda dispomos foi submetido a um arranjo, seguindo uma discriminação por datas⁴⁴ nas

⁴³ Na Teoria Radial “uma categoria pode ter membros de vários graus de representatividade: seus melhores exemplares apresentariam a maioria das propriedades que a caracterizam, mas outros membros não precisariam ter todas essas propriedades, e alguns deles poderiam até não possuir nenhuma delas. O que faz com que esses membros ‘não conformes’ também pertençam à categoria são os elos que os ligam, direta ou indiretamente, aos membros prototípicos, ou seja, a existência de encadeamento na categoria: dos prototípicos se derivam alguns outros, desses se originam outros ainda, e assim por diante, o todo da categoria formando uma ‘rede de nós’ que ocupam diversos lugares na estrutura, a diferentes distâncias uns dos outros, mas todos direta ou indiretamente ligados entre si” (VASCONCELLOS, 2005).

⁴⁴ O motor de busca do *Google* traz resultados nas adjacências dos intervalos personalizados requisitados. Não obstante, para uma sistematização mais exata, faz-se necessária uma organização manual dos dados.

quais circularam as notícias e por “jornais” em que foram veiculadas⁴⁵. Em decorrência disso, obtivemos os dados que se seguem nesta seção.

Em 2015, dentro do recorte temporal proposto, todas as publicações sobre o tema em estudo encontradas na *web* somam-se num total de 34 textos⁴⁶, divididos equanimente entre os meses de novembro e dezembro, quer dizer, 17 notícias em cada mês do ano, conforme ilustrado no gráfico que se segue:

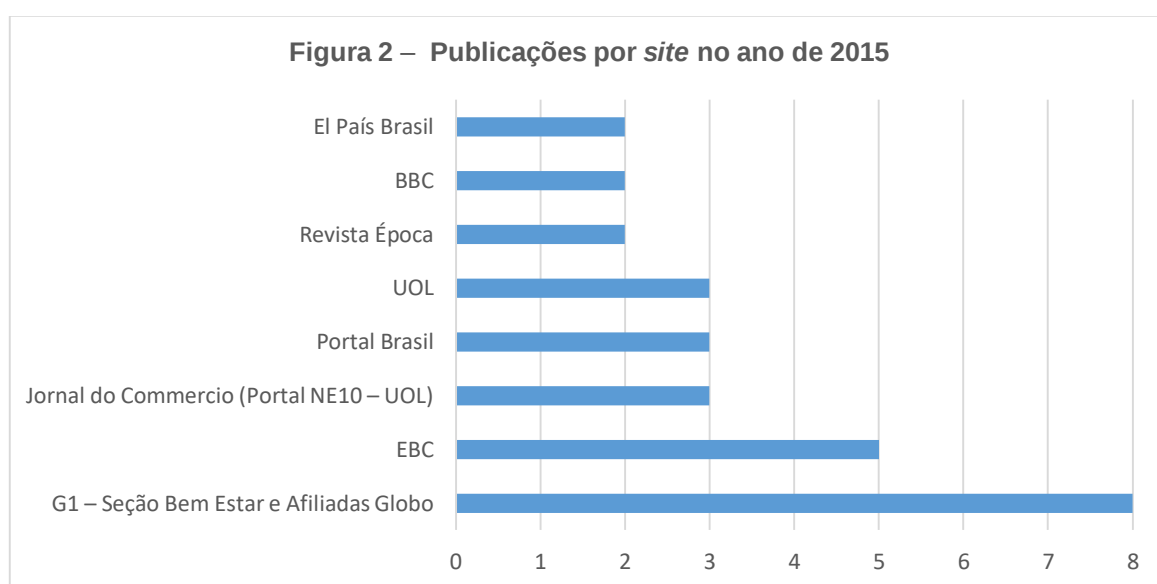


⁴⁵ Partindo da ideia de que os veículos de comunicação são os meios que divulgam as notícias, utilizamos aqui o termo “veiculadas” não para associar as notícias às grandes corporações, no sentido de veiculação por parte dos conglomerados de mídia de informações advindas de fontes diversas – até porque, não raras vezes, veículos diferentes pertencem a mesma corporação – mas para expressar a acepção de transmitir, propagar, divulgar informação. Assim, trataremos de notícias “veiculadas”, já considerando a possibilidade de nos defrontarmos com a circulação de uma mesma notícia, desde as informações, até o texto em si, em distintos portais. Isso se torna presumível uma vez que comumente as informações podem proceder de agências de notícias, ou mesmo de outros jornais que se servem de fonte de informação, ou de conteúdo. Conquanto, partimos do pressuposto de que ainda seja plausível pensar a linha editorial dos jornais considerando-se suas publicações veiculadas, mesmo que sombreadas em outros veículos, já que, se dada informação é reiterada em algum portal, pressupõe-se não serem essas contribuições tão distantes da visão do veículo que a repisou.

⁴⁶ Este e todos os números absolutos apresentados nesta fase do estudo podem ser visualizados na catalogação realizada para montagem do *corpus* disponível no Anexo I: “Lista de Manchetes e Quadros Numéricos Panorâmicos”. Neste documento, as listas estão devidamente computadas e devidamente nomeadas com os títulos das manchetes. Além disso, por meio de quadros, discriminamos os portais aos quais se relacionam as notícias, bem como o mês e o ano de cada publicação. No mesmo anexo, há quadros também parciais e totais que apresentam discriminadamente números sobre a quantidade de notícias.

Essa equanimidade parece demonstrar que, pelo menos no final do ano de 2015, os portais mantiveram um interesse constante pelo tema.

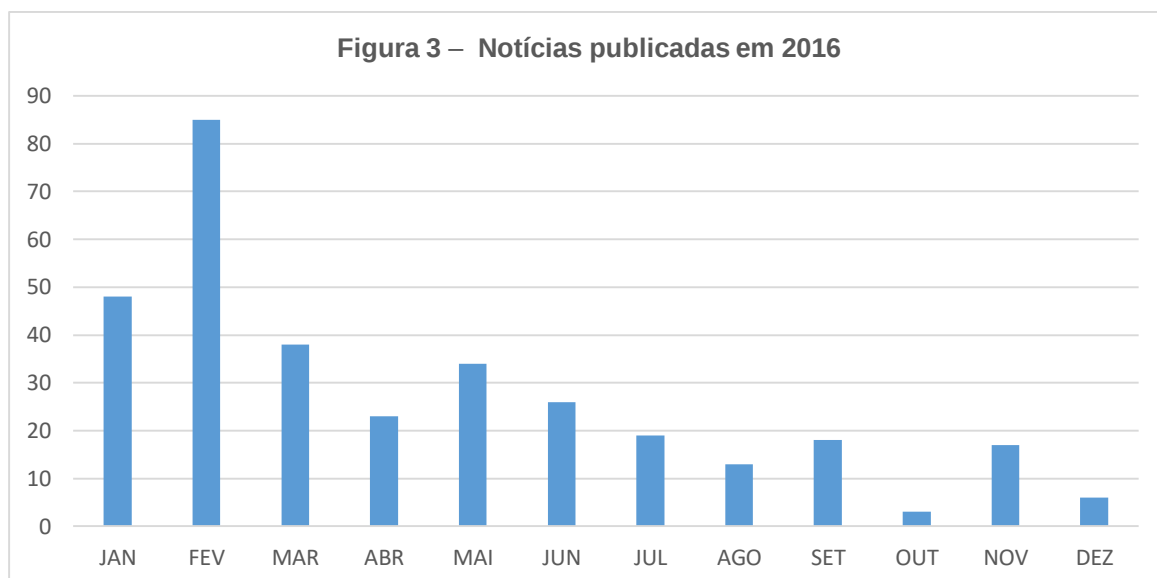
Posteriormente a essa demonstração total dos textos de 2015 no gráfico anterior, procurando discernir por páginas a distribuição das notícias – a considerar os *sites* cujo número de publicações se apresenta de modo mais significativo⁴⁷ para tal ano –, pudemos verificar a preeminência numérica dos portais *G1* e *EBC*, algo visualizável no seguinte gráfico:



Não obstante *EBC* e *G1* concentrarem juntos o maior volume de publicações para o ano, vale destacar a predominância do portal *G1*, cujo número de notícias circuladas representa mais que o dobro de quase todos os outros portais.

Ao se levar em conta novamente o total de textos, agora, no entanto, o total de 2016, identificamos 330 notícias circuladas na *web*, conforme o gráfico subsequente. A partir dele se pode observar o pico de publicações durante o verão brasileiro:

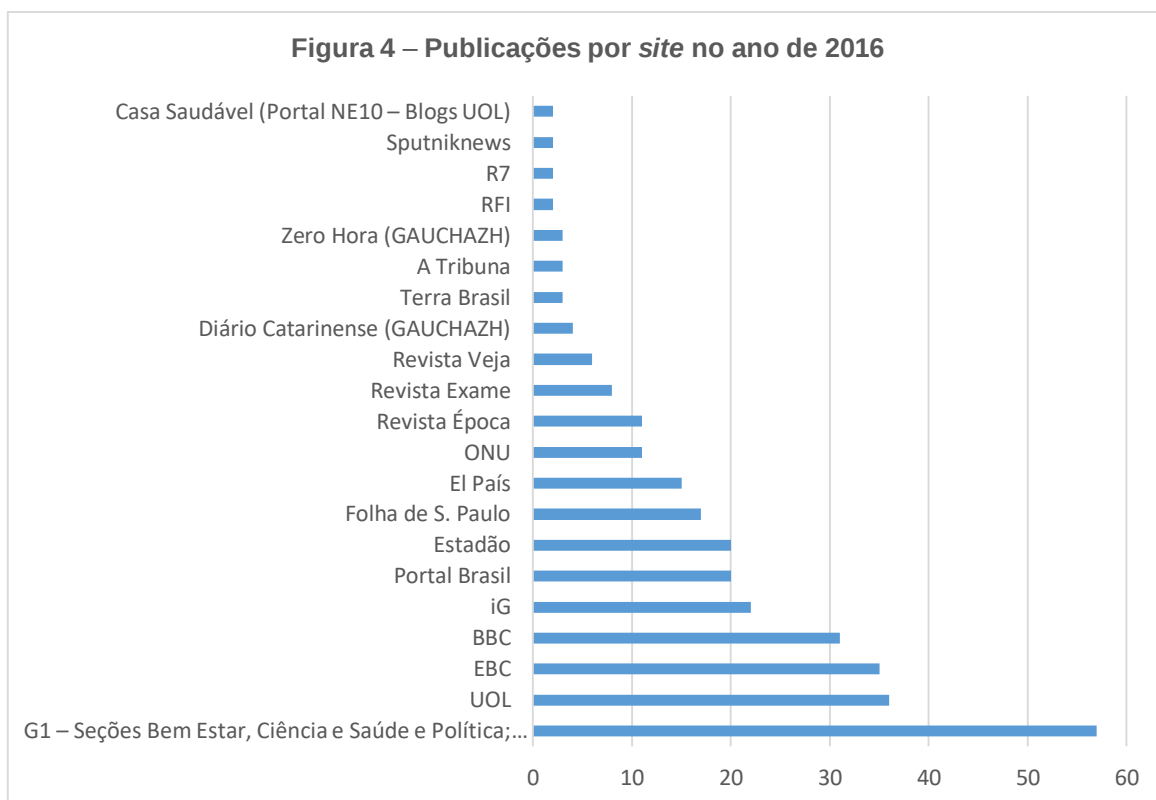
⁴⁷ Para efeito de uma visualização mais clara e relevante dos dados, desconsideramos páginas *web* com menos de duas publicações nesta e nas exposições subsequentes que se referem a gráficos ilustrativos da relação publicações/*sites*.



Pelo gráfico de notícias, percebemos que o maior número de publicações se concentra entre os meses de janeiro e março, os quais comportam o verão brasileiro da primeira parte do ano⁴⁸. O que também chama atenção nesse mesmo pico é o fato de a maioria dos portais levantados por nós terem noticiado, precisamente no mês de fevereiro de 2016, a declaração de situação de emergência internacional por conta do número de casos de microcefalia e da sua possível relação com o vírus da Zika pela Organização Mundial da Saúde. Isso pode ser, talvez, mais um fator que contribuiu para o ressaltado no número de publicações apresentado no referido mês.

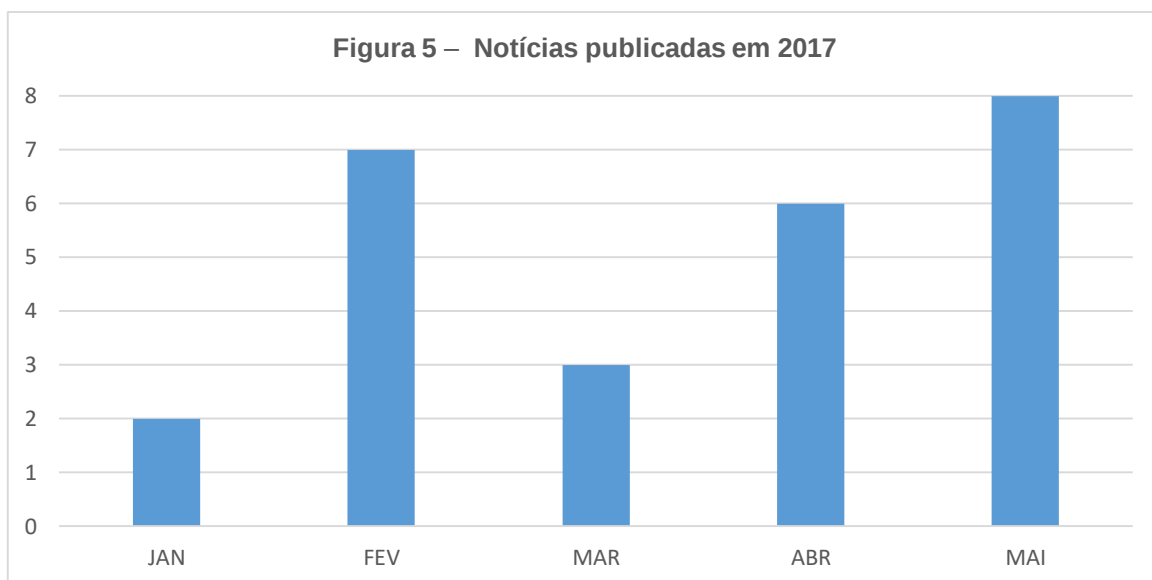
Ao examinarmos, para este mesmo ano, especificamente as páginas *web*, os números de publicações de 2016 se lançam da seguinte forma:

⁴⁸ O calor e o fato de o verão brasileiro ser marcadamente chuvoso oferecem um ambiente favorável à proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, então considerado o maior transmissor das arboviroses que circulam no Brasil.



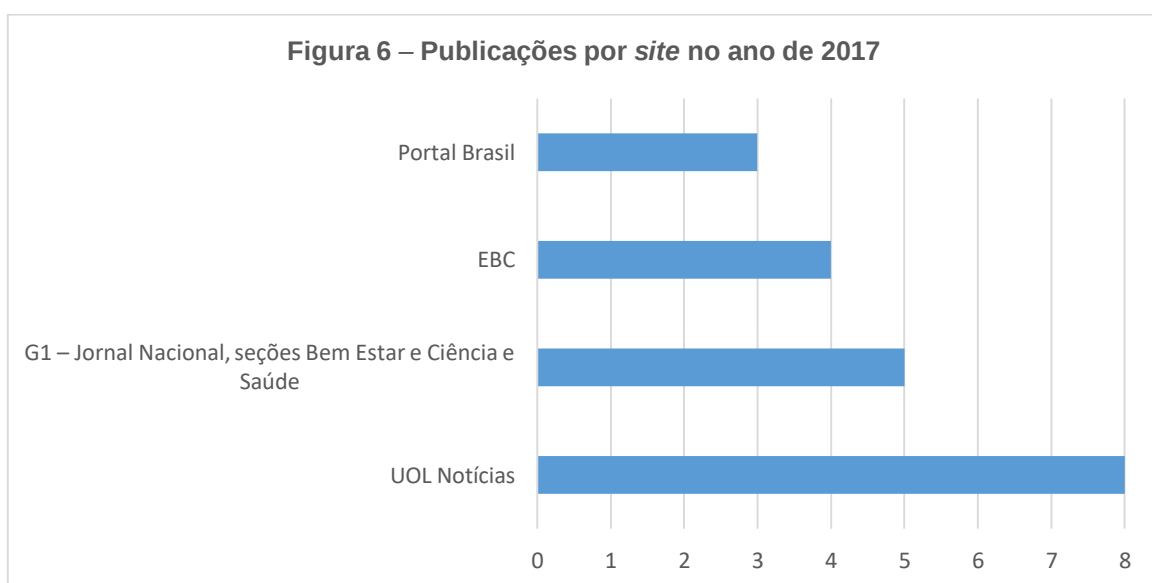
Fica patente no gráfico exposto que, mais uma vez, o portal *G1* se destaca pelo volume de publicações. Além do cômputo apresentado por este portal, pode-se considerar expressivo o número de publicações do *UOL* e da *EBC*, mais uma vez, e dos portais da *BBC* e do *iG*.

Para o ano de 2017, encontramos ao todo 26 notícias espalhadas entre os meses de janeiro e maio, sendo identificado um número de publicações mais acentuado neste último mês, provavelmente dado à declaração do fim do estado de Emergência, o que pode ter feito reacender a discussão em torno do tema na mídia brasileira:



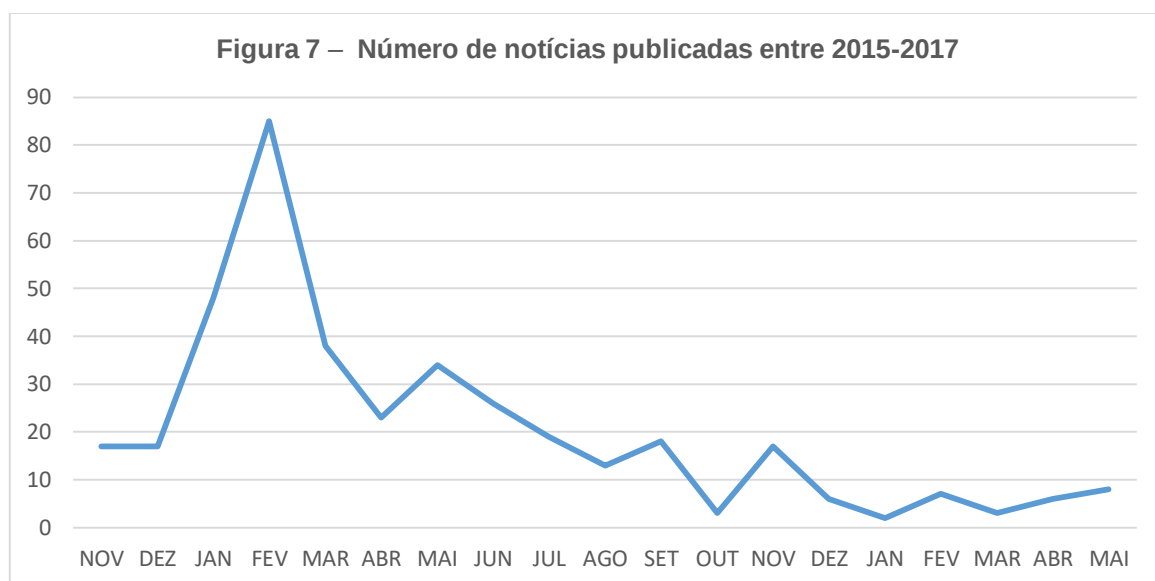
Ainda que não tenha uma acentuação tão elevada, se comparado ao mês de fevereiro, por exemplo, o número de publicações do mês de maio é o maior dentre o período recortado do ano de 2017.

No que diz respeito às publicações por portal, os números mais significativos de 2017 estão distribuídas entre *UOL*, *G1* e *EBC*:



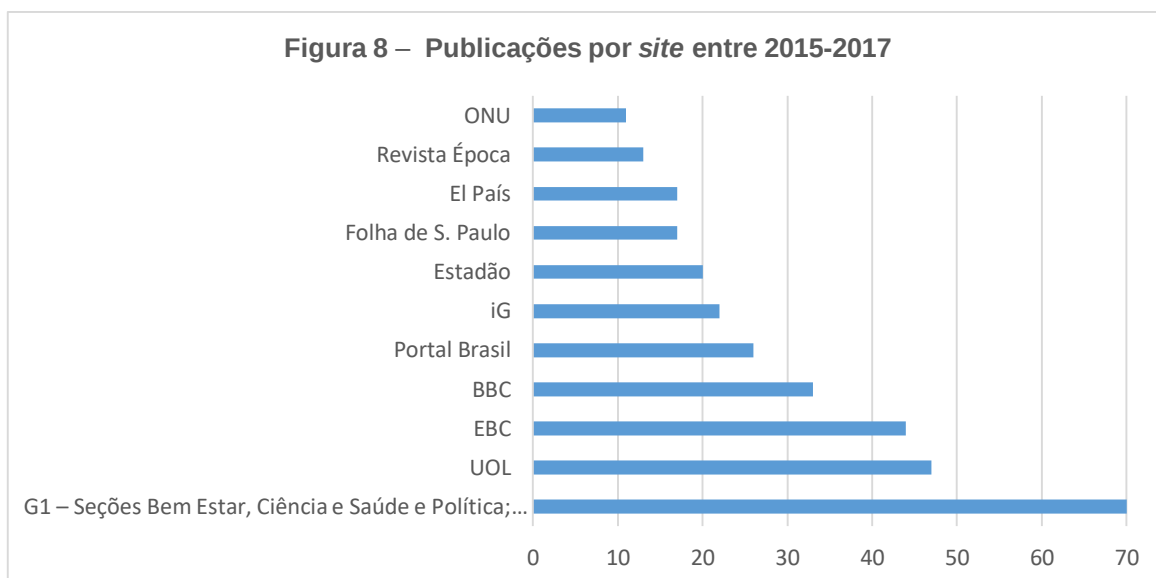
Vale dizer que o recorte de 2017 é o único em que o *G1* não aparece com o maior número de textos publicados, concentrando três notícias a menos que *UOL*.

Considerando-se de um modo mais panorâmico as publicações situadas no recorte histórico total proposto nesta pesquisa, totaliza-se, enfim, um número de 390 notícias identificadas na *web* no período entre novembro de 2015 e maio de 2017, com uma acentuação no início de 2016:



Ao serem dispostos de forma panorâmica todos os meses do período estudado, pode-se perceber que alguns picos de publicações evidenciados no gráfico, tais como o que destacamos durante o mês de maio de 2017, representam muito pouco quando comparados à efervescência de publicações situada em fevereiro de 2016. Em outras palavras, embora maio seja um mês significativo – em termos não só de publicações dentro do ano de 2017, mas também enquanto marco final do período de Emergência em Saúde Pública –, no geral, há pouca representatividade para sugerir uma possível análise específica.

Ainda numa perspectiva panorâmica sobre todo o recorte histórico, ilustramos a distribuição das notícias por *site* no seguinte gráfico que considera somente páginas *web* com número de publicações superior a dez notícias no total do período peneirado:



A partir deste último gráfico, percebe-se que os números do portal *G1* se sobressaem quando comparados aos de todos os outros portais cujas publicações em torno do tema também demonstram significativa presença. Podemos depreender, com efeito, que é o *G1*, pertencente ao Grupo Globo, o portal de maior destaque quando falamos em número de publicações sobre a relação vírus Zika e microcefalia durante o estado de Emergência em Saúde Pública no Brasil.

3.1.2 Relevância do Grupo Globo

O site *Globo.com* é responsável na internet pelo portal de notícias *G1*, que, por sua vez, disponibiliza conteúdos jornalísticos do Grupo Globo; a exemplo disso, durante o processo de mineração de notícias sobre o tema estudado, encontramos, na *web*, textos inclusive de jornais impressos do grupo redimensionados ao web espaço.

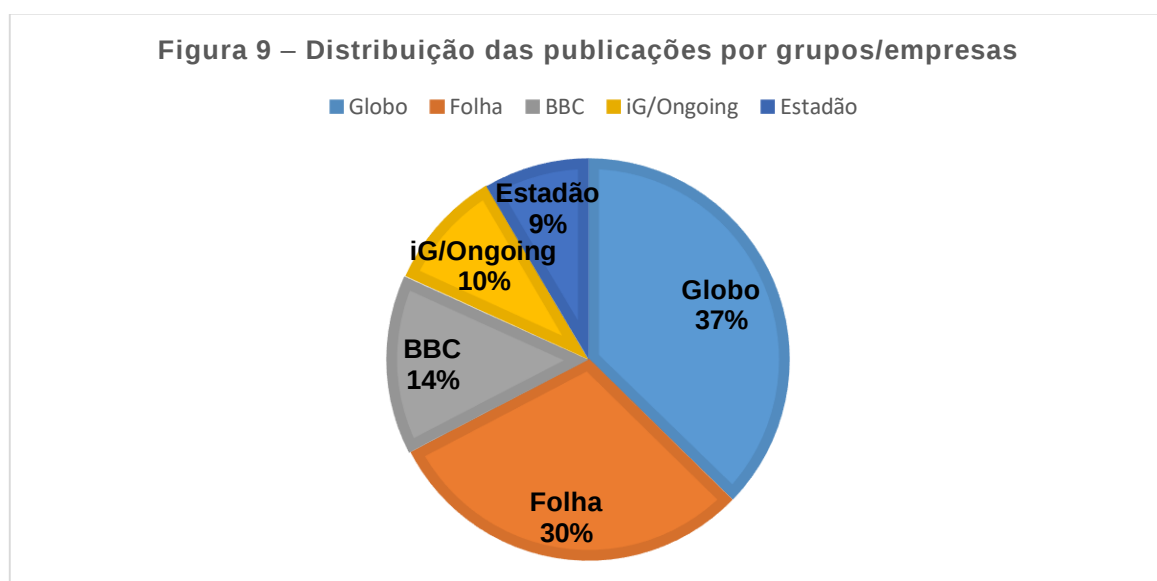
Localizamos, distribuídas por todo o período analisado, 88 publicações do Grupo Globo, sendo a maioria delas do portal *G1*, em quantidade significativa⁴⁹ constantes da seção *Bem Estar*⁵⁰, algumas da seção *Ciência e Saúde* e uma da seção

⁴⁹ Significativo, tomando-se como referência as 88 publicações do Grupo Globo durante o período analisado, dentre as quais, 70 notícias são do portal *G1*.

⁵⁰ Além de ser o nome de uma seção do portal, *Bem Estar* é o título de um programa da TV Globo no ar desde 2011. Identificamos, porém, não só esse nome de programa televisivo, cujo número de

Política – essas seções, em geral, são assinadas no eixo Rio-São Paulo-Brasília⁵¹ – e outras, de modo também representativo, das afiliadas da Globo, espalhadas em todo país. Mais um número expressivo encontrado para o Grupo na *web* corresponde à revista *Época*, cerca de 13 publicações no período escolhido. Além desses veículos, encontramos, se bem que em número pouco representativo, notícias das revistas *Crescer* e *Galileu*, bem como publicações no *site* associadas aos jornais impressos *O Globo* e *Extra*. Todas, reitero, pertencentes ao mesmo grupo.

Tomando como base os cinco grandes grupos⁵² privados que, durante o período recortado, mais publicaram notícias em torno do tema em estudo, comparamos seus números e distribuímos-los no seguinte gráfico para uma melhor visualização:



notícias acerca do tema pesquisado é bem significativo, mas também o, nem tão numericamente significativo para o *corpus*, *Jornal Nacional*, representado por duas notícias vinculadas no portal *G1* durante o período recortado para nosso estudo.

⁵¹ Mais comumente, as notícias da seção *Bem Estar* são assinadas pelos jornalistas no Rio de Janeiro, São Paulo ou Brasília. Quando não são de tal seção, correspondem, na maior parte das vezes, a afiliadas da TV Globo.

⁵² Segundo Herscovitz (2009, p. 4), no Brasil, segue-se uma tendência, que é global, à convergência de meios de comunicação, no sentido de que “empresas familiares substituíram os membros da família por administradores profissionais e em muitos casos combinaram seus negócios em uma holding com subscrição de ações. Além do mais, empresas de comunicação familiares ávidas por infusão de dinheiro contemplaram a participação estrangeira desde 2002”. Vale destacar, no Gráfico 9, o marcante UOL Notícias contabilizado dentro do Grupo Folha. Este grupo, juntamente com a Folhapar, constitui-se acionista majoritário do UOL.

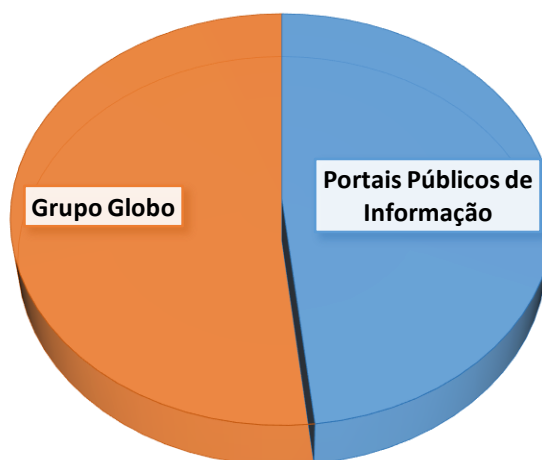
A partir da demonstrada comparação, podemos evidenciar uma representatividade acentuada do Grupo Globo. Em números absolutos de publicações, constantes do gráfico apresentado, os grandes grupos Globo e Folha abarcam 159 publicações das 235 notícias distribuídas entre os cinco maiores grupos privados que publicaram sobre o tema no decorrer do período selecionado para o estudo. Ou seja, 67% do total de notícias. Vale dizer que, se confrontarmos esses números com os de mídias alternativas⁵³, deparamo-nos com uma disparidade ainda mais gritante, uma vez que diversos portais publicaram, durante o período recortado, um parco volume de notícias sobre o tema.

Observando a posição de destaque em que aparece o grupo Globo nos números e ao compararmos o volume de notícias veiculadas pela Globo com as veiculadas pelas agências públicas, visualizamos a presença do grupo privado de forma quase isométrica em relação à soma de todo volume de publicações conduzido pelos veículos públicos sobre o tema no transcorrer do período escolhido para o estudo. “Quase isométrica”, para não se dizer preponderante, uma vez que, em números absolutos, totalizam-se 88 publicações do grupo privado, contra 82 dos veículos públicos.

Para a composição do gráfico a seguir, somamos as publicações veiculadas pela *EBC*, ligada à Secretaria-Geral da Presidência da República; pelo *Portal Brasil - Governo do Brasil*; pela *ONU*, mediante divulgação de imprensa; e pelo *Portal do Governo do Estado de São Paulo*, que são, com efeito, todas as publicações encontradas veiculadas em órgãos públicos durante o período recortado para nossa observação. A partir dessa totalização, confrontamos com o volume produzido pelo Grupo Globo:

⁵³ Chamamos aqui de mídias alternativas àquelas que se apresentam como alternativa aos grandes grupos ou *holding* de empresas. Vale dizer que veículos alternativos à grande mídia aparecem nos *corpora* minerada inicialmente com publicações eventuais, representadas por uma ou duas publicações durante o período mapeado, caso dos veículos “Carta Capital” e “Esquerda.NET”, por exemplo, que, dentre outros tantos, aparecem com apenas uma publicação cada. Certo é que, para pensarmos sobre a pouca representatividade desses veículos na *web*, se deva levar em conta o caráter dessas mídias na difusão de notícias – dessas e de todas outras que não ultrapassaram duas publicações no período em estudo –, tanto com relação ao espaço que ocupam no cenário midiático do país, espaço, inclusive financeiro, quanto ao perfil de informação que, claro, se propõem a veicular.

Figura 10 – Globo X Portais Públicos



Esses números são, pelo menos, sintomáticos, e levam-nos a questões que poderiam estar presentes em nossa discussão analítica: O Grupo Globo se interessaria mais pelo tema do que o próprio Estado? Ou teria o grupo privado mais condições de publicar informações do que as agências públicas? Ou interessaria menos ao Estado publicar esse tipo de informação? Ou interessa mais à empresa privada o fenômeno polêmico do que o conteúdo veiculado em si?

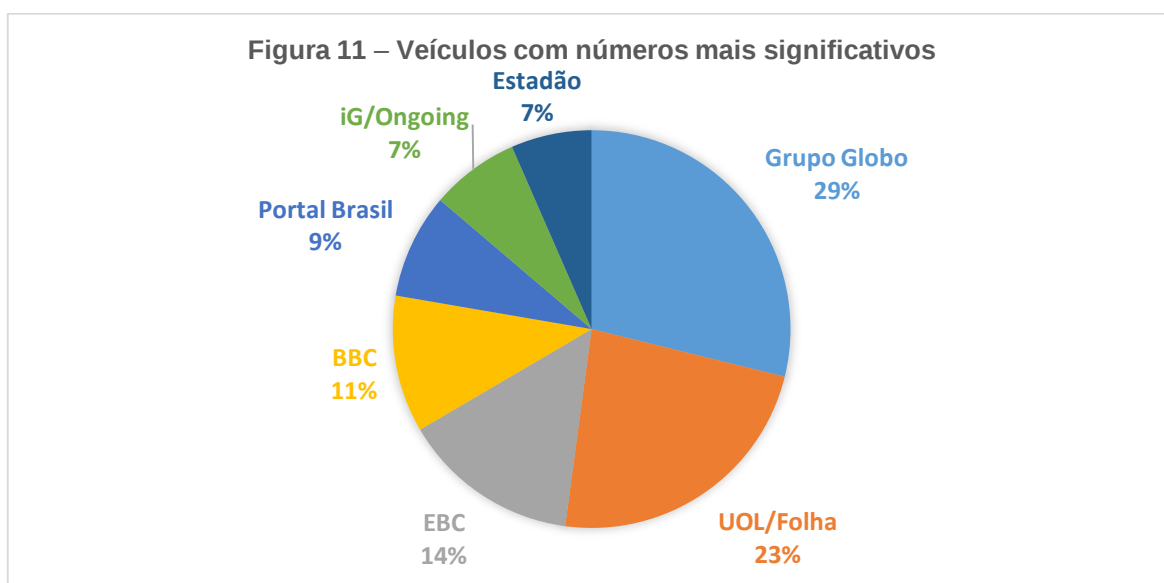
Por conseguinte, atendendo ao chamado do que se explicita nos próprios números coletados para o *corpus*, intentamos eleger a melhor opção para objeto de nosso estudo.

3.1.3 *Corpus* eleito

Ao se considerar o número mais significativo⁵⁴ de publicações por portal, ou seja, ao se terem em vista os veículos em que o tema mais se fez presente durante o período mapeado neste estudo, defrontamo-nos com o desempenho massivo de grandes grupos, pulverizados em distintos veículos a eles atrelados. O portal *G1*, do grupo maior Globo, por exemplo, apresenta-se por meio de publicações não só da

⁵⁴ Para efeito de organização em gráfico, neste caso, como estamos operando com dezenas de publicações por grupo, referimo-nos a um número mais significativo de publicações, os números superiores a 20 notícias publicadas. Em outras palavras, todos esses veículos ilustrados no gráfico publicaram pelo menos vinte notícias sobre o tema durante o período estudado.

Seção *Bem Estar*, como também de toda uma gama de redes afiliadas, além de blogs e até programas televisivos transportados ao ambiente virtual e transcritos em forma de notícia para portal. Ao todo, encontramos 88 textos do Grupo Globo na *web*, 71 do *UOL Notícias*, incluindo os blogs e a própria *Folha de S. Paulo*, 44 da EBC, 34 da BBC, 26 do *Portal Brasil – Governo do Brasil*, 22 da *IG*, 20 do *Estadão* e 17 do *El País Brasil*. Podemos visualizar esses dados na seguinte distribuição:



Em vista disso, selecionamos para o presente estudo o portal privado que mais se destacou em número de publicações durante o recorte histórico, nomeadamente o *G1*. Em números absolutos, das 88 publicações de todo o Grupo Globo, pudemos registrar pela busca o total de 70 notícias somente desse portal⁵⁵.

Em posse dos dados numéricos acerca das publicações no decorrer do recorte histórico designado e da subsequente eleição do *corpus* a ser estudado, partimos para uma etapa importante de sistematização de dados. Discriminamos as informações de todas as notícias que compõem o *corpus*, codificando-as para uma devida identificação e referência no corpo do trabalho. Este código exibe três elementos representados em sequência: mês e ano a que pertence dada notícia e uma numeração cronológica por ordem de publicação dentro do referido ano. A

⁵⁵ Para efeito de análise e cumprimento de nossos objetivos, não consideraremos o Grupo Globo como um todo, mas as notícias veiculadas ao portal *G1*.

documentação segue uma distribuição em tabela (Anexo II), particularizando-se itens como título, autoria e data das notícias, seção em que foram publicadas, proveniência das informações – por exemplo, se são da própria redação do jornal, ou de correspondentes, ou de alguma agência de notícias – e um link de acesso à página em que se está hospedado o texto.

Sigamos, a partir desse ponto, para um delineamento do perfil específico do portal selecionado. Ainda que de modo geral, faz-se necessário conhecer as propriedades desse veículo de informação atuante no Brasil, a fim de operarmos numa análise com dados coadunados a suas particularidades.

3.2. Da caracterização do *corpus*

A partir da seleção do *corpus*, seguimos em busca de uma pontual caracterização do *site* que o constitui. O portal de notícias selecionado para este estudo, que divulga também – não especificamente, mas também – conteúdos atrelados a conhecimentos científicos, representa uma grande empresa da esfera privada, cuja página, Globo.com, é alistada como um dos *sites* mais populares do Brasil, ficando atrás apenas do Google e do Youtube⁵⁶. Com efeito, isso torna representativos os possíveis resultados da análise de tal página. Passamos neste ponto, pois, a discorrer sumariamente sobre o G1.

Lançado em 2006, pelo *site* Globo.com, o portal de notícias do Grupo Globo teve sua estreia marcada por uma cobertura especial das eleições daquele ano (GRANDE, 2015). A partir disso, a página ofereceria a possibilidade de se acessarem publicamente, por meio de um único endereço eletrônico, variados conteúdos jornalísticos não só da Globo, como de outros canais televisivos de notícias do mesmo grupo, caso em que se enquadra a GloboNews. Além disso, ajuntavam-se ao *site* conteúdos de rádios, como a da própria Globo e da CBN; de jornais, como O Globo e Diário de São Paulo e Extra; e de revistas, por exemplo, Época, Crescer, Galileu e Autoesporte.

O portal de notícias G1 é alimentado com informações via redação, assinada, por exemplo, pela matriz no Rio de Janeiro e em São Paulo e pela redação de Brasília.

⁵⁶ Referência que pode ser verificada no Top Sites in Brazil (2017), *site* de análise da internet criado pela Amazon que fornece um ranking dos endereços mais buscados no Brasil.

Ademais, para auxiliar na construção de conteúdo, ou mesmo replicar notícias, o *G1* utiliza-se de informações de diversas agências de notícias, nomeadamente “Agência Estado, Agencia France Presse, Associated Press, EFE, New York Times, Lusa, Reuters e Valor Econômico” (GRANDE, 2015, p. 72). Para além das agências, o portal conta com uma rede de afiliadas espalhadas pelo Brasil que abastecem os conteúdos locais. Segundo Grande (2015, p. 72), as comunicações regionais partem de diferentes regiões “do Brasil e sub-regiões como MG-Sul de Minas e PR-Norte e Noroeste”, contabilizando “mais de 50 regiões cobertas pelo jornalismo” do grupo.

Essa descrição do portal de notícias, embora pontual, torna-se obrigatória para que partamos, de forma mais específica, em direção à análise dos textos que compõem o *corpus* do trabalho. Não que o exame de um caso midiático particular, como o do *G1*, não seja mormente representativo ao se pensar, de forma abrangente, a sociedade brasileira de nosso tempo, mas, em posse dessas especificidades que marcam o *G1*, analisaremos questões linguístico-discursivas com mais propriedade para, possivelmente, individualizar os resultados, atribuindo-os a esse veículo de informação.

3.3. Da análise

3.3.1 Categorias organizacionais

Providos dos textos selecionados e associados ao portal eleito para integrar o *corpus*, passamos a identificar, separadamente, os discursos de autoridades reportados em cada notícia como agentes de constituição do saber. Distinguimo-los em dois grandes eixos, o das vozes institucionais e o das vozes individuais. O primeiro corresponde a argumentos atribuídos a instituições, organizações, associações, enfim, discursos conferidos a estruturas sociais como um todo. Já os discursos do segundo eixo estão relacionados a argumentos individualizados na voz do especialista.

Partindo-se desses dois eixos principais e dada a necessidade de se definirem posições as quais são ocupadas pelos sujeitos reportados, identificamos nas notícias todos os âmbitos de procedência de onde partiam tais argumentos de autoridades.

Nomeadamente, os âmbitos encontrados foram o político⁵⁷, o científico, o jurídico e o econômico – os enunciados instituíram-se principal dispositivo para que se fosse possível distinguir as posições do sujeito.

Vale dizer que esse mesmo procedimento de detecção de ocorrências, seja ele a recursividade no *corpus*, levou-nos ao arranjo das últimas subcategorias organizacionais aqui propostas. Em outras palavras, aspectos mais recorrentes nos argumentos de autoridades permitiram-nos ordená-los sob um prisma específico das próprias publicações analisadas. É possível depreender do *corpus* um matiz de sentidos através do qual se deslizam os enunciados das autoridades.

As subcategorias desse matiz de sentidos a que nos referimos contemplam desde (i) o *ineditismo* do fato divulgado e das pesquisas envolvidas sobre o assunto; (ii) a *hesitação*, as dúvidas e a difusão do saber hipotético e da possibilidade em se correlacionar microcefalia ao vírus da Zika; (iii) as propostas e *hipóteses alternativas* para explicar o efeito microcefalia; (iv) o reconhecimento do conhecimento em constante *averiguação*, da necessidade de se desenvolver mais pesquisas sobre o tema e da ciência em construção; (v) os *vaticínios* e as projeções sobre a dimensão da doença; (vi) e a *convicção*, a deliberação, e os dados factuais e conclusivos afiançados pelos peritos.

Hesitação e *convicção* constituem a dicotomia medular por onde deslizam as acepções atribuídas aos discursos no *G1* identificados. As outras categorias apontadas orbitam em torno desses polos. Claro, perceptivelmente, ora para além de, ora em intersecção a, ora, quiçá, aquém da *convicção*. E no reverso, ora mais adiante de, ora em cruzamento com, ora, eventualmente, um pouco longe da *hesitação*.

Essas subcategorias em matiz, interligadas aos dois grandes eixos de vozes, formam o esqueleto organizacional dos argumentos de autoridades identificados nas notícias do *G1*, acerca da relação vírus Zika e microcefalia, publicadas durante o estado de Emergência em Saúde Pública no Brasil.

⁵⁷ Consideramos, sob influência de Foucault, que, na contemporaneidade, saber e política não se desconjuntam. Não ignoramos, portanto, a articulação que existe entre os âmbitos, particularizamos, porém, cada um deles, tendo em vista um agrupamento que contemplasse aspectos acentuados em um e em outro domínio.

3.3.2 Combustível teórico

Ao se considerar que os textos publicados no portal de notícias do *G1* constituem uma forma de discurso público, inevitavelmente as informações nele veiculadas aditam fatores relacionados ao contexto de produção.

Nesse sentido, torna-se mais respaldada uma análise que se desenvolva sobre um pano de fundo trajado pela obra de Foucault, dotada de uma teoria social do discurso, com relevância reflexiva em torno da noção de contexto, quer seja o contexto situacional de um enunciado, ou ainda, sua situação social, quer seja o contexto verbal, motivador dos enunciados.

Como obras de interesse para nosso trabalho, percorremos alguns textos de/sobre Foucault que contribuiram para munir nossa visão de analista do discurso focada no discurso de divulgação científica. Primeiramente, em “A Verdade e as Formas Jurídicas” (2002), o filósofo discorre acerca da análise do discurso e da verdade em sua concepção histórica, dos dispositivos criados pela sociedade de controle e dos processos de subjetivação, além das basilares relações entre saber e poder. Outra obra que compõe nossa incursão corresponde à aula inaugural de Foucault no *Collège de France*, “A ordem do discurso” (2014), através da qual podemos pensar os procedimentos de controle, as condições de funcionamento e a imposição de regras sobre o discurso. Em um último estágio das discussões permeadas pela visão de Foucault, debruçamo-nos sobre trabalhos substanciais em torno dos conceitos foucaultianos para os estudos discursivos, nas pegadas de Machado (1988), Maingueneau (2016) e, sobretudo, Fischer (2001), através das quais pudemos apreender a relação da obra foucaultiana com a análise de discursos.

Além desse pano de fundo filosófico, construímos nossa análise voltados para um *corpus* cuja delimitação leva em conta a cenografia que constitui as cenas genéricas da esfera jornalística. Para isso, influenciarmo-nos pelos trabalhos de Maingueneau (2002, 2006a, 2006b, 2010) na teorização das cenas da enunciação, bem como pela proposta de van Dijk (2004), a fim de uma cuidadosa identificação dos textos que se relacionam à cena genérica da notícia.

No que se refere à descrição e à análise da divulgação científica, subsidiarmo-nos fundamentalmente na Análise do Discurso da Divulgação Científica, uma vez que esse aporte teórico-metodológico comporta satisfatórias categorias de análise linguístico-discursivas, considerando estratégias que vão desde o tratamento do

léxico, passando pela sintaxe, até, e sobretudo, pela reformulação discursiva, dadas as diferenças entre as esferas sociais.

Como autores de fundamental importância, destacamos Ciapuscio (1997), pela apresentação de aspectos gerais sobre a reformulação de textos de divulgação científica e, especialmente, dos recursos envolvidos nesse processo; Calsamiglia (1997, 2001, 2003), pelas discussões acerca do processo linguístico-discursivo que caracteriza a popularização do conhecimento científico; Cassany e Martí (1998), pela abordagem acerca das estratégias divulgativas; Cataldi (2003, 2007a e b, 2008 e 2009), pelos estudos realizados sobre divulgação científica na mídia impressa.

Complementarmente à Análise do Discurso da Divulgação Científica, buscamos teorias que relacionem a Análise do Discurso à Argumentação, bem como à Linguística Textual – esta, em especial, a partir do ponto de vista que se desloca da análise transfrástica, visando à importância das sequências coesivas dos textos, até as teorias do texto, atentas ao contexto pragmático.

Para tal busca definida, relemos obras como a de Fiorin (2016); a qual, numa dimensão argumentativa do discurso, apresenta conceitos da retórica e da lógica para o chamado *argumento de autoridade*; a de Ferrero (2011), que lança questões sobre a composição do texto jornalístico, ao se considerar a voz outorgada aos agentes envolvidos nas informações citadas; e a de Marcuschi (1991), cujo trabalho enfoca o papel dos verbos sobre os conteúdos direcionados ao se introduzir discursos alheios na divulgação de informações pela imprensa.

Nessa esteira, para se pensar mais especificamente a modalidade em que se estruturam os discursos e a composição do que se pode considerar uma “polêmica”, ancoramo-nos nos trabalhos de Koch (2006), a qual procura demonstrar os sinais de intenções e atitudes do locutor perante seus enunciados, evidenciando, assim, o posicionamento do enunciador no jogo da argumentação; e de Amossy (2017), a qual aponta a polêmica a partir de um cruzamento de vozes, emergente e consolidado na difusão de uma profusão de discursos.

Equipados dessa base teórica concernente à Análise do Discurso da Divulgação Científica e a outras questões pontuais da Análise do Discurso, da Argumentação e da Linguística textual, torna-se válido um exame sobre os procedimentos linguístico-discursivos, patentes na popularização do conhecimento científico. Com isso, podemos efetuar um estudo do processo de recontextualização do discurso sobre ciência na mídia brasileira, mais especificamente, do discurso de

divulgação científica nas vozes dos argumentos de autoridades em torno das informações veiculadas sobre a relação vírus Zika e microcefalia no *G1*, identificando as estratégias divulgativas que caracterizam essa temática no portal de notícias em questão.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE

No caráter polêmico e estratégico do conhecimento, seu efeito produzido, através de condições econômicas, políticas... históricas de existência, apresenta-se de forma mutável, aportado no que poderia ser dado como verdade. A instabilidade do conhecimento em elaboração e, seguidamente, em disseminação, reverbera-se em construções linguístico-discursivas variáveis que constituem desde um quadro de *hesitação* até a inteira *convicção* relacionada ao conhecimento divulgado, compondo o discurso da incerteza, marcante do recorte histórico em estudo.

Antes de iniciarmos uma análise mais estratificada a partir das categorias propostas na metodologia deste trabalho, exporemos alguns dados organizados em ilustrações que tornam mais perceptível uma panorâmica dessa instabilidade do conhecimento em elaboração. Instabilidade essa patente nas notícias no portal *G1* entre o período de novembro de 2015 e maio de 2017.

Num primeiro momento, em busca de uma visão mais geral de nossa análise, passamos a considerar a inconstância do conhecimento divulgado por meio das escolhas lexicais constituídas nos enunciados de especialistas. Esses fragmentos⁵⁸ são, todos eles, expressões que compõem discursos referentes à associação da microcefalia com o vírus da Zika, alastrados por todo um matiz de incertezas.

Recorrendo à organização em forma de um *continuum*⁵⁹ entre dois extremos, nomeadamente o da *hesitação* e o da *convicção* na divulgação científica, exibimos, por meio de uma estrutura gráfica, uma organização dos agrupamentos lexicais extraídos de discursos de autoridades, circulados ao longo do recorte histórico. Foram colecionadas expressões que se remetiam à correlação entre o vírus da Zika e a microcefalia presentes nos enunciados das autoridades trazidas pelas notícias do portal *G1*.

Frente ao fluxo de discursos controversos examinados, pudemos organizar as expressões associadas pontualmente ao tema, dividindo-as não em blocos estanques, mas por meio de uma sequência aparentemente sem intervalos, mas

⁵⁸ A lista completa desses fragmentos, ou seja, a lista com todas as expressões devidamente referenciadas pelos códigos que as identificam com os textos de onde foram retiradas, pode ser encontrada no Anexo III deste trabalho.

⁵⁹ A representação de matizes semânticas por meio de um *continuum* dá conta de expor a distribuição de dados que não se submetem a uma conformação fechada em categorias estanques.

suficiente para permitir uma visualização das nuances de sentidos que deslizam desde *hesitação* até a *convicção*.

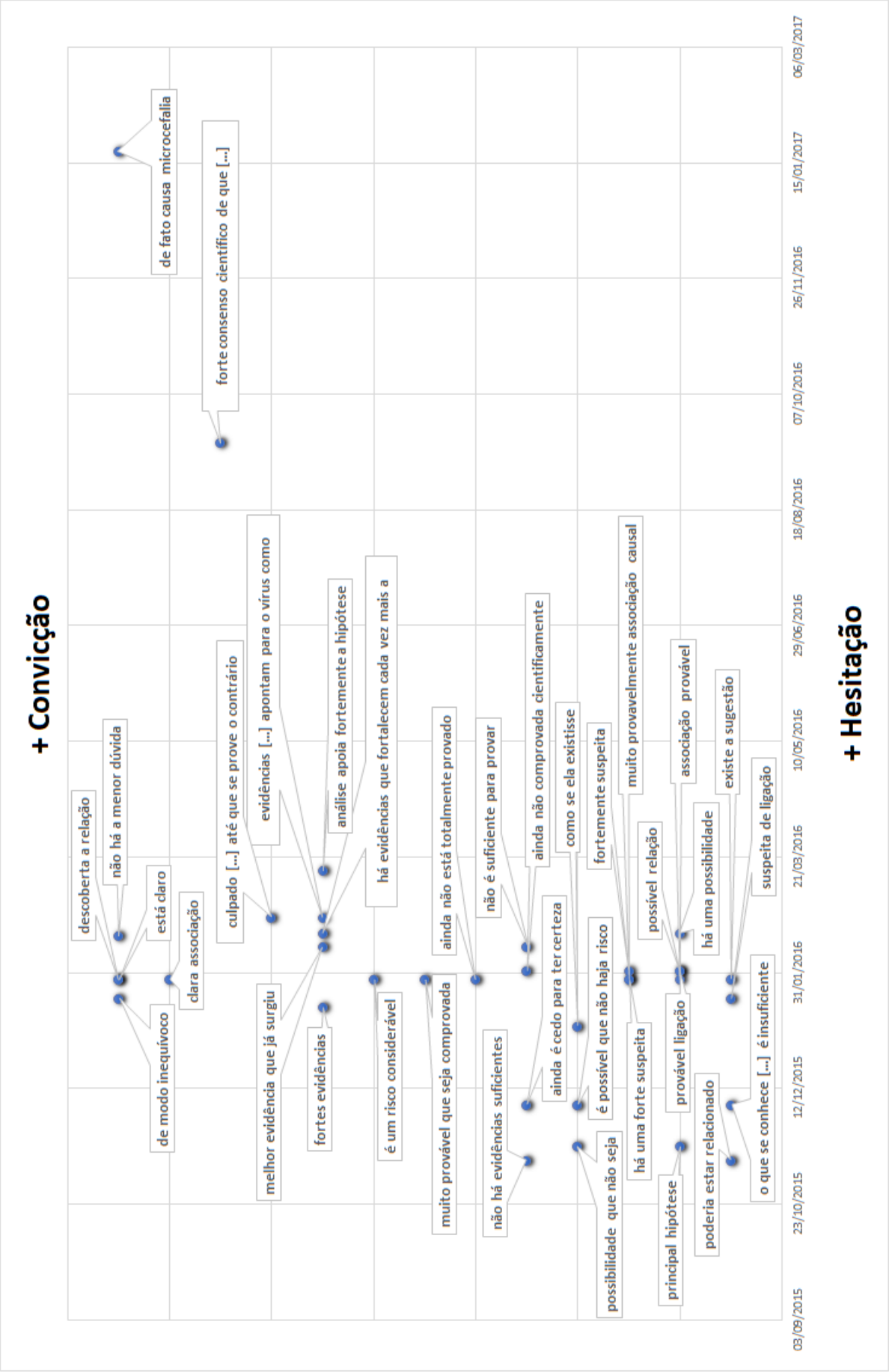
Exposto em um mapa conceitual, marca-se, da esquerda para direita, em linha horizontal, a evolução do tempo dentro do recorte histórico examinado de modo restrito à cronologia definida, a partir do mês de novembro de 2016 até o mês de maio de 2017.

No que se refere à verticalidade da distribuição, quanto mais próxima ao canto inferior do mapa, julgamos ser mais próxima semanticamente da ideia de *hesitação* a expressão utilizada, como ocorre, por exemplo, em “poderia estar relacionado” (NOV-15-01), “o que se conhece [...] é insuficiente” (DEZ-15-04), ou “suspeita de ligação” (JAN-16-07). A semântica em torno da *hesitação* reside, pois, desde construções modalizadas, tais como a utilizada a partir do modal “poderia”, em “poderia estar”, até construções nominalmente marcadas, tais e quais se realizam nos casos da utilização do modificador “insuficiente” e do nome “suspeita”, patentes nas expressões dos outros exemplos aludidos. Todos esses modelos corroboram para a construção de um quadro de incerteza.

No sentido contrário do mapa, quanto mais próxima ao canto superior, consideramos mais convicta a expressão examinada. Isso se ilustra em categóricos exemplos tais como as expressões “descoberta a relação” (JAN-16-11), “não há a menor dúvida” (FEV-16-18) e “de fato causa microcefalia” (ABR-17-04), através das quais a questão em torno da relação entre o vírus da Zika e a microcefalia se dá de modo determinado, resoluto, estabelecido...

As direções controvertidas tomadas pelos discursos, representadas nas expressões por nós identificadas, quando organizadas em *continuum*, proporcionam a visualização do deslizamento entre dois polos extremados de seus sentidos. Ao se construir um mapa a partir desses elementos relacionados, a gradação que se forma põe em evidência informações importantes sobre o período estudado. O arranjo criado em torno desses fragmentos pode ilustrar o “desconhecimento do conhecimento” na divulgação sobre o tema:

Figura 12 – Mapa conceitual do *continuum* hesitação-convicção



A partir desse mapa, podemos perceber que a distribuição de enunciados referentes à correlação causa-efeito entre Zika e microcefalia não se dá de modo precisamente ajustado à variável do tempo, como poderia ser mais presumível. Queremos dizer que a progressão do tempo não garante uma disseminação de informações mais convictas sobre o conhecimento em questão.

No ápice numérico de informações identificadas, designadamente o intervalo entre outubro de 2015 e março de 2016, as expressões dispõem-se de maneira alastrada pelo *continuum hesitação-convicção*, demonstrando toda a volubilidade do saber tratado. Se o conflito de informações e a volubilidade de um conhecimento científico podem se demonstrar visualmente confusos no mapa mental exposto, vale dizer que, para o público ávido por novas informações sobre um conhecimento que impacta diretamente a sociedade, essa confusão também se faz manifesta nas notícias.

Convém destacar as parcas informações marcantes do final de 2016 e do início de 2017, em que a correlação entre o vírus da Zika e a microcefalia é dada como mais garantida: “forte consenso científico de que [...] causa” (SET-16-51), “de fato causa microcefalia” (ABR-17-04). Não obstante, isso não é o suficiente para afiançar que os posicionamentos mais resolutos de especialistas fossem intrínsecos às divulgações mais recentes. Aliás, definitivamente não os são. No período compreendido entre o fim de 2015 e o início de 2016, há inúmeras expressões referentes ao possível encadeamento entre vírus da Zika e microcefalia que tratam as informações de modo mais próximo ao polo da *convicção* – tais como “de modo inequívoco” (JAN-16-06), “está claro” (JAN-16-11), “descoberta a relação” (JAN-16-11), “não há a menor dúvida” (FEV-16-18) –, emaranhados com outros mais próximos ao polo da *hesitação* – tais como “poderia estar relacionado” (NOV-15-01), “o que se conhece [...] é insuficiente” (DEZ-15-04), “suspeita de ligação” (JAN-16-07), “existe a sugestão” (JAN-16-11). Em outras palavras, faz-se presente uma alterabilidade de informações, volúveis entre os dois polos, independentemente da variável temporal.

Ainda patente do processo divulgativo de um conhecimento que se encontra em construção, podemos identificar no *corpus* outras amostras de oscilações para a associação entre o vírus da Zika e a microcefalia. Os enunciados delineiam a variabilidade de combinações entre os elementos divulgados, denotando certa flutuação sobre a verdade buscada pelos cientistas. Dessa mutabilidade, destacamos a relação causa e efeito atribuída ora como alguém das expectativas noticiadas, ora

como além da decorrência principal posta em publicação, ou seja, efeitos do Zika vírus para além da microcefalia.

A fim de ilustrar essa instabilidade do saber, após sua identificação, distribuímos, por meio de um *continuum*, enunciados marcantes dessa relação causal. Especificamente, lançamos, mais próximos a uma das pontas, enunciados cujos discursos subestimam a relação entre o vírus da Zika e a microcefalia, e, em outra ponta, agrupamos enunciados que trazem à baila discursos de superestimação das consequências do vírus, incluindo, e além dela, a microcefalia. A ilustração dos fragmentos linguísticos, que se segue, foi conformada por nós em lista, para disposição da sequência:

Figura 13 – *Continuum* subestimação-superestimação

SUBESTIMADO ↑
não há evidências suficientes para associá-lo à microcefalia (NOV-15-01)
o que se conhece [...] é insuficiente para determinar se há risco (DEZ-15-04)
Não está descartada nem a hipótese de que o vírus não tenha relação (JAN-16-02)
a substância [larvicida] poderia ter relação com casos de microcefalia (FEV-16-16)
A mera presença do vírus não significa que ele tenha causado um problema de nascença (FEV-16-20)
é possível que uma reação imune nociva, caso exista, esteja ligada não só ao zika (JAN-16-02)
Considerando [...] que não seja [...] ou que não seja apenas ele o causador (NOV-15-02)
esses podem ser outros cofatores na má-formação (JAN-16-11)
Alguns especialistas sugerem que talvez o zika precise de um cúmplice (FEV-16-20)
o número de casos confirmados e descartados é semelhante (JAN-16-07)
não deve ter impacto muito grande (JAN-16-07)
nem todos [...] desenvolveram este tipo de problema (NOV-16-57)
A gente tem que alertar que trata-se de um quadro atípico (FEV-16-22)
o Zika deveria ser oficialmente adicionado à lista de infecções congênitas (SET-16-51)
podemos esperar muitos casos de microcefalia e outros efeitos adversos do cérebro (MAI-16-35)
a extensão da doença é maior (JUN-16-37)
efeitos além dos vistos no sistema nervoso central (FEV-16-22)
confirmou relatos menos rigorosos sobre surdez entre bebês (AGO-16-49)
acompanhado por sérias complicações neurológicas (NOV-16-57)
perda de visão, audição, comprometimento e deficiência de membros (NOV-16-56)
tinham problemas de motricidade similares aos de uma paralisia cerebral (NOV-16-57)
podemos estar deixando de investigar os casos de aborto (FEV-16-22)
SUPERESTIMADO ↓

Pela figura que representa parte desse processo de busca do saber referente à associação entre Zika e microcefalia, podem ser apontadas desde uma vacilante relação causal, até menções, para além da microcefalia, à dilatação dos problemas e dos efeitos do Zika.

Em uma das extremidades do *continuum*, posicionamos indeterminações sobre a relação Zika e microcefalia, ou, ainda, a atenuação dessa causalidade por meio da consideração de cofatores na origem da malformação. Na outra extremidade, exibem-se consequências adicionais ao efeito microcefalia, tais como surdez, perda de visão, problemas de motricidade... extremando-se no aborto do feto infectado pelo vírus. Entre os dois extremos, no centro da lista, apresentam-se enunciados que correspondem a uma espécie de indiferença na relação causa e efeito entre o vírus e a microcefalia.

Construções como “não há evidências suficientes” (NOV-15-01) ou “o que se conhece [...] é insuficiente” (DEZ-15-04) desabonam o alarde em torno dos riscos, ou, ainda, desabonam os próprios riscos que o vírus da Zika poderia oferecer à população, demonstrando uma patente precocidade das pesquisas em desenvolvimento. Nesse mesmo sentido, outros fatores são aventados como causa da microcefalia, levantando-se possíveis alternativas a esse “efeito” latente no país. Essas outras presumíveis causas lançadas, ao atribuírem ao vírus da Zika um papel de coautor, diminuem-lhe a sua centralidade como fator causal de tal condição neurológica.

Menos ainda que um cofator, então, a proposição de fatores alternativos, que pudessem afastar a participação do vírus da conjuntura crítica acerca da microcefalia, faz dele uma causa a ser desconsiderada: “Não está descartada nem a hipótese de que o vírus não tenha relação” (JAN-16-02). Algumas propostas alternativas podem, inclusive, assumir semblante de boato, como o ilustrativo caso do larvicida – utilizado em água para combater a proliferação do mosquito *Aedes aegypti* – noticiado no portal: “a substância poderia ter relação com casos de microcefalia” (FEV-16-16).

Este discurso, atribuído ao então Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul, João Gabbardo dos Reis, é proferido no espaço público a reboque de um questionamento levantado por um grupo de médicos da Argentina e pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), em torno de se o larvicida poderia ter relação com os casos de microcefalia. Na composição dessa mesma notícia em que o discurso é reproduzido, a hipótese, todavia, é confrontada pelo discurso do ministro da Saúde:

(01) Na cidade de Salvador, na Bahia, o ministro da Saúde, Marcelo Castro, descartou a possibilidade levantada pelos médicos sobre o uso do larvicida em água consumida pela população, afirmando que se trata de boato. (FEV-16-16)

Em sequência, a jornalista divulga uma nota da empresa fabricante do Pyriproxyfen, o tal larvicida, na qual se exhibe uma série de termos técnicos, alheia a elucidações mais extensas sobre o próprio vocabulário cientificista:

(02) Em nota, a empresa fabricante do Pyriproxyfen afirma que "não há nenhuma base científica em tal afirmação". De acordo com a Sumitomo Chemical, é aprovado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para combate a mosquitos, dentre eles o *Aedes Aegypti*.

"Segundo a OMS, em seu documento Pyriproxyfen in Drinking-water, publicado em 2004 - também publicado pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) em 2001 -, o Pyriproxyfen não é mutagênico, não é genotóxico, não é carcinogênico nem teratogênico. O produto foi submetido a rigorosos testes toxicológicos que não demonstraram efeitos sobre a reprodução, sobre o sistema nervoso central ou periférico", continua a nota do fabricante. (FEV-16-16)

A nota da empresa divulgada pela notícia, conformada em uma voz institucional, a qual polifonicamente é encorpada por outras instituições, OMS e EPA – ou seja, há uma pluralidade de argumentos de autoridades incorporados ao discurso –, descredita as informações circundantes sobre seu produto, relegando tais afirmações ao senso comum, ou, nas palavras da empresa, como sendo desprovidas de “base científica”.

Esse posicionamento positivista é endossado pelo vocabulário livresco que contribui para a desconstrução da hipótese levantada. Contribui, importa dizer, mais pelo estatuto de respeitabilidade ostentado através da forma a partir da qual se apresenta a isenção do larvicida sobre a questão, do que propriamente pela justificativa oferecida: “o Pyriproxyfen não é mutagênico, não é genotóxico, não é carcinogênico nem teratogênico”. Mais respeitado, mas menos entendível. Pelo menos para um público leigo, sim, uma vez que a terminologia não colabora de fato para o esclarecimento da atuação do produto. Contudo, o uso do advérbio de negação “não” e da conjunção aditiva “nem”, antes de cada termo técnico, ratificam a isenção do larvicida, o que induz o leitor a perceber que essa substância não é nociva para ele.

Por meio de uma intersecção de vozes, costurada pela jornalista na referida notícia, o discurso do então ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga, funciona como uma espécie de deferimento acerca do caso:

(03) “Não podemos deixar que esse mosquito nasça, um mosquito que transmite doenças”, afirmou Braga em um ato iniciado por volta das 8h30 na Zona Leste de Porto Alegre. “Sem nenhuma dúvida é uma oportunidade do Brasil demonstrar que unidos podemos vencer as dificuldades. Já fui governador do Amazonas e já enfrentei esse mosquito. Sei da união que é necessária para vencer essa situação”, completou, citando sua experiência com o tema. (FEV-16-16)

Numa combinação integrada, o cruzamento da voz do ministro com a informação acerca da funcionalidade do produto da Sumitomo Chemical aprova a importância do Pyriproxyfen: o mosquito não pode nem nascer. E o produto atua para impedir que isso aconteça. Na trilha de uma enunciação do âmbito político, algo a mais ainda é enunciado pelo ministro: o discurso demagógico da união do país como solução dos problemas e a construção de sua imagem como o gestor da conciliação, o gestor com experiência e o gestor combatente de doenças tropicais.

Ao explorar matizes de uma “verdade” não consolidada, a jornalista, portanto, expõe, no espaço público da notícia, polos de desacordo próprios de uma construção polêmica, difundindo, desse modo, uma profusão de discursos. Profusão, evidentemente, não por meio de um debate pessoal face a face entre um secretário da Saúde e um ministro do Governo materializado em enunciações no Rio Grande do Sul, nem por meio de uma discussão entre um ministro da Saúde na Bahia e grupos de médicos argentinos e brasileiros. Tampouco há algum tipo de alteração real entre médicos e uma companhia química japonesa no Brasil. Há sim a divulgação desses discursos pela jornalista numa mesma arena. Seja como for, o alocutário direto da notícia, com efeito, não são os participantes da tal controversa, na Argentina, no Rio Grande do Sul, ou na Bahia, mas o próprio público do portal, num convite a juntar-se à “verdadeira” luta.

Ainda na mesma esteira da subestimação dos efeitos do Zika vírus, se bem que com menos intensidade minimizadora, considerações acerca da presença de cofatores para o desencadeamento da doença em bebês atenuam o discurso da periculosidade em torno do vírus. Desse modo é que enunciados como “A mera presença do vírus não significa que ele tenha causado um problema de nascença (FEV-16-20), “é possível que uma reação imune nociva, caso exista, esteja ligada não só ao zika” (JAN-16-02), “Considerando [...] que não seja [...] ou que não seja apenas ele o causador” (NOV-15-02), “esses podem ser outros cofatores na má-formação” (JAN-16-11), ou, enfim, “Alguns especialistas sugerem que talvez o zika precise de um cúmplice” (FEV-16-20) diminuem-lhe o protagonismo no caso, mas não o desconsideram como cofator.

Nessa continuidade, deslocando-se pelo *continuum* aqui proposto entre *subestimação* e *superestimação*, podemos visualizar, no ponto médio de nossa figura, enunciados que carregam o discurso da impassibilidade quanto à atuação do vírus sobre os casos de microcefalia: “o número de casos confirmados e descartados é semelhante” (JAN-16-07), “não deve ter impacto muito grande” (JAN-16-07), ou ainda, “nem todos [...] desenvolveram este tipo de problema” (NOV-16-57).

Todos esses enunciados, mais que atuarem em favor do discurso do acautelamento, adotam um posicionamento de indiferença diante dos dados até então apresentados pelas pesquisas em desenvolvimento. Mesmo quando os resultados apontam para, por exemplo, o fato de o bebê apresentar características que sugeririam infecção por zika, o especialista em medicina fetal, professor da Universidade Federal da Bahia, envolvido diretamente na investigação de tal caso, atribui as condições do panorama a uma situação do tipo anômala: “A gente tem que alertar que trata-se de um quadro atípico (FEV-16-22)”.

Encaminhando-nos para a extremidade da lista do *continuum* rumo ao polo da *superestimação*, encontram-se alocados enunciados que, para além da aceitação da microcefalia como efeito do vírus da Zika – “o Zika deveria ser oficialmente adicionado à lista de infecções congênicas” (SET-16-51) –, apresentam nuances alarmistas, por exemplo, “podemos esperar muitos casos de microcefalia e outros efeitos adversos do cérebro” (MAI-16-35) e “a extensão da doença é maior” (JUN-16-37), os quais já passam a considerar efeitos adicionais à microcefalia pela atuação do vírus da Zika – “efeitos além dos vistos no sistema nervoso central” (FEV-16-22) –, tais como a perda de visão, audição, o comprometimento e a deficiência de membros, ou ainda, mais extremadamente, problemas de motricidade similares aos de uma paralisia cerebral, atingindo o ponto máximo, efeito para o qual irreversibilidade não há, qual seja, a morte do feto: “podemos estar deixando de investigar os casos de aborto” (FEV-16-22).

De modo geral, a oscilação entre a dicotomia *subestimação* e *superestimação* no discurso referente ao vínculo discutido entre o vírus da Zika e a microcefalia, ilustrada pela figura em lista disposta num *continuum*, é capaz de representar parte desse processo de busca pelo saber aqui examinado, em especialmente, manifesto no portal G1.

Construções vacilantes e indeterminações que vão desde a atenuação de causalidade até consequências adicionais encontram-se materializadas por meio das

escolhas lexicais atribuídas aos enunciados de especialistas. Esses discursos dão o tom de nossa análise acerca da inconstância do conhecimento divulgado nas notícias.

Dado o condicionamento de informações controversas e volatilizadas sobre a relação entre o vírus da Zika e os casos de Microcefalia, a sociedade procura, não por acaso, por notícias a respeito do advento. Isso força, no sentido de operar seu funcionamento básico enquanto empreendimento da comunicação, a mídia a divulgar dados sobre o tema, muitas vezes inconstantes, que, por isso mesmo, mantém o ambiente de incerteza sobre a questão. Em vista dessa insegurança, o público prossegue a buscar esclarecimentos que, de alguma forma, possam satisfazer suas dúvidas.

Esse processo cíclico, ao menos pelo que observamos das informações veiculadas no portal *G1*, envolve, portanto, a demanda da sociedade que, dada a informações volúveis, orienta a mídia a ofertar notícias, ainda que patentemente engendradas por conhecimentos não estabilizados, as quais continuam a sustentar o interesse do público.

Seguidamente, após essa exposição de uma organização preliminar e panorâmica em ilustrações sobre a instabilidade do conhecimento, providos de um cenário mais abrangente, tornar-se-á transitável, a partir deste ponto, inventariar os argumentos de autoridades coletados nas publicações do *G1*, dentro do recorte histórico aqui proposto. As categorias descritivas, seguidas por análises das estratégias linguístico-discursivas, contemplam nosso projeto de olhar para o conhecimento que está em divulgação na mídia e que, ao mesmo tempo, encontra-se sob edificação na ciência.

4.1. Os argumentos de autoridade e a (des)composição do saber

Na prática social que é o discurso, através da qual se geram domínios do saber, os sujeitos de conhecimento, imbricados nessa prática, são, não a origem do conhecimento, mas agentes da constituição do saber, essenciais das relações de poder na sociedade, abalizados pelas interposições de verdade por meio de atos políticos de existência.

Sendo os sujeitos efeitos do discurso, dados em dispersão e descontinuidades, tece-se uma rede de distintas posições ocupadas por eles. Para podermos discutir a

formação de domínios de saber, agrupamos as vozes dos argumentos de autoridades em dois grandes eixos, o institucional e o individual. Vale enfatizar, não se desprezando a articulação entre eles, ou ainda, seu impreterível imbricamento, mas buscando descrever a partir de aspectos que se salientam em um e em outro eixo de forma a permitir um ponto de partida para o exame dos enunciados.

O que aqui denominamos metodologicamente “vozes institucionais” manifestam, no *corpus* estabelecido pelas notícias publicadas pelo portal G1, maior inclinação à exposição de dados, informações numéricas e argumentos impassíveis frente à correlação especulada entre o vírus da Zika e a microcefalia. Já nas chamadas “vozes individuais”, os discursos individualizados lançam-se de forma mais personalizada na construção dos enunciados, ou ainda, os apontamentos exibem marcas mais pessoais nos discursos.

Passemos, então, a tratar particularmente de cada um dos dois eixos em busca de uma análise discursiva dos enunciados manifestos nos argumentos de autoridades. Em geral, os âmbitos de procedência dos discursos das autoridades decorrem das esferas política, científica, econômico e jurídica.

Em primeiro lugar, seguiremos pelo eixo dos argumentos institucionais, cujos discursos configuram o poder sustentado não só, mas sobretudo, pelo Estado, nas relações sociais estabelecidas com o público das informações divulgadas sobre a possível relação entre o vírus da Zika e os casos de microcefalia no Brasil. Em seguida, voltaremos nossa atenção para os argumentos individuais, individualizados na voz de peritos que representam, inclusive, instituições políticas, científicas e jurídicas, mas que resvalam por meio de marcas linguístico-discursivas sua personalidade no tratamento do tema.

4.1.1. Vozes institucionais

Incitadas pela crise formada diante dos abundantes casos de microcefalia no Brasil desde o final de 2015, associados, no mesmo período, à circulação do vírus da Zika no país, instituições, tais como órgãos governamentais – materializados em ministérios e secretarias – centros de controle, institutos de pesquisas, associações jurídicas e até a Organização Mundial da Saúde mobilizam-se no desígnio de oferecer algum tipo de retorno à população acerca da adversidade enfrentada.

Pensando-se no primeiro dos eixos, então, o das tais *vozes institucionais*, sob diferentes âmbitos de procedência, seus discursos dão conta de evidenciar a presença do Estado – importa dizer: mais massiva do que a de outras instituições – ou ainda das organizações ligadas ao próprio governo ou, para além, das instituições de ordem científica. Pelo menos é o que se evidencia no exame do *corpus* estudado.

Partindo, com efeito, para análise relacionada às autoridades cuja voz é institucional, assinalamos que seus enunciados apontam, recorrentemente, um painel e/ou dados numéricos sobre o aumento de casos de Zika e sua possível relação com o de microcefalia. Isso corresponde a uma grande parte dos casos mapeados. Em outras palavras, reiteradamente, quando as notícias reportam alguma voz institucional, é para se apresentarem elementos associados à frequência de ocorrência na correlação Zika e microcefalia, num fluxo de atualização que, além de manter a público informado sobre o andamento da epidemia, é utilizado para direcionar as possíveis ações conjugadas entre governo e população.

Esse recurso às instituições validam as informações, de modo oficial, atualizadas nas incessantes publicações do portal. A título de ilustração, destacamos de dentro *corpus* alguns discursos que perpetram tal registro:

(04) Segundo a OMS⁶⁰, somente neste ano foram confirmados casos de zika em nove países das Américas. Brasil, Chile - na ilha de Páscoa -, Colômbia, El Salvador, Guatemala, México, Paraguai, Suriname e Venezuela. (DEZ-15-04)

(05) Ainda segundo o Ministério da Saúde, os casos de microcefalia ocorrem em 41 dos 184 (22%) dos municípios cearenses. (DEZ-15-07)

(06) Segundo a Superintendência de Vigilância Epidemiológica da secretaria, desde 18 de novembro de 2015, quando a notificação de gestantes com manchas vermelhas na pele se tornou obrigatória no Rio de Janeiro, 4.152 casos foram notificados. (FEV-16-21)

⁶⁰ Todos os grifos feitos nos enunciados são meus, a fim de dar destaque a algum fragmento linguístico.

(07) Segundo o Instituto Pasteur, 1,5 milhão de casos foram contabilizados no Brasil, principal foco da epidemia. De três a quatro milhões de casos estão previstos para o continente americano. (ABR-16-29)

(08) Segundo a pasta, 3.416 casos foram descartados e outros 3.007 casos ainda estão sendo investigados. (JUN-16-39)

(09) Segundo a Anadep, a população sob maior risco de epidemia é de mulheres pobres e nordestinas, uma vez que mais de 60% dos recém-nascidos com sinais da síndrome congênita do zika são filhos de mulheres de Pernambuco, Bahia, Paraíba, Maranhão e Ceará. (SET-16-50)

Esses enunciados patenteiam discursos procedentes de diversos âmbitos, sejam eles o político, como em (04), (05), (06) e (08), o científico, representado pelo Instituto Pasteur em (07), e o jurídico, na voz da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos, excerto (09). Em comum, não obstante, todos eles apresentam dados numéricos que se traduzem numa axiomática organização de informações para um possível planejamento sobre a população.

Em (04), os números se referem à abrangência continental dos casos de Zika e correspondem a uma espécie de confirmação de que a Organização Mundial da Saúde esteja monitorando a questão. As informações, conforme a notícia, são extraídas de um “alerta” de proporções mundiais sobre a epidemia emitido pela OMS juntamente com a Organização Pan-Americana de Saúde. Tal alerta faz-se pela denominação dos países efetivamente atingidos, o que pode demonstrar o caráter mais abrangente quanto à proporção tomada por um problema que, inicialmente, fora identificado no Brasil.

Ainda numa perspectiva de se mapear a epidemia, em (05), (07) e (09), as instituições apresentam distribuições também geográficas dos casos. Essas variáveis são enunciadas na expressão de números, como em (05) “41 dos 184 (22%) dos municípios cearenses”; em (07) “1,5 milhão de casos [...] no Brasil”, identificando o Brasil como foco da epidemia, mas com previsão de se estender a todo o continente; e em (09) “mais de 60% dos recém-nascidos com sinais da síndrome congênita do zika são filhos de mulheres de Pernambuco, Bahia, Paraíba, Maranhão e Ceará”.

Nota-se, neste último excerto, a designação explícita dos estados, o que confere à informação divulgada uma manifesta acuidade quanto aos dados apresentados. Ao se apontar nominalmente os estados em que se identificam sinais da síndrome, afiança-se, pelo menos aparentemente, um conhecimento resultante de uma minuciosa pesquisa precedente à divulgação. Vale destacar, ainda em (09), a

presença de outras variáveis geopolíticas, além da mencionada marcação regional, a saber, sexo e classe social: “a população sob maior risco de epidemia é de mulheres pobres e nordestinas”. Haja vista que o discurso é procedente especificamente de uma instituição jurídica ligada à defensoria pública – Anadep, Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos⁶¹ – ou seja, profissionais de Direito apontados pelo Estado, numa espécie de assistencialismo do tipo jurídico, para representar pessoas que não possuem condições de se subsidiar, é de se esperar uma prática em favor de minorias, tais como as assinaladas no discurso da instituição: mulheres, pobres e nordestinas.

De modo geral, em comum, todos esses discursos ilustrados são enunciados que exibem o recenseamento da crise ante os casos de Zika e microcefalia. Quer seja a partir do número de municípios, estados ou países, da porcentagem de mulheres, da quantidade de estados, quer seja a partir do número absoluto de países, ou do número em porcentagem de municípios e estados brasileiros, quer seja a partir do número de notificações de casos no país, ou ainda do número de casos investigados e descartados... em comum, todos esses discursos giram em torno de números. Referências, registros e indicações numéricas que afiançam uma situação de anormalidade publicada, portanto presente, na pauta das notícias do portal *G1*.

Ainda, nesse primeiro momento analítico, buscando, por meio do olhar panorâmico, voltar nossa atenção sobre o eixo institucional manifesto nas notícias do *G1*, arrolamos marcas linguísticas que possam demonstrar algumas particularidades procedentes desse tipo de discurso ajustado à esfera divulgativa de mídia aberta a um público heterogêneo, em especial, à população – na acepção política do termo – gerida pelas instituições que regulam o comportamento dos indivíduos.

Nesse contexto, os verbos dicendi mais comuns encontrados calham com o papel institucional desses agentes da constituição do saber, designadamente o de oferecer dados, números e orientações a uma população submissa ao conjunto de informações administradas. Nesse seguimento linguístico, os verbos mais recorrentes encontrados são: **informar** (NOV-15-02), **declarar** (FEV-16-12), **notificar** (FEV-16-12), **apontar** (FEV-16-12), **esclarecer** (FEV-16-16), **advertir** (ABR-16-29), **divulgar**

⁶¹ Não por acaso, a identificação da sigla institucional apresenta-se, em primeiro lugar, como uma Associação Nacional das Defensoras, marcando-se a posição do gênero feminino em plano principal, numa patente estratégia de se promover a afirmação de minorias presentes na nossa sociedade.

(MAI-16-33) e **anunciar** (JUL-16-44)⁶². Verbos esses reportados no discurso dos jornalistas por meio de gêneros textuais informativos, quais sejam: boletim, boletim epidemiológico, informe, comunicado, nota, relatório, anúncio, entrevista coletiva.

Tais gêneros textuais são trazidos para dentro das notícias e aludidos pelos jornalistas a fim de indicar a origem das informações divulgadas. Em outras palavras, as vozes das autoridades, numa perspectiva institucional, têm, em geral, suas referências apontadas para os textos informativos divulgados pela própria instituição. Configuram-se tais gêneros, portanto, fonte de informação para que sejam compostas notícias em torno do tema.

Isso se reflete na procedência das informações assinaladas pelos jornalistas, em expressões de caráter conformativo, tais como: “segundo [certo] documento”, “dados do boletim”, publicação do “relatório semanal”, enfim, toda sorte de documentos produzidos pelas instituições, no sentido de propalar informações das quais se dispõem até dado momento da notícia.

Nos enunciados expostos em seguida, recortados de distintos âmbitos, quais sejam o político, caso de (10) e (11), e o científico, como ocorre em (12), podemos perceber essa conformidade institucional:

(10) Segundo documento divulgado pela Secretaria de Vigilância em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SEVS/SES-PE), parte das mulheres que tiveram bebês com microcefalia apresentaram erupções na pele durante a gravidez. Apesar de este ser um dos sintomas do zika vírus, não há evidências suficientes para associá-lo à microcefalia, de acordo com o órgão. (NOV-15-01)

(11) Segundo o documento [do Ministério da Saúde], houve 25 confirmações de mortes fetais e neonatais ligadas ao vírus e 33 confirmações de fetos com alterações no sistema nervoso central, abortos espontâneos e natimortos relacionados à infecção em 2017. Os dados do boletim incluem casos que ainda estavam em investigação na última semana de 2016 e podem ter sido confirmados no início de 2017. (MAI-17-05)

(12) O estudo brasileiro [da equipe liderada pela doutora Marcela Leal, do Hospital Agamenon Magalhães], publicado nesta terça-feira (30) no relatório semanal sobre mortes e doenças do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos, confirmou relatos menos rigorosos sobre surdez entre bebês nascidos de mães infectadas pelo o vírus da zika, que é transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*. (AGO-16-49)

⁶² Enunciados em que se apresentam tais verbos arrolados neste ponto da análise podem ser consultados no **Anexo IV** deste trabalho que exhibe a Lista de Enunciados Identificados no Corpus, mais precisamente no subitem 1.1., onde são listados enunciados relativos aos Argumentos Institucionais Alheios às Categorias de Análise.

Além das informações propriamente ditas afiançadas por textos quase sempre documentais, é creditada, muitas vezes, aos documentos apresentados nas notícias, sua origem institucional de modo a identificar como mais crível a propriedade dos dados. Em (10) e (11), por exemplo, os documentos estão associados a órgãos governamentais: (10) “Segundo documento divulgado pela Secretaria de Vigilância em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SEVS/SES-PE)”, (11) “Segundo o documento [do Ministério da Saúde]”. Já em (12), procedente de um âmbito científico, apesar de ser identificado como um estudo brasileiro, parece-se buscar atribuir mais pujança sobre os relatos confirmados ao se distinguir a publicação como pertinente ao relatório de um centro de controle norte-americano: “O estudo brasileiro, publicado [...] no relatório semanal [...] do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos”. Ou seja, ao se demonstrar que há uma ampliação da abrangência do estudo do grupo brasileiro para um domínio internacional, confere-se a ele uma condição analogamente mais elevada e, conseqüentemente, mais respeitável.

No sentido de informar dados, propósito tipicamente confiado a gêneros associados aos argumentos institucionais, quando da mediação das informações reportadas para o texto divulgativo, numa atitude de neutralidade – neutralidade pelo menos aparente – lançam-se nas notícias elementos ofertados por documentos impassíveis, cujas fontes remontam a entidades políticas, organizações, associações, corporações, empresas, enfim, a uma gama de instituições sociais. Falamos aqui em neutralidade aparente, haja vista que desde a escolha de certo argumento, de certa autoridade, de certa informação a ser apontada na notícia, tudo isso já se apresenta como uma interposição do jornalista. Melhor dizendo, ainda que o criador do texto de divulgação científica não seja o criador dos dados reportados, quem elege a criatura a ser aludida é mesmo a mídia no momento da popularização do conhecimento.

A informação, portanto, se coloca à serviço da gerência da adversidade divulgada pela mídia na voz institucional, materializada em documentos estatísticos que divulgam desde informações hesitantes, como em (10) “não há evidências suficientes”, até as integralmente convictas: (11) “houve 25 confirmações de mortes fetais e neonatais ligadas ao vírus” e (12) “o estudo [...] confirmou relatos”.

Tais documentos que tratam da frequência da ocorrência dos eventos são utilizados não só como propagadores de conhecimento, mas também como um dispositivo para atuar nas políticas públicas ante os dados fornecidos, buscando-se

atender às necessidades do Estado. Desse modo, as informações apresentadas pelas vozes institucionais têm sua materialidade calcada em apontamentos não só estatísticos, mas também normativos e, até, coativos.

Sobre coação e cerceamento, na esteira dessas ações normativas, preconizadas em gêneros textuais informativos reportados dentro das notícias, o Estado e seus órgãos mostram-se, não raras vezes, conectados a sucessões de controle.

São as relações sociais estabelecidas entre Estado e população – não a partir de uma simples concepção vetorial de cima pra baixo, mas, ao contrário, irradiadas a partir da população até os órgãos governamentais em uma assimetria que institui de um lado a obediência, de outro, a autoridade – uma via de mão dupla na conexão estabelecida entre saber e poder. O Estado, munido do saber, utiliza-o como instrumento de controle. O agente do poder é um agente do saber, investido do poder das informações estatísticas, dos dados de pesquisas, enfim, do conhecimento acerca da correlação entre vírus da Zika e microcefalia. Vale dizer, essa posição de perito contribui para a constituição de uma relação social de poder, conferindo ao Estado autoridade sobre a população. Na outra mão da via, essas relações assimétricas dadas pelo domínio de informações, com efeito, impelem ao poder a competência de dominar o saber.

Sob essa perspectiva confessadamente influenciada por Foucault, impetramos uma leitura mais especificamente voltada para a contemporaneidade, leitura através da qual a vigilância sobre os indivíduos procede de quem exerce poder sobre os outros, constituindo, sobre a população, o respeito, o saber. Isto é, passamos a entender que o exercício de poder é que dá sustentação à autoridade.

No afã da vigilância ininterrupta sobre os indivíduos, exercer-se o que podemos denominar elementarmente de controle – cujo objetivo é informar, ou, para além disso, transformar a população: o conhecimento é utilizado para mudar um estado de coisas. Consequentemente, os números, os dados, as informações em jogo acabam que por transpor a própria população da sua posição de público à posição de espetáculo a ser assistido⁶³. E na divulgação científica, se o tema impacta diretamente a sociedade – então imbuída neste espetáculo –, as informações tornam-se ainda mais instigantes

⁶³ Entendendo tal fenômeno da inversão como pensava Julius (1830), autor aludido por Foucault em “A verdade e as Formas Jurídicas”.

ao público, espectador e ator do espetáculo cujo mote, neste caso, é a relação entre Zika e microcefalia.

Em específico, numa discussão em termos textuais, a vigilância desempenhada sobre a população manifesta-se por meio de lexicalizações patentes nos discursos enunciados. Ao se valer de modalidades discursivas diversas, o enunciador pode apresentar discursos que vão desde o autoritarismo, conduzindo o interlocutor a assentir seu discurso, até a indeterminação, ofertando certa liberdade de escolha, não sendo, pelo menos explicitamente, uma ordem de adesão ao discurso.

No próximo passo, passamos a analisar particularmente alguns enunciados que trazem marcas linguísticas, sobretudo verbais, do discurso institucional das autoridades no cerceamento e controle da população. Confrontaremos exemplos de verbos introdutórios utilizados pelos jornalistas para marcarem os argumentos de autoridades. Além disso, observaremos as lexicalizações das modalidades produzidas a partir de atos ilocucionários cujos efeitos de sentido, em geral, apontam para atos diretivos.

4.1.1.1. Verbos dicendi no contexto de vigilância

Frente aos discursos relatados nas notícias do portal *G1*, podemos ponderar acerca das acepções de introdutórios de opinião utilizados pelos jornalistas. Em especial, estamos a tratar aqui dos verbos dicendi, numa tentativa de contrastar seus sentidos envolvidos e implicados em cada uma das enunciações recortadas. Em comum, os verbos apontados nesta seção exibem-se em enunciados, por meio de um matiz de significados com sentidos bem próximos. Esses sentidos deslizam entre as acepções que vão desde o aconselhamento, a orientação, a sugestão, até a solicitação.

O verbo **orientar** – dos verbos destacados por nós no *corpus*, é o mais associado a noções como “guiar”, “indicar um rumo”, ou ainda, “oferecer dicas e incentivos” e “inteirar alguém sobre um assunto, apresentando-lhe direções” – ocorre, de forma explícita, nos seguintes enunciados:

(13) O Ministério da Saúde **orienta** que grávidas ou mulheres que pretendem engravidar tenham “cuidado redobrado” para evitar infecções virais. (NOV-15-02)

(14) Para evitar o contágio, a Secretaria de Saúde **orienta** sobre os cuidados com o mosquito *Aedes aegypti*, vetor do vírus. As gestantes devem fazer uso de repelente tópico, considerando a relação causal entre o Zika vírus e os casos de microcefalia relacionada ao vírus Zika diagnosticados no país. (JUL-16-46)

Em (13), **orientar** indica que a finalidade do discurso na notícia reportado seria a de “aconselhar”, ou “instruir” às grávidas para que elas “tenham ‘cuidado’”, evitando, assim, infecções pelo vírus. Essa mesma acepção de autoridade orientadora pode ser percebida em (14), em que há uma espécie de “aconselhamento”, ou “instrução” às gestantes para que o repelente seja usado por elas. Além disso, neste mesmo enunciado, **orientar** pode abarcar o sentido de “ensinar”, “ensinar como se cuidar”, enfim, como as gestantes poderiam cuidar de si mesmas, frente ao vetor do vírus: “Para evitar o contágio [...] As gestantes devem fazer uso de repelente tópico”. Dado que “ensinar” é uma forma de transmissão de saber e que o saber, numa implicação mútua que há entre saber e poder, é algo político, o Estado se apropria do saber, a fim de utilizá-lo como instrumento para instruir, disciplinar a população.

Em (15), a nominalização, resultada a partir do verbo **orientar**, abrange, pelo contexto, além dessas acepções comuns aos outros dois enunciados, o sentido de “fazer um encaminhamento”, “direcionar”, “nortear” a população para quando houver sintomas específicos da doença:

(15) A **orientação** da Semsu [Secretaria Municipal de Saúde de Manaus] é que a população procure as unidades de saúde do município em caso do aparecimento de sintomas, que incluem febre, dor nas articulações e músculos, além de conjuntivite e manchas vermelhas na pele. (DEZ-15-06)

Mais uma vez, patenteia-se a função do Estado como “mentor”, estabelecendo-se o poder, neste contexto, por meio das relações sociais articuladas entre Secretaria Municipal de Saúde, profissionais da saúde e população. Ou seja, o poder constitui-se pelo conjunto de relações as quais frutificam as assimetrias, sustentando a autoridade conferida ao Estado e, em sucessão, aos profissionais de saúde.

Quanto ao verbo **pedir**, identificado nos enunciados (16) e (17), seu sentido é percebido a partir de nuances tais como “solicitar” e “incentivar”:

(16) Neste momento, o ministério **pede** que as grávidas não usem medicamentos não prescritos por profissionais de saúde e que façam um pré-natal qualificado e todos os exames previstos. Recomenda, ainda, que elas relatem aos profissionais de saúde qualquer alteração que perceberem durante a gestação. (DEZ-15-05)

(17) Os especialistas **pedem**, porém, aos ginecologistas, que realizem tomografias cerebrais nos fetos expostos ao zika e que façam acompanhamento médico do seu desenvolvimento nos meses posteriores ao nascimento. Os autores do trabalho são de 17 instituições brasileiras e americanas. (NOV-16-57)

No discurso enunciado em (16), a autoridade “solicita” que grávidas não usem medicamento e “incentiva” que “façam um pré-natal qualificado e todos os exames previstos”. Vale destacar que essa adjetivação atribuída ao nome pré-natal pode sugerir a inferência de que o exame a ser feito seja um exame com algum tipo de qualificação especial, ou ainda, que seja feito um exame ao qual se atribua, de alguma forma, uma boa qualidade e reputação. Reputação essa no sentido de dominar um saber, com dado poder conferido para o fazer. E sob o domínio dos especialistas, é forçoso que o poder se faça competente.

Para esta circunstância, designadamente a de um pedido para que se realize um pré-natal qualificado, mais que uma “solicitação”, estaríamos mesmo diante de um caso de “incentivo”. Todavia, em especial, um incentivo de ânimo, ânimo para que as grávidas façam o que forem capazes de fazer. Trato aqui como “incentivo de ânimo”, já que, nesses termos de qualificação, um exame de qualidade poderia não estar acessível a todas. Daí se concluir que o “pedido” do Ministério da Saúde estaria definitivamente mais para um “incentivo”, um encorajamento, do que para, por exemplo, um auxílio financeiro. A vigilância do órgão do Estado situa-se sobre aquilo que se pode fazer.

No enunciado (17), além de “solicitar” e “incentivar”, o contexto permite a aceção de “cobrar”, cobrar dos médicos, ou, para mais, “impelir”, “encarregar”, “incumbir”, enfim, “delegar” a eles a tarefa de realizar tomografias cerebrais nos fetos expostos ao Zika e de acompanhar os bebês nos meses posteriores ao nascimento. Deparamo-nos, neste caso, com um “pedido” de autoridade, que pode levar os profissionais da saúde a proceder de uma nova forma predeterminada. Designadamente, essa voz de autoridade está representada pelos especialistas que realizaram o estudo publicado nos Centros de Controle e Prevenção das Doenças dos Estados Unidos, em outras palavras, constitui-se um argumento de

autoridade dotado de atributos específicos bem marcados: especialistas, cujo trabalho fora publicado em centros internacionais.

Vale evidenciarmos, por meio desses discursos, a dissipação que há no poder. Não está o poder nos médicos, nos profissionais da saúde, nos especialistas, mas sim nas relações sociais que se estabelecem entre eles, o que nos permite aqui compreender o significado de ações sobre ações. Em outras palavras, em uma relação flutuante e em cadeia, (i) os especialistas impelem (ii) os profissionais da saúde a determinado procedimento sobre (iii) as mulheres grávidas.

Nos enunciados (16), (18) e (19), o verbo introdutor do discurso das autoridades é **recomendar**. Em (16), na esteira de um “pedido”, o ministério “recomenda” às grávidas que venham a apresentar alguma alteração em sua gestação relatarem-na a profissionais da saúde:

(16) Neste momento, o ministério pede que as grávidas não usem medicamentos não prescritos por profissionais de saúde e que façam um pré-natal qualificado e todos os exames previstos. **Recomenda**, ainda, que elas relatem aos profissionais de saúde qualquer alteração que perceberem durante a gestação. (DEZ-15-05)

Recomendação essa na esteira de um pedido, uma vez que o operador discursivo “ainda” mantém o discurso reportado do Ministério da Saúde no mesmo sentido do argumento anterior: (14) “[...] o ministério **pede**” [...] / “[o ministério] **Recomenda**, ainda [...]”.

Ou seja, podemos identificar, neste caso, mais marcadamente o traço semântico de “pedido” no matiz de acepções de “recomendar”, dada a presença do advérbio modalizador, que mantém, no referido discurso reportado, os significados dos verbos introdutores em uma contínua relação de sentidos. Interessa destacar que há, deste modo, uma espécie de performance analítica e interpretativa em torno da informação veiculada por parte do jornalista que a reportou. Dito de outra forma, é importante considerar dos discursos reportados a presença dos jornalistas que os divulgam nas notícias.

Levando em conta essa associação entre **pedir** e **recomendar** em (14), identificamos a utilização do verbo **recomendar**, mais especificamente marcado nos enunciados (18) e (19):

(18) A França **recomendou** nesta quinta que as mulheres grávidas não viajem aos territórios franceses da Guiana e Antilhas, onde há a presença do zika vírus. (JAN-16-09)

(19) Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) **recomendam** atualmente que os homens infectados pelo zika não tenham relações sexuais sem proteção durante seis meses. (JUL-16-43)

Tal verbo imprime desde uma recomendação do governo francês para que as mulheres não viajem – ou seja, a França faz uma recomendação, cujo matiz de sentidos pode se estender a um “aconselhamento”, uma “solicitação”, uma “orientação”, uma “indicação”, uma “sugestão”, enfim, a um “pedido” às mulheres grávidas para que não viajem aos territórios franceses da Guiana e Antilhas –, até o posicionamento dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos, os quais recomendam – ou na mesma proporção matizada, “aconselham”, “indicam”, “sugerem”, “propõem”, “prescrevem”, “pedem”, “solicitam” – que os homens cujas parceiras estiverem grávidas utilizem preservativos durante a gestação. É declarada, nesses termos, a utilidade que há, para o Estado, no controle sobre os desígnios comportamentais da população.

Em (20), o apontamento do jornalista volta-se a uma espécie de informe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio do verbo **informar**:

(20) O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome **informou** nesta quarta-feira (27) que mães de crianças diagnosticadas com microcefalia podem se inscrever no Benefício de Prestação Continuada (BPC). (JAN-16-08)

O enunciado (20) reporta que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome **informou** – com possibilidades de inferência tais como “comunicou”, “anunciou”, “noticiou” – que mães de crianças diagnosticadas com microcefalia poderiam se inscrever no Benefício de Prestação Continuada. As mães foram, portanto, “avisadas”, “inteiradas”, “esclarecidas”, “instruídas”, ou “orientadas” acerca da oportunidade da inscrição. Nota-se, neste caso, que o interlocutor se depara com o discurso da oportunidade, ou seja, um discurso sobre oportunizar a inscrição em um benefício oferecido pelo Estado. Por isso, o verbo introdutor de opinião parece estar mais associado a um aconselhamento, que, por exemplo, a uma solicitação ou a uma imposição. Ao público é apresentada uma oportunidade de inscrição em um benefício,

não uma solicitação de ação compulsória qualquer que visasse atenuar números em torno da microcefalia no país.

Particularmente a partir da utilização do verbo **aconselhar**, no enunciado (21), acepções tais como “indicar”, “alvitar”, “preconizar”, “prescrever”, “propor”, “recomendar”, “sugerir” compõem o matiz de sentidos do “aconselhamento” direcionado aos homens cujas parceiras estiverem grávidas:

(21) Para os homens cujas parceiras estejam grávidas, os CDC **aconselham** utilizar preservativos durante toda a gestação. (JUL-16-43)

Em (21), portanto, indica-se, alvitra-se, preconiza-se, prescreve-se, propõe-se, recomenda-se, sugere-se, enfim, aconselha-se a utilização de preservativos.

Nota-se que o verbo introdutor **aconselhar**, utilizado em sua própria forma em (21) não se fez explícito em outros enunciados, mas o discurso em torno da ideia de gerir a população ainda se mantém semelhante aos outros todos reportados.

De forma geral, os verbos introdutores examinados nesses enunciados são verbos que apresentam, de fato, fronteiras próximas uns dos outros, se bem que não existem sinônimos perfeitos, daí se optar por uma palavra e não outra em determinado contexto. De todo modo, tais dicendi exibem discursos significativos das autoridades institucionais diante do estado de Emergência em Saúde Pública.

Numa pegada mais pragmática da nossa discussão, apontamos aqui para aspectos específicos das construções verbais na modalização frequente nos enunciados assinalados. Tais discursos patentes nas vozes institucionais podem ser reconhecidos como atos diretivos, em razão de expressarem atos ilocutórios cujo objetivo é obter, por meio de seus enunciados, a execução de uma determinada ação ou atividade por parte do interlocutor. Esses atos diretivos são identificados nos enunciados a partir da combinação dos valores semânticos carregados pelos introdutores de opinião – já identificados como uma “orientação” (13), (14) e (15); um “pedido” (16) e (17); uma “recomendação” (16), (18) e (19); uma “informação” (20); e um “conselho” (21) – com as construções verbais subsequentes a eles, o que possibilita uma força ilocucionária diretiva.

Nos enunciados destacados, evidenciamos a manifestação das intenções e de certa atitude frente aos enunciados, por parte das autoridades institucionais, que têm por efeito de sentido atos ilocucionários de modalização. Nessa expectativa, os atos

são atualizados por operadores modais através de basicamente dois tipos de lexicalização das modalidades encontrados: (i) os modos e os tempos verbais e (ii) as formas verbais perifrásticas com auxiliares modais.

Para o primeiro tipo, vale dizer que as acepções ajustáveis ao modo imperativo não são expressas tão-somente sob a forma imperativa gramatical, mas sob outras construções modo-temporais. É sabido que, a título de ilustração, para a terceira pessoa – a que se alinha ao discurso reportado –, o imperativo pode ser formado pelo presente do subjuntivo, o que torna possível construções como, particularmente, as identificadas na maioria dos enunciados nesta seção examinados. Os discursos em (13), (15), (16), (17), (18) e (19) podem ser inferidos de maneira análoga ao modo imperativo:

(13) O Ministério da Saúde orienta que grávidas [...] tenham **que tenham cuidado** “cuidado redobrado” [...]. (NOV-15-02)

(15) A orientação da Semsa é que a população procure as **que procure** unidades de saúde [...]. (DEZ-15-06)

(16) [...] o ministério pede que as grávidas não usem **que não usem** medicamentos não prescritos [...] e que façam um pré-natal **que façam** qualificado [...]. (DEZ-15-05)

(17) Os especialistas pedem [...] que realizem tomografias **que realizem** cerebrais nos fetos expostos ao zika e que façam acompanhamento **que façam** médico do seu desenvolvimento [...]. (NOV-16-57)

(18) A França recomendou [...] que as mulheres grávidas não **que não viajem** viajem [...]. (JAN-16-09)

(19) Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos **que não tenham** Estados Unidos (CDC) recomendam atualmente que [...] não tenham relações sexuais sem proteção durante seis meses. (JUL-16-43)

A partir desses enunciados focalizados, podemos fazer a seguinte leitura imperativa: “tenham cuidado”, em (13); “procure as unidades de saúde”, em (15); “não usem medicamentos não prescritos” e “façam um pré-natal qualificado”, em (16); “realizem tomografias” e “façam acompanhamento”, em (17); “não viajem”, em (18); e “não tenham relações sexuais”, em (19). Vale dizer, todas essas construções equivalentes ao imperativo são articuladas com os verbos introdutórios, o que modaliza tal acepção impositiva, atenuando cargas semânticas como o autoritarismo, a arrogância, a prepotência. Nesse sentido, os enunciados apresentam discursos que

resvalam desde a expressão de orientação, como em (13) e (15), passando em (16) e (17) pela expressão de pedido, até, em (18) e (19), a de recomendação.

Vale destacar, em (13), a utilização de uma construção com verbo-suporte, por meio da qual o “ter” não é utilizado em seu valor pleno, funcionando como auxiliar de um sintagma nominal, designadamente, “cuidado redobrado”. A força semântica está concentrada no substantivo, não no verbo. Ademais, a tônica alarmista se extravasa ao ultrapassar os limites da expressão cristalizada “tomar cuidado”, ao se marcar com o modificador “redobrado” o nome na constituição do sintagma.

No seguimento das reflexões em torno dos sintagmas verbais, assinalamos que, além do presente do subjuntivo – importa fazer aqui essa distinção com o tempo e o modo dos enunciados anteriores – outra forma supletiva do imperativo pode ser identificada. Em especial, a forma nominal infinitiva do verbo, a qual não se define como tempo ou modo verbal. Em (21), o imperativo é suprimido, tendo o enunciado a forma verbal infinitiva como construção alternativa:

(21) [...] os CDC aconselham **utilizar** preservativos durante toda a gestação. (JUL-16-43)

Nesse enunciado, o ato ilocucionário é equivalente a algo como: “utilizem preservativos”. O argumento, no entanto, aponta na direção de um conselho. Da construção articulada entre o verbo introdutor e o infinitivo com valor diretivo é que se tem tal efeito de sentido. Notoriamente, há uma diferença significativa entre “aconselhar alguém a utilizar” e uma ordem direta: “utilizem”. No primeiro caso, o imperativo está expressamente marcado como um conselho.

Para além da lexicalização das modalidades por meio de modos e tempos verbais, ou melhor, para além das construções meramente supletivas ao imperativo, identificamos, a partir de modos distintos do imperativo gramatical, o ato ilocutório diretivo realizado sob formas verbais perifrásticas, com a utilização de auxiliares modais, o que pode ser visualizado nos enunciados (14) e (20):

(14) As gestantes devem fazer uso de repelente tópico [...]. **devem fazer**
(JUL-16-46)

(20) O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome informou [...] que mães de crianças diagnosticadas com microcefalia **podem se inscrever** [...]. (JAN-16-08)

Esses discursos permitem a realização de uma inferência que corresponde ao imperativo. Ou seja, em (14), “devem fazer uso de repelente” pode ser percebido como “usem repelente”, e, em (20), “podem se inscrever” como “inscrevam-se”. Referimo-nos aqui a uma maneira “correspondente”, mas não se trata, evidentemente, de uma correspondência exata. Longe disso, tais construções modalizadas possibilitam que se marquem particularmente nuances mais abrangentes de um imperativo gramatical. Em outras palavras, “podem se inscrever” é bem distinto de “inscrevam-se”, assim como “devem fazer” é distinto de “façam”. Ademais, de outra forma, “podem se inscrever” e “devem fazer” também exibem atos diretivos distintos um do outro.

Os verbos em perífrase constituem uma unidade semântica que corresponde a valores modais não presentes no verbo principal, no sentido de se obter informações suplementares em relação à ação. O auxiliar modal “devem”, em “devem fazer”, pelo contexto discursivo, permite a inferência de uma necessidade, de um dever: aquilo que não se pode dispensar; de precisão urgente; ou, ainda, obrigatoriedade. Já em “podem se inscrever”, a construção lexical da modalidade aponta para uma possibilidade, uma permissão, ou ainda, uma oportunidade. Isso decorre dado ao valor semântico do verbo auxiliar “poder” que modaliza o verbo principal “inscrever”.

Ao se considerar de modo global as estruturas linguísticas modais dos enunciados aqui examinados, podemos destacar orientações centrais dos argumentos, sejam elas: o necessário, o dever e o possível. Nesse jogo argumentativo, através do qual as autoridades se posicionam, as modalidades constituem-se parte da atividade ilocucionária. Podemos inferir, a partir de enunciados reportados pelos jornalistas nas notícias, questões relacionadas à atitude da autoridade na sua relação com o público. Na generalidade, destacamos dos discursos de autoridades conteúdos proposicionais e forças ilocucionárias estruturadas e orientadas argumentativamente no sentido de pedir, recomendar, informar, aconselhar o interlocutor e não rigorosamente ordenar, disciplinar, doutrinar ou coagir, por exemplo. Nesse sentido, as modalidades se prestam a suavizar possíveis efeitos mais austeros dos atos diretivos.

Vale dizer ainda que as modalidades e seus valores identificados nos enunciados fluem em via de mão dupla entre locutor e interlocutor no processo argumentativo. Através da modalização do discurso, as instituições manifestam sua atitude perante dada crise de saúde pública. O poder conferido às autoridades, então,

é um exercício em conexão, ou seja, a prática de poder atravessa sujeitos e instituições: a população, os profissionais da saúde, o Estado... Dessa forma, a modalização só se faz presente nos discursos das autoridades, tendo vista o interlocutor dos enunciados.

4.1.1.2. Recriação da verdade pelo discurso

No intuito de apurarmos nossas reflexões ainda acerca da tônica da monitoração institucional sobre dada população, seguimos dando destaques a alguns discursos significativos difundidos durante o estado de Emergência em Saúde na mídia on-line brasileira. “Discursos significativos” no sentido de que apresentam decisões das autoridades as quais influem no processo de construção de conhecimento referente à relação entre os casos de Zika e o número de recém-nascidos microcefálicos, dado o possível efeito estatístico que um novo estado de coisas estabelecido pela decisão governamental poderia gerar.

Identificamos, nessa direção, enunciados que são lançados pelo governo brasileiro, trazendo à tona parâmetros de controle sobre os corpos da população do país. Tais como os discursos identificados nas vozes institucionais já examinadas até aqui, na linha da exposição de dados referentes à identificação da microcefalia, certos enunciados que exibem referências protocolares em torno do seu diagnóstico seguem a expor números. Neste caso, números determinantes para o diagnóstico da condição neurológica em voga nas notícias do portal *G1*.

Como todo agente do poder é um agente constituidor do saber, espera-se que o poder produza efeitos de saber e verdade. E para que se satisfaça a ordem do discurso, ou para que as autoridades sejam qualificadas para entrar em tal ordem, espera-se, outrossim, que apontem soluções em torno de uma crise em saúde pública, neste caso particular, o aumento do número de nascidos microcefálicos no Brasil.

Tendo em vista propostas de determinada solução, instituições e órgãos governamentais regulamentam protocolos que passam a ser aplicados a toda população e, conseqüentemente, incidem na alteração dos números resultantes do novo protocolo. O discurso, qual reverberação do nascimento de uma verdade diante de seus próprios olhos – parafraseando Foucault –, apresenta-se refeito a cada novo

enunciado produzido. E, dessa maneira, vão se produzindo novas verdades em torno da realidade do país.

Nesse sentido, destacamos enunciados atribuídos às vozes institucionais que, por vezes, trazem apontamentos acerca de referências que norteiam parâmetros corporais. Esses parâmetros numéricos são definidos como forma de racionalidade e de procedimento técnico para se gerir uma questão de saúde pública.

Os números fixados determinam padrões de normalidade a fim de se diagramar o surto de microcefalia divulgado na imprensa brasileira. Os enunciados seguintes expõem a problemática da ordem do dia, oscilando em torno da determinação dos referidos parâmetros:

(22) O Ministério da Saúde anunciou na quarta-feira (9) que, seguindo recomendação da OMS, mudou o critério para considerar bebês com microcefalia. A medida do perímetro cefálico em recém-nascidos passa de 32 cm para 31,9 cm em meninos e 31,5 cm em meninas. Em dezembro, o parâmetro para diagnóstico da doença já havia diminuído, passando de 33 cm para 32 cm. (MAR-16-23)

(23) Segundo o Ministério da Saúde, para a população brasileira, 33 centímetros é considerado normal. (MAR-16-23)

(24) Hoje, bebês com perímetro cefálico menor do que 32 cm são enquadrados como casos suspeitos de microcefalia relacionada ao vírus da zika. Mas isso pode mudar, de acordo com nota divulgada pelo Ministério da Saúde nesta quarta-feira. (JUN-16-40)

O enunciado relatado (22) torna público por meio de um anúncio que o critério utilizado para se resolver a identificação da microcefalia seria alterado, tendo-se como referência uma recomendação da Organização Mundial da Saúde. Numa determinação em cadeia, a OMS influencia o Ministério da Saúde que, por seu turno, determina um novo padrão para o Brasil. Vale destacar que, em (23), o enunciado extraído da mesma notícia da qual foi o (22), o Ministério da Saúde identifica a medida de 33 centímetros de perímetro cefálico para recém-nascidos como um padrão de normalidade para o Brasil.

É sabido que o perímetro cefálico é variável conforme características étnicas e genéticas da população, daí se dizer que “para a população brasileira” essa medida é normal. No entanto, no meio do decurso do estado de Emergência em Saúde Pública, o Ministério da Saúde altera o protocolo, se bem que em consonância com a Organização Mundial da Saúde, mas o altera – vale assinalar, uma medida brasileira, portanto, particular de um país, que passa a estar em consonância com uma norma preconizada por uma organização mundial, muito provavelmente dotada de padrões

mais abrangentes. Altera-se a medida e para um valor inferior ao que até então estava sendo aplicado. Conjuntura essa que, indubitavelmente, passaria a produzir um número menor de casos de microcefalia no país. No contexto geral da notícia, uma provável elucidação mais densa sobre o porquê de tal alteração passa por um procedimento linguístico-discursivo de *redução* na prática divulgativa, sendo ela limitada a uma breve explicação sobre o objetivo da mudança: uma padronização das referências para todos os países.

Em (24), destaca-se novamente a referência a uma possível mudança pela qual o protocolo brasileiro poderia vir a passar. O enunciado integra uma notícia publicada em junho de 2016, quase quatro meses depois da notícia que traz os argumentos dos enunciados (22) e (23), quando já se decretava como alterada a medida do perímetro cefálico de crianças consideradas normais. Todavia, diferentemente dos discursos antecessores, que representavam uma mera adequação ao que é indicado em outros países, em (24), a justificativa demonstra-se mais expandida e aborda uma pretensa busca por maior precisão no procedimento identificação dos casos por parte dos especialistas. Para tanto, exposto na mesma notícia, o fundamento se ancora na publicação de um estudo em uma revista científica internacional que concluía que parte dos recém-nascidos com problemas relacionados ao Zika tinham perímetro cefálico considerado normal. Por conseguinte, somente a presença ou não da microcefalia clinicamente aferida não seria o suficiente para detectar quais crianças poderiam sofrer consequências do vírus, sendo necessário se levar em conta outros elementos na investigação.

Nesse sentido, a aludida notícia traz informações do Ministério da Saúde que demonstram a intenção do governo de incluir outros sintomas e outras alterações neurológicas como critérios para triagem dos bebês, independentemente da presença de microcefalia. Por ser um princípio de delimitação do “campo de verdade”, há imposições de regras para a construção do discurso no determinado campo do conhecimento, a fim de que este seja aceito dentro do “verdadeiro”. Ou seja, é necessário o domínio de objetos, de métodos e de proposições que possam ser consideradas verdadeiras no jogo de regras e de definições. Existe, portanto, um novo contexto para se buscar entender os impactos causados pelo Zika na gestação de crianças cujas mães tenham sido infectadas pelo vírus. Assim, podem-se suscitar novos dados decorrentes de novos achados científicos.

Ao promovermos aqui uma confrontação generalizada das duas notícias, é possível supor, num primeiro momento, a sensação de que o governo presta-se a buscar

apenas a redução de dados referentes à condição neurológica em discussão no país, patente nos discursos da notícia de março de 2016. No entanto, ao ponderarmos sobre as justificativas trazidas numa nova notícia, designadamente a de junho do mesmo ano, percebe-se um empenho das autoridades em filtrar a enxurrada de informações que as notificações estariam a gerar. Enfim, na superfície, deparamo-nos com constantes propostas de alterações protocolares, o que motiva efeitos de sentidos muito conexos à sensação de instabilidade do conhecimento. Subjacente a isso, podemos apreender a busca por uma maior precisão nos diagnósticos e, conseqüentemente, novas formas na vontade de verdade sobre a crise em saúde pública que se desencadeia durante o período estudado.

Ao se tentar identificar a possível correlação entre os casos de microcefalia e a circulação do vírus da Zika no país, o que se sabe é que se exige dos especialistas aprimoramento no sistema de vigilância. E ele ainda está em construção. Estando os domínios do saber relacionados com as práticas sociais, o saber nasce, com efeito, a partir das práticas de controle. Em outras palavras, a sensação de instabilidade do conhecimento não é somente uma sensação.

Os números atribuídos ao padrão considerado “normal” para recém-nascidos apresentam-se de forma volúvel, o que acarreta compulsoriamente uma alteração de diagnósticos e, conseqüentemente, de futuros dados numéricos divulgados sobre a população. A instabilidade, portanto, se faz presente até no estabelecimento dos padrões normativos corporais, esteio de toda uma leva de exames que definirão, ou não, os desdobramentos para os casos detectados à base do, naquele momento, novo parâmetro.

Frente às notícias selecionadas por nós no portal *G1* pela temática concernente à relação entre vírus da Zika e microcefalia, as quais compõem nosso *corpus* de análise, pudemos destacar os discursos de autoridade reportados pelos jornalistas. Esses discursos, quase sempre utilizados como forma de validação dos (não) saberes em divulgação, procedem de diversos âmbitos e são conduzidos por meio de distintos tipos de voz.

Os discursos das autoridades, como verbalização de uma realidade, reorganizam e renovam a si mesmos. Por terem força criadora e produtiva, são refeitos, são recompostos a cada nova enunciação, o que possibilita a injunção de novas realidades sobre os interlocutores, produzindo-se, igualmente, novos sentidos, novas significações. Toda essa variabilidade de informações disseminadas contribui

para compor o cenário de incerteza, ratificado por meio, inclusive, dos argumentos de autoridades, aos quais, a princípio, se devesse recorrer para sanar a dubiedade de questões tais como as de uma emergência em saúde pública.

Tais enunciados examinados, ostentados por discursos institucionais giram, correntemente, em torno de padrões numéricos. Neste último caso, números que marcam padrões corporais. Marcam padrões, vale destacar, de modo *hesitante*. A instabilidade de informações acerca das regras e técnicas necessárias para a definição do diagnóstico de dada condição neurológica e, ademais, a definição de sua associação com os efeitos do contágio do vírus da Zika manifestam-se sob a forma de discursos profusos. O público, nessa situação, se depara com argumentos que se apresentam de modo volúvel, o que sustenta uma narrativa ideal para a polêmica. Cabe à mídia, diante de dada volubilidade de certo conhecimento científico, transformá-lo em um acontecimento, uma vez que, dado o notório impacto que essas informações conferem à vida do público, o tema torna-se algo potencialmente noticiável.

Visualizamos, até este ponto, um panorama dos argumentos de autoridades patentes das vozes institucionais, que reiteradamente se exhibe por meio de painéis numéricos correspondentes aos casos de Zika e de microcefalia no Brasil. Além do evidente papel de informação acerca do desenvolvimento da epidemia, os discursos, em geral, apontam para o direcionamento de ações na relação que se estabelece entre as autoridades e a população. Nessa relação assimétrica entre instituições e público, o discurso presta-se ao controle sobre a sociedade brasileira. Para mais do que isso, presta-se ao direcionamento da história. Se se estabelecem novos saberes, novos parâmetros, estabelece-se uma nova história.

Quando há uma dinâmica dissonante na divulgação do conhecimento, os efeitos de sentidos produzidos apresentam-se de forma instável. E a instabilidade do conhecimento em produção e disseminação se materializa em construções linguístico-discursivas que oscilam desde a *hesitação* até a irrestrita *convicção* sobre os dados disseminados.

Mais adiante, após tal amostragem abrangente de aspectos linguístico-discursivos acerca da instabilidade do conhecimento noticiado, evidenciada no processo divulgativo, passamos, no próximo estágio, a agrupar os discursos

institucionais, distinguindo-os pelos âmbitos de procedência e subdividindo-os por categorias engendradas conforme sua própria recorrência no *corpus*⁶⁴.

4.1.1.3. Uma análise linguístico-discursiva por categorias

Ao buscarmos uma identificação das vozes institucionais presentes nas notícias do portal *G1*, recortamos enunciados que compõem discursos de Estados, órgãos de governo, agências, institutos e grupos de pesquisa. Na verdade, são essas instituições todas as encontradas no *corpus* conexas às categorias aqui propostas para análise.

Sobre os enunciados esquadrinhados pelo mapeamento da seção anterior⁶⁵, os quais foram marcados por apontarem painéis e dados numéricos, podemos dizer que a maior parte deles é procedente do âmbito político. Pontualmente, registramos alguns do âmbito científico, mais um do âmbito jurídico – por meio do argumento da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos – e outro do âmbito econômico⁶⁶ – por intermédio da nota de uma empresa fabricante de larvicida.

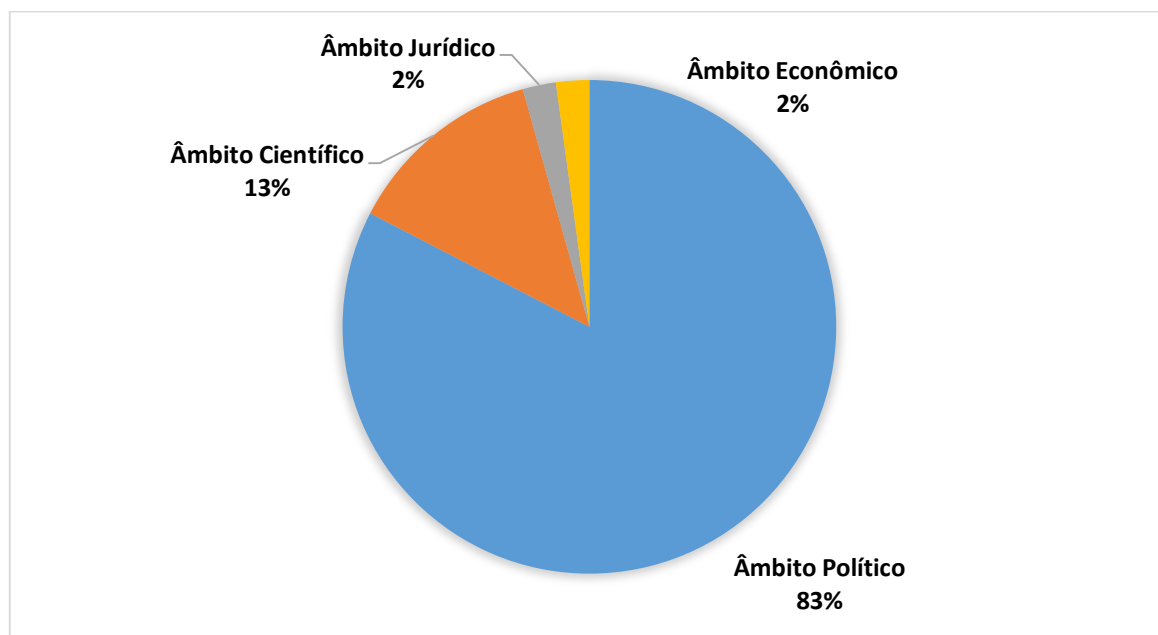
Posto isso, intentamos, neste momento, considerar o número de argumentos de autoridade patentes de cada âmbito. Totalizaremos, para isso, tanto os dados advindos da composição formada pelos enunciados categorizados tal qual proposto em nossa metodologia, quanto os outros advindos de enunciados encontrados que não necessariamente representam o matiz de sentidos entre *hesitação* e *convicção*. Melhor dizendo, ao considerarmos tanto os enunciados que conduzem os sentidos de tal matiz, quanto aqueles que apontam para dados, números e orientações, enfim, para um painel da crise em voga, obtemos a seguinte configuração:

⁶⁴ Todos os enunciados atribuídos a argumentos de autoridades encontrados no período mapeado, designadamente de novembro de 2015 a maio de 2017, estão organizados pelas categorias por nós propostas na metodologia do trabalho. Essa compilação pode ser encontrada no Anexo IV deste trabalho. Para além disso, os enunciados que foram de alguma forma examinados no corpo de análise, mas que não representam tais categorias, também podem ser visualizados no mesmo anexo, em um subitem específico reservado a eles, intitulado “Argumentos Alheios às Categorias de Análise”.

⁶⁵ Muitos deles, inclusive, não conexas ao matiz de sentidos representado nas categorias organizacionais propostas desde o levantamento do *corpus*, sejam elas as categorias de *ineditismo*, *hesitação*, *hipótese alternativa*, *averiguação*, *vaticínio* e *convicção*.

⁶⁶ Ainda assim, mesmo que seja procedente de tal âmbito por ser a voz de uma empresa, o enunciado exibe referências diretas a uma organização e a uma agência políticas e trata a questão informativa sob um forte viés cientificista. Isso corrobora com a percepção de que identificar os enunciados por âmbitos de procedência mais nos serve como ferramenta organizacional e metodológica de análise que propriamente um artifício de classificação estanque.

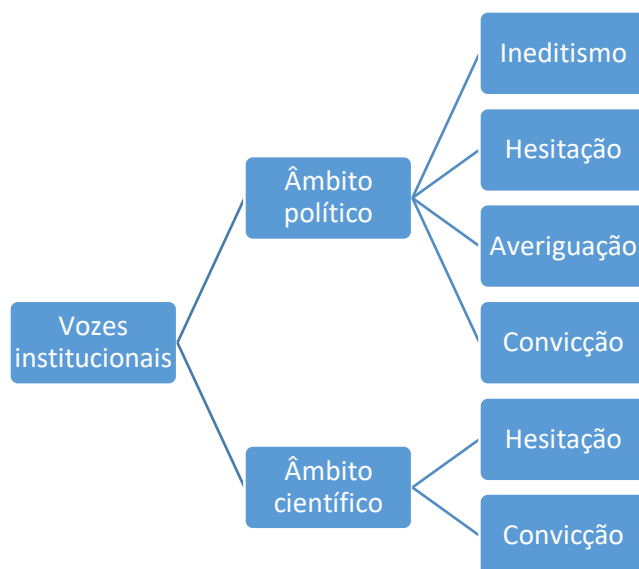
Figura 14 – Distribuição **total** dos enunciados do eixo **vozes institucionais** por âmbito de procedência



A maioria dos enunciados relacionados às vozes institucionais identificados por seus âmbitos de procedência, portanto, estiveram atrelados ao campo político. Em números absolutos, totalizam-se 38 enunciados que representam agências políticas, governos e seus órgãos, tais como ministérios, secretarias e departamentos especializados e centros de controle, que constituem, enfim, uma gama de instituições atreladas ao universo político. No âmbito científico de procedência dos discursos de autoridades, reconhecemos 6 exemplos, atrelados a centros e institutos de pesquisa, ou grupos de pesquisadores. Para as procedências jurídica e econômica, reconhecemos um enunciado representante de cada âmbito, como já evidenciado.

Não obstante, voltaremos nossa atenção aos dados provenientes da composição formada pelos enunciados categorizados sob a proposta de nossa metodologia. Assim sendo, se levarmos em conta, especificamente, a gradação de sentidos entre *hesitação* e *convicção*, bem como as subcategorias que se estabelecem em sua órbita, conforme os enunciados classificados por nós, a partir de uma categorização fundamentada pela própria recorrência de enunciados dentro do *corpus*, poderíamos ilustrar, numa representação gráfica, a distribuição desses enunciados por categorias, da seguinte forma:

Figura 15 – Fluxograma da distribuição dos enunciados do eixo **vozes institucionais** por categoria



Esses enunciados referentes a vozes institucionais, trazidos pelos jornalistas para dentro das notícias no portal *G1* durante o período compreendido entre novembro de 2015 e maio de 2017, apresentam-se por um matiz de sentidos conexos às categorias por nós denominadas.

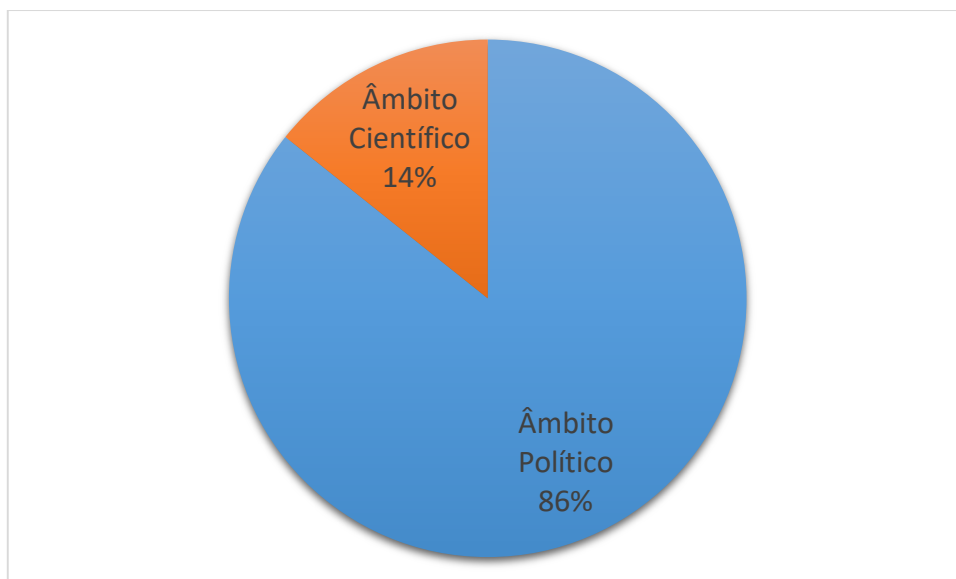
Como ilustrado, pode-se considerar por meio da representação que as vozes institucionais exibem-se a partir de basicamente dois âmbitos de procedência. Partindo-se do âmbito político, verificamos enunciados cujas significações vão do *ineditismo* – categoria que abarca a acepção da novidade em torno do fato e das pesquisas em divulgação –, passando pela *hesitação* – categoria que abarca a acepção da dúvida e da possibilidade – e pela *averiguação* – categoria que abarca a acepção da carência de pesquisas –, até as que se compatibilizam com o sentido de *convicção* – categoria que abarca a acepção do factual, do conclusivo. Já os discursos procedentes do âmbito científico apresentam-se estritamente a partir da dicotomia *hesitação* e *convicção*.

Por certo, essa distribuição em categoriais dos enunciados é a que foi por nós identificada nos argumentos divulgados nas notícias do *G1* durante o período em exame. Em outras palavras, assim é que foram encontrados os argumentos de autoridade cuja voz é institucional distribuídos pelo *corpus* nas determinadas categorias.

Considerando-se especificamente essas categorias, em termos numéricos, a maioria dos enunciados identificados e reconhecidos estiveram atrelados, mais uma

vez, ao âmbito político. Eventualmente, deparamo-nos com discursos do âmbito científico. Ao todo, examinamos mais de 21 enunciados que se ajustavam ao matiz proposto, sendo apenas três deles do âmbito científico, algo que pode ser visualizado no seguinte gráfico:

Figura 16 – Distribuição dos enunciados do eixo **vozes institucionais** por âmbito de procedência

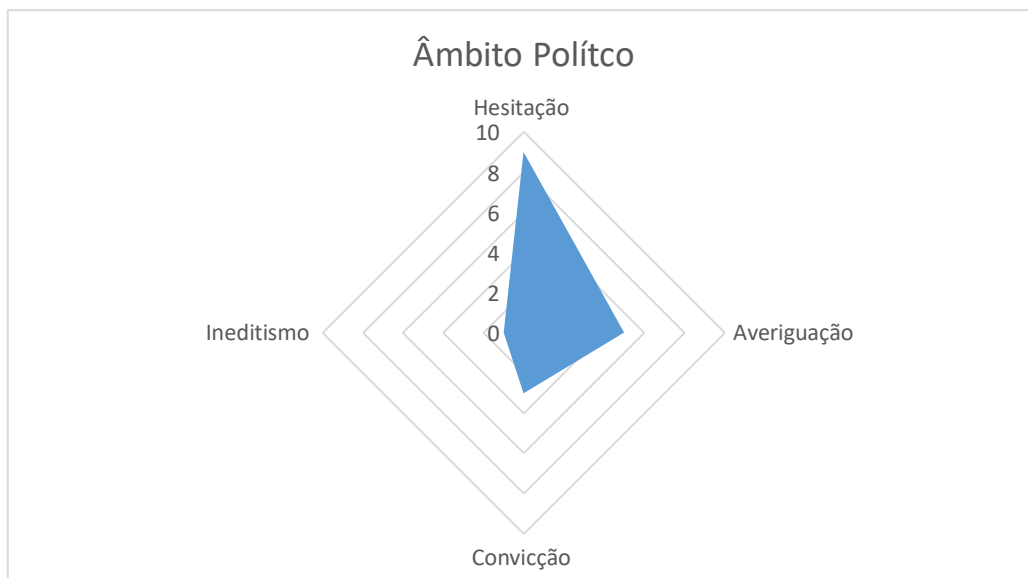


No âmbito científico de procedência dos discursos de autoridades, reconhecemos apenas alguns pontuais exemplos. Estes, distribuídos entre *hesitação* e *convicção*. Em números absolutos, dos 3 enunciados encontrados, 2 são mais próximos à categoria *convicção*, e o outro, à de *hesitação*.

Com maior peso numérico, entretanto, os enunciados procedentes do âmbito político deslizam em gradação entre os dicotômicos sentidos de *hesitação* e *convicção*, manifestando-se, nesse matiz, alguns enunciados cujos traços representem as categorias do *ineditismo*, e da *averiguação*, para além da dicotomia.

Esses enunciados concentram-se, em maior número, na categoria *hesitação*, sendo 9, ao todo. Mais próximos à *averiguação*, identificamos 5 enunciados, 3 à *convicção* e 1 ao *ineditismo*. Num gráfico “radar”, a distribuição do âmbito político se visualiza da seguinte forma:

Figura 17 – Distribuição dos enunciados do eixo **vozes institucionais** por categorias no **âmbito político**



Por meio do gráfico, torna-se mais visível a distribuição dos enunciados: o espaço ocupado pela *hesitação* e pela *averiguação* é maior que as outras categorias, o que, em termos discursivos, pode representar um caráter mais vacilante, ou ainda, mais ponderado com relação ao fato divulgado por parte das instituições políticas utilizadas como argumento de autoridade.

Nessa mesma esteira, vale dizer que toda essa categorização dos enunciados não significa que dado discurso de determinada categoria não possa se cruzar com de outra. Ao contrário, é recursivo que haja esse tipo de interseção.

Pelas vozes institucionais, então, além das construções mais marcadamente *hesitantes*, como no enunciado (25), em que certa Secretaria de Vigilância outorga como irresoluta a relação entre o vírus da Zika e a microcefalia, e das mais marcadamente *convictas*, conforme o (26), em que uma agência de saúde do governo dos Estados Unidos dá como resoluta a tal relação, podemos encontrar interseções na reverberação desses sentidos, como ocorre em (27), em que *ineditismo*, *averiguação* e *convicção* compõem o mesmo discurso:

(25) Segundo documento divulgado pela Secretaria de Vigilância em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SEVS/SES-PE), parte das mulheres que tiveram bebês com microcefalia apresentaram erupções na pele durante a gravidez. Apesar de este ser um dos sintomas do zika vírus, não há evidências suficientes para associá-lo à microcefalia, de acordo com o órgão. (NOV-15-01)

(26) Em abril, a agência de saúde do governo dos Estados Unidos (CDC) já havia anunciado a comprovação de que o vírus da Zika causa microcefalia e outras graves más-formações em bebês, em estudo publicado no New England Journal of Medicine que analisou diversas pesquisas sobre o tema. (SET-16-51)

(27) "Essa é uma situação inédita na pesquisa científica mundial. As investigações sobre o tema devem continuar para esclarecer questões como a transmissão desse agente, a sua atuação no organismo humano, a infecção do feto e período de maior vulnerabilidade para a gestante. Em análise inicial, o risco está associado aos primeiros três meses de gravidez", informou Ministério da Saúde, por meio de nota à imprensa. (NOV-15-03)

Em (25), o argumento da instituição é reportado de uma nota a partir da qual se expõem certas evidências sobre a relação entre o vírus e a microcefalia, “parte das mulheres que tiveram bebês com microcefalia apresentaram erupções na pele durante a gravidez”. No entanto, essas não são, segundo a secretaria, evidências suficientes para comprovar tal relação, o que auxilia a produção do efeito discursivo de *hesitação*.

Outro ponto peculiarmente marcante, neste caso, especificamente da divulgação científica, é o procedimento linguístico-discursivo da *redução*. Os critérios metodológicos definidos para o limite do que é ou não suficiente são, notoriamente, suprimidos do texto divulgativo. Se não o foram desde o documento da secretaria, pelo menos da informação que chega até o público da notícia o é.

Em termos também de estratégia divulgativa, o que ainda chama atenção neste enunciado é a *expansão* do conhecimento trazida a partir da *definição* dos sintomas da doença viral apresentada de modo elucidativo: “Apesar de este [erupções na pele] ser um dos sintomas do zika vírus”. Define-se, em tal caso, a partir do verbo de ligação “ser”, típico de *definição*, um sinal importante da doença para o exame de um quadro clínico dos pacientes.

No enunciado (26), o sentido da *convicção* é endossado por meio de uma série de atributos que levam a ostentar o estatuto de veracidade atribuído ao discurso. As propriedades conferidas ao argumento vão desde a internacionalização do fato descoberto – no momento em que se aponta para a presença do órgão norte-americano no achado, “a agência de saúde do governo dos Estados Unidos (CDC) já havia anunciado a comprovação” –, até a antecipação desse mesmo órgão frente ao caso explorado – materializado linguisticamente pelo marcador “já havia”, em “já havia anunciado a comprovação”.

Note-se que a notícia é datada de setembro de 2016, mas o jornalista destaca que o órgão já havia confirmado em abril a conexão entre o vírus e a microcefalia. Essa informação é capaz de conferir destaque ao *ineditismo* da agência norte-

americana frente ao caso ainda sob investigação científica. Além disso, outro destaque importante é o fato de a publicação do estudo ter sido feita por uma revista científica europeia, a “New England Journal of Medicine”, o que, mais uma vez, fortalece a concepção de um reconhecimento mais global da aludida pesquisa. Finalmente, vale dizer que tal trabalho não se sustenta em uma análise simples, no sentido específico do termo, mas em uma análise complexa em torno de “diversas pesquisas sobre o tema”.

Dado o *ineditismo* do fato divulgado em (27), já que “Essa é uma situação inédita na pesquisa científica mundial”, o Ministério da Saúde destaca a conveniência em se promover uma maior *averiguação* em torno do assunto, apontando a necessidade do desenvolvimento de mais pesquisas: “As investigações sobre o tema devem continuar para esclarecer questões”. Por último, o ministério traz a divulgação de uma análise preliminar, concluindo, deliberadamente, que há sim um risco real e que ele está associado aos primeiros três meses de gestação. Deliberação, seguida de apontamento preciso sobre o período da gestação mais exposto aos riscos.

Noutro âmbito de precedência das vozes, ou seja, no que se refere ao âmbito de procedência científico, os discursos identificados, de modo geral, reafirmam a dicotomização *hesitação* e *convicção*:

(28) Segundo estudos conduzidos pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), é possível que um mosquito transmita dengue e chikungunya ao mesmo tempo a um paciente. Ainda não há estudos, porém, que avaliem a possibilidade de o vírus da zika ser transmitido simultaneamente aos outros dois vírus. (DEZ-15-04)

(29) “Este resultado confirma de modo inequívoco a transmissão intrauterina do zika vírus”, afirmou comunicado do instituto [Instituto Carlos Chagas, da Fiocruz de Curitiba]. A pesquisa foi liderada pela virologista Cláudia Nunes Duarte dos Santos. (JAN-16-06)

Em (28), ao ser colocado em evidência na divulgação o que não se sabe sobre o caso estudado, a informação divulgada sobre o estudo contribui para sustentar um quadro de irresolução relacionado às pesquisas realizadas. Ao se recorrer ao argumento de autoridade, fazem-se menções genéricas em seus apontamentos e atributos com relação à responsabilidade dos fatos até então conhecidos.

Isso é o que se observa por meio da marcação do plural em “Segundo estudos” e, seguidamente, ao modo geral ou coletivo como se aponta a responsabilização de sua condução: “conduzidos pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)”. O não

apontamento de dada autoridade que assumiria a responsabilidade sobre o conhecimento divulgado pode enfraquecer a confiança vinculada à informação. Por outro lado, embora a voz não seja identificada com detalhes individualizados, o assinalamento institucional referente ao estudo conduzido confere certo estatuto de credibilidade ao conteúdo noticiado.

Já em (29), no outro ponto da dicotomia, há uma assertiva, cujo caráter confirmatório oferecido ao público é comunicado por meio de uma nota do instituto de pesquisa. A nota “afirma” a “confirmação” resultante de um estudo. Diferentemente do enunciado anterior, o jornalista atribui a este estudo uma pesquisadora nomeadamente responsável, uma líder, uma especialista em virologia.

Em outras palavras, apesar de o argumento ser retirado de um comunicado atribuído ao instituto de pesquisa, o jornalista destaca, ao fim da exposição do argumento, o nome e a especialidade da pesquisadora que lidera o estudo. E é justamente na especificação, nos atributos e nos detalhes trazidos para o texto acerca da autoridade que se consegue produzir um maior efeito de credibilidade associado à voz reportada ao interlocutor da notícia.

Na apresentação dos detalhes, na identificação de atributos, na imputação de particularidades, enfim, na designação de nomes dados às vozes envolvidas no processo de divulgação é que se consiste a credibilidade outorgada ao conhecimento noticiado. Uma vez que é a voz individual a face da informação veiculada, sob sua utilização enquanto argumento de autoridade, confere-se maior confiança na responsabilidade sobre o fato em divulgação.

Tendo-se em vista a possibilidade de responsabilização pelo conteúdo disseminado, em geral, atribui-se maior confiança à informação que possui, além de endereço, o nome do remetente. Uma vez que a voz individual se constitui frontispício do conhecimento reportado na divulgação científica, passaremos, na sequência, a examinar, especialmente, os argumentos de autoridade atribuídos às vozes individuais, identificadas em nosso *corpus*.

4.1.2. Vozes individuais

Quando nos referimos às vozes individuais, esperamos assinalar aqueles discursos que, mesmo institucionalizados, ou em situação de representação institucional, exibem-se em enunciados individualizados, lançando-se de forma mais personalizada.

Vale dizer que, muitas vezes, e isso é, deveras, recursivo, além de responderem como uma representação coletiva, as vozes individuais podem se apresentar a partir de enunciados marcados por indicadores institucionais, afinal, o apontamento acerca da instituição a que pertence dada autoridade é uma das marcas elementares no argumento para atribuir credibilidade à informação.

Em outras palavras, tendo em vista a responsabilidade que se atribui ao perito, ou seja, ao indivíduo que pessoalmente assume um comprometimento sobre o que diz, a personalização do argumento de autoridade se caracteriza como uma estratégia para conferir maior confiabilidade à informação divulgada. Não obstante, em via de mão dupla, a filiação desse perito a uma instituição é capaz de proporcionar, outrossim, maior anuência a sua voz.

Os enunciados sobre os quais passaremos a refletir – como ambiente circunstancial que são para as vozes individuais das autoridades – apresentam marcas textuais que os caracterizam como discursos de indivíduos peritos, isto é, caracterizam-nos não como discursos coletivamente institucionais, mas como discursos vivamente singulares e distintivos.

Para além disso, esses enunciados conduzem discursos mais pessoais, assumindo, inclusive, marcas de primeira pessoa. A utilização dessas marcas se dá sob diferentes tipos de lexicalização. A título de ilustração, examinaremos algumas referências dêiticas que abalizam o papel do enunciador-autoridade em enunciados extraídos do portal G1. Iniciaremos, nessa empreitada, pelas marcas deixadas pelos pronomes. Em seguida, passaremos a observar os processos lexicais realizados por meio dos verbos. Por fim, de modo mais geral, focaremos na exposição da face das autoridades ao apresentarem seus argumentos, identificando certos tipos distintivos de inserção do enunciador recorrentes no *corpus* estudado.

4.1.2.1. Tipos de lexicalização

As construções em primeira pessoa, materializadas pelo uso dos pronomes, expõem, especialmente nos enunciados apresentados subsequentemente, uma espécie de esforço marcadamente pessoal por parte das autoridades reportadas. Esforço esse no sentido de se buscar ações concernentes à crise em saúde pública instituída no contexto histórico do Brasil em questão. Ainda que esse esforço não seja autenticamente um esforço pessoal – ou no caso de não o ser –, pelo menos o discurso sugere tal empenho. Empenho e inclusão pessoais na diligência em torno da problemática:

(30) Maierovitch [diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis] disse que a relação entre o vírus da zika e a microcefalia "é inédita no mundo" e não consta na literatura científica até o momento. "Nossos cientistas, cientistas do mundo que se interessarem, devem nos ajudar a provar essa causa e efeito." (NOV-15-02)

(31) "As informações da Polinésia Francesa são particularmente importantes, já que o surto já acabou. Isso nos dá um conjunto de dados pequeno, mas muito mais completo do que aquele disponível em uma epidemia em curso. Muitas outras pesquisas são necessárias para entender como o vírus da zika pode causar microcefalia. Nossos achados apoiam as recomendações da OMS para mulheres grávidas se protegerem das picadas dos mosquitos", disse Arnaud Fontanet, professor do Instituto Pasteur de Paris que também participou do estudo. (MAR-16-24)

(32) "Nossa análise apoia fortemente a hipótese de que a infecção pelo vírus da zika no primeiro trimestre da gravidez está associada com um risco aumentado de microcefalia" – **Simon Cauchemez, pesquisador.** (MAR-16-24)

Esses enunciados foram extraídos de duas notícias distintas, uma que trata sobre os esclarecimentos trazidos pelo Ministério da Saúde, enunciado (30), apontando a contaminação pelo vírus da Zika como principal hipótese para o aumento da ocorrência de microcefalia na região Nordeste, e outra acerca da análise retrospectiva realizada em torno dos dados do surto de Zika na Polinésia Francesa, enunciados (31) e (32).

Em (30), ao falar em nome do Ministério da Saúde, o diretor do Departamento de Vigilância apresenta, a partir da construção "nossos cientistas", uma implicação de pertença à dada equipe de trabalho. Quer dizer, os cientistas que pertencem ao corpo de pesquisadores do Brasil, país de cuja estrutura organizacional política ele faz parte como figura administrativa. Ademais, os esforços buscados por tal corpo são amplos, já que não só "seus cientistas" como também os cientistas do mundo devem contribuir

para entender a relação causa e efeito da qual o diretor demonstra já estar convencido: é só uma questão de “ajudar a provar”.

As construções “Isso nos dá um conjunto de dados pequeno” e “Nossos achados apoiam as recomendações”, patentes no enunciado (31), caminham, analogamente, para o sentido da reafirmação de certa incumbência atrelada à autoridade cuja voz é trazida até a notícia. Tal efeito de sentido é corroborado pelo atributo adicionado pelo jornalista à fala da autoridade: “disse Arnaud Fontanet, professor do Instituto Pasteur de Paris que também participou do estudo”. A construção leva a explicitar a pertença da autoridade ao esforço dos trabalhos conduzidos.

Nessa mesma notícia, mais uma voz de autoridade é reportada, demonstrando-se notoriamente sua efetiva participação no desenvolvimento científico, haja vista o enunciado (32): “Nossa análise apoia fortemente a hipótese”. Essa atuação inclusiva do pesquisador é patenteada justamente pela construção em primeira pessoa utilizada em seu argumento. Vale dizer que a referida assertiva do pesquisador é posta em destaque na composição do *layout* da notícia, em fragmento à parte do corpo do texto, configurando-se em uma espécie de aforismo.

Para além das construções a partir do uso de pronomes, vale pormenorizar também aqui, como já aludido por nós, casos associados às marcas de primeira pessoa deixadas por verbos. Os verbos são produtivos elementos na condução de argumentos, o que pode levar a percepção por parte do interlocutor de um ponto de vista assumido pelo locutor.

Discutamos, então, em especial, algumas lexicalizações das modalidades por meio de verbos que trazem à tona a presença marcante do enunciador nos discursos reportados. As autoridades levadas ao texto divulgativo manifestam atitude e intenção ao produzir seus enunciados. Tal atitude e tal intenção são materializadas, muitas vezes, por atos ilocucionários. Começamos, primeiramente, a destacar alguns verbos de atitude proposicional significativos desse processo.

A presença explícita de alguns operadores modais no discurso divulgativo merece atenção especial – ainda que a ocultação das modalidades não implique necessariamente a neutralidade do texto. Em destaque, centramo-nos nos enunciados em que as modalidades do “saber” e do “crer” aparecem bem marcadas.

Na esteira da contribuição oferecida por Koch (2006), percebemos que, por meio de leituras distintas conforme tais modalidades, a enunciação poderia tender a

um discurso autoritário ou a um discurso de tolerância. Em outras palavras, no caso do “saber”, se “eu sei, portanto é verdade” e, já no caso do “crer”, se “eu creio, portanto é possível” (p. 82). Concebemos, desse modo, que o “saber” leva-nos ao entendimento de certa *convicção* acerca da verdade, e o “crer”, de certa *hesitação* perante as opiniões expostas.

Cromatizando-se os verbos e seus efeitos de sentido a partir da base “saber” e “crer”, consideramos, ainda, emergentes de dentro *corpus*, o verbo “ver”, na expressão “embora [...] a gente veja” do enunciado (33) e o verbo “descobrir”, do enunciado (34), como mais próximos de “saber”, da mesma maneira que o verbo “achar”, patente nos enunciados (39) e (40), como mais próximo da acepção de “crer”.

Em (33), a questão da dúvida é aventada pela profissional da saúde como algo atribuído ao senso comum, já que somente o crivo do saber técnico poderá ser capaz de, efetivamente, “ver” evidências:

(33) "Isso pode colocar muitas dúvidas sobre se a zika é realmente a causa, embora a gente, enquanto profissional, veja que há evidências que fortalecem cada vez mais a hipótese de a zika estar relacionada à microcefalia", diz Maria Ângela [médica Maria Ângela Rocha, chefe do setor de infectologia pediátrica do Hospital Universitário Oswaldo Cruz da Universidade de Pernambuco]. (FEV-16-19)

Há em tal discurso o estabelecimento de uma discriminação entre a esfera do técnico e a esfera do leigo, através da qual se assinala o domínio do “saber” e a capacidade de “ver evidências” como atributos específicos do campo científico, relegando-se ao senso comum o campo da dúvida, da confusão.

Ainda no mesmo esforço de se persuadir o interlocutor por meio da exposição de um saber descoberto, em uma outra notícia, uma médica e autora de um estudo apresenta dados da sua pesquisa a partir de um verbo em primeira pessoa:

(34) “[...] descobrimos que mais de 40% dos bebês com microcefalia testaram positivo para o Zika, e nenhum no grupo de controle. A presença de anticorpos para o vírus no líquido cérebro-espinhal indica infecções no sistema nervoso, mas nem todos os casos de microcefalia apresentaram anomalias no cérebro”, explica [médica Thália Velho Barreto de Araújo, da Universidade Federal de Pernambuco, uma das autoras do estudo]. (SET-16-51)

A acepção do verbo “descobrir”, conexas ao campo semântico de “mostrar”, “constatar”, “desvendar”, “solucionar”, “esclarecer”, enfim, trazer luz a uma questão até então obscura, robustece o caráter convicto em torno dos dados divulgados. A

divulgação dos dados da pesquisa através da voz de uma das autoras contribui para a composição de um quadro do atual estágio do desenvolvimento científico de seu tempo: dotado de informações truncadas, limitadas, mas em constante processo de elaboração.

De modo explícito e autônomo, o verbo “saber” pode ser utilizado para conferir uma condição deliberativa a dado conhecimento já alcançado. Ou ainda, conferir tal condição deliberativa ao que já é conhecido, ao que já é definido:

(35) "Esse é um desafio muito importante, não só do Brasil mas também de toda a comunidade internacional, que é pesquisa, desenvolvimento e inovação para assegurar que esse combate se dê em todos os níveis. Sabemos que a transmissão do zika se dá pelo mosquito Aedes. Mas o restante do nosso conhecimento ainda está aquém do necessário para que possamos proteger com eficácia a saúde da população. Estamos, todos nós, correndo contra o tempo para conhecer melhor esse vírus que se espalhou em uma velocidade surpreendente, extraordinária, espantosa", declarou a presidente Dilma Rousseff. (MAR-16-26)

O argumento da presidente da República segue um roteiro representativo de um chefe de Estado: ela destaca a importância em torno da problemática, aponta as áreas nas quais, evidentemente, se deve investir para se obterem soluções e declara já estar, o Estado, atuando na busca por esses objetivos. Em termos divulgativos, no entanto, a única informação científica apresentada pouco acrescenta no sentido de tranquilizar a população. Precisamente, tal informação é a que já é “sabida” pela autoridade e que, se pressupõe, já é também sabida pelo senso comum.

Já em uma notícia datada de agosto de 2016, portanto, seis meses após a declaração da presidente do Brasil, o argumento de um professor, procedente do âmbito científico, aponta para uma versão otimista em torno do andamento das pesquisas, apresentando novas informações de cunho técnico em seu discurso:

(36) “Agora sabemos as vias moleculares, então demos o primeiro grande passo rumo a uma terapia alvo para microcefalia induzida por zika”, diz Jae Jung, um dos autores do estudo e professor do Departamento de Microbiologia Molecular e Imunologia na USC. (AGO-16-48)

Percebe-se nesse discurso um sinal indicativo de uma novidade que pode estar por vir em torno da problemática enfrentada. Trata-se de uma notícia elementar que noticia a iminência de uma outra notícia, porém, neste último caso, uma mais efetivamente impactante. O professor evidencia sua participação no estudo, não só

ao expor, em primeira pessoa, o que até então já se conhece sobre a relação do vírus da Zika e a microcefalia, como também ao acenar, igualmente por meio de uma construção em primeira pessoa, para o objetivo determinante inerente à pesquisa em construção.

Na mesma linha da divulgação acerca do que se encontra em estágio de desenvolvimento e que, de fato, poderia efetivamente impactar a sociedade, o enunciado de uma autoridade também do âmbito científico, atrelado a uma notícia de setembro de 2016, versa sobre testes de uma vacina de Zika que estariam prestes a ocorrer em seres humanos:

(37) “É uma tecnologia absolutamente revolucionária, mas a gente sabe que não tem nada de infeccioso e que não causa problemas para a grávida. Porque nós temos que proteger a mulher grávida”, disse Kalil [Jorge Kalil, diretor do instituto Butantan]. (SET-16-52)

Mais uma vez a partir da perspectiva da primeira pessoa, a autoridade exhibe o que é, por ora, posto e sabido pelos indivíduos técnicos, ou seja, que tal vacina em discussão não causa problemas às grávidas, dada a tecnologia “revolucionária” que envolve a elaboração desse preparado imunológico.

A tecnologia referida pelo diretor do instituto Butantan sustenta-se à base da produção sintética de um fragmento de DNA. O que nos chama mais atenção, no entanto, é a construção adversativa utilizada no argumento, através da qual, contrapõem-se duas proposições conectadas pelo operador “mas”: (i) “É uma tecnologia absolutamente revolucionária”, “mas (ii) a gente sabe que não tem nada de infeccioso e que não causa problemas para a grávida”. Em outras palavras, a construção adversativa introduziria a ideia de que essa tecnologia revolucionária não apresentaria riscos a gestantes, pressupondo-se que, de alguma forma, certo tipo de tecnologia poderia apresentar. Ou, em verdade, no senso comum, acreditar-se-ia que tal tecnologia poderia apresentar.

Subentende-se que, talvez, popularmente poder-se-ia existir a crença em uma suposta nocividade relacionada às vacinas. Entretanto, os técnicos e peritos “sabem” que essa é uma falsa questão, inclusive, o intuito é justamente contrário, ou seja, o de “proteger a mulher grávida”.

No contexto histórico conexo à crise em saúde pública, quando passou-se a discutir exaustivamente no país a possível relação entre o vírus da Zika e a microcefalia, diversos

ruídos, cujas fontes são de difícil identificação e cujos fundamentos são muito questionáveis, foram aventados no espaço público. Dentre eles, destaca-se um muito difundido na internet, qual seja o de que o crescente número de casos de microcefalia estaria vinculado a um lote vencido de vacinas contra rubéola aplicadas em gestantes no Nordeste⁶⁷, contexto esse que toma a forma de uma espécie de Neorrevolta da Vacina.

Importa-nos examinar, aqui, no discurso do diretor do instituto Butantan, a interdependência discursiva de seu enunciado com as especificações sócio-históricas da ordem do dia, ou seja, interessa-nos perceber que o argumento de autoridade traz à baila uma discussão sobre saúde pública em meio a constantes questionamentos levantados pela população. A atitude discursiva de Jorge Kalil é a de um enunciador que se antecipa aos prováveis questionamentos em torno de supostos malefícios sobre mulheres grávidas, ponto central de convergência de toda a polêmica. Como evento histórico que é, seu discurso está estritamente ligado ao não discursivo, ligado ao sentido que, na enunciação, se produz unicamente. Por fim, seu discurso está ligado a tudo aquilo que se pode dizer, sem que seja dito.

De modo geral, há um notório esforço da voz de autoridade, evidentemente não só no enunciado (37), mas em todos os outros que marcam fortemente a presença do “eu sei”, ou, que seja, do “nós sabemos”, e todos seus correlatos identificados, em se exhibir de modo crível, cabível. Há um empenho do locutor em fazer prevalecer seus argumentos sobre a opinião do senso comum. Nesses casos, destaca-se um patente envolvimento do locutor na enunciação que se materializa em construções na primeira pessoa.

Enunciados relativos aos argumentos de autoridade podem se ostentar por meio de discursos autoritários, quando conformados em torno de sentidos como o das evidências, o das constatações, o das certezas. Nesses termos, profissionais da saúde, chefes de Estado e cientistas expõem seu “saber”, empenhando-se em promover uma adesão de seu interlocutor ao fato “incontestável” que se apresenta, já que o discurso é concebido pelo próprio enunciador como uma verdade determinada.

⁶⁷ Verifica-se a veiculação de notícias e reportagens durante o período que giram em torno dessas questões, buscando esclarecimentos dos especialistas. Um exemplo dessa presença nos portais de notícias é a reportagem “Microcefalia não tem relação com vacina de rubéola; veja boatos”, que pode ser acessada pelo link: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/12/microcefalia-nao-tem-relacao-com-vacina-de-rubeola-veja-boatos.html>. Destaca-se mais uma vez o papel fundamental das mídias na disseminação de informação e desmitificação do senso comum.

Nessas enunciações por meio de um discurso, portanto, mais autoritário, os locutores mascaram possíveis traços de *hesitação*, já que seus enunciados são revestidos de uma atitude sobre a verdade que se representa como incontestável, produzindo efeitos de sentido mais próximos à *convicção*. Essa modalidade pode colorir seus enunciados de modo mais aceitável ao público, já que o interlocutor de um texto de divulgação científica, não por acaso, procura se ancorar num discurso mais seguro em torno do conhecimento divulgado.

Diferentemente dessa atitude proposicional identificada, deparamo-nos, no *corpus* em análise, com argumentos, também em primeira pessoa, em que não se mascara dada atitude de *hesitação*. Ao contrário, nesse tipo de enunciação, os locutores engendram discursos mais “tolerantes”, ou ainda, mais polêmicos, já que podem ser apresentadas, através deles, verdades contestáveis. Isso se dá a partir da introdução de opiniões que se materializam em verbos de atitude proposicional, tais como “Eu creio”, patente no enunciado (38), e “[eu] Acho”, nos enunciados (39) e (40).

Ao examinar o enunciado (38), podemos perceber que, com um menor grau de engajamento ao que é dito, certa autoridade, chefe da delegação brasileira no Encontro da Organização Mundial de Saúde, expõe um prognóstico pessoal em torno do que se enfrenta e se desenvolve no Brasil, no sentido de como isso poderia alcançar colaborativamente os demais países latino-americanos. Tendo em conta o contexto sócio-histórico, vale ressaltar que a enunciação se dá em um encontro de proporções internacionais, exigindo-se do representante uma apreciação que, de algum modo, aponte para a interlocução com outros países:

(38) “Eu creio que os países que só agora estão identificando a circulação do zika vírus, no caso os nossos vizinhos na América Latina, se beneficiarão bastante da experiência que o Brasil vem acumulando em como detectar (o vírus) e garantir o cuidado desses bebês (com microcefalia)”, avalia Barbosa [Jarbas Barbosa, chefe da delegação brasileira no Encontro Executivo da Organização Mundial de Saúde, em Genebra]. (JAN-16-11)

A mesma marcação de distanciamento com a qual se coloca o enunciador frente ao seu enunciado, no sentido de que há certa *hesitação*, ou demonstração de que tal argumento represente um ponto de vista pessoal – “[Eu] Acho que a prevenção [...] é a nossa maior arma contra o mosquito” –, pode ser identificada no discurso da neurocientista Patricia Garcez:

(39) Estas descobertas, no entanto, não tiram a obrigação de cada um no combate ao mosquito causador da zika, dengue e chikungunya. "Que as pessoas não fiquem esperando um medicamento e deixem de se proteger, não. Acho que a prevenção nesse caso, com certeza, é a nossa maior arma contra o mosquito. Contra o vírus da zika a gente precisa se proteger contra mosquitos", conclui Garcez [neurocientista Patricia Garcez]. (MAI-16-32)

Todavia, chama-nos atenção, em particular, a expressão "com certeza", associada à modalidade "[eu] Acho". Embora, por excelência, seja uma recursiva expressão de afirmação e de *convicção*, tal expressão pode marcar o sentido de probabilidade, de possibilidade. Não obstante, dada a patente situação de oralidade da qual se extraiu o argumento, podemos considerar como marcadores conversacionais tanto o elemento típico da fala "[eu] Acho", quanto o "com certeza". Este último, popularmente utilizado como expressão de veemência em textos falados. Com efeito, independentemente dos sentidos mais literais inerentes às expressões empregadas, a construção utilizada pela autoridade não deixa de se configurar como uma construção, em certa medida, de *hesitação*.

Nessa mesma esteira, no argumento de autoridade em exposição no trecho (40), através de um enunciado procedente do âmbito jurídico, a presidente do Supremo Tribunal Federal trata da possibilidade de se avaliar uma ação acerca da liberação do aborto em caso de infecção pelo vírus da Zika, dada a microcefalia como potencial consequência:

(40) "Tenho trabalhado nisso. Esse é um caso sério [...] Estamos de novo chegando no final de ano. Acho que dá [para levar ao plenário], a cautelar...", afirmou a ministra [Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal], que também é relatora da ação, em referência à medida liminar (decisão provisória) pedida na ação. (SET-16-53)

Embora vise demonstrar certo empenho sobre o caso em análise, expresso em "Tenho trabalhado nisso", a ministra exime-se de apresentar uma data específica e definitiva para o fim da tramitação da ação, atitude essa que se lexicaliza a partir da modalidade em primeira pessoa "acho que dá".

À presidente da Corte e, ao mesmo tempo, relatora do caso, cabe um discurso de *indeterminação*. Ademais, talvez haja uma espécie de liberdade concedida ao interlocutor quanto a aderir ou não ao discurso em pauta, já que o enunciado encerra, em si mesmo, uma argumentação à base da crença. No entanto, independentemente do tom vacilante relativo aos prazos dos trâmites da ação na Suprema Corte, dado poder ser exercido quando a decisão for levada a cabo.

Essa atitude proposicional, materializada pela modalidade “[Eu] Acho”, poderia configurar tal discurso como um discurso polêmico, tendo em vista a margem de manobra discursiva deixada pelo locutor ao não conceder indicações concretas relacionadas à discussão. Fato é que, sob dado contexto avaliatório, à locutora, parece convir não mascarar sua *hesitação* relacionada ao tempo intrínseco às etapas as quais percorrerá a ação. Esvazia-se, dessa forma, a polêmica do seu irresoluto discurso, transferindo-lhe seu peso próprio à discussão em pauta, afinal, “esse é um caso sério”, o que exige, portanto, todo tempo que for necessário.

Pensando-se globalmente nessas três últimas enunciações, os discursos conexos à modalidade do “crer” apresentam-se sob a forma de argumentos não rigorosamente impositivos, apesar de que, nos enunciados analisados, parece-se mais patente o intuito de se promover a adesão do público do que, de fato, outorgar uma liberdade de escolha ao interlocutor. Isso pode ser percebido manifestadamente no enunciado (39), a partir do *lapsus linguae* “Acho que [...] com certeza”.

Na prática, a expressão da primeira pessoa cujo efeito corrobora para a constituição de uma atitude vacilante do locutor conduz opiniões que são marcadamente pessoais. Ou que, pelo menos, intentam se demonstrar como tal.

De forma mais ampla, o exercício do poder provoca ações que partem das mãos, ou da voz, não só de quem “sabe”, mas também de quem “crê”. Afinal, os efeitos produzidos pelo poder podem proceder da *convicção* de uma autoridade que detém o saber – o que, notadamente, faz impor sobre o alocutário uma incontestável verdade –, ou derivar de praticáveis argumentações baseadas no crer. Fato é que certas avaliações, embora sigam opiniões ou intenções pessoais, conduzem uma atitude decisória suficiente para acarretar impactos, a valer, na população.

Ao seguirmos identificando lexicalizações das modalidades que marcam o enunciador nos discursos reportados por meio de verbos, assinalaremos, a partir de agora, algumas formas verbais perifrásticas. Nessas construções, os verbos modalizadores desempenham um papel importante na veiculação de informação semântica suplementar em relação ao verbo principal.

A associação entre esses verbos em perífrase constitui uma unidade semântica que viabiliza a produção de efeitos semânticos como os encontrados no *corpus*, quais sejam a *obrigatoriedade*, a *necessidade*, como observável nos enunciados (41) e (42); a *vontade*, o *desejo*, a *volição*, como em (43) e (44); a *consecução*, o *êxito*, a *realização*, como em (45) e (46); e a *possibilidade*, a *probabilidade*, como em (47).

Em determinada notícia do portal acerca da criação de um Comitê de Emergência relacionado a orientações e formas de lidar com o Zika vírus, o argumento de autoridade, na voz do diretor da OMS, concebe a propagação desenfreada do vírus como compulsoriamente definida, introduzindo seu discurso a partir da forma verbal “devemos assumir”:

(41) “Devemos assumir que isso vai para todo lugar, não devemos esperar para agir”, disse Espinal [Marcos Espinal, diretor de Doenças Comunicáveis e Análise de Saúde da OMS]. “Precisamos ter controle de vetores agressivo nesses países, onde nem o mosquito nem a população haviam sido expostos a esse vírus antes e, por isso, têm baixa imunidade.” (JAN-16-09)

Essa acepção de *compulsoriedade* é marcada pelo verbo “dever” que, não por acaso, traz à tona, por meio da lexicalização perifrástica, a “necessidade” e a “obrigação” dos órgãos responsáveis de agir celeremente. Em primeira pessoa, o discurso é conduzido pela construção “[nós] Devemos assumir”, o que abaliza a atribuição conferida às autoridades num momento em que se identificavam números alarmantes em torno da doença e em que, ao mesmo tempo, se esperavam seus possíveis desdobramentos.

No mesmo sentido da *obrigação*, as construções dadas pelo modal “ter”, em “ter que alertar”, enunciado (42), e “ter que fazer”, enunciado (43), produzem o efeito de sentido da *incumbência* das autoridades competentes no “alertar” e no “fazer”. No entanto, no primeiro caso, o alerta obrigatório diz respeito à cautela para se aceitar a conexão entre um caso específico de microcefalia e uma infecção causada pelo vírus da Zika:

(42) Os autores do estudo ressaltam que é preciso ter cautela ao interpretar o achado, já que trata-se de apenas um caso. “A gente tem que alertar que trata-se de um quadro atípico. Temos 80 casos atendidos no hospital e este foi o caso mais grave que eu tive. O comum é os bebês nascerem, irem para casa e serem amamentados”, diz Sarno [Manoel Sarno, médico, especialista em medicina fetal, professor da Universidade Federal da Bahia e um dos autores do estudo]. (FEV-16-22)

Já em (43), o então ministro de Ciência e Tecnologia do Brasil promove um alarde em torno da proliferação do mosquito vetor do vírus da Zika:

(43) O ministro afirmou que o combate ao *Aedes aegypti* não pode ficar restrito às campanhas de conscientização dos moradores. “Temos que fazer um combate muito duro a ele [Aedes], e sabemos que a gente conscientizar o cidadão no combate diário, oito, nove meses depois, essa situação volta a

se estabelecer. Queremos ter estratégias definitivas", disse Pansera [Celso Pansera, ministro de Ciência e Tecnologia]. (FEV-16-26)

A notícia, na qual este último discurso é reportado, trata sobre um anúncio de investimento de R\$ 1,2 bilhão, por parte do governo brasileiro, em pesquisas e fomento para a busca de alternativas no combate ao vírus da Zika e às doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Nesse sentido, o enunciado do ministro se coaduna com a proposta do governo federal, designadamente o enaltecimento das ações efetivas desempenhadas pelo Estado.

Chama-nos atenção, desse discurso, o fato de a autoridade atribuir maior eficácia a estratégias que extrapolam programas de conscientização no combate ao *Aedes aegypti*. Aliado ao contexto principal do que é divulgado na notícia, podemos inferir que para se obter resultados efetivos na ação contra vetor e doenças, é necessário investir-se em pesquisa e tecnologia. Investimento em (in)formação à população não corresponde, pelo discurso do ministro, a uma atuação definitiva.

Em outras palavras, o poder, portanto, estaria instituído, nessa relação, assimetricamente, no exercício do Estado e das instituições de pesquisa. A população, nem mesmo empoderada de conhecimento, seria capaz de estruturar ações definitivas. E é justamente expressando seu anseio por estratégias decisivas que a autoridade se exhibe num discurso ultimativista, materializado na perífrase verbal "Queremos ter".

Nesse mesmo sentido da *volição*, no enunciado (44), identificamos a contrariedade pela qual passam cientistas brasileiros ao buscarem enviar amostras biológicas para pesquisas em outros países. Tal contrariedade manifesta-se pelo operador discursivo "Mesmo quando", indicando que o não envio de amostras independe da *vontade* dos pesquisadores brasileiros:

(44) "Até que a lei seja implementada, somos legalmente proibidos de enviar amostras para fora", afirmou Paulo Gadelha, presidente da Fundação Oswaldo Cruz, um dos maiores centros de pesquisa em doenças tropicais no país. "Mesmo quando queremos mandar esse material para o exterior, não podemos, porque é considerado um crime." (FEV-16-13)

No contexto da notícia, aventa-se que o Brasil não esteja compartilhando amostras e dados com laboratórios americanos e europeus os quais poderiam contribuir para o desenvolvimento de testes diagnósticos, drogas e vacinas. Ao trazer uma voz

brasileira do âmbito científico para a discussão, o discurso desta autoridade sugere que os pesquisadores brasileiros deixam de enviar amostras não por exclusivismo, mas por uma questão de impossibilidade jurídica dada a legislação do Brasil.

Melhor dizendo, os pesquisadores não compartilham dados não porque não querem, mas porque não podem: "Mesmo quando queremos mandar [...], não podemos". "Não podem" porque são legalmente impedidos. Não obstante, vale a pena destacar a presença do operador "mesmo quando", que parece enfraquecer a argumentação de que não seja tal problema uma questão tão-somente de impedimento legal. O sentido de concessão introduzido por tal elemento argumentativo contraria a proposição principal, qual seja "não podemos [mandar o material]", sem negar veementemente seu sentido. Ou seja, da utilização da construção concessiva "mesmo quando queremos", pressupõe-se que há momentos em que os cientistas brasileiros, de fato, não querem, obtendo-se um efeito de sentido próximo a algo como "até mesmo quando queremos, não podemos".

De todo modo, num caminho contrário a esse de não se lograr êxito em dada tarefa, identificamos construções verbais perifrásticas que apresentam o sentido da *consecução*, patente no modalizador "conseguir":

(45) "Se nós conseguirmos cortar todos os espaços, em três anos talvez a gente possa ter alguma coisa. Em vias normais, com algum atraso que eu possa ter, nós falamos em cinco anos. Isso em termos bastante rápidos", disse Kalil [Jorge Kalil, diretor do instituto Butantan]. (JAN-16-04)

(46) "Conseguimos recuperar a sequência genética completa do vírus", diz a chefe da pesquisa, a cientista Tatiana Atchit Jupan. (FEV-16-15)

No enunciado (45), embora a primeira sentença esteja numa construção condicional, o discurso não deixa de carregar o sentido de "realização": no caso de se realizar determinada condição, obter-se-á determinado resultado. Já em (46), o verbo "conseguir" tem como traço preponderante fomentar o caráter de "verdade" exposto pela ação do verbo principal. Ou seja, o locutor está a assumir como verdadeiro o evento expresso na proposição: a recuperação da sequência genética completa do vírus foi obtida com êxito. O processo científico, portanto, é dado como estabelecido. Vale dizer, a produção desse efeito de sentido de "verdade" ganha mais força verossímil ao ser conduzido pela voz da própria autoridade técnica que desenvolveu e chefiou a pesquisa: "[Nós] Conseguimos recuperar".

Por último, em relação à modalidade constituída em perífrases verbais, identificamos a utilização do verbo “poder”, que é capaz de conduzir junto a outros verbos acepções tais como *possibilidade* ou *probabilidade*:

(47) O secretário [de Saúde do Rio Grande do Sul, João Gabbardo dos Reis] afirmou que, mesmo sem comprovação de que a substância possa ter alguma relação com casos de microcefalia, determinou que não seja mais usada no estado. “Mesmo que ainda não haja confirmação, só a suspeita nos fez decidir pela suspensão do uso, não podemos correr esse risco”, disse Gabbardo. (FEV-16-16)

Pela enunciação aludida, o secretário de Saúde do Rio Grande do Sul assume que há a *possibilidade* de determinada substância poder estar relacionada com casos de microcefalia. *Possibilidade* e *probabilidade* essas materializadas pelo uso do verbo “poder”. Nada impede, no entanto, que leiamos tal enunciado como um ato ilocutório diretivo, a partir de uma negação, numa construção que corresponderia a “Não corramos esse risco”. Ainda assim, faz-se necessário identificar a modalidade que o auxiliar “poder” imprime ao verbo principal: “Que não haja a possibilidade de correremos esse risco”.

Valendo-nos dessa fenda na discussão, trazemos à tona o enunciado (48), que, em primeira pessoa, poderia ser interpretado como um ato diretivo:

(48) O diretor [do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, Cláudio Maierovitch] afirmou que o código genético do vírus da zika já foi sequenciado, por isso ficou mais fácil identificar a contaminação em amostras como sangue, soro e urina, em bebês e gestantes. “A punção de líquido amniótico não é e não deve ser um procedimento de rotina. Nós não recomendamos que isso seja feito em ocasiões normais, com uma simples suspeita”, afirmou. (NOV-15-02)

Não obstante, além da própria acepção do verbo “recomendar”, que já reuni em si traços semânticos menos enfáticos que de uma ordem propriamente dita, a negação no ato de fala constituído por um verbo performativo explícito atenua ainda mais sua força ilocucionária, tornando o discurso do diretor não como precisamente uma ordem, mas como um conselho, ou uma advertência.

Essa advertência, conduzida por um verbo em primeira pessoa, estabelece-se sob a forma de uma “não recomendação”, a qual desobriga o Ministério da Saúde da responsabilidade sobre a possível administração de procedimentos desnecessários, haja vista as incertezas que existem em torno da relação entre a infecção causada pelo vírus da Zika e a microcefalia.

De forma geral, os argumentos de autoridade podem mesmo conduzir discursos pessoais franqueados em marcas de primeira pessoa. Essa materialização na língua é capaz de gerar efeitos de sentidos distintivos no que se refere ao papel da autoridade, abalizando-se enunciados cujo enunciador ostenta maior ou menor grau de engajamento na prática discursiva, consoante dada enunciação.

Em síntese, nesse momento da análise, pudemos identificar que uma série de estratégias de lexicalização se faz presente para se constituir modalidades a partir de verbos. E desse empreendimento dos verbos enquanto marcadores de primeira pessoa, pululam exemplos de discursos de autoridades através dos quais o locutor se exhibe explicitamente, tais como as construções de performativos, os verbos auxiliares modais ou em perífrases, ou ainda, toda uma gama de verbos de atitude proposicional relacionados à primeira pessoa do discurso.

4.1.2.2. Tipos de exposição do enunciador

Desde a utilização da modalidade, os argumentos de autoridades carreados nas vozes individuais conseguem, então, assumir sua presença no discurso, significando diferentes tipos de engajamento do locutor ao que está sendo argumentado. De todo modo, o que é notório quanto às construções em primeira pessoa nos discursos reportados é, decerto, que há alguma exposição por parte das autoridades ao apresentarem seus argumentos. Essa exibição faz-se vincada pelo rastro deixado nos enunciados, isto é, materializada pelas marcas linguísticas que denotam a inserção do enunciador.

Essas inclusões representam, em tom assumido, a face à mostra de dada autoridade ao vincular fortemente seus discursos na argumentação em torno do tema em voga. Ademais de uma elementar *exposição pessoal*, a utilização da primeira pessoa pode empreender provocar uma sensação de *cumplicidade* no interlocutor. Ou seja, o enunciado reportado tem como efeito de sentido a convivência do leitor com o discurso da autoridade. Ou, ainda, sob outro viés frente ao ato comunicativo, a utilização da primeira pessoa pode provocar a sensação de certo *espírito de grupo* subsidiado pelo especialista, melhor dizendo, uma demonstração de trabalho cooperativo marcada no discurso da autoridade, o que pode se relacionar também com efeitos de sentido próximos à *modéstia*. Em alguns casos, ainda, as marcas do

coletivismo expressas no discurso podem ladear a *atenuação de responsabilidades* sobre os dados divulgados.

Tomando em termos quantitativos as ocorrências de primeira pessoa no limite do *corpus* estudado, a maioria dos enunciados conduzidos pelas vozes individuais que assumem tal marca discursiva parece enveredar mesmo para o sentido da expressão do *espírito de grupo*. Isto é, na maior parte dos casos em que é utilizada a primeira pessoa, as autoridades reportadas nas notícias o fazem para referenciar certo grupo ao qual se colocam como pertencentes. Nessa esteira, passemos, à título de ilustração, a examinar enunciados, cujos enunciadores constituem-se peritos que se dispõem como parte de um grupo profissional, técnico. Tal atitude discursiva faz-se compreensível nos fragmentos seguintes, inclusive já aludidos na discussão anterior, (31), (33), (37), (42) e (46):

(31) "As informações da Polinésia Francesa são particularmente importantes, já que o surto já acabou. Isso nos dá um conjunto de dados pequeno, mas muito mais completo do que aquele disponível em uma epidemia em curso. Muitas outras pesquisas são necessárias para entender como o vírus da zika pode causar microcefalia. Nossos achados apoiam as recomendações da OMS para mulheres grávidas se protegerem das picadas dos mosquitos", disse Arnaud Fontanet, professor do Instituto Pasteur de Paris que também participou do estudo. (MAR-16-24)

(33) "Isso pode colocar muitas dúvidas sobre se a zika é realmente a causa, embora a gente, enquanto profissional, veja que há evidências que fortalecem cada vez mais a hipótese de a zika estar relacionada à microcefalia", diz Maria Ângela [médica Maria Ângela Rocha, chefe do setor de infectologia pediátrica do Hospital Universitário Oswaldo Cruz da Universidade de Pernambuco]. (FEV-16-19)

(37) "É uma tecnologia absolutamente revolucionária, mas a gente sabe que não tem nada de infeccioso e que não causa problemas para a grávida. Porque nós temos que proteger a mulher grávida", disse Kalil [Jorge Kalil, diretor do instituto Butantan]. (SET-16-52)

(42) Os autores do estudo ressaltam que é preciso ter cautela ao interpretar o achado, já que trata-se de apenas um caso. "A gente tem que alertar que trata-se de um quadro atípico. Temos 80 casos atendidos no hospital e este foi o caso mais grave que eu tive. O comum é os bebês nascerem, irem para casa e serem amamentados", diz Sarno [Manoel Sarno, médico, especialista em medicina fetal, professor da Universidade Federal da Bahia e um dos autores do estudo]. (FEV-16-22)

(46) "Conseguimos recuperar a sequência genética completa do vírus", diz a chefe da pesquisa, a cientista Tatiana Atchit Jupan. (FEV-16-15)

Construções como "Isso nos dá um conjunto de dados" e "Nossos achados", que fazem parte do enunciado (31), representam, na voz do professor do Instituto Pasteur de Paris, o envolvimento coletivo em torno de uma análise retrospectiva que avaliou dados do surto de Zika na Polinésia Francesa. Essa mesma demonstração de trabalho pertinente a um grupo de pessoas é notória em outros enunciados, tal como

em (46), em que a cientista afiança, a partir de uma construção no plural, o patamar até então alcançado com as pesquisas em torno da tese de que o vírus da Zika provoca a microcefalia: “Conseguimos recuperar a sequência genética”.

Desde o enunciado (33), por meio de procedimentos de imposição de regras aos sujeitos do discurso, a autoridade, chefe de um setor de infectologia pediátrica no Hospital Universitário Oswaldo Cruz da Universidade de Pernambuco, trazida à notícia pelo jornalista como estratégia argumentativa, tem sua voz de especialista reafirmada dentro de uma espécie de *sociedade de discurso* – tomando aqui o termo emprestado de Foucault para colori-lo com tonalidades um pouco diferentes.

Essa *sociedade*, ou essa espécie de agrupamento de cientistas, parece apresentar um número limitado de detentores do “segredo técnico”, ou seja, o conhecimento cabe, de alguma forma, exclusivamente a seus membros. Isso é materializado pelo enunciado “embora a gente, enquanto profissional, veja que há evidências”. No entanto, ainda na mesma pegada foucaultiana, destacamos, como procedimentos de controle e exclusão do discurso, um princípio que se traceja pela delimitação de certo “campo de verdade”, onde o discurso deve estar inserido. Em outras palavras, deve haver um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos, enfim, um conjunto de métodos e um corpo de proposições verdadeiras para se aceitar dada informação como dentro do “verdadeiro” de determinada disciplina. Em suma, evidências, que só os especialistas são capazes de “ver”, existem, mas eles não são, para além disso, capazes de situá-las dentro do “verdadeiro”.

Numa direção parecida, quanto ao conhecimento exclusivamente cabido a membros de um corpo técnico, no enunciado (37), o diretor do instituto Butantan assevera, desde uma voz coletiva, a inocuidade de uma possível vacina em desenvolvimento: “a gente sabe que não tem nada de infeccioso”. Em (42), o médico e professor da Universidade Federal da Bahia exhibe um procedimento também similar ao responder pelo corpo do hospital: “Temos 80 casos atendidos no hospital”. Neste último caso, o argumento difundido se faz mais acessível ao público heterogêneo assim que um procedimento divulgativo de *expansão* do conhecimento é utilizado, ou seja, para demonstrar a rotina hospitalar o professor se vale de uma estratégia narrativa na divulgação da informação: “O comum é os bebês nascerem, irem para casa e serem amamentados”.

Tanto no enunciado (37), quanto no (42), além dessas atitudes discursivas em torno da relação entre indivíduo e grupo profissional, podemos identificar algumas ações interpositivas das autoridades no desígnio de gerir a população, levando-se em conta a atribuição de responsabilidade no exercício do poder-saber. Isso se materializa por meio das construções “nós temos que proteger a mulher”, no enunciado (37), e “A gente tem que alertar”, no enunciado (42). Dizendo de outro modo, não só há o posicionamento por parte dessas autoridades enquanto corpo científico no desenvolvimento das informações técnicas, como também há a evidenciação de certa incumbência desse mesmo corpo sobre a população.

Numa esteira análoga, um discurso que caminha no sentido da tal interposição pode ser identificado no enunciado (49):

(49) “Estamos monitorando constantemente as mulheres grávidas com suspeita de zika, há um protocolo médico para oferecer a elas toda a atenção necessária”, disse Menjívar [Violeta Menjívar, ministra da Saúde de El Salvador]. (JUN-16-38)

A partir de uma construção no plural, dada autoridade, a ministra da Saúde de El Salvador, apresenta em seu enunciado uma tecnologia de governo, ou melhor, uma tecnologia de condução de comportamentos na gestão da adversidade em saúde pública: “Estamos monitorando constantemente as mulheres grávidas”. O discurso dessa figura política sugere a prática de sujeitar as mulheres grávidas, pelos mecanismos de poder, na busca por uma verdade em torno da crise. Dada tecnologia geral de governo intenta assegurar o desenvolvimento, ou ainda, o próprio funcionamento do Estado.

No mesmo rumo do discurso coletivo, mas, agora, sob uma perspectiva exclusivamente científica, mais discursos individuais que remetem ao *espírito de grupo* podem ser identificados:

(50) Ben Neuman, virologista da Universidade de Reading, na Inglaterra, afirma que milhares de amostras – ou ao menos centenas – são necessárias para rastrear o vírus e determinar como ele está se modificando. “A ciência só funciona quando compartilhamos”, disse. (FEV-16-13)

(51) “Coletamos os ovos dos mosquitos infectados, as larvas eclodiram, deixamos crescer até virarem adultos e congelamos o material. Vamos analisá-lo”, explica Ayres [Constância Ayres, bióloga, da Fiocruz Pernambuco]. (JUL-16-44)

Reportado na notícia que trata da suposta dificuldade enfrentada por cientistas brasileiros em compartilhar material biológico para institutos estrangeiros, o discurso do virologista da britânica Universidade de Reading, pelo enunciado exposto em (50), traz uma *definição* do que seria a “ciência”. Essa estratégia divulgativa se dá por meio da apresentação de um elemento-chave atrelado ao funcionamento do sistema científico: a ciência só pode ser ciência, caso haja compartilhamento. Tal especialista enuncia enquanto representante do agrupamento de cientistas: “A ciência só funciona quando [nós] compartilhamos”. Esse agrupamento constitui-se enquanto organização própria, a partir do qual, o *espírito de grupo* se coloca em defesa dos interesses da associação. Nesse sentido, a autoridade determina o que o cientista deve fazer para o bom andamento da ciência, incluindo-se, explicitamente, a si mesmo, nesse corpo de cientistas.

Já o enunciado (51) pertence a uma notícia que gira em torno da possibilidade de o Zika ser transmitido pelo pernilongo comum, tema esse aventado por uma equipe de cientistas da Fiocruz Pernambuco. Os cientistas investigavam também se a fêmea do pernilongo poderia transmitir o vírus para sua prole ainda nos ovos. Como forma de tornar mais compreensivos os passos metodológicos da pesquisa desenvolvida, a bióloga Constância Ayres, da Fiocruz de Pernambuco, apresenta, também, assim como em (42), uma sequência narrativa que ilustra os procedimentos da investigação: “Coletamos os ovos dos mosquitos infectados, as larvas eclodiram, deixamos crescer até virarem adultos e congelamos o material”. Todo esse discurso divulgativo, devidamente marcado pela primeira pessoa do plural, traz à tona, mais uma vez, a ação coletiva de um agrupamento profissional.

Além, então, dessa estratégia de pertença ao grupo profissional, ou mesmo da representação de uma modéstia ao expor certo desenvolvimento de informações, outras estratégias relacionadas a marcas de subjetividade também estão associadas aos enunciados de autoridades a partir da voz individual.

Identificamos enunciados que carregam efeitos de sentido mais próximos, por exemplo, a uma situação de *cumplicidade entre enunciador e interlocutor* e de *atenuação da responsabilidade*.

Na utilização da primeira pessoa do plural, em uma notícia de novembro de 2015, o então ministro da Saúde do Brasil demonstra em seu discurso uma partilha relacionada à perturbação da conjuntura por que passava o país. A enunciação, imbuída em tal contexto do inesperado, é materializada no enunciado (52):

(52) Segundo o ministro [Marcelo Castro, ministro da Saúde], a média de casos para o estado era de 10 por ano, o que representa um aumento incomum. "Estamos de fato em uma situação inusitada em termos de saúde pública", disse Castro. (NOV-15-01)

A referida autoridade política agrega a sociedade enquanto um todo como padecente da crise em saúde pública. Não só a população em geral, mas os profissionais da saúde e o Estado se deparam com o *ineditismo* de tal cenário.

A partir desse efeito, então, de coenunciação provocado pelo enunciador, conduzido nos enunciados das autoridades, reconhecemos discursos que apontam hibridamente na direção tanto da expressão do *espírito em grupo* quanto de um legítimo convite à *cumplicidade* do leitor:

(53) "O que nós temos até o momento são estudos epidemiológicos que demonstram a clara associação entre mulheres que tiveram infecção por zika durante a gestação e a ocorrência de microcefalia entre elas significativamente maior. Isso aponta para que haja muito provavelmente associação causal". [atribuído a Jarbas Barbosa, chefe da delegação brasileira que participa esta semana do Encontro Executivo da Organização Mundial de Saúde, OMS, em Genebra] (JAN-16-11)

(54) No encontro ela [Margaret Chan, diretora-geral da Organização Mundial da Saúde] disse que estava no estado para aprender sobre o problema. "É preciso aprofundar o estudo da relação da zika com a microcefalia. A zika é mistério. Ainda estamos tentando obter respostas. Precisamos comparar padrões. O Brasil tem pessoas competentes. Não tenho medo do mosquito. O trabalho tem sido excelente. Não é fácil. Faço um apelo à mídia: vamos trabalhar juntos", declarou. (FEV-16-21)

No enunciado (53), dado conhecimento, caso ainda não fosse compartilhado pelo público leitor da notícia, passaria a ser no momento de sua enunciação. O saber, em poder do "nós", conhecedores de estudos epidemiológicos, é apresentado como premissa para outra proposição, sobre a qual, no entanto, ninguém tem certeza: uma causalidade que ainda se encontra no plano da hipótese. O que, até então, todos – corpo científico, Estado e público leigo – já são licenciados a saber é que há um número maior de ocorrência de bebês nascidos com microcefalia "entre mulheres que tiveram infecção por zika durante a gestação".

Em (54), ao denominar o vírus da Zika como "mistério", a diretora-geral da Organização Mundial da Saúde demonstra que o conhecimento sobre ele ainda está em elaboração, incluindo-se no corpo dos que auxiliam para tal desenvolvimento: "Ainda estamos tentando obter respostas. Precisamos comparar padrões". Não obstante, sua enunciação traz à tona, como epílogo de sua discussão, o convite ao compartilhamento de responsabilidades: "Faço um apelo à mídia: vamos trabalhar juntos". Ao convocar a mídia, Margaret Chan assume uma postura preventiva,

partindo do princípio que existe uma associação entre o vírus da Zika e a microcefalia e, portanto, deveríamos nos ater às precauções. Para além disso, pelo discurso da autoridade, a mídia teria um papel fundamental nesse comportamento profilático, muito provavelmente no sentido de informar à população para que esta contribua na solução da crise em saúde pública.

Além desses discursos de apelo à *cumplicidade*, devemos assinalar, então, outro ponto fundamental na utilização da primeira pessoa do plural: a *atenuação da carga de responsabilidade* sobre as questões em efervescente discussão no contexto de estado de Emergência em Saúde Pública.

Nesse ponto, chama-nos especial atenção o enunciado (55), em que dada autoridade, em seu papel político, elabora uma espécie de convocatória à população:

(55) "Hoje nós só temos uma arma para combater o vírus zika, que é destruindo os criadouros do mosquito *Aedes aegypti*. E esses criadouros estão na grande maioria dentro das residências. Para isso precisamos da mobilização de toda a sociedade. Mas sabemos que a vitória final contra o vírus zika só se dará quando nós desenvolvermos uma vacina contra essa enfermidade", disse o ministro [da Saúde] Marcelo Castro. (JAN-16-04)

A metáfora bélica, cuja materialização mais explícita se dá pela utilização do léxico "arma", evocada pelo ministro da Saúde, faz parte de uma convocação à sociedade brasileira. Esse chamado para o enfrentamento contra o identificado vetor do vírus da Zika contribui para, além de imputar à população a tarefa de solucionar a crise, dissipar os legítimos encargos do Estado: "Hoje nós só temos uma arma para combater o vírus zika, que é destruindo os criadouros do mosquito *Aedes aegypti*". Nesses termos, a autoridade provoca a diluição da responsabilidade do Estado sobre o combate do referido mosquito, recrutando a população para tal "guerra": "precisamos da mobilização de toda a sociedade".

Não obstante, na mesma enunciação, o operador discursivo "mas" introduz uma conclusão oposta com relação à convocatória: nem a população em geral, nem o combate aos criadouros realizado por quem quer que seja pode solucionar o problema, ou, em termos bélicos, pode vencer a guerra: "sabemos que a vitória final contra o vírus zika só se dará quando nós desenvolvermos uma vacina contra essa enfermidade". Nesse sentido, o ministro assume a impossibilidade de erradicação do vetor. Em outras palavras, a sociedade em geral não influirá para o êxito final do confronto, o qual só será alcançado por mérito do Estado e da ciência no

desenvolvimento técnico da vacina contra a doença. Afinal, o poder é exercido por quem reúne saber.

Assim, a *atenuação de responsabilidade* configura-se como estratégia não só de inclusão de si mesmo, enunciador, no enunciado, como também de dissolução da sua incumbência relacionada à razão, à história, enfim, à máscara que constitui o sujeito. Atravessadas em dispersão, as autoridades ocupam ao longo dos discursos diferentes posições discursivas, ainda que fortemente marcadas linguisticamente pela posição de enunciador.

Os elementos linguísticos que expressam a coletividade estão, portanto, perceptivelmente presentes na expressão das vozes individuais. A despeito de todo esse válido exame que realizamos em torno das marcas de primeira pessoa no plural, vale destacar que a apresentação, por excelência, do posicionamento individual, realiza-se prototipicamente por meio de construções na primeira pessoa do singular.

A partir dessas construções, fica exposta a face do enunciador enquanto sujeito dotado de identidade própria. Esse processo de construção discursiva pode ser apenas uma ilusão provocada pelas marcas linguísticas, mas que não deixa de gerar efeitos de sentidos da tal singularidade do sujeito, como as estruturas praticadas nos enunciados que se seguem:

(38) "Eu creio que os países que só agora estão identificando a circulação do zika vírus, no caso os nossos vizinhos na América Latina, se beneficiarão bastante da experiência que o Brasil vem acumulando em como detectar (o vírus) e garantir o cuidado desses bebês (com microcefalia)", avalia Barbosa [Jarbas Barbosa, chefe da delegação brasileira no Encontro Executivo da Organização Mundial de Saúde, em Genebra]. (JAN-16-11)

(40) "Tenho trabalhado nisso. Esse é um caso sério [...] Estamos de novo chegando no final de ano. Acho que dá [para levar ao plenário], a cautelar...", afirmou a ministra [Cármem Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal], que também é relatora da ação, em referência à medida liminar (decisão provisória) pedida na ação. (SET-16-53)

(56) "É para analisar a população de micro-organismos que temos no intestino. Cada pessoa tem a sua própria flora, e isso regula aspectos do corpo incluindo a resposta imune", explica Modena [José Luiz Modena, professor e virologista do Instituto de Biologia].

Segundo ele, as publicações sobre zika este ano superaram as pesquisas sobre HIV. "No geral o avanço foi muito grande. Não só na Unicamp, mas no mundo. Nunca tinha visto antes, a velocidade como tudo aconteceu", ressalta. (NOV-16-54)

Nos enunciados (38) e (40), chamam atenção, respectivamente, as construções "Eu creio" e "[Eu] Acho". As autoridades, das quais se espera posicionamento técnico, descortinam avaliações consoante sua própria opinião e

intenção de enunciador, constituindo-se, para além de meras marcas de primeira pessoa, fortes expressões da avaliação subjetiva por parte do locutor. Vale destacar que o conteúdo proposicional de cada um desses enunciados não se concentra efetivamente na oração que introduz o enunciado, ou seja, a primeira oração serve como modalizador do conteúdo a ser introduzido, o que indica a atitude do enunciador frente ao seu discurso. Desse modo, a língua é utilizada a serviço de uma crença, ou de uma opinião, tal como pode ser visualizado nesses exemplos.

Em (56), a linguisticamente assinalada identidade própria inscreve a existência do perito enquanto ser individual: “[Eu] Nunca tinha visto”. Essa construção aponta para uma perspectiva particular do enunciador. Podemos perceber que o ato de fala do professor e virologista do Instituto de Biologia não se constitui como mera informação transparentemente repassada, mas uma informação qualificada pelas marcas linguísticas, caso emblemático da primeira pessoa, identificada pelo contexto a partir da construção “tinha visto” e, associado a um valor temporal negativo, o modificador “nunca”. Em outras palavras, em toda sua vivência, mesmo o indivíduo professor, dotado de uma singular trajetória acadêmica e de uma definida carreira científica dentro de uma tradicional universidade brasileira, foi capaz de ser surpreendido pelo aumento súbito no número de pesquisas em torno do tema.

De modo sumário, todas essas marcas levantadas nesta seção representam a inserção do enunciador no discurso que ele profere e que é, posteriormente, reportado. Não obstante, para rematar a discussão, mas ainda nessa esteira da utilização da primeira pessoa, vale apontar o uso de construções que não representam precisamente tal inserção.

Ou seja, importa dizer que há marcas em primeira pessoa que não se configuram necessariamente como certa *exposição* da face do enunciador, ou produção de sentidos do tipo *cumplicidade*, *espírito de grupo* ou *atenuação de responsabilidade*. São mais elementos que auxiliam na coesão de textos por meio de marcas da oralidade do que efetivamente conduzem significados essenciais nos enunciados.

Há que se considerar, pois, a presença de construções que, embora em primeira pessoa, apresentam uma função mais próxima a de um articulador entre as partes do texto, que propriamente a de um marcador de avaliação subjetiva relacionada ao locutor. Tal função coesiva desses elementos contribui para conectar segmentos em um mesmo enunciado ou vincular enunciados distintos:

(39) Estas descobertas, no entanto, não tiram a obrigação de cada um no combate ao mosquito causador da zika, dengue e chikungunya. "Que as pessoas não fiquem esperando um medicamento e deixem de se proteger, não. Acho que a prevenção nesse caso, com certeza, é a nossa maior arma contra o mosquito. Contra o vírus da zika a gente precisa se proteger contra mosquitos", conclui Garcez [neurocientista Patricia Garcez]. (MAI-16-32)

(57) "De certa forma, eu diria que a importância da população afetada no Brasil foi a de servir de revelador para a associação com a microcefalia", disse Deni Coulombier, chefe da unidade de vigilância e resposta do órgão. (JAN-16-11)

(58) "Podemos afirmar que a prevalência está caindo em toda a região", disse em entrevista coletiva o gerente da OMS, Ian Clarke [gerente da Organização Mundial da Saúde]. (FEV-17-02)

Os elementos em destaque podem não carregar o conteúdo informacional propriamente dito das enunciações, mas são importantes para orientar a interação de enunciados que se aproximam da oralidade, uma vez que são falas reportadas para o texto escrito.

Enquanto falas que são, é preciso ponderar que, na oralidade, as condições de produção não oferecem espaço temporal para planejamento ou organização das ideias, por exemplo. Tal programação, sendo assim, se dá no momento mesmo da produção dos enunciados. A fala, por ser mais lépida que a escrita, apresenta a possibilidade de se promoverem reparos, os quais se dão de forma pública, caso emblemático de uma fala espontânea, tal qual ocorre no enunciado (39): "Acho que a prevenção nesse caso, com certeza, é a nossa maior arma contra o mosquito". O texto da oralidade apresenta-se, portanto, em execução, permitindo demonstrar seu próprio processo de construção, exibindo-se de modo fragmentado, com descontinuidades e correções que ocorrem simultaneamente à própria enunciação.

Além dessa função de marcador discursivo na articulação textual, vale apontar nesses enunciados os operadores do discurso que sinalizam certa interatividade por parte do enunciador. Construções como "De certa forma, eu diria que", do enunciado (57), e "Podemos afirmar que", do enunciado (58), podem se prestar não só à ligação entre unidades comunicativas, mas à marcação de unidades temáticas, indicando o início de uma asserção, ou a antecipação do que será dito, enfim, apontando dada orientação do discurso.

Ao totalizar essa visão panorâmica em torno da utilização da primeira pessoa, tão marcante para os discursos cujas vozes são individuais, somos capazes de perceber as construções que exibem a inserção do enunciador nos argumentos de autoridade reportados nas notícias do *corpus*. São tais marcas linguísticas que geram

efeitos de sentidos em redor dos discursos pessoais, identificados em seus matizes semânticos de *cumplicidade*, *espírito de grupo*, *modéstia* e *atenuação de responsabilidades*.

Neste estágio da nossa discussão, apontamos aspectos dos argumentos individuais, materializados em construções a partir do uso de pronomes e de lexicalizações das modalidades por meio de verbos. Além disso, pudemos identificar que, para além de uma inclusão explícita de si mesmas no discurso, as autoridades podem lançar mão da inclusão de si e do outro, quer seja, por um lado, incluindo explicitamente o interlocutor como coenunciador no discurso, chamando sua cumplicidade para o desenvolvimento da argumentação; quer seja, por outro lado, incluindo outros locutores terceiros no intento de engrossar o coro da argumentação – no sentido mais bakhtiniano do termo –, compartilhando-se e/ou diluindo-se responsabilidades.

Esse exame que antecede nossa próxima discussão é capaz de nos tracejar um caminho analítico sobre o processo de recontextualização da ciência materializado nas vozes individuais reportadas em notícias do portal *G1*. Seguiremos, para tanto, com a ordenação dos discursos extraídos de autoridades, sendo eles sob a forma de argumentos pessoais, distinguindo-os pelos âmbitos de procedência e pela subsequente subdivisão por categorias dadas pela própria recorrência no *corpus*.

4.1.2.3. Uma análise linguístico-discursiva por categorias

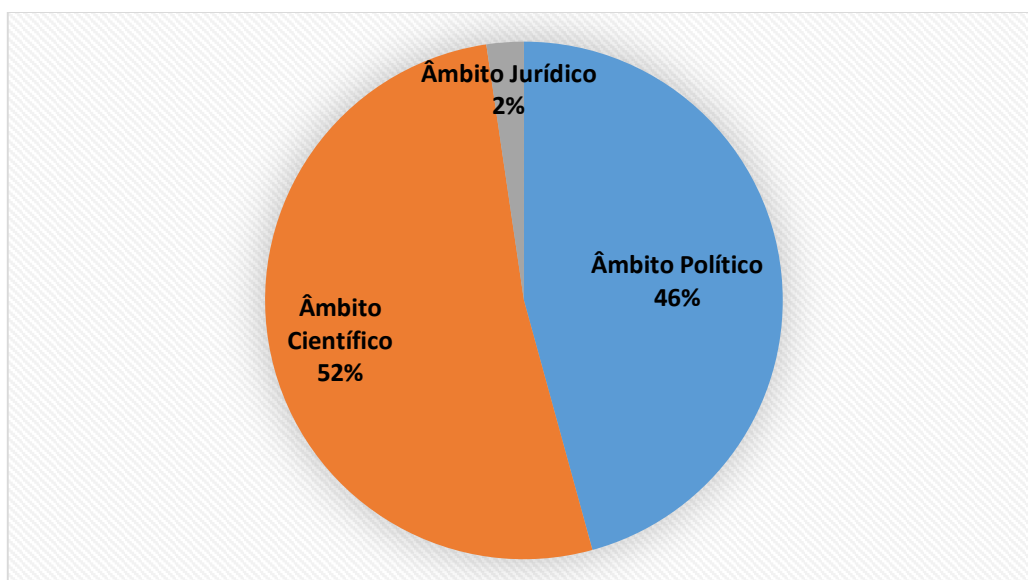
No reconhecimento das vozes individuais massivamente presentes nas notícias do portal *G1*, durante o período compreendido entre novembro de 2015 e maio de 2017, recortamos enunciados que compõem uma gama de discursos de autoridades, tais como os de professores, médicos, pesquisadores, cientistas, diretores, chefes, porta-vozes de delegações de comitês, secretários, ministros, enfim, representantes de órgãos administrativos, políticos, científicos e, inclusive, da procuradoria e da presidência da República.

No panorama analítico contiguamente anterior, os argumentos de autoridades, que exibem, de alguma forma, a inserção do enunciador nos enunciados analisados, são, em sua maioria, conexos ao âmbito científico. Estes se somam em 7 enunciados. Há, igualmente, em um relativo maior número, enunciados procedentes do âmbito

político, 5, ao todo. E há apenas um outro do universo jurídico, designadamente o discurso da ministra Carmen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal. Números esses produzidos se se considerarmos apenas aqueles enunciados que não conduzem propriamente os sentidos relativos ao matiz proposto na metodologia⁶⁸.

Já ao buscarmos uma soma total dos enunciados encontrados relativos às vozes individuais, quer sejam os que não representam quaisquer categoriais do matiz de sentidos propostas na metodologia, quer sejam aqueles em análise nesta seção, e distribuí-los por âmbitos de procedência identificados, obteremos a seguinte configuração gráfica:

Figura 18 – Distribuição **total** dos enunciados do eixo **vozes individuais** por âmbito de procedência



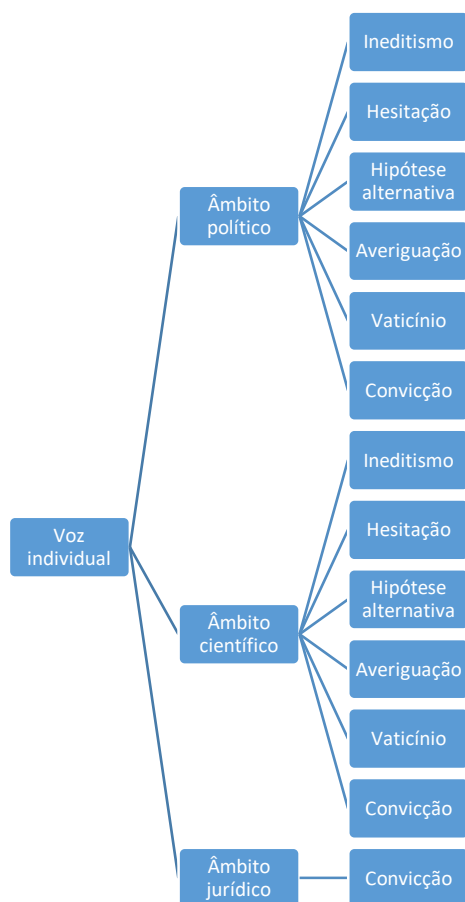
Podemos visualizar, portanto, que a maioria dos enunciados relacionados às vozes individuais identificados por seus âmbitos de procedência estiveram atrelados ao âmbito científico. Em números absolutos, totalizam-se 67 enunciados relacionados a especialistas, médicos, professores, cientistas, pesquisadores, autores de estudos, representantes de associações acadêmicas e líderes de laboratórios. No âmbito

⁶⁸ Computamos aqui apenas os enunciados que aparecem na análise panorâmica anterior, mas não estão conexos às categorias de análise que organizam a presente seção. São eles os enunciados (40), (42), (45), (47), (49), (53) e (54) procedentes do âmbito científico, os enunciados (46), (51), (52), (60) e (61), procedentes do âmbito político, e o enunciado (43), procedente do âmbito jurídico. Há outros que já foram referenciados anteriormente, mas que estão dentro do matiz de sentidos e, portanto, serão computados oportunamente, na chamada “soma total dos enunciados encontrados”.

político de procedência dos discursos de autoridades, reconhecemos 59 enunciados associados a secretários e ministros de Estado, presidente da república, chefes e diretores de órgãos governamentais, membros e representantes da OMS, médicos de organizações políticas nacionais e internacionais, presidentes de comitês e chefes de delegações. Para o âmbito de procedência jurídico, reconhecemos 3 enunciados, dois atribuídos ao, então, procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e outro à ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmen Lúcia.

Aos nos atermos, no entanto, aos dados provenientes da composição formada pelos enunciados categorizados sob a proposta de nossa metodologia, balizamos os enunciados pela gradação de sentidos entre *hesitação* e *convicção*, bem como pelas subcategorias que as orbitam. Pautamo-nos, como já dito, em uma classificação que emerge da própria recursividade de sentidos enunciados no *corpus*, ou seja, dos sentidos conduzidos a partir dos argumentos de autoridades que foram reportados nas notícias do portal durante o período estudado. De tal forma, organizamos esses discursos conforme os dados encontrados, o que pode ser esquematicamente arranjado por meio do seguinte fluxograma:

Figura 19 – Fluxograma da distribuição dos enunciados do eixo **vozes individuais** por categoria



Conforme notado no fluxograma, adotaremos a categorização através da qual distinguimos três âmbitos de procedência das informações, o político, o científico e o jurídico. Nos âmbitos político e científico, destacamos enunciados que exibem nuances de sentidos conexos ao *ineditismo*, à *hesitação*, à apresentação de *hipótese alternativa*, à necessidade de constante *averiguação* do conhecimento em produção, ao *vaticínio* e à *convicção* em torno das informações divulgadas. No âmbito jurídico, identificamos enunciados com traços de sentidos mais próximos à *convicção* no processo de vulgarização do tema.

Tendo em vista especificamente essas categorias, contabilizamos os enunciados que conduzem tais sentidos dentro de cada âmbito de procedência⁶⁹.

⁶⁹ Ainda que, notadamente, um enunciado possa representar além de uma única categoria dentro do matiz de sentidos, para efeito de contabilização referente ao número de enunciados conexos a cada âmbito de procedência, eles não são, evidentemente, considerados de forma repetida para totalização dos enunciados por âmbito. O mesmo não ocorre, entretanto, quando a intenção é contabilizar enunciados por categorias do matiz, já que, como dito, um mesmo enunciado pode conduzir mais de

Nessa contagem, identificamos apenas dois enunciados – para referirmo-nos ao âmbito com menor presença no eixo das vozes individuais – como procedentes do âmbito jurídico, sejam eles os dois discursos atribuídos a Rodrigo Janot, procurador-geral da República⁷⁰, em uma notícia datada de setembro de 2016.

Esses discursos apontam para o sentido da *convicção* ao se discorrer sobre a possibilidade constitucional de se interromper uma gravidez quando houver diagnóstico de infecção pelo vírus da Zika. Qual a livre *convicção* de um juiz de direito que exaure uma sentença, servindo-se de sua razão crítica, análise e aplicação do direito, o jurista denomina o ato de “tomar a reprodução humana como dever, nessas condições” um “autêntico estado de tortura” e um “imenso sofrimento mental” imposto à mulher (SET-16-50). Nesse sentido, o procurador está a assumir que certamente há efeitos nocivos – e o efeito em discussão é a microcefalia – ao feto em gestação, caso a mãe seja infectada pelo vírus da Zika. Em outras palavras, é dada como determinada a relação causa-efeito entre vírus e microcefalia.

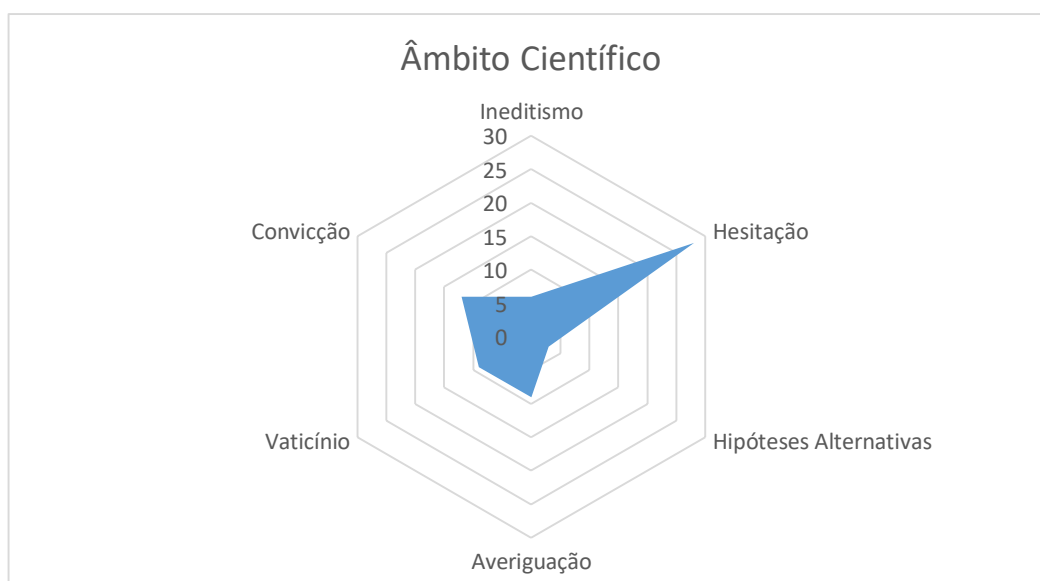
Ainda em termos numéricos, importa destacar que a maioria dos enunciados identificados estiveram atrelados ao âmbito científico. Estimam-se 60 discursos reportados a partir desse âmbito. Também com um número considerável de registros, mas não maior que o referido âmbito, destacamos o reconhecimento dos 54 enunciados procedentes do âmbito político. Tal distribuição mantém a mesma proporção em porcentagem tal qual fora ilustrada no gráfico da *Figura 18*, seja ela 52% dos enunciados procedentes do âmbito científico, 46% procedentes do âmbito político e 2% procedentes do âmbito jurídico.

Assim, representando-se uma maior significância numérica, os enunciados das vozes individuais procedentes do âmbito científico se destacam por conduzirem enunciados mais próximos à *hesitação*. Não obstante, boa parte dos argumentos de autoridade aponta também, com expressiva frequência, para a *convicção*. Sob um gráfico “radar”, podemos visualizar os espaços ocupados por cada categoria dentro do referido âmbito de procedência:

um sentido. Sendo assim, há enunciados que, eventualmente, podem ser considerados como representantes de categorias distintas dentro de um mesmo âmbito de procedência, acarretando, portanto, o cômputo do mesmo enunciado em mais de uma categoria.

⁷⁰ O discurso da ministra Carmen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, integra o cômputo geral de todos os discursos de autoridades contabilizados a partir das notícias levantadas para comporem o *corpus* do trabalho. No entanto, seu enunciado não se relaciona com as categorias de análise propostas em nossa metodologia, ou seja, não se relaciona com quaisquer sentidos entre *hesitação* e *convicção*, nem com outros sentidos que os orbitam.

Figura 20 – Distribuição dos enunciados do eixo **vozes individuais** por categorias no **âmbito científico**



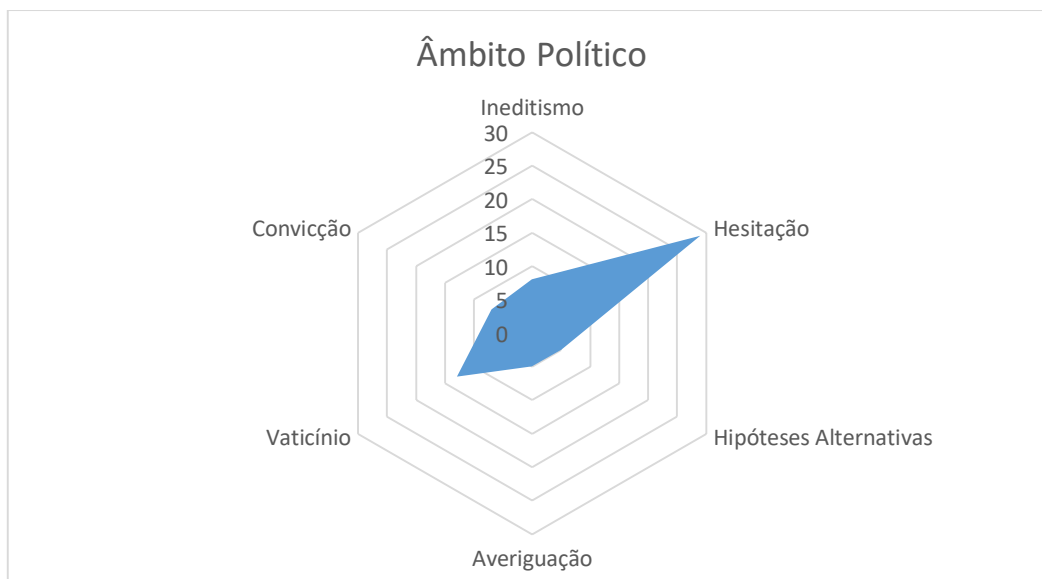
Podemos perceber a proeminência, exibida no gráfico, dada ao sentido da *hesitação*, são 28 enunciados em números absolutos. Mas, ao mesmo tempo, o segundo sentido mais recorrente é, com efeito, o da *convicção*, 12 enunciados encontrados (menos da metade do número de enunciados conexos ao da *hesitação*). Além disso, os enunciados das autoridades procedentes desse âmbito deslizam de modo relativamente significativo para os sentidos da *averiguação* e do *vaticínio*, 9 enunciados, cada. Os outros enunciados apontam para o *ineditismo*, 6 ao todo, e, bem menos frequente, 3 enunciados, para as *hipóteses alternativas*.

Esse movimento indica um dado importante acerca do posicionamento das autoridades quando procedentes do âmbito científico, o de que seus argumentos, embora se coloquem na maior parte num plano das incertezas, são capazes de oferecer, em volume considerável, apontamentos mais seguros sobre o tema em discussão. Importa destacar da composição dos posicionamentos alocados no referido âmbito, o espaço ocupado pelos argumentos que acenam tanto para os possíveis desdobramentos da crise, quanto para o reconhecimento de que o saber ainda está em construção, sendo, portanto, necessário o desenvolvimento de mais pesquisas para se oferecer respostas conclusivas. Esse arranjo demonstra patente ponderação por parte das autoridades frente às informações divulgadas.

Já no âmbito político de procedência, seus discursos se conectam mais marcadamente com a *hesitação* ao se divulgarem conhecimentos, sem que

necessariamente se ofereça o contraponto das informações mais precisas e convictas, como visto nos discursos procedentes do âmbito científico. Para se ter uma melhor visualização dos espaços ocupados pelos sentidos em matiz, conduzidos por vozes individuais das autoridades procedentes do âmbito político, lançamos os números no mesmo tipo de gráfico, o “radar”:

Figura 21 – Distribuição dos enunciados do eixo **vozes individuais** por categorias no **âmbito político**



Os discursos procedentes do âmbito político, como ilustrado, exibem-se de modo mais amplamente *hesitante*. Se consideramos os números absolutos, das 67 nuances de sentidos encontradas, 29 enunciados tangem ao sentido da *hesitação*. Não obstante, a segunda nuança de sentido mais presente é aquela conexas ao *vaticínio*, ou seja, a um prognóstico acerca da crise em andamento. Apontamos 13 enunciados conexos ao *vaticínio*, ao todo, procedentes deste âmbito. De modo menos marcante, os sentidos de *ineditismo* e *convicção* foram reconhecidos em 8 e 7 enunciados, em cada uma dessas categorias, respectivamente. Modicamente, a categoria de *averiguação* aparece em 5 enunciados dos discursos reportados neste período.

Sendo assim, pode-se observar uma dinâmica distinta nos discursos procedentes desse âmbito com relação aos procedentes do âmbito científico, seja ela o fato de os discursos do âmbito político deslizarem entre o plano das incertezas e o

das conjecturas. Volumosamente apontando para a categoria da *hesitação* e, de modo também significativo, para a do *vaticínio*.

Essa gradação de sentidos pode sugerir que os enunciados das autoridades representados por vozes individuais e procedentes do âmbito político balizam discursos que ora não se impõem de forma definida sobre a problemática, ora até apontam para algum tipo de entendimento em torno da questão, porém, um entendimento projetado, que factualmente, portanto, ainda não logra estatuto de existência.

Notadamente, embora com dinâmicas distintas no processo de divulgação de informações, tanto o âmbito político quanto o âmbito científico de procedência compõem a parte mais significativa do eixo das vozes individuais. Na sequência, debruçar-nos-emos nos procedimentos linguístico-discursivos que caracterizam a divulgação sobre o tema enfocado, considerando, para tal, as categorias de análise emergentes do próprio *corpus* eleito.

4.1.2.3.1. Os marcantes âmbitos político e científico no eixo das vozes individuais

Reservamo-nos, nesta subseção, ao exame em separado de dois âmbitos de procedência dos quais partem a maioria dos enunciados identificados. No eixo das vozes individuais, o âmbito político e o científico representam massivamente a recursividade das categorias propostas em nossa metodologia.

A partir de estratégias pertinentes à divulgação científica, diferentes discursos são exibidos dentro do matiz de sentidos, os quais deslizam por entre as diversas categorias por nós identificadas. Examinamos, portanto, discursos tais como o do *ineditismo* relacionado às notícias divulgadas, o da tão presente *hesitação*, o das *hipóteses alternativas* apresentadas como contraponto ao vírus da Zika na relação causal com a microcefalia, o do reconhecimento da necessidade de constante *averiguação*, o dos *vaticínios* apregoados pelas autoridades e, também, o da *convicção* em torno das questões em debate.

Do âmbito político, destacamos recursos modais das construções que sugerem uma maior *hesitação* frente ao tema amplamente discutido nas notícias no Portal G1. Além disso, uma gama de estratégias discursivas que compõem o procedimento

linguístico-discursivo de *expansão* é utilizada em vista de se promover a vulgarização da informação por parte das autoridades reportadas.

A valer, os discursos procedentes de tal âmbito no eixo das vozes individuais exibem-se, como dito, de modo mais *hesitante*, sem deixarem, entretanto, de promover apontamentos conjecturais sobre a crise em saúde pública. Em outras palavras, há concomitantemente à *hesitação* um considerável volume de discursos que proporcionam nuances de sentido conexas ao *vaticínio*. Em síntese, os discursos do âmbito político deslizam entre o plano das incertezas e o plano dos prognósticos.

Ao analisarmos, por fim, enunciados procedentes do âmbito científico, faz-se patente, também, uma série de procedimentos linguístico-discursivos empregados na divulgação sobre o conhecimento em questão. Em destaque, apontamos o procedimento de *expansão* que se realiza no *corpus*, em geral, a partir de estratégias divulgativas tais como a *narrativização*, a *explicação*, a *definição*, a *exemplificação* e a *metáfora*. Todas elas dispostas pelas autoridades tendo-se em vista uma maior inteligibilidade do discurso para um público heterogêneo. Em especial, nos enunciados conexas à *hesitação* e à *convicção*, a modalização discursiva se destaca como um mecanismo muito produtivo, tonificando semanticamente tanto o caráter indeterminado quanto determinado dos discursos das autoridades.

Sumariamente dizendo, é possível constatar, nos discursos procedentes do âmbito científico, recursos que se distribuem de modo mais acentuado entre as categorias de *hesitação* e *convicção*. Não obstante, estabelecidos por meio do matiz de sentidos, destacam-se também, dada sua relativa presença nos enunciados, discursos conexas à *averiguação* e aos *vaticínios*.

Os discursos procedentes do âmbito político e do âmbito científico, enfim, são especialmente tratados nesta subseção dedicada ao eixo das vozes individuais. Passemos, de agora em diante, a tratar do primeiro dos âmbitos em discussão, qual seja, o âmbito político de procedência.

4.1.2.3.1.1. O âmbito político no eixo das vozes individuais

Partindo primeiramente para um exame em torno dos enunciados procedentes do âmbito político, identificaremos os discursos que constituem o matiz de sentidos alastrado pelo *corpus*. Nessa intenção, antes mesmo de abordarmos os enunciados conexos ao sentido de *hesitação* – os mais notáveis dentro de tal âmbito – faz-se conveniente aludirmos a uma série de discursos que apontam para o *ineditismo* a respeito da correlação entre o vírus da Zika e microcefalia em recém-nascidos no Brasil.

Essa nuance de sentido relacionada à “novidade” se materializa desde discursos especificamente em torno da condição neurológica microcefalia; até da circulação do vírus da Zika; e da, propriamente dita, suposta relação entre os casos de microcefalia e a infecção causada pelo vírus.

No enunciado (59), o que o ministro da Saúde assinala como factual é a excepcionalidade atribuída ao aumento do número de casos de microcefalia em recém-nascidos de municípios de Pernambuco no último quadrimestre do ano de 2015:

(59) Segundo o ministro [Marcelo Castro, ministro da Saúde], a média de casos para o estado era de 10 por ano, o que representa um aumento incomum. "Estamos de fato em uma situação inusitada em termos de saúde pública", disse Castro. (NOV-15-01)

Outros enunciados apontam mais para a circulação do Zika no Brasil como uma novidade do que propriamente para um possível efeito sobre a gestação decorrente da infecção causada pelo vírus:

(60) "Tivemos uma circulação importante do vírus no Brasil no primeiro semestre, coisa que aconteceu pela primeira vez na nossa história", acrescentou [Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde]. (NOV-15-02)

(61) "Devemos assumir que isso vai para todo lugar, não devemos esperar para agir", disse Espinal [Marcos Espinal, diretor de Doenças Comunicáveis e Análise de Saúde da OMS]. "Precisamos ter controle de vetores agressivo nesses países, onde nem o mosquito nem a população haviam sido expostos a esse vírus antes e, por isso, têm baixa imunidade." (JAN-16-09)

A maioria dos enunciados, no entanto, giram em torno da possível relação entre o Zika vírus e a microcefalia, ponto da confluência de toda a perturbação diante da imprevisibilidade:

(62) Maierovitch [Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde] disse que a relação entre o vírus da zika e a microcefalia "é inédita no mundo" e não consta na literatura científica até o momento. "Nossos cientistas, cientistas do mundo que se interessarem, devem nos ajudar a provar essa causa e efeito." (NOV-15-02)

(63) "O zika foi identificado em pouquíssimas partes do mundo. Foi no Brasil e no primeiro semestre que ele circulou com mais intensidade. Essas consequências 'novas' podem não ter sido identificadas antes porque a circulação ocorreu em áreas limitadas", afirmou o diretor [Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde]. (NOV-15-02)

(64) Além disso, ele [Lyle Petersen, diretor da Divisão de Doenças Infecciosas do CDC] evitou fazer previsões sobre a situação durante as Olimpíadas do Rio, afirmando não ser possível antecipar se será indicado evitar viagens no período. "Não é possível especular, esta é uma situação nova e dinâmica. Não sabemos sequer como vai ser no próximo mês", justificou. (JAN-16-05)

(65) "Esse será o primeiro [estudo] a dizer se existe uma evidência forte", afirma Marcos Espinal, médico da Opas (Organização Pan-Americana de Saúde). (FEV-16-20)

Evidencia-se na maioria desses enunciados apontamentos acerca da insuficiência dos saberes até então produzidos em torno do tema. Nesse sentido é que os argumentos de autoridades registram a dificuldade em se divulgar informações precisas dada a ausência de precedentes para tal situação.

Nesse seguimento, o diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, como pode ser visto no enunciado (62), assinala que a "relação entre o vírus da zika e a microcefalia [...] não consta na literatura científica", ou ainda, que a identificação do vírus se deu em "pouquíssimas partes do mundo" antes da crise no Brasil – enunciado (63) – e, por isso, prospectar sobre as "consequências novas" seria ainda mais incerto. Grosso modo, o que se pode perceber da divulgação acerca dessas informações é o argumento de que os estudos sobre o tema ainda estão em desenvolvimento, ou seja, são todos eles pioneiros, assim como exultado, no enunciado (65), pelo médico da Organização Pan-Americana de Saúde: "Esse será o primeiro a dizer".

A reboque dessa originalidade e dessa escassez de informações, passemos a tratar de uma categoria específica muito ligada a tal clima de incerteza, designadamente os discursos de *hesitação* em torno das informações sobre o conhecimento científico vulgarizado.

Sob um panorama mais geral acerca dos argumentos vinculados ao eixo das vozes individuais, pode-se dizer que as autoridades do âmbito político fomentam, muitas vezes, certa irresolução em torno das informações divulgadas, de modo a

deslizar entre o campo da incerteza e o da patente inconclusividade sobre a questão. Desse modo, as “evidências” levantadas – termo “evidências” mais no sentido de “indícios”, “sinais”, “indicativos”, que de provas, fundamentos e confirmações –, podem ir desde certa prematuridade em torno da discussão, como sugerido no enunciado (66), até as evidências mais pujantes, como no enunciado (67), mas, de toda sorte, ainda não comprovadas, como nos enunciados (68) e (69):

(66) Sobre a hipótese que tem sido discutida pela comunidade médica, de que o aumento de casos de microcefalia poderia estar relacionado a infecções por zika vírus - vírus que foi identificado pela primeira vez no país em abril deste ano - os representantes do ministério afirmaram que ainda é precipitado atribuir o evento a essa causa. (NOV-15-01)

(67) A conexão entre o zika vírus e a microcefalia tem "fortes evidências", segundo os médicos [Diretores do Centro de Prevenção e Controle de Doenças dos EUA], especialmente após as análises de dois fetos e dois bebês mortos logo após o nascimento. (JAN-16-05)

(68) Apesar de a presença do vírus ter grande correlação com casos de microcefalia no Brasil, Chan [Margaret Chan, diretora-geral da OMS] afirma que ainda não está totalmente comprovado que um afeta o outro. Para a síndrome de Gullain-Barré, colapso neurológico que pode ser causado pelo vírus, também faltam evidências. (JAN-16-09)

(69) Maierovitch [Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde] disse que a relação entre o vírus da zika e a microcefalia "é inédita no mundo" e não consta na literatura científica até o momento. "Nossos cientistas, cientistas do mundo que se interessarem, devem nos ajudar a provar essa causa e efeito." (NOV-15-02)

De qualquer modo, o que fica patente é que essa *hesitação* se materializa frequentemente no *corpus* por meio de recursos modais, como o operador argumentativo “ainda” em (66) e (68) e o auxiliar modal “dever” em (69). Em (68), ao enunciar que a relação da presença do vírus da Zika com os casos de microcefalia no Brasil “ainda” não está “totalmente” comprovada, o jogo de palavras que há entre os dois advérbios – ainda/totalmente – permite ao público a inferência de que, no mínimo, a relação se encontra “parcialmente” comprovada e, numa questão de “tempo”, a demanda seria findada, embora, por ora, não seja o que se possa atestar.

Na mesma direção, o diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde assinala em seu enunciado, (69), o fato de a enigmática questão vivenciada durante o contexto da crise se limitar ao apontamento de “provas”, lançando-se a pressuposição de que a relação entre vírus e malformação, propriamente dita, já seja reconhecida. Para tanto, utiliza-se da construção verbal com o auxiliar “dever”, que, sabidamente, pode introduzir não só noções semânticas de “possibilidade”, “probabilidade”, “eventualidade”, mas também de “obrigação”,

“encargo”, “responsabilidade”. Ou seja, estaria a “carga” dos cientistas, do Brasil e do mundo, o dever de comprovar uma relação causa e efeito que já é presumida.

Nessa esteira analítica, evidenciamos outros exemplos de modalidades discursivas na divulgação de informações *hesitantes* a partir do âmbito político. Tal como visto no enunciado apontado anteriormente, o (69), nos enunciados (70) e (71), o auxiliar modal “dever” produz efeitos de sentidos conexos ao campo da hipótese:

(70) Em dois meses, devemos ter isso [levantamento], mas nesse tempo também podemos ter outras amostras positivas”, disse Maierovitch [Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde]. (NOV-15-02)

(71) “Devemos assumir que isso vai para todo lugar, não devemos esperar para agir”, disse Espinal [Marcos Espinal, diretor de Doenças Comunicáveis e Análise de Saúde da OMS]. “Precisamos ter controle de vetores agressivo nesses países, onde nem o mosquito nem a população haviam sido expostos a esse vírus antes e, por isso, têm baixa imunidade.” (JAN-16-09)

Para além dos esforços do corpo científico do Brasil, segundo dada notícia de novembro de 2015, enquanto estudos desenvolvidos por pesquisadores acadêmicos não são concluídos, o Ministério da Saúde realiza uma pesquisa própria que visa a buscar padrões de comportamento do vírus, utilizando-se de números gerados na região Nordeste do país. Ao apontar uma “possível” data – portanto, um enunciado que se mantém no campo da “probabilidade” – o diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde utiliza-se de uma construção modalizada por meio do auxiliar “dever”, o que abona a não precisão temporal referente à conclusão do levantamento.

Ainda no campo da hipótese, mas com nuances um pouco distintas, numa notícia de janeiro do ano seguinte, o diretor de Doenças Comunicáveis e Análise de Saúde da OMS faz a proposta de que se assuma uma situação hipotética como evento factual, o que se materializa novamente por meio de uma construção modal com o auxiliar “dever”, em “devemos assumir”, enunciado (71), porém com traços semânticos que estão além da “possibilidade”, da “suposição”, da “pressuposição”, ou melhor, alargados para as acepções de “obrigação”, “responsabilidade”, “incumbência”, “compromisso” diante de ações contra a crise em saúde pública.

Por meio da lexicalização também verbal das modalidades, é possível identificarmos no *corpus* o emprego do modo subjuntivo condicionado à nominalização, numa paráfrase que provoca o efeito de sentido da hipótese:

(72) “Considerando a possibilidade de que não seja o zika vírus, ou que não seja apenas ele o causador dessa má-formação, pedimos que continuem o rito normal do pré-natal e que não tomem nenhum medicamento sem orientação. Temos casos históricos de má-formação causada por remédios, como as ocorrências relacionadas à talidomida”, disse [Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde]. (NOV-15-02)

Ao “considerar”, ou seja, “ter em consideração”, “crer que há”, “acreditar em”, “conceber”, “supor” a “possibilidade” – nome que, por excelência, conduz os hipotéticos sentidos de “chance”, “probabilidade”, “eventualidade”, “viabilidade”, “expectativa” – o diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde já delimita tal consideração como algo do plano hipotético. Isso é reforçado pela construção em nominalização que sintaticamente provoca o emprego do modo subjuntivo do verbo, modo tipicamente associado à incerteza, à imprecisão, à dúvida, à eventualidade. Em outras palavras, além da própria construção sintática que induz a utilização de um modo subjuntivo, o nome escolhido carrega a acepção de hipótese.

Para corroborar com a atmosfera de incerteza, os advérbios modalizadores – tais como “provavelmente”, numa projeção apontada no enunciado (73); “ainda”, em sugestões acerca de uma situação inalterada, divulgadas nos enunciados (68) e (74); e “quase”, marcante de uma mesma situação inalterada, mas “perto” e “próximo de” se concluir – configuram-se como produtivos operadores argumentativos no efeito da *hesitação*:

(73) Além do fator climático, Chan [Margaret Chan, diretora-geral da OMS] disse estar preocupada com o fato de que o vírus é originário de populações animais da África subsaariana, e populações de outros continentes provavelmente se mostrarão mais suscetíveis ao vírus. (JAN-16-09)

(68) Apesar de a presença do vírus ter grande correlação com casos de microcefalia no Brasil, Chan [Margaret Chan, diretora-geral da OMS] afirma que ainda não está totalmente comprovado que um afeta o outro. Para a síndrome de Gullain-Barré, colapso neurológico que pode ser causado pelo vírus, também faltam evidências. (JAN-16-09)

(74) No encontro ela [Margaret Chan, diretora-geral da Organização Mundial da Saúde] disse que estava no estado para aprender sobre o problema. “É preciso aprofundar o estudo da relação da zika com a microcefalia. A zika é mistério. Ainda estamos tentando obter respostas. Precisamos comparar padrões. O Brasil tem pessoas competentes. Não tenho medo do mosquito. O trabalho tem sido excelente. Não é fácil. Faço um apelo à mídia: vamos trabalhar juntos”, declarou. (FEV-16-21)

(75) “Vocês podem perguntar se isso fecha a correlação entre as duas coisas, e minha resposta é: 'quase'. Estamos sendo bastantes cautelosos, mas não se encontrou nenhuma outra causa até o momento”, afirmou o diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do ministério, Cláudio Maierovitch. (NOV-15-02)

“Provavelmente” é, por excelência, uma indicação de “probabilidade”, “dúvida” e “incerteza”. Com relação ao operador “ainda”, numa construção afirmativa, tal advérbio temporal aponta a continuidade de um processo. No enunciado (68), o emprego do operador numa construção negativa assinala que o que se sabe sobre a relação causa e efeito entre vírus e microcefalia continua sem comprovação, ou seja, que a situação anterior permanece inalterada. No entanto, a utilização do advérbio “totalmente”, em associação no mesmo enunciado, pressupõe que, pelo menos em partes, algo já é constatado. Importa dizer que, nesses termos, a diretora-geral da OMS afiança para o público que a comprovação “total” dessa relação pode existir, mas no futuro. Ou seja, trata-se de uma ação projetada, ou, ainda, um prenúncio de que dada mudança em relação à situação vigente está em curso.

No enunciado (74), o mesmo operador “ainda”, agora numa construção afirmativa, assinala a continuidade do estado de coisas. A partir disso é que a diretora-geral da Organização Mundial da Saúde se utiliza de uma estratégia divulgativa, a *denominação*, para qualificar a doença: “A zika é mistério”. Já o discurso do diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, enunciado (75), utiliza-se de um operador argumentativo para sugerir que, embora a questão não esteja concluída, isso está na iminência de acontecer. “Quase” é um delimitador que estabelece um limite para o alcance do êxito relacionado à descoberta científica.

Para tanto, em (75), a autoridade promove um discurso divulgativo desde uma *pergunta retórica*. Como estratégia para a *expansão* da informação, o argumento de autoridade contém em si a formulação de uma *pergunta* que, logo em seguida, é respondida pelo próprio enunciador. Através desse recurso é possível garantir a progressão de informações em divulgação, auxiliando a compreensão do público.

Nessa mesma linha do procedimento linguístico-discursivo de *expansão*, destacamos a utilização da estratégia de *exemplificação* no apontamento de *hipóteses alternativas* para a crise em torno dos casos de microcefalia no Brasil. Ou seja, há discursos que levantam outros elementos como possíveis causas do surto no país:

(72) “Considerando a possibilidade de que não seja o zika vírus, ou que não seja apenas ele o causador dessa má-formação, pedimos que continuem o rito normal do pré-natal e que não tomem nenhum medicamento sem orientação. Temos casos históricos de má-formação causada por remédios, como as ocorrências relacionadas à talidomida”, disse [Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde]. (NOV-15-02)

(76) "A microcefalia pode ser causada por impactos ambientais, metais pesados, herbicidas, pesticidas, síndromes genéticas, infecções, álcool, drogas, vacinas. E esses podem ser outros cofatores na má-formação." [atribuído a Christian Lindmeier, porta-voz da OMS] (JAN-16-11)

Como estratégia divulgativa, o procedimento de *expansão* é utilizado para a ampliação do conhecimento e, nesse sentido, a *exemplificação* se configura como um importante método, uma vez que possibilita que o público associe o conhecimento divulgado a questões que podem ser mais facilmente já (re)conhecidas no senso comum.

Dessa forma, o diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde traz à tona, a partir do enunciado (72), o exemplo da talidomida, historicamente associado a casos de malformação e provavelmente mais emblemático às pessoas por conta da tragédia causada por esse medicamento no final dos anos 1950. A *exemplificação* configura-se, neste caso, como uma elucidativa estratégia para esclarecer a população sobre a importância de não se automedicar.

No enunciado (76), os exemplos apresentam-se por meio da enumeração das já conhecidas possíveis causas de microcefalia, citadas pelo porta-voz da OMS: "impactos ambientais, metais pesados, herbicidas, pesticidas, síndromes genéticas, infecções, álcool, drogas, vacinas". Toda essa gama de causas é oferecida para levantar a hipótese de que a condição neurológica da microcefalia possa não ter sua origem necessariamente, ou, exclusivamente, na infecção provocada pelo Zika vírus.

Ainda sob a mesma estratégia da *exemplificação*, o reconhecimento por parte da autoridade reportada de que o conhecimento se encontra em constante *averiguação* e, portanto, é necessário que se desenvolva mais pesquisas sobre o tema para que se possa obter mais respostas, tal procedimento linguístico-discursivo demonstra-se eficiente mecanismo para a *expansão* do conhecimento:

(77) Apesar de esses estudos poderem descartar algumas possíveis causas, especialistas afirmam que eles precisam ser continuados por pesquisas que permanecem acompanhando os pacientes. A Colômbia, por exemplo, está acompanhando 2.000 gestantes infectadas por zika para ver o que acontecerá a elas e a seus fetos, diz Espinal [Marcos Espinal, diretor de Doenças Comunicáveis e Análise de Saúde da OMS]. (FEV-16-20)

O diretor de Doenças Comunicáveis e Análise de Saúde da OMS vale-se do exemplo da pesquisa realizada na Colômbia para oferecer ao público uma maior acessibilidade à informação, como visto no enunciado (77). A metodologia empregada nos estudos aludidos na notícia é, portanto, exemplificada de modo que se possa associá-la a uma aplicação prática e concreta.

Nessa esteira do procedimento linguístico-discursivo de *expansão* e mantendo nossa atenção voltada para a categoria da *averiguação*, da ciência em desenvolvimento, destacamos uma outra estratégia discursiva que merece ser apontada.

No enunciado (78), David L. Heymann, presidente do Comitê de Emergência montado pela OMS para discutir sobre o Zika vírus, ao tentar explanar sobre a complexidade dos estudos que poderiam comprovar a relação entre Zika e microcefalia, menciona uma metodologia específica empregada nas pesquisas. Neste ponto, aventa-se a expressão “grupos de controle”, a qual é imediatamente explicada por uma oração adjetiva: “em que não houve a malformação”. Ainda em sequência linear, após esse combustível cognitivo ofertado, o discurso assinala que outras pesquisas que buscam o mesmo objetivo dos estudos citados encontram-se em desenvolvimento:

(78) Heymann [David L. Heymann, presidente do Comitê de Emergência] acrescentou que os estudos capazes de comprovar a relação entre zika e microcefalia são muito complexos e podem levar tempo, pois envolvem comparar grupos em que houve microcefalia e grupos controle, em que não houve a malformação. Algumas iniciativas de estudo com esse objetivo já estão em curso. (FEV-16-12)

Vale dizer que, realizado em terceira pessoa, esse discurso reportado é, em especial, indiretamente reproduzido, ou seja, pode ser caracterizado pela intervenção do jornalista na recomposição da fala. Desse modo, é possível que a oração explicativa seja uma estratégia divulgativa recrutada pelo jornalista e não uma inserção da própria autoridade.

Fato é que a utilização dessa estratégia, nomeadamente, da *explicação*, num texto de divulgação científica, contribui significativamente para elucidar o conhecimento em relação às informações divulgadas, sobretudo quando há termos que podem não fazer parte do repertório do leitor do portal, designadamente um leitor geral, um público heterogêneo.

Para tanto, por constituírem novas informações a serem divulgadas, ao se introduzirem expressões que podem ser desconhecidas pelo leitor, estas são explicadas por meio de estratégias diversas. As informações explicativas podem vir, portanto, entre vírgulas, por meio de uma oração adjetiva, como nos enunciados (78) e (79), ou mesmo marcadas por travessão, como no enunciado (80):

(79) Margaret Chan [diretora-geral da OMS] disse ainda que eventos climáticos alimentados pelo El Niño, que levam chuva e calor a áreas mais extensas, vão contribuir para espalhar a doença. A pedido dos países membros, a organização promove uma sessão informativa sobre o vírus. (JAN-16-09)

(80) Nathalie Broutet, coordenadora de pesquisa sobre a zika da OMS, ressaltou à EFE que ainda não chegou a época das chuvas, quando o vetor transmissor do vírus - o mosquito *Aedes aegypti* - se multiplica com maior facilidade, o que deve aumentar a possibilidade de infecção. (FEV-17-02)

No enunciado (79), atribuído à diretora-geral da OMS, a oração adjetiva explicativa apresenta a *explicação* em torno da atuação do fenômeno atmosférico-oceânico na distribuição de chuva e temperatura, como uma forma de se descrever o El Niño, o qual, vale a pena destacar, também carece de um consenso científico. A evocação de dado fenômeno de alteração climática é utilizada para se conjecturar com maior acentuação um *vaticínio* sobre a propagação do Zika vírus no mundo: “eventos climáticos [...] vão contribuir para espalhar a doença”.

Como forma ainda de se anunciar o mal presságio em torno da crise relacionada ao Zika vírus, a coordenadora de pesquisa da OMS, especificamente designada para casos relacionados à Zika, vacina, no enunciado (80), que o problema ainda não se encontra em seu ponto culminante. A questão se agravaria ainda mais, uma vez que, até então, por não serem características de tal período, não se faziam muito presentes as chuvas. Ao trazer essa antevisão, destacam-se *explicações* no discurso divulgativo que contribuem para esclarecer pontos de possível desconhecimento do leitor, tais como o de que o vetor transmissor do vírus da Zika é o mosquito *Aedes aegypti* e o de que este mosquito se multiplica com maior facilidade no período das chuvas.

Ainda sob efeito da mesma nuance de sentido em torno dos *vaticínios*, evidenciamos a utilização de metáforas como estratégia divulgativa. As metáforas podem produzir sentidos por meio de comparações, o que amplia a possibilidade de se compreender dada informação vulgarizada. No discurso de popularização da ciência, as metáforas contribuem cognitivamente para tornar mais acessível a

linguagem técnica, de modo que um público heterogêneo possa identificar como mais familiares tais informações.

Nos enunciados (55) e (81), os *vaticínios*, tais como “a vitória final [...] se dará” e “O número de casos [...] pode chegar a 4 milhões”, são construídos sustentados à base de metáforas bélicas:

(55) "Hoje nós só temos uma arma para combater o vírus zika, que é destruindo os criadouros do mosquito *Aedes aegypti*. E esses criadouros estão na grande maioria dentro das residências. Para isso precisamos da mobilização de toda a sociedade. Mas sabemos que a vitória final contra o vírus zika só se dará quando nós desenvolvermos uma vacina contra essa enfermidade", disse o ministro [da Saúde] Marcelo Castro. (JAN-16-04)

(81) A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou nesta quinta-feira (28) a criação de um Comitê de Emergência para orientar sobre formas de lidar com o zika vírus, que já atinge 23 países. Para a diretora-geral da organização [Margaret Chan], a doença "se propaga de maneira explosiva". O número de casos, estima a organização, pode chegar a 4 milhões nas Américas. (JAN-16-09)

O discurso materializado pelo enunciado (55) apresenta a concepção de que um desenvolvimento científico é que determinará a “vitória final” do confronto predita pelo ministro da Saúde. Nem a “arma” que se tem para “destruir” os criadouros, nem a mobilização de toda sociedade são suficientes nessa “guerra” – utilizando-nos de tal termo para discorrermos dentro do mesmo campo semântico. O exercício do poder, portanto, é o exercício do saber. O Estado, munido da arma do conhecimento, é que vencerá o conflito.

No enunciado (81), o *vaticínio* sobre o aumento de casos relacionados ao vírus da Zika tem seu alerta acentuado pela diretora-geral da OMS, desse modo é que a disseminação do vírus tem seu alastramento comparado ao de uma “bomba”. Instantaneamente potente, violentamente devastadora, ela provoca o efeito de reação em cadeia, ou seja, a propagação da Zika se dá, nas palavras de Margaret Chan, “de maneira explosiva”.

A metáfora da violência, das relações belicosas, ou, ainda, a utilização de uma analogia criminal na vulgarização sobre o tema não é uma exclusividade da categoria do *vaticínio* – pressupondo, nós aqui, à princípio, que seja esse recurso pertinente a um campo cognitivo frequente nos *vaticínios*, justamente pelo tom alarmista apregoadado, muitas vezes, pelas autoridades procedentes do âmbito político.

Não obstante, podemos identificar outras atividades na mesma linha metafórica em discursos que tangem à *convicção*. Inclusive, a mesma diretora-geral da OMS

promove uma analogia no campo do direito penal, porém, agora, em outro momento, em outra notícia, no mês posterior à primeira metáfora da “bomba” utilizada por ela:

(82) “Para a OMS, o vírus da zika é culpado pela microcefalia até que se prove o contrário”, disse Margaret [Margaret Chan, diretora-geral da OMS], ressaltando que o governo tem uma tarefa medonha já “que as coisas podem piorar, antes de melhorarem”. (FEV-16-21)

Na edificação do *vaticínio* alarmista prenunciado por Margaret Chan, de que “as coisas podem piorar, antes de melhorarem”, o qual se mantém na mesma linha dos enunciados (79) e (80), em que se percebe a concepção evocada pelas autoridades de uma prerrogativa corrente do senso comum, qual seja a de que nada pode estar tão ruim que não possa piorar, a *convicção* relacionada à “culpa” do vírus da Zika sobre os casos de microcefalia no Brasil se exhibe de modo metafórico.

A analogia criminal utilizada no argumento da autoridade remete de forma intertextual a um popular mote acerca do princípio da presunção da inocência, seja ele o de que toda pessoa acusada é inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada. Esse princípio de Estado de Inocência é um princípio jurídico de ordem constitucional aplicado ao direito penal, consagrado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Acionando a lembrança desse conhecido princípio, a diretora-geral da OMS busca promover certa aproximação com o público geral. Dessa forma, considera-se a utilização de uma máxima possivelmente reconhecida pelo senso comum como uma estratégia da autoridade para se estabelecer uma relação entre um campo técnico-científico e alguma concepção social mais típica do cotidiano de seus interlocutores⁷¹.

Subvertendo seu sentido original, ou seja, o sentido de “inocente até que se prove a culpa” para do de “culpado até que se prove a inocência”, o chiste de palavras utilizado pela diretora-geral da OMS remonta ao modelo grego arcaico de se produzir verdade jurídica, abalizado num jogo de provas. No sistema da prova judiciária feudal, não há pesquisa da verdade, mas um jogo binário, em que, havendo prova, ganha-se, ou, perde-se. Vale lembrar que, para Foucault, a Grécia representou uma conquista democrática na experiência de um processo que inclui o direito de se opor ao poder, de se opor à verdade.

⁷¹ A frase de efeito proferida por Margaret Chan, diretora-geral da OMS, em sua visita ao Brasil, remete a tal princípio da Presunção da Inocência, popularmente conhecido, mesmo que o senso comum não saiba exatamente sua origem.

Ao parodiar tal princípio jurídico, a autoridade coloca em xeque o Estado Democrático de Direito, negando ao vírus da Zika – ao assumirmos a personificação proporcionada por dada analogia – o direito de se defender. Esse discurso de austeridade pode ser entendido como uma obstinada perseguição contra a epidemia de Zika. Não havendo, portanto, tolerância com o vírus – o acusado, a ser penitenciado, ao qual não se dá oportunidade de defesa. Esse comportamento da diretora-geral permite ao interlocutor a inferência de que se há uma postura preventiva ostentada pela OMS. Ou seja, à frente das ações, a organização parte do princípio de que existe sim a relação da Zika com a microcefalia e de que seus membros estão ativamente trabalhando para o controle e restrição da crise. Todavia, vale lembrar que, e, por vezes, a própria notícia em questão ocupa-se de tal tarefa – “Apesar de diversos indícios de que o vírus da zika seja causador de um aumento nos casos de microcefalia no Brasil, a relação não está cientificamente comprovada” (FEV-16-21) – as ciências naturais não se sustentam tão-somente à base da *convicção*, mas de provas.

Em termos de estratégias divulgativas, outros processos, interessantes na linha da *expansão*, podem ser utilizados para indicar *convicção* na associação causal entre o vírus da Zika e a microcefalia. Ao discorrer sobre um possível comprometimento de uma geração inteira de brasileiros, o então ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga, utiliza-se de uma narrativa como estratégia de vulgarização do conhecimento:

(83) Ele ressaltou ainda a necessidade de acabar com os criadouros dentro de casa, uma vez que as doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, segundo Braga [Eduardo Braga, ministro das Minas e Energia], podem afetar toda uma geração. “(os mosquitos) Te atacam e também transmitem doenças que podem te matar e, no caso da microcefalia, afetar toda uma geração de brasileiros”. (FEV-16-16)

Mais uma vez, a relação entre a microcefalia e a doença transmitida pelo mosquito é dada como definida, como decidida, e para ilustrar o processo através do qual isso ocorre, o ministro vale-se de uma narrativa simplória sobre o encadeamento desde a transmissão do vírus até a decorrência da malformação neurológica. Por meio dessa estratégia discursiva, inserem-se características linguísticas típicas de gêneros narrativos, tais como a apresentação de personagens, responsáveis por algum tipo de ação, através do tempo e com um determinado desfecho. Pode-se perceber que, nessa narrativa, há um quê de intimidação e terror, sobretudo ao apontar-se como

ação principal da história o ataque de mosquitos capazes de matar e causar danos a toda uma geração de seres humanos.

Pensando de forma mais geral os discursos de autoridades procedentes do âmbito político, a *convicção* não pode ser concebida, a valer, como o cerne do eixo das vozes individuais. A maioria deles, aliás, conectam-se, ao se divulgarem os conhecimentos em torno da relação Zika e microcefalia, com o sentido da *hesitação*.

Para esse âmbito de procedência, o matiz de sentidos desliza a partir de discursos relacionados à “novidade” – quer seja essa novidade em torno da condição neurológica da microcefalia, quer seja da circulação do vírus da Zika, quer seja, ainda, da suposta relação entre elas –, o que proporciona um ambiente de incertezas, campo fértil para a disseminação de irresoluções relacionadas às informações divulgadas. Esse sim, o efeito de sentido mais marcante no âmbito político.

Mas destacamos, ainda, que, além do posicionamento irresoluto das autoridades procedentes do âmbito político, os discursos de *vaticínio* se fazem muito presentes, desenhando-se mais como prognósticos – inclusive alarmistas – acerca de questões relativas à crise em saúde pública do que soluções concretas para o problema.

Importa-nos, também, por fim, ainda neste mesmo eixo das vozes individuais, examinar os discursos procedentes do âmbito científico, materializado na voz de cientistas, pesquisadores, médicos, enfim, especialistas que são reportados como autoridades para avaliar discussões em torno do tema noticiado no *G1*.

Assim como se exibem os discursos procedentes do âmbito político, a maioria dos enunciados identificados no âmbito científico são conexos ao sentido da *hesitação*. Todavia, neste âmbito, é possível evidenciarmos a presença significativa de discursos mais convictos no que tange à relação apontada entre infecção causada pelo Zika vírus e microcefalia. Ou seja, escorregando de um polo ao outro do dissenso, os discursos procedentes do âmbito científico configuram-se sob uma outra dinâmica dentro do matiz de sentidos.

4.1.2.3.1.2. O âmbito científico no eixo das vozes individuais

Avançando, finalmente, rumo a um exame em torno dos enunciados procedentes do âmbito científico, passaremos a observar os recursos divulgativos que se estabelecem pelo matiz de sentidos difundidos pelas vozes individuais. Iniciaremos, mais uma vez, pelo *ineditismo* propalado nas notícias do portal G1 e conduzido pelos enunciados dos argumentos de autoridades, uma vez que concebemos essa categoria como precedente para todas as outras nuances.

Dentre os enunciados que mais chamam atenção relacionados ao *ineditismo*, destacamos alguns que comportam estratégias divulgativas pertinentes aos procedimentos linguístico-discursivos de *redução* – a partir da condensação ou supressão de dada informação científica – e de *expansão* – a partir da *narrativização* dos métodos de pesquisa e das *metáforas* na associação de significados – no desígnio da popularização acerca do tema nas notícias do G1.

Em uma notícia do final do ano de 2015, o vice-presidente de Pesquisa e Laboratórios de Referência da Fiocruz chama atenção para o *ineditismo* em torno da infecção causada pelo vírus da Zika. Ao discorrer sobre os testes disponíveis para identificação da doença, o cientista menciona certa técnica intitulada “PCR”, sobre a qual não acrescenta mais informações específicas, limitando-se a caracterizá-la sumariamente como “complexa e não [...] disponível no mercado”:

(84) Ainda não há um teste padrão para diagnosticar a doença. “Como o zika é novo, não temos uma padronização nos testes. Para se ter certeza do diagnóstico, é preciso usar a técnica de PCR, que é complexa e não está disponível no mercado”, diz Rodrigo Stabeli, vice-presidente de Pesquisa e Laboratórios de Referência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). (DEZ-15-04)

Na divulgação científica, tal recurso linguístico-discursivo é frequentemente empregado quando, por falta de relevância para o texto divulgativo, mantém-se apenas a informação nuclear a ser noticiada. Desse modo, a autoridade científica da Fiocruz aponta para a ausência de testes de identificação, excetuando-se a existência de determinada técnica que não é comercialmente utilizada e, provavelmente, deve ser entremeada de uma série de enredamentos que a tornam inviável, não sendo, portanto, conveniente explicá-la no argumento de divulgação.

Na outra mão dos recursos divulgativos, a *expansão* do conhecimento configura-se como um procedimento linguístico-discursivo que proporciona

significados necessários para se lograr a participação cognitiva e comunicativa do interlocutor. Desse modo, algum tipo de conhecimento novo pode ser apresentado para que o leitor estabeleça relações de sua vida diária com determinada informação divulgada.

Dada notícia de abril de 2017, em que se divulga uma espécie de lista de “pioneiros”, anualmente publicada pela revista “Time”, anuncia a inclusão de uma cientista brasileira, Celina Turchi, da Fiocruz de Pernambuco, na lista dos “100 mais influentes” daquele ano. O pioneirismo de sua pesquisa demonstrou-se estar relacionado, segundo o texto, ao importante papel que a pesquisadora teve na descoberta da relação entre a microcefalia e o vírus da Zika. O enunciado (88), atribuído a Tom Frieden, cientista que foi o diretor dos Centros para Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) até o início de 2017, refere-se à cientista e ao seu trabalho por meio de uma *narrativização* laudatória:

(85) "Uma especialista em doenças infecciosas de Recife, no Brasil - que era o epicentro da primeira grande epidemia de microcefalia associada à zika - Turchi trabalhou sem parar, perdendo refeições e tempo de sono para descobrir o que estava acontecendo", diz o texto de Frieden [Tom Frieden, cientista que foi o diretor dos Centros para Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) até o início de 2017]. "Os estudos de Turchi foram parte de uma investigação de emergência que, em última instância, provaram que o vírus da zika de fato causa microcefalia - algo de que muitos céticos duvidavam." (ABR-17-03)

Coerente com o propósito da notícia em questão, embora pertencente à seção *Ciência e saúde* do portal, o argumento de autoridade é reportado com a finalidade de avigorar a figura da cientista brasileira por se situar na dianteira de toda crise em saúde pública no Brasil daquele contexto. Ou seja, o foco da notícia em exame, embora aluda diretamente à relação entre o vírus da Zika e a microcefalia, está voltado mais à história de Celina Turchi, que se notabilizava naquele momento entre as personalidades mais influentes do mundo, do que propriamente à novidade acerca da crise em saúde.

Ao identificarmos mais especificamente aspectos noticiosos que tangem à trilha da busca por resultados científicos acerca dos surtos de Zika vírus e microcefalia, são frequentes as metáforas na linha da *expansão* do conhecimento. Por meio da linguagem metafórica, as informações divulgadas são permeadas de associações mais concretas que conferem uma maior inteligibilidade ao discurso.

Nos enunciados (86) e (87), embora haja o lapso temporal de quase seis meses entre as notícias nas quais os enunciados foram identificados, o *ineditismo* em torno da informação divulgada se materializa através de uma mesma metáfora, designadamente a do percurso. No enunciado (88), assim como também no (87), o mesmo *ineditismo* é envolto em outra construção metafórica bem frequente, qual seja a do enfrentamento:

(86) “Agora sabemos as vias moleculares, então demostamos o primeiro grande passo rumo a uma terapia alvo para microcefalia induzida por zika”, diz Jae Jung, um dos autores do estudo e professor do Departamento de Microbiologia Molecular e Imunologia na USC. (AGO-16-48)

(87) “A gente imagina até o segundo semestre terminar os ensaios em animais de laboratório. É um primeiro passo de uma esperança no combate à zika”, diz o coordenador do estudo [Thiago Moreno Lopes e Souza, especialista em antivirais, pesquisador e coordenador do estudo da Fiocruz, do Instituto D’Or, da UFRJ, do Instituto Nacional de Doenças Negligenciadas, em parceria com indústrias farmacêuticas]. (JAN-17-01)

(88) “É preciso admitir que estamos enfrentando algo novo, que não conhecemos bem. O que sabemos é baseado em aspectos mais gerais e apoiado em experiências de outras doenças transmitidas por mosquitos” [atribuído a Érico Arruda, presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia. (DEZ-15-04)]

O conceito de pesquisa como um procedimento necessariamente desenvolvido de forma gradativa, ou seja, “passo a passo”, remete à importância das descobertas noticiadas desde o conhecimento das vias moleculares, enunciado (86), até os ensaios com animais, enunciado (87). Alude-se, portanto, à importância do que já se pôde descortinar até então, mas, ao mesmo tempo, à precocidade, ou ao *ineditismo*, acerca de tudo aquilo que, a reboque das pesquisas em andamento, ainda está por se entender.

Eis o “algo novo” que se “enfrenta”, que se “combate”. Cientistas beligerantes exibem discursivamente, a partir de seus argumentos de autoridade, sua insígnia de brasão: o conhecimento. Sem o saber, não há o poder, como admite o presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia, no enunciado (88): “estamos enfrentando algo novo, que não conhecemos bem”.

A novidade, em notícia, é, como dissemos, um precedente para dúvidas, incertezas. Na esteira da estratégia divulgativa da metáfora presente em discursos de *ineditismo*, atentar-nos-emos para mais metáforas, todavia, para aquelas que constituem enunciações em torno da *hesitação*.

A referida metáfora do enfrentamento, assim como apontada nos enunciados (87) e (88), ou, também, as metáforas em torno das relações belicosas e criminais

fazem-se similarmente presentes nos discursos de *hesitação* das vozes procedentes do âmbito científico:

(89) Para especialistas, a passagem de milhares de turistas por capitais com tradicionais carnavais de rua em estados com alto número de casos de bebês nascidos com microcefalia e suspeita de ligação com o zika vírus pode representar um "coquetel explosivo" e ajudar a espalhar ainda mais a doença pelo país. (JAN-16-07)

(90) Cientistas americanos [Daniel Lucey e Lawrence Gostin, autores na revista Journal of the American Medical Association] pediram à Organização Mundial de Saúde (OMS) que tomem medidas urgentes contra o zika que, segundo eles, têm um "potencial pandêmico explosivo". (JAN-16-10)

(91) Alguns especialistas [sem recuperação pelo contexto] sugerem que talvez o zika precise de um cúmplice – como a desnutrição ou uma infecção de outra doença tropical, como a dengue – para causar problemas sérios. (FEV-16-20)

(92) Segundo especialistas [sem recuperação pelo contexto], será preciso uma combinação de estudos e evidências de laboratório para determinar, ao fim, se o zika é o vilão ou apenas parece ser. (FEV-16-20)

No enunciado (89), o alarde em torno do que hipoteticamente “pode” acontecer durante o período do carnaval é tratado como um “coquetel explosivo” por cientistas – genericamente chamados de “especialistas” – reportados na notícia do início do ano de 2016.

Característicos de guerrilhas urbanas, os coquetéis explosivos são armas químicas incendiárias. Há de se destacarem, para mais, os profusos cruzamentos que essa composição metafórica pode proporcionar. Isso se dá desde a palavra “coquetel”, a qual se refere literalmente à combinação de bebidas – algo comum no período do carnaval – ou mesmo à combinação de fármacos – mantendo-se conexões mais vigorosas com uma área de significação relacionada à medicina. Para além disso, no mesmo enunciado, chama-nos atenção a expressão “carnavais de rua”, trazida para o argumento ao se introduzir sentidos em torno da potencialidade da, não por acaso, “combinação” de fatores desastrosos. Nesse seguimento, tal manifestação popular de rua é apontada como um evento propício à disseminação da doença, cujos efeitos seriam nefastos, tal e qual a arma química explosiva presente em lutas – da mesma forma – de rua.

O mesmo “potencial explosivo” é aventado pelos cientistas americanos no enunciado (90), o que os fazem “pedir” à Organização Mundial de Saúde medidas urgentes contra o vírus. Ainda relacionado ao universo da violência, no enunciado (91), o argumento de autoridade concebe uma metáfora criminal através da qual o

Zika vírus é enredado como protagonista, mas exige, por suposição, a atuação de um cúmplice para “causar problemas sérios”.

Na mesma notícia de fevereiro de 2016, e por meio da mesma linha da personificação do vírus, o discurso dos especialistas, materializado no enunciado (92), dá o tom maniqueísta a partir do qual se insurge o antagonismo do Zika. Sob o efeito de sentido em torno da *hesitação*, poderia ser o vírus da Zika o vilão da história. Poderia ser, ou poderia apenas parecer ser.

De todo modo, importa dizer que “parecer ser algo” já se configura como um apontamento sintomático das indefinições conduzidas pelos discursos das autoridades procedentes do âmbito científico. Semelhantemente, os discursos à volta do que é tão-somente “sugerido” pelos especialistas, ou do que é dito acerca do que pode acontecer, ou do que, pelo menos em potencial, pode ser perigoso para a população corroboram para a constituição de um quadro de incertezas.

Além dessas metáforas conexas às relações aguerridas, vale mencionar, novamente, a presença da metáfora do percurso, a partir da qual as autoridades insistem em demonstrar quão próximo se encontra o estágio atual das evidências do ponto conclusivo determinante acerca da questão. Importa dizer que, com frequência, a proximidade do fim do percurso é aventada, mas não efetivamente a sua conclusão:

(93) A escola de medicina da universidade de Harvard, nos Estados Unidos, analisou o estudo. O pesquisador Eric Rubin [pesquisador da escola de medicina da universidade de Harvard, nos Estados Unidos] diz que uma pesquisa apenas não é suficiente pra provar que o vírus da zika causa microcefalia. Mas essa é a melhor evidência que já surgiu: “estamos chegando perto”. (FEV-16-15)

O enunciado do pesquisador da Universidade de Harvard aponta para a carência de “provas” em torno da relação causal entre vírus da Zika e microcefalia. No entanto, tendo-se em consideração os passos exigidos pela ciência, o percurso está, segundo a autoridade, próximo de ser concluído.

Uma outra construção metafórica que chama atenção dentro da produção de sentidos *hesitantes* é a utilizada pela bióloga da Fiocruz de Pernambuco, ao buscar apontar os casos de microcefalia como algo especificamente atrelado a determinado grupo da sociedade. Nessa expectativa, a especialista promove um cruzamento inusitado entre domínios distintos, qual seja entre o da medicina e o da política, melhor dizendo, entre os vetores de doenças arboviroses e o regime político da democracia:

(94) "A possibilidade de que isso esteja acontecendo é bem grande, até porque o perfil de distribuição da zika se assemelha ao de uma doença transmitida pelo Culex. Dengue é uma doença bem democrática, pega rico e pobre. Já nos casos de microcefalia, 85% dos casos são de mães mais pobres, associadas a áreas com esgoto a céu aberto", disse [Constância Ayres, bióloga do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) em Pernambuco] à BBC Brasil. (JUN-16-37)

Ao indicar a possibilidade de que o pernilongo Culex, mais comum do que o *Aedes aegypti*, seja um vetor do vírus da Zika – “possibilidade”, importa dizer, se bem que “bem grande”, mas, ainda assim, não o suficiente para deslocar o discurso do campo das hipóteses –, a bióloga da Fiocruz de Pernambuco define a dengue como uma “doença democrática”. Por contraste, a Zika estaria na esfera das “doenças antidemocráticas”. Ao afirmar que a dengue pode atingir tanto ricos quanto pobres, a cientista Constância Ayres demonstra, por meio de dados numéricos, que a microcefalia, possível decorrência da infecção causada pelo vírus da Zika, está mais presente em locais onde há indicadores de pobreza. Por extensão, a correspondência processada a partir do argumento de autoridade culmina na definição de que microcefalia seja uma condição neurológica de pobres.

Além de composições metafóricas como esta, outras estratégias linguístico-discursivas na linha da *expansão* se fazem presentes na divulgação sobre o tema na voz de autoridades do âmbito científico. *Explicações, definições e exemplificações* contribuem para a explicitação de algum conhecimento com base em outro conhecimento compartilhado pelos participantes. Para mais, tal procedimento pode servir à apresentação de algum tipo de informação nova que contribui para que o leitor estabeleça relações de sua vida diária com o conhecimento científico.

Assim é que destacamos os enunciados (95) e (96), a partir dos quais a recontextualização das informações sobre ciência se materializa pelo uso linguístico-discursivo da *explicação* sobre expressões mais técnicas como “viremia” e “Culex quinquefasciatus”:

(95) Segundo o médico Érico Arruda, presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia, o que se conhece sobre a relação entre o vírus da zika e a microcefalia é insuficiente para determinar se há risco de engravidar logo depois de se curar de uma infecção pelo vírus da zika.

“O que se pode dizer, baseado em contextos gerais, é que parece que a viremia do vírus da zika é curta, ou seja, a pessoa infectada fica pouco tempo com o vírus circulando na corrente sanguínea.” Caso isso seja confirmado, é possível que não haja risco de gravidez logo após o fim da infecção, porém ainda é cedo para ter certeza. (DEZ-15-04)

(96) "Existe a possibilidade, mas cada população deve ser investigada, principalmente porque o *Culex quinquefasciatus*, que é o que temos no Brasil, é parte de um complexo de espécies", diz [Constância Ayres, bióloga do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) em Pernambuco]. (JUL-16-44)

No enunciado (95), o presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia admite a insuficiência do conhecimento acerca da relação entre o vírus da Zika e a microcefalia. Ao explicar sobre a questão, o médico traz à tona o termo técnico "viremia", utilizando-se, na sequência, de um operador argumentativo – "ou seja" – para explicar a expressão aludida. Essa estratégia mune o interlocutor de informação para tornar mais compreensível o conhecimento divulgado. Conhecimento esse tratado, vale dizer, de modo *hesitante*, afinal a viremia do vírus da Zika "parece" ser curta. Em outras palavras, explica-se o que o termo técnico significa, mas não se apresenta, com efeito, uma informação conclusiva acerca da questão divulgada.

Uma elucidação parecida com essa examinada ocorre no enunciado (96), em que se aventa o nome científico do pernilongo mais comumente encontrado no Brasil, qual seja o *Culex quinquefasciatus*. Neste discurso, a bióloga da Fiocruz de Pernambuco, ao se utilizar do nome técnico, faz um imediato comentário ilustrativo, marcado linguisticamente por uma oração adjetiva explicativa, portanto, entre vírgulas, a fim de lograr o entendimento do público acerca da variabilidade de tipos de mosquitos que circulam no país.

Conexo à estratégia de *explicação*, destacamos dos enunciados, cujos efeitos de sentido estão próximos à *hesitação*, a *definição* como artifício divulgativo, dado que, para se *definir*, são retratados caracteres particulares, ou, ainda, são demarcados e determinados sentidos por meio da *explicação* de uma concepção ou de um conceito técnico, atribuindo-lhe significado. Desta maneira a estratégia se desenrola no enunciado (97), através do qual o diretor do instituto Butantan oferece uma *definição* de ciência, e no enunciado (98), em que se coloca em evidência a *definição* de uma expressão própria da esfera científica:

(97) No entanto, o diretor [do instituto Butantan, Jorge Kalil] fez a ressalva de que ainda há uma série de dúvidas científicas quanto ao vírus e que, normalmente, uma vacina leva de 10 a 12 anos para ser desenvolvida. "É muito difícil precisar tempo quando a gente faz ciência, porque se soubéssemos a resposta não precisava fazer experimentação", disse. (JAN-16-04)

(98) Segundo os cientistas do instituto [Instituto Carlos Chagas, da Fiocruz de Curitiba], a transmissão da infecção pelo vírus provavelmente se dá por meio das chamadas "células de Hofbauer", um tipo de célula do sistema imune, que defende o organismo. (JAN-16-06)

Partindo de apontamentos de incertezas, tais como “uma série de dúvidas científicas”, patente no enunciado (97), e “a transmissão [...] provavelmente se dá”, no enunciado (98), os argumentos de autoridades exibem em seus discursos *definições* características de textos de divulgação.

Quer seja de modo indireto, como no enunciado (97), ou explicitamente disposta, como no enunciado (98), a *definição* contribui para a progressão textual do texto divulgativo, oferecendo subsídios conceituais ao público, caso, evidentemente, falem-lhe informações prévias para compreender os elementos da notícia. Isso se torna mais claro no enunciado (98), em que, de forma mais direta e concisa, os cientistas da Fiocruz de Curitiba apresentam a *definição* do termo “células de Hofbauer”.

Há de se destacar, para além disso, uma definição dentro de outra *definição*, de forma contiguamente construída. Sob uma construção mais prototípica, as imbricadas *definições*, sobrepostas no encadeamento “‘células de Hofbauer’, um tipo de célula do sistema imune, que defende o organismo”, poderiam ser lidas das seguintes formas: (i) “Células de Hofbauer” são um tipo de célula do sistema imune; (ii) “Sistema imune” é o sistema responsável pela defesa do organismo.

Já no enunciado (97), a *definição* é tacitamente apresentada, mas, provavelmente, não para garantir que o público progrida na leitura do texto, como em (98), e sim para se endossar as possibilidades cabíveis ao universo das ciências, onde se respeita o tempo de desenvolvimento, de seus métodos e de seus processos. Em outras palavras, segundo os cientistas, não se faz ciência repentinamente, de improviso, de súbito. Da implicitude constante na negativa “se soubéssemos a resposta não precisava fazer experimentação”, conclui-se a *definição*, se bem que tautológica, de “ciência”: A ciência é feita de experimentação e desobrigada de prazos precisos.

Seguindo atentos ao procedimento linguístico-discursivo de *expansão*, vale apontar também a estratégia de *exemplificação*. Os enunciados seguintes apresentam *exemplos* que, na notícia de caráter divulgativo, tornam os argumentos de autoridades mais facilmente perceptíveis para um público geral:

(99) “Ainda precisamos descobrir muita coisa. Se há variações no vírus de uma região para outra, e se os bebês de mulheres infectadas que não apresentam sintomas também correm risco”, aponta [Eric Rubin, pesquisador da escola de medicina da universidade de Harvard, nos Estados Unidos]. (FEV-16-15)

(100) "Os resultados preliminares sugerem que o Zika deveria ser oficialmente adicionado à lista de infecções congênitas como a toxoplasmose e o herpes, por exemplo", explica Thália [Thália Velho Barreto de Araújo, médica da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)]. (SET-16-51)

(101) "Se isso for verdade, as áreas onde existe essa circulação de vários tipos de vírus ao mesmo tempo são aquelas onde a relação entre o zika e a microcefalia transpareceria mais", afirmou Amadou [Amadou Alpha Sall, virologista Amadou líder da equipe de pesquisadores do Instituto Pasteur de Dakar, no Senegal], em entrevista coletiva na USP. "Na Polinésia Francesa e em Pernambuco vemos vários vírus circulando ao mesmo tempo" (JAN-16-02)

A *exemplificação* oferecida pelo pesquisador de Harvard, por meio do enunciado (99), ilustra as "coisas" ainda a serem descobertas no que diz respeito à relação entre o vírus da Zika e microcefalia. Interessa-nos dizer, não obstante a expectativa de elucidação em torno da presença de *exemplos* em um texto de caráter divulgativo, neste caso, a utilização do recurso corrobora para a nuance de indeterminação em torno do tema.

No enunciado (100), os *exemplos* trazidos por Thália Velho Barreto de Araújo, da Universidade Federal de Pernambuco, têm a função de ilustrar protocolos preventivos relacionados à gravidez. A lista de exemplos é lembrada, pela médica, como "sugestão" de que se faça a inclusão oficial do Zika vírus na lista de infecções que podem ser transmitidas para gestantes e seus bebês. Essa proposta é feita tendo-se em vista um estudo de caso-controle, realizado por solicitação do Ministério da Saúde do Brasil e que seria, posteriormente, publicado por uma revista médica americana.

É possível inferir que a autoridade reportada assume uma postura de *convicção* no que diz respeito à relação causal entre o vírus da Zika e a microcefalia. No entanto, a *hesitação* se faz eminente à medida que seu discurso vai se materializando em um léxico cujos efeitos de sentido levam o leitor à insegurança à roda das informações, tais como os resultados do estudo serem considerados "preliminares", ou mesmo o fato de a tal inclusão na lista não poder se configurar mais que uma "sugestão".

Mantendo-se, ainda, na atmosfera das incertezas, materializado no enunciado (101), o discurso praticado por dado pesquisador caminha por um campo da hipótese, isto é, da hipótese de a reação imune mais violenta ao vírus da Zika, com efeito mais notável em fetos, estar relacionada a organismos que já tiveram contato com o vírus da dengue. Para ilustrar tal teoria, um virologista, líder de pesquisadores do Instituto Pasteur de Dakar, lança mão dos exemplos de dois epicentros da Zika, onde, simultaneamente, circulam muitos outros vírus: Polinésia Francesa e Pernambuco.

A *hesitação*, nesse enunciado, é notadamente corroborada pela utilização de modalidades associadas ao modo subjuntivo, introduzido pelo operador argumentativo condicional “se”, o que produz o efeito de incerteza, de dúvida; e ao futuro do pretérito, com valor de probabilidade, hipótese ou apontamento carente de comprovação: “Se isso for verdade [...] a relação entre o zika e a microcefalia transpareceria mais”.

Com efeito, podemos perceber que, pela recursividade no *corpus* em estudo, a modalização do discurso é o mecanismo mais produtivo no que se refere à reverberação de sentidos conexos à *hesitação*. Na trilha dos enunciados que conduzem discursos com tal nuance, apontaremos outros casos mais recorrentes, como os auxiliares modais, operadores argumentativos, tempos e modos verbais na construção de sentidos hipotéticos e predicados cristalizados.

Os enunciados (33), (102), (103) e (104) são marcados pela utilização do auxiliar modal “poder”, que engendra efeitos de sentidos em torno do que é possível, ou do que pode acontecer:

(33) “Isso pode colocar muitas dúvidas sobre se a zika é realmente a causa, embora a gente, enquanto profissional, veja que há evidências que fortalecem cada vez mais a hipótese de a zika estar relacionada à microcefalia”, diz Maria Ângela [médica Maria Ângela Rocha, chefe do setor de infectologia pediátrica do Hospital Universitário Oswaldo Cruz da Universidade de Pernambuco]. (FEV-16-19)

(102) “Esses resultados levantam a preocupação de que o vírus possa causar danos severos aos fetos, levando à morte fetal, e pode ser associado com efeitos além dos vistos no sistema nervoso central”, diz Albert Ko, professor da Escola de Saúde Pública de Yale que também participou da pesquisa. (FEV-16-22)

(103) “Estamos tão ocupados em tratar os pacientes com microcefalia que podemos estar deixando de investigar os casos de aborto. Foi isso que nos despertou para alertar a comunidade científica sobre esse caso.” [atribuído a Antonio Raimundo de Almeida, médico diretor do Hospital Geral Roberto Santos e professor da UFBA]. (FEV-16-22)

(104) Ainda aberto a muitas hipóteses para entender a ligação entre zika e microcefalia, o cientista [Paolo Zanotto, virologista Paolo Zanotto do ICB da USP, líder de uma rede de 32 laboratórios] afirma que até mesmo a biologia intestinal dos mosquitos pode estar por trás da distribuição regional dos casos de microcefalia. (JAN-16-02)

Construções tais como “Isso [a existência de uma quantidade pequena de casos de microcefalia em que é possível constatar laboratorialmente a presença do vírus da zika] pode colocar muitas dúvidas”, “o vírus possa causar danos severos aos fetos; “[o vírus] pode ser associado com efeitos além dos vistos no sistema nervoso central”; e “podemos estar deixando de investigar os casos de aborto” remetem a acepções de

hesitação, na medida em que se modaliza o discurso no sentido da chance, da probabilidade de algo acontecer: (i) isso é um ponto vulnerável que propicia muitas dúvidas, (ii) o vírus é capaz de causar danos, (iii) o que existe é a chance de o vírus estar associado a efeitos além dos vistos no sistema nervoso central, (iv) corremos o risco de estarmos deixando de investigar os casos de aborto.

Em outras palavras, as construções remetem a algo que se mantém no campo mais da expectativa do que da constatação, da confirmação. Um efeito de sentido semelhante pode ser percebido no enunciado (104), através do qual um virologista da USP afirma que a biologia intestinal dos mosquitos pode estar por trás da distribuição regional dos casos de microcefalia. Ou seja, existe a chance e a possibilidade de se considerar a biologia intestinal dos mosquitos como elemento determinante na distribuição regional de casos de microcefalia.

Vale dizer que a nuance de hipótese, de incerteza, é evidenciada pela utilização do operador argumentativo “ainda”, que direciona o sentido do discurso para a arena da indefinição: “Ainda aberto a muitas hipóteses”. Vale a pena destacar o léxico que compõe essa construção, essencialmente constituído por palavras que sugerem a imprecisão: “ainda”, “aberto”, “hipóteses”...

A utilização de operadores argumentativos na condução dos argumentos permite construções que fomentam ainda mais a atmosfera de confusão:

(105) Não está descartada nem a hipótese de que o vírus não tenha relação com a microcefalia, afirmam os cientistas [do Instituto de Ciências Biomédicas da USP], ainda que isso seja improvável a esta altura. (JAN-16-02)

A “afirmação” atribuída a cientistas da USP reúne tantas negações no mesmo enunciado que por si só contribuem para a dubiedade de seu discurso: “não”, em “não está descartada”; “nem”, em “nem a hipótese”; novamente outro “não”, em “de que o vírus não tenha”; e o prefixo *in-*, em “ainda que isso seja improvável”.

Fomentando o discurso da *hesitação*, o argumento compõe um quadro em que não está descartada nem a hipótese negativa. Vale destacar, ainda, a presença do modo subjuntivo, em “não tenha relação”, ou “ainda que isso seja improvável” – provocado pelo operador concessivo que, por excelência, introduz uma orientação argumentativa contrária à proposição central –, o que corrobora ainda mais para a

composição de um embaraço em torno das informações divulgadas. Embaraço, incerteza, irresolução, enfim, *hesitação*.

Há outros enunciados que também são marcados pelo modo subjuntivo, deixando o vinco discursivo da *hesitação* materializado em construções conjuntivas, como ilustrado em todos os argumentos de autoridades reproduzidos subsequentemente:

(106) “Vamos assumir que existe uma relação causal e vamos atuar como se ela existisse”, diz Zanutto [Paolo Zanutto, virologista Paolo Zanutto do ICB da USP, líder de uma rede de 32 laboratórios]. Segundo ele, São Paulo e outros estados com grande incidência de dengue também precisam estar preparados para ver o número de casos de zika e de microcefalia subir de março a maio, quando o Aedes se prolifera mais no Sudeste. “A gente está se preparando como se fosse acontecer um surto maciço no verão.” (JAN-16-02)

(107) “A mera presença do vírus não significa que ele tenha causado um problema de nascença, significa que há uma probabilidade”, afirma Arnold Monto, epidemiologista da Universidade do Michigan (EUA). (FEV-16-20)

(108) Segundo o virologista Amadou Alpha Sall, líder da equipe senegalesa, é possível que uma reação imune nociva, caso exista, esteja ligada não só ao zika. Ela se deveria também à sua interação com os vários tipos de vírus da dengue, que são seus parentes próximos evolutivamente. (JAN-16-02)

Desde a presença do operador comparativo – “como se”, no enunciado (106) – e a do operador condicional – “caso”, no enunciado (108) – introduzem-se sentidos de hipótese ou condição necessária para que seja realizada ou não o que se é demandado na proposição principal de cada período. Nesse sentido, depreendemos situações hipotéticas que se desdobram em atuações presumíveis. Em (106), há a orientação do virologista Paolo Zanutto do ICB da USP para que se atue factualmente contra o vírus da Zika ainda que a relação do vírus com a microcefalia seja hipotética. No enunciado (108), o virologista senegalês avança a possibilidade de a reação imune nociva estar ligada não só ao vírus da Zika na hipótese de essa reação existir.

Além das construções conjuntivas que condicionam os verbos ao modo subjuntivo, ou seja, ao modo da dúvida, da incerteza, da hipótese – designadamente as construções “como se ela existisse”, “como se fosse”, presentes no enunciado (106), “ele tenha causado”, no enunciado (107), e “caso exista” e “esteja ligada”, no enunciado (108) –, há de se destacar também o futuro do pretérito com valor de probabilidade – “Ela se deveria também à sua interação com os vários tipos de vírus da dengue”, no enunciado (108). Em especial, a adequação do verbo ao modo subjuntivo em (108) se dá por conta da construção introduzida por outro tipo de

lexicalização passível de modalidade, qual seja a utilização de um predicado cristalizado, como é o caso de “é possível”, constituído da seguinte forma: “é possível que uma reação imune nociva [...] esteja ligada não só ao zika”.

Importa dizer, por fim, que a nuance de incerteza produzida pelos vários tipos de lexicalização aponta, em (108), para uma outra categoria conexas aos discursos de *hesitação*, especificamente a proposta de uma *hipótese alternativa* para o crescente número de microcefálicos que afligia o Brasil dentro desse contexto histórico em exame.

Nessa direção, ainda no eixo das vozes individuais, vale expor os argumentos de autoridades procedentes do âmbito científico que levantam possibilidades diversas com relação à origem do aumento de casos de recém-nascidos microcefálicos no Brasil.

Há discursos, portanto, que apresentam *hipóteses alternativas* para a causa da malformação, que pode não estar precisamente atrelada à infecção pelo vírus da Zika, ou, no caso de estar atrelada, é compreendida pelos especialistas como uma circunstância de associação entre cofatores, tal como sugerido pelo virologista Amadou Alpha Sall, no enunciado (108): “Ela [reação imune nociva] se deveria também à sua interação com os vários tipos de vírus da dengue”.

A partir do procedimento linguístico-discursivo de *expansão* presente nos argumentos de autoridades seguintes, utilizado sob a forma de estratégias como a *exemplificação* e a *metáfora*, os enunciados (101) e (91) também abalizam *hipóteses alternativas* que poderiam explicar a crescente manifestação de casos de microcefalia, inclusive ligados ao Zika:

(101) “Se isso for verdade, as áreas onde existe essa circulação de vários tipos de vírus ao mesmo tempo são aquelas onde a relação entre o zika e a microcefalia transpareceria mais”, afirmou Amadou [Amadou Alpha Sall, virologista Amadou líder da equipe de pesquisadores do Instituto Pasteur de Dakar, no Senegal], em entrevista coletiva na USP. “Na Polinésia Francesa e em Pernambuco vemos vários vírus circulando ao mesmo tempo”. (JAN-16-02)

(91) Alguns especialistas [sem recuperação pelo contexto] sugerem que talvez o zika precise de um cúmplice – como a desnutrição ou uma infecção de outra doença tropical, como a dengue – para causar problemas sérios. (FEV-16-20)

Os exemplos levantados pelo virologista senegalês, no enunciado (101), configuram-se apontamentos acerca de locais onde há condições particulares de coexistência entre Zika e outros vírus. Nesse sentido, aventa-se a possibilidade de que a

resposta mais agressiva ao vírus da Zika estaria sendo estimulada por organismos de pacientes que já tiveram contato com o vírus da dengue. Tanto na Polinésia Francesa quanto no estado de Pernambuco no Brasil, onde há a circulação da Zika concomitantemente com outros vírus, é possível identificar uma alta no número de casos de microcefalia.

No enunciado (91), mais uma vez, uma teorização sobre o desempenho de um cofator no desencadeamento da microcefalia é trazida para discussão. Nesse caso, a divulgação de tal conjectura de cunho técnico é recriada a partir da metáfora do crime, cuja cena se constitui em companheirismo com o criminoso principal, ou seja, em coparticipação de um cúmplice: “talvez o zika precise de um cúmplice”. Tais cúmplices são, antes mesmo de se encerrar a enunciação, estrategicamente exemplificados: “a desnutrição ou uma infecção de outra doença tropical, como a dengue”.

Nessa esteira das *metáforas*, distinguimos enunciados que conduzem sentidos em torno da necessidade de se desenvolver mais pesquisas para se chegar a alguma conclusão referente à relação Zika e microcefalia. Esse sentido da *averiguação* das informações segue se formando em metáforas associadas à guerra ou ao crime.

Precisamente na notícia do enunciado (91), cujo argumento de autoridade fora destacado de uma subparte do texto intitulada “Cúmplice”, a mesma linha metafórica se apresenta, mas em outra subparte, sob um subtítulo denominado “Cano fumegante”:

(109) Cano fumegante

"Até agora, conhecemos a vítima e vimos fumaça saindo do cano de uma arma na mão de outra pessoa", afirmou o médico. "Mas ainda precisamos provar a culpa." [atribuído a Ernesto Marques, pesquisador da Universidade de Pittsburgh que colabora com cientistas brasileiros]. (FEV-16-20)

Para se fazer mais compreensível a dimensão do conhecimento que os cientistas têm sobre a relação entre o vírus da Zika e a microcefalia, o pesquisador da Universidade de Pittsburgh, no enunciado (109), cria uma cena de crime por meio da qual o vírus e a malformação neurológica são personificados. Com isso, o argumento busca engendrar uma maior inteligibilidade para o público a respeito do que se está sendo divulgado.

Seguindo a lógica apresentada no enunciado (109), assim como poder-se-iam, inegavelmente, indicar muitas evidências em uma cena em que alguém, ao lado de uma vítima, se dispõe de uma arma empunhada, cujo cano ainda se encontra

fumegante, a infecção causada pelo vírus da Zika dispõe de uma série de elementos que também indicam muitas evidências sobre sua atuação nos casos de microcefalia. Todavia, ainda inexistente algum elemento basicamente comprovatório, ou seja, ainda há a chance de ele não ser o culpado. Novamente, a ciência se exhibe como atividade que não se baseia tão-somente em evidências, mas em provas.

Daí se ecoarem discursos que apresentam marcadamente a indispensabilidade da constante busca científica: “Mas ainda precisamos provar a culpa”. Também na mesma notícia, encaminhando-se para o encerro do texto, o jornalista apresenta o discurso de “especialistas” que arrematam sobre a necessidade de se desenvolver mais estudos e conciliá-los com as evidências para se resolver o caso do Zika, qual seja, se, de fato, ele é o antagonista da história, ou se se resume a um injustiçado, cuja aparência e coincidências a sua volta fazem-no parecer culpado:

(92) Segundo especialistas, será preciso uma combinação de estudos e evidências de laboratório para determinar, ao fim, se o zika é o vilão ou apenas parece ser. (FEV-16-20)

Ainda a partir dessa estratégia divulgativa, quer dizer, das construções metafóricas um tanto quanto violentas, tais como a de um vilão armado frente a uma vítima, outra metáfora se delineia, agora, sob a forma de uma “tática de combate”:

(110) “Para combater o alvo certo, é preciso ter duas coisas combinadas”, explica Ricardo Lourenço, chefe do Laboratório de Mosquitos Transmissores de Hematozoários do IOC e líder do estudo. “A primeira é achar insetos na natureza infectados com o vírus; a segunda é constatar em laboratório que o mosquito é capaz de transmitir o vírus pela saliva.” (JUN-16-37)

A metáfora bélica, apresentada no enunciado (110), mais uma vez remete a um alvo a ser combatido. Produzir mais pesquisas, mais saberes, nesse contexto, configura-se como uma estratégia eficaz de poder, de ação, de combate contra “o alvo certo”.

Distanciando-se dessas metáforas que remetem ao campo das relações conflituosas, há, ainda, outras construções figuradas relevantes enquanto estratégias divulgativas. No enunciado (111), um médico do Instituto de Biologia da UFRJ se vale da metáfora como procedimento de *expansão*. Ao explicar que a cloroquina atua na célula impedindo o acometimento do vírus, a autoridade do campo científico utiliza-se, em seu discurso de divulgação, de representações conceituais calcadas em referências com o cotidiano, tais como “ela fecha a porta de entrada do vírus”:

(111) "A cloroquina não atua diretamente no vírus, e sim na célula que vai ser infectada pelo vírus, e faz com que não possa ser penetrada. Basicamente ela fecha a porta de entrada do vírus, que não consegue entrar no citoplasma da célula", disse [Amílcar Tanuri, médico que coordena a pesquisa no Laboratório de Virologia Molecular do Instituto de Biologia da UFRJ] à BBC Brasil.

Ele afirma, entretanto, que o trabalho "ainda está no campo do tubo de ensaio", e que muitos testes ainda são necessários. Por isso, não arrisca falar em prazos. "Não temos tido muito aporte de verbas para nossos projetos pelo governo", lamenta. (JUN-16-37)

Além da explicação eminentemente voltada para um aspecto técnico-conceitual, Amílcar Tanuri levanta questões mais políticas acerca da importância de se dar andamento aos trabalhos científicos, para que se continue a submeter os achados à *averiguação*. Ao ilustrar que as pesquisas ainda estão em um estágio prematuro e não diretamente aplicável, o médico lança mão de uma metáfora do próprio campo semântico da ciência: "ainda está no campo do tubo de ensaio".

A evocação da imagem de um tubo de ensaio na composição dessa metáfora, ou seja, a alusão a um recipiente de vidro, pequeno, usado para se realizarem experimentos de pequena escala, não é por acaso. Além de ser um símbolo, para o senso comum, da prática de experiências científicas, de experiências das ciências prototípicas, o tal "campo do tubo de ensaio" representa a vultosa distância que ainda há entre o saber encastelado dentro de um laboratório e a decorrência que, de fato, possa atingir sensivelmente a sociedade fora dele.

No mesmo sentido da divulgação em torno não necessariamente do conhecimento produzido, mas especificamente do conjunto de etapas ou passos necessários ao método científico para se estudar dado fenômeno, uma pesquisadora brasileira da London School of Hygiene and Tropical Medicine, no Reino Unido, destaca da crise em saúde pública brasileira a conveniência de se poder "observar", em tempo real, o desenvolvimento científico:

(112) "Mais dados estarão disponíveis em breve de Pernambuco, Colômbia, Rio de Janeiro e talvez outros locais. A produção rápida de conhecimento durante essa epidemia é uma oportunidade de observar a ciência em desenvolvimento: da formulação de novas hipóteses e produção de novos resultados que trarão confirmações e contradições até o refinamento de métodos e a construção gradual de um consenso", afirma Laura [Laura Rodrigues, pesquisadora brasileira da London School of Hygiene and Tropical Medicine, no Reino Unido], que não participou do estudo. (MAR-16-24)

Dos passos metodológicos evidenciados pela voz de autoridade, até que se atinja uma certa "construção gradual de consenso", "confirmações" e "contradições" naturalmente farão parte do processo. Esse apontamento pode contemplar a prática

dos discursos resvalados por entre o matiz de sentidos depreendido do *corpus* organizado em nosso trabalho. Os polos desde a hesitação, à convicção.

Mas, acima de tudo, vale destacar o ponto positivo encontrado pela pesquisadora acerca da epidemia no Brasil: a oportunidade de se observar a ciência em desenvolvimento. Observar a ciência em desenvolvimento é, portanto, uma oportunidade, segundo a cientista, que se oferece às pessoas em geral. Apropriadamente, ao atribuir traços distintivos a essa pesquisadora, o jornalista reforça a posição, inclusive, de “observadora” que ocupa tal autoridade: “afirma Laura, que não participou do estudo”.

Ainda sobre a divulgação da ciência como algo que demande a necessidade de *averiguação*, a partir do enunciado (113), Farrah Mateen, pesquisadora da Escola Médica de Harvard, afiança que encontrar o tão buscado resultado para a incógnita em torno da relação entre Zika e microcefalia resume-se a uma questão de se “fazer a pesquisa corretamente”:

(113) “Isso vai ser solucionado”, afirma Farrah Mateen, pesquisadora da Escola Médica de Harvard, de Boston. “É apenas uma questão de fazer a pesquisa corretamente.” (FEV-16-20)

De tal discurso subentende-se que, se as pesquisas que até então estão em desenvolvimento não chegaram a uma solução, é porque não foram feitas corretamente. Apesar de dada enunciação ecoar como uma afronta aos cientistas e às instituições que estão em processo de elaboração do conhecimento, tal discurso pode ser, ao mesmo tempo, endossado pelas enunciações das autoridades brasileiras, tais como a do médico da UFRJ, especificamente a partir do enunciado (111): “Não temos tido muito aporte de verbas para nossos projetos pelo governo”.

Em outras palavras, no Brasil, não se está a desenvolver pesquisas de forma correta e há razões concretas para que isso aconteça. No mais, a cientista americana não deixa de relegar, em seu discurso, todo o processo científico em desenvolvimento para o campo do equívoco metodológico, ou seja, do “não fazer corretamente”.

De qualquer modo, mesmo no caso de que esta fosse a verdadeira questão e a prática científica finalmente repousasse sobre as mãos de quem pudesse, com efeito, desenvolver corretamente dada pesquisa, a afirmação categórica da cientista dos EUA atua como uma espécie de abono para um *vaticínio*: “Isso [se o vírus da Zika tem ou não relação com a microcefalia] vai ser solucionado”.

Por se falar em *vaticínios*, vale dizer que esse tipo de discurso, quando conduzido dentro do eixo das vozes individuais, não se ostenta como o de maior recorrência no âmbito científico de procedência. Ainda assim, os *vaticínios* apresentam-se de modo relativamente significativo, em geral, associando-se à antecipação de conjunturas, a prognósticos e previsões alarmistas e, ou, a predições catastróficas. Ou não, para além disso, muitas vezes podem estar relacionados também a desígnios científicos que representam, de alguma forma, soluções para o impasse por que passava o país naquele contexto histórico.

Dessa maneira, os enunciados que tangem aos *vaticínios* deslizam desde apontamentos acerca de ações profícuas afiançadas pela ciência, até discursos em tom de alerta relacionados à epidemia de Zika e à microcefalia. Identificamos, primeiramente, no *corpus*, previsões e desígnios científicos que assinalam possíveis expedientes frente a crise em saúde pública.

Nos discursos que oferecem estimativas para o desenvolvimento de alguma novidade científica, as previsões são apresentadas por marcadores de tempo, tais como “tempo [...] de um ano”, “vacina [...] em 3 a 5 anos”, presentes no enunciado (114); “em três anos [...] ter alguma coisa”, no enunciado (45); e “em dois anos [...] ter a vacina”, no enunciado (115):

(114) Diante da urgência da situação, o diretor do instituto [Butantan], Jorge Kalil, calcula que o tempo recorde para que o instituto comece a realizar os primeiros testes em macacos é de um ano e que a vacina pode ser registrada em 3 a 5 anos. (JAN-16-04)

(45) "Se nós conseguirmos cortar todos os espaços, em três anos talvez a gente possa ter alguma coisa. Em vias normais, com algum atraso que eu possa ter, nós falamos em cinco anos. Isso em termos bastante rápidos", disse Kalil [Jorge Kalil, diretor do instituto Butantan]. (JAN-16-04)

(115) “As novas tecnologias são fundamentais para conseguirmos acelerar o processo de desenvolvimento da vacina. Se as fases correrem dentro do esperado, em dois anos poderemos ter a vacina pronta para produção”, observou Pedro Vasconcelos, [diretor] do Evandro Chagas. (MAI-16-34)

Os prazos pontuados pelas autoridades – pesquisadores e líderes de institutos de pesquisas – são trazidos no discurso como amostra do esforço que o corpo de cientistas do país vem empregando em torno do caso em divulgação. Aliás, não só esforço, mas celeridade em todo o processo científico.

Nessa expectativa, no enunciado (114), o diretor do instituto Butantan, levando em conta a “urgência da situação”, calcula que o tempo até se chegar aos primeiros testes seja um “recorde”. Assim, no enunciado (45), patente na mesma notícia, o discurso aponta

para a necessidade de se “cortar todos os espaços” a fim de se alcançarem, o mais rápido possível, soluções para a crise. Na previsão do diretor, seriam necessários três anos para se “ter alguma coisa”. Essa projeção é prontamente confrontada, no mesmo enunciado, com as “vias normais”, por meio das quais os pesquisadores levariam, “em termos bastante rápidos”, pelo menos cinco anos para a produção de uma nova vacina.

No enunciado (115), a autoridade não só faz referência a esse mesmo empenho e a essa mesma agilidade empregados pelos cientistas, com também pontua uma espécie de enaltecimento da tecnologia para o método: “As novas tecnologias são fundamentais para conseguirmos acelerar o processo”. Isso pode sugerir que o Instituto Evandro Chagas, no Pará, associado a uma universidade do Texas, nos Estados Unidos, esteja conectado com modernas ferramentas tecnológicas para o desenvolvimento científico, atuando, portanto, na vanguarda do processo.

Nessa esteira da divulgação acerca das novidades tecnológicas em torno do caso da Zika, um pesquisador de Harvard descreve, sob o argumento reportado em uma notícia sucedida no mesmo semestre dos enunciados anteriores, um protótipo de teste para diagnosticar o vírus:

(116) Em entrevista à BBC Brasil, o pesquisador Keith Pardee [do Instituto Wyss, da Universidade Harvard, nos EUA], um dos responsáveis pelo protótipo, disse que o objetivo é deixar o teste do tamanho de um papel de recados, que caiba até no bolso e possa ser guardado mesmo sem refrigeração por até um ano.

“Ainda queremos fazer com que funcione também com amostras de urina e saliva”, disse. O Instituto, segundo Pardee, busca parcerias para financiar as novas fases de pesquisa e produção. (JUN-16-37)

Ao apresentar as características do futuro teste, o pesquisador americano compara-o a um papel de recados, tornando a novidade mais facilmente imaginável pelo público leitor. Essa estratégia divulgativa se faz interessante em um veículo a partir do qual as informações são direcionadas para um público geral, heterogêneo, sobretudo ao se tratar de um modelo que ainda não fora concretamente concluído.

Notabilizamos, portanto, previsões e desígnios científicos que indicam recursos para solvência da questão discutida e divulgada durante o estado de Emergência. Não obstante, grande parte dos enunciados conexos aos *vaticínios* identificados por nós sugere que o escopo do discurso esteja no aumento do alerta sobre o vírus da Zika e, também, sobre a sua relação com a microcefalia.

Há, nesses termos, apontamentos acerca de um futuro desdobramento do atual estado de coisas, ou, ainda, acerca de um possível resultado da situação corrente, agravado pelas consequências de dada conjuntura. Isso pode ser observado nos enunciados seguintes:

(117) Os pesquisadores [Daniel Lucey e Lawrence, especialistas escrevendo na revista *Journal of the American Medical Association*] dizem que a OMS "ainda não assumiu um papel de liderança na pandemia de zika", apesar de "as dimensões globais da zika estarem claras e de urgência renovada com a aproximação dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro". (JAN-16-10)

(118) "Se o risco de infecção pelo vírus zika em mulheres grávidas e de microcefalia nos fetos que elas carregam for semelhante em outras zonas geográficas onde o vírus ainda não se espalhou, podemos esperar muitos casos de microcefalia e outros efeitos adversos do cérebro", alertam os autores do estudo [pesquisadores dos CDC e da Universidade de Harvard]. (MAI-16-35)

(119) "O vírus já foi identificado em muitas espécies de mosquito em um ambiente silvestre, em Senegal e Uganda. Por que no ambiente urbano só um tipo de mosquito transmitiria?" [atribuído à Constância Ayres, bióloga do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) em Pernambuco]. (JUN-16-37)

(120) Pesquisadores brasileiros e britânicos conseguiram confirmar a relação de causalidade entre o vírus da Zika e a microcefalia em recém-nascidos e recomendam que as autoridades de saúde em todo mundo se preparem para uma epidemia global de casos de microcefalia e outras complicações ligadas ao vírus. (SET-16-51)

(121) Nathalie Broutet, coordenadora de pesquisa sobre a zika da OMS, ressaltou à EFE que ainda não chegou a época das chuvas, quando o vetor transmissor do vírus - o mosquito *Aedes aegypti* - se multiplica com maior facilidade, o que deve aumentar a possibilidade de infecção. (FEV-17-02)

Antecipações a respeito do que estaria por se desenrolar, como no enunciado (117), bem como prognósticos, como os apresentados nos enunciados (118) e (121), constituem discursos que se referem a condições favoráveis ao agravamento da atual situação, tais como as dimensões globais que tomaria a Zika com a aproximação dos Jogos Olímpicos de 2016; o risco de infecção pelo vírus, caso sejam semelhantes as especificidades geográficas do Brasil com outras zonas por onde ele ainda não tenha se espalhado; e a época das chuvas, quando o vetor transmissor do vírus se multiplica com maior facilidade.

No enunciado (119), uma pergunta retórica, colocada pela bióloga da Fiocruz de Pernambuco, estimula a reflexão do leitor acerca da possibilidade de outros mosquitos também serem vetores do Zika, o que aumentaria exponencialmente as chances de transmissão do vírus.

A partir de um ato diretivo, configurado sob a forma de uma "recomendação", presente no enunciado (120), pesquisadores brasileiros e britânicos vaticinam uma epidemia global, pressupondo o assentimento da relação causal entre o vírus da Zika

e a microcefalia em recém-nascidos: “Pesquisadores brasileiros e britânicos conseguiram confirmar a relação de causalidade entre o vírus da Zika e a microcefalia”. E é, particularmente, esse discurso da *convicção* um dos mais presentes no âmbito científico para o eixo das vozes individuais reportadas no portal G1.

Enunciados que conduzem o efeito de sentido da *convicção* apresentam, com frequência, marcas linguísticas que tonificam semanticamente o caráter resolutivo dos discursos das autoridades. Em especial, há diversos tipos de lexicalização das modalidades que marcam a *convicção* relacionada ao tema divulgado.

Nos enunciados que se seguem, podemos observar o emprego de advérbios modalizadores, operadores argumentativos e palavras de aceção assertiva que reforçam a atitude resolutiva dos discursos:

(122) “Com certeza é um risco considerável e se a infecção do feto ocorrer e a microcefalia se desenvolver, não temos a capacidade de alterar o resultado daquilo que é uma doença muito ruim e que, às vezes, é fatal ou deixa crianças incapacitadas mentalmente para o resto da vida”, afirmou [Scott Weaver, diretor do Instituto de Infecções Humanas e Imunidade]. (JAN-16-10)

(123) Os pesquisadores dos CDC e da Universidade de Harvard determinaram que havia uma forte relação de causa e efeito entre a infecção pelo vírus zika durante o primeiro trimestre da gravidez e o risco de microcefalia fetal, que é insignificante nos segundo e terceiro trimestres.

No entanto, mais pesquisas são necessárias para compreender os efeitos do vírus zika em todas as fases da gravidez, apontam os pesquisadores. (MAI-16-35)

(85) “Uma especialista em doenças infecciosas de Recife, no Brasil - que era o epicentro da primeira grande epidemia de microcefalia associada à zika - Turchi trabalhou sem parar, perdendo refeições e tempo de sono para descobrir o que estava acontecendo”, diz o texto de Frieden [Tom Frieden, cientista que foi o diretor dos Centros para Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) até o início de 2017]. “Os estudos de Turchi foram parte de uma investigação de emergência que, em última instância, provaram que o vírus da zika de fato causa microcefalia - algo de que muitos céticos duvidavam.” (ABR-17-03)

No enunciado (122), o diretor do Instituto de Infecções Humanas e Imunidade concorda com o fato de as pessoas temerem o vírus da Zika. Ao dizer que o risco é considerável, seu discurso está marcado pela locução adverbial modalizadora “com certeza” que, por excelência, representa o sentido da *convicção*.

Vale destacar os atributos relacionados a essa autoridade reportada, descritos pelo jornalista na notícia, no momento em que se busca compor a “personagem” científica responsável pelo discurso: Scott Weaver é diretor do Instituto de Infecções Humanas e Imunidade e seu laboratório tem acesso restrito, monitorado pela polícia e pelo FBI. Além

disso, para conseguir ouvir o cientista, a BBC teve de fazê-lo dentro das instalações do laboratório. Em suma, para além do estereótipo do cientista encastelado, eunuco do saber⁷², deparamo-nos com uma figura científica policialmente protegida.

A propósito, mais que estigmatizar o cientista, tal descrição pode sugerir uma valorização do trabalho jornalístico, já que o jornalista se exhibe como capaz de conectar-se a fontes a que as pessoas, em geral, certamente não teriam acesso, evidenciando uma finalidade fundamental da popularização do conhecimento conferida ao portal de notícias: sem a prática da divulgação científica, informações de um técnico-científico como esse não chegariam ao público comum.

Para mais que a locução adverbial modalizadora, apontada no enunciado (122) como prototípica de um discurso de *convicção*, diversas escolhas lexicais na constituição desse sentido compõem, da mesma forma, outras enunciações. Isso é perceptível no enunciado (123), o qual apresenta um discurso indireto, (re)elaborado pelo jornalista, com marcas linguísticas conexas ao campo da indubitabilidade. Apontamos, em especial, nesse sentido, o verbo “determinar”, em “Os pesquisadores [...] determinaram que havia uma forte relação de causa e efeito”, já que tal léxico está relacionado, precisamente, à indicação, ao estabelecimento, de modo exato, de certo fenômeno. Além dele, vale sublinhar, na mesma construção, o adjetivo “forte”, que robustece a acepção de segurança, de firmeza, referente ao conhecimento produzido pelos pesquisadores dos CDC e da Universidade de Harvard acerca da relação causa e efeito estabelecida entre Zika e microcefalia.

Atentando-nos, ainda, para a presença marcante de palavras associadas a um caráter semântico de resolução, o enunciado (85) apresenta, por meio do argumento de autoridade, um verbo conexo à acepção do demonstrar, do evidenciar, do revelar a verdade por meio de razões e fatos: “Os estudos de Turchi foram parte de uma investigação de emergência que, em última instância, provaram que o vírus da zika de fato causa microcefalia”.

A rigor, “provar” é demonstrar a verdade por meio de provas, o que nos faz remeter, mais uma vez, ao modelo grego arcaico de se produzir verdade, fundamentado no jogo de provas. Tal modelo, segundo Foucault, não se mantém na Grécia Clássica, passando-se a prevalecer, no referido período, o mecanismo de busca da verdade sob uma espécie de “lei das metades”, ferramenta de análise

⁷² Recuperando mais uma vez o aforismo de Nietzsche, contundentemente crítico à postura intelectualizada, que se aparta da vida cotidiana.

foucaultiana central para a peça “Édipo-Rei”, que nos ajuda a compreender aspectos relacionados à estrutura da tal “vontade de saber”. Quanto ao argumento de Tom Frieden, as provas produzidas pelos estudos da pesquisadora brasileira demonstraram a existência de um fenômeno do qual muitos céticos duvidavam. Em última instância, apresentadas as provas, não há mais incertezas, nem mais céticos.

Sob “forte consenso” – com destaque novamente para uma adjetivação que reforça o sentido da *convicção* – a concepção em torno do “provar” aparece no enunciado (124), materializando a tal “lei das metades” por intermédio da metáfora do quebra-cabeça. Destarte, a verdade é descoberta a partir do encaixe de partes:

(124) “Há um forte consenso científico de que a Zika causa microcefalia, mas os resultados preliminares desse estudo são as peças que faltavam em um quebra-cabeças para provar essa ligação”, explica Laura Rodrigues, professora de epidemiologia da London School. (SET-16-51)

No quebra-cabeça do exame científico, a convicção total só é estabelecida mediante o achado da peça que falta, designadamente: “os resultados preliminares desse estudo”. Sendo assim, a descoberta da verdade decorre do ajuste e do encaixe das metades.

Para além da constituição metafórica em torno da busca pela verdade, outros procedimentos cognitivos pululam nos enunciados do âmbito científico. Dito de outro modo, os enunciados encaminham metáforas que são capazes de representar não só processos científicos, tal qual nos enunciados (124) e (86), mas também conceitos técnicos abstratos que carecem de algum tipo de elucidação para o público leigo.

Um exemplo desse arsenal metafórico pode ser apreendido no enunciado (89). A começar por um sintagma nucleado por um verbo de atitude proposicional, “Agora sabemos”, o discurso se desenvolve apoiado na metáfora do percurso, cujo “primeiro passo” é o conhecimento convictamente já sabido:

(86) “Agora sabemos as vias moleculares, então demos o primeiro grande passo rumo a uma terapia alvo para microcefalia induzida por zika”, diz Jae Jung, um dos autores do estudo e professor do Departamento de Microiologia Molecular e Imunologia na USC. (AGO-16-48)

É possível observar no enunciado a celebração, por parte do pesquisador, do primeiro passo dado no percurso sentido a uma terapia alvo para microcefalia causada pelo vírus da Zika. Se se dá um passo rumo a uma terapia para tal malformação, cuja

causa é a Zika, pressupõe-se que a relação entre Zika e microcefalia já é dada como definida.

Para mais, além dessa *metáfora* do percurso, já examinada em outro momento de nossa análise, destacamos a presença marcante de outra construção metafórica, frequente nos discursos articulados pelas vozes individuais que procedem do âmbito científico, qual seja a concepção de célula como uma fábrica:

(125) O que essas proteínas fazem é desregular mecanismos celulares como o da autofagia, tipo de “reciclagem celular”. “O vírus da zika aumenta a atividade em sua fábrica de reciclagem para que ele possa usar a energia e nutrientes resultantes para se replicar”, diz Jung [Jae Jung, um dos autores do estudo e professor do Departamento de Microbiologia Molecular e Imunologia na USC].

“É possível que, como o zika está usando a maior parte da energia, as células-tronco neurais ficam com déficits metabólicos. Portanto as chances para elas diferenciarem e amadurecerem em neurônios e outros tipos de células cerebrais são bem menores”, completa. (AGO-16-48)

Ao explicar o processo segundo o qual o vírus da Zika provoca a microcefalia – importa dizer que, neste caso, há a *convicção* de que o vírus possa levar à microcefalia –, o professor do Departamento de Microbiologia Molecular e Imunologia na Califórnia tenta ilustrar como duas proteínas do vírus possam ser as responsáveis pela desregulação celular que resulta na malformação. Para tanto, o professor lança mão da metáfora da “fábrica de reciclagem”, a partir da qual o protagonista vírus tem um papel ativo, gerindo o estabelecimento de modo a utilizar energia e nutrientes conforme seu próprio arbítrio.

Tais elementos triviais, como “reciclagem” e “fábrica”, aproximam o novo conhecimento apresentado às experiências cotidianas do leitor, ou seja, busca-se diminuir a distância que há entre a informação técnica-científica e as concepções típicas das relações sociais habituais.

Propriamente a mesma *metáfora* da “fábrica” é apresentada pela neurocientista Patricia Garcez, se bem que em notícias diferentes, em momentos diferentes, mas com a mesma finalidade de divulgar o conhecimento:

(126) “É um vírus muito agressivo, ele mata as células em 12 dias. Ele usa todo mecanismo da célula, dessa fábrica celular para produção do vírus para se auto replicar, se auto reproduzir”, explica a neurocientista Patricia Garcez. (MAI-16-32)

(127) “O vírus altera os genes específicos associados à formação de neurônios, que são muito importantes. Sem eles os neurônios não se formam. A maquinaria toda da célula começa a fabricar vírus”, diz [Patrícia Garcez, pesquisadora do Instituto de Ciências Biomédicas da UFRJ]. (JUN-16-37)

Dado procedimento linguístico-discursivo de *expansão* do conhecimento, materializado com base na *metáfora* da “fábrica”, utilizada como estratégia divulgativa, busca tornar o conceito abstrato mais acessível ao senso comum. Isso, claro, a partir de uma informação nova divulgada, trazida por meio da associação com elementos mais prosaicos. Nestes casos em destaque, pressupondo, antecipadamente, a *convicção* em torno da relação causal estabelecida entre o vírus da Zika e a microcefalia.

Tal efeito de sentido em torno da *convicção* está entre os mais frequentes nos enunciados do eixo das vozes individuais, se levarmos em conta os discursos das autoridades procedentes do âmbito científico.

Não obstante, pensando de modo global os discursos reportados a partir do mesmo âmbito, os enunciados que conduzem nuances de *hesitação* são categoricamente os mais recorrentes.

Para além da *convicção* e da *hesitação*, todavia, são também relativamente presentes discursos que tangem às *hipóteses alternativas*, discutidas durante o contexto histórico em questão, e à necessidade de *averiguação* e de desenvolvimento de mais pesquisas, franqueada pelas autoridades nesse mesmo íterim. Ambas nuances de sentidos são elementares para que as autoridades do campo das ciências pudessem, então, ou ajuizar posicionamentos mais contundentes acerca da relação (ou não) entre Zika e microcefalia, ou manter um discurso hesitante frente à inconclusividade do processo.

Essa dinâmica encontrada no conjunto dos enunciados procedentes do âmbito científico elucida o comportamento discursivo das autoridades praticado por meio das vozes individuais, qual seja, um movimento sucedido entre polos antagônicos de sentido, entre a *hesitação* e a *convicção*, frente a possibilidade de haver uma ligação dos casos de microcefalia com o vírus da Zika, sem negligenciar, no entanto, a existência de indicadores alternativos para a construção do conhecimento sobre o qual se tem ou não se tem *convicção*. Parte significativa dos enunciados das autoridades do âmbito científico conduz discursos que concebem o fazer ciência como um procedimento que requer métodos e condições os quais, muitas vezes, podem não levar a uma resposta imediatamente conclusiva.

Quando comparada essa dinâmica dos discursos procedentes do âmbito científico com aquela dos discursos procedentes do âmbito político, é possível

identificarmos a recursividade da *hesitação* na divulgação sobre o conhecimento em voga. No entanto, os discursos procedentes do âmbito político, frente ao painel da irresolução com o qual se depara a população e sobre o qual as autoridades têm de responder, tendem, não raras vezes, à elaboração de prognósticos, previsões e, enfim, a desígnios científicos que vão desde planos técnicos a serem implementados até avisos espalhafatosos que sugerem a configuração de uma conjuntura desoladora por conta da epidemia.

Em termos gerais, os âmbitos de procedência político e científico relativos ao eixo das vozes individuais constituem o epicentro dos enunciados reportados pelos jornalistas durante o período de estado de Emergência em Saúde Pública. Esses argumentos de autoridades se materializam, dentro das categorias propostas na metodologia deste trabalho, em construções que ora divulgam novidades científicas sobre o caso em foco, ora meramente fomentam a discussão sobre o tema, instigando ainda mais a necessidade de busca por novas informações, haja vista o caráter oscilante através do qual o conhecimento é disseminado.

Esse caráter oscilatório nos é apontado a partir de uma série de estratégias divulgativas, através de distintos discursos que produzem efeitos de sentido matizados, que se deslizam por entre as categorias de *ineditismo*, *hesitação*, *hipóteses alternativas*, *averiguação*, *vaticínios* e *convicção*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta empreitada, debruçados sobre um conjunto de enunciados, propusemo-nos a investigar, nas notícias do portal *G1*, as vozes de autoridades, trazidas pelos jornalistas, assumidas, em sua condição de existência, como discursos. Para tanto, posicionamo-nos no rastro desses discursos, observando a materialidade linguística presente nos textos. Já que tratamos de discursos como uma prática que põe em funcionamento os enunciados e as suas relações, nosso esforço se deu no intuito de investigá-los, em sua materialização, particularmente a partir dos argumentos de autoridades reportados nas notícias publicadas pelo referido portal. Buscamos, nessa esteira, compreender tais práticas concretas presentes em tais discursos, tendo em conta sua relação com o contexto histórico delimitado, designadamente, o do estado de Emergência em Saúde Pública declarado no Brasil, compreendido entre novembro de 2015 e maio de 2017. Esse contexto corresponde a um momento em que sucedeu a tão discutida relação entre a circulação do vírus da Zika e o aumento de casos de microcefalia no país. Esse contexto histórico cingiu nossa análise, havendo, pois, uma relação em via de mão-dupla entre as práticas discursivas e as não discursivas perpetradas nos discursos examinados.

Ao se considerar, então, o discurso como evento eminentemente histórico, procuramos um exame que respeitasse suas condições de emergência, a partir dos recortes espacial e temporal em que se praticavam os discursos identificados para a posterior análise. Todavia, mais que respeitar os discursos pelas marcas de tempo e de espaço, mediante as quais aqueles emergiam, buscamos ponderar, de modo mais amplo, sobre as próprias notícias eleitas para comporem o *corpus*, enquanto documentos históricos, bem como sobre as práticas de discurso, a sua formação social e os campos discursivos nos quais se enredavam tais textos.

Frente às notícias selecionadas por nós no portal *G1* pela temática concernente à relação entre vírus da Zika e microcefalia, destacamos os discursos de autoridade reportados pelos jornalistas, frequentemente utilizados como forma de validação dos (não) saberes em divulgação, tais discursos procederam de diversos âmbitos, sendo conduzidos por meio de distintos tipos de voz. Interessou-nos, efetivamente, observar os enunciados a partir de conjuntos organizadores através dos quais eles pudessem ser configurados e, em seguida, analisados por nós. Elementos não discursivos como instituições, eventos políticos, econômicos e culturais, que influenciavam na

emergência e na produção de discursos, caracterizaram esses conjuntos de enunciados como um ambiente de dispersão. Delimitamos, portanto, grupos de enunciados para podermos analisar discursos, situando-os em conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência. Procuramos, nesse sentido, semelhantes sistemas de dispersão, definindo regularidades entre os grupos. Assinalamos a materialidade da língua em distintos domínios discursivos a fim de que sistematizássemos os enunciados coletados e dispuséssemos-los uns em relação aos outros, por julgarmos pertencer ao mesmo campo ou a campos distintos. Assim, investigamos sobre as notícias publicadas, ordenando e identificando elementos linguístico-discursivos especialmente presentes nos argumentos de autoridades.

Haja vista esse procedimento analítico que aparelhasse as informações inventariadas, distribuímos os discursos de autoridades identificados nas notícias em dois eixos principais: um que abarcasse argumentos atribuídos a instituições, organizações e associações; e um outro que englobasse argumentos individualizados, precisamente, aqueles conduzidos pela voz de especialistas, ou de representantes de órgãos administrativos, políticos e, claro, científicos. Importa dizer que esses dois eixos foram percebidos de forma imbricada, uma vez que as vozes individuais, além de responderem, muitas vezes, como uma representação coletiva, carregavam indicativos do atributo institucional, prática essa que seria uma das mais eficientes estratégias divulgativas para se gerar o efeito de credibilidade conferido ao indivíduo reportado. Noutra via da argumentação, não obstante, a fim de se produzir um efeito de sentido ligado à responsabilidade sobre dada informação, indivíduos, a partir de uma dada instituição, praticavam discursos em primeira pessoa, assumindo pessoalmente um comprometimento sobre o que enunciavam, configurando, assim, o indivíduo perito como figura fiadora das informações divulgadas.

De toda forma, é justamente na designação de nomes e na apresentação de detalhes, predicados e particularidades atribuídos às autoridades que se constitui a sensação de competência outorgada ao sujeito do conhecimento trazido às notícias. As autoridades, reportadas pelos jornalistas no texto de divulgação científica, fundadas em dispersões e descontinuidades, sugerem posições distintas a cada enunciado praticado, justamente por partirem de lugares, da mesma forma, distintos, em que há (inter)ditos, lutas e modos de existência. Esses elementos influem na constituição dos enunciados e afirmam, ao mesmo tempo, a integridade do enunciador. Enquanto analistas, empreendemos examinar em nosso *corpus* as

posições necessárias a esses enunciadores, de modo que se habilitassem as autoridades enquanto sujeitos de certos enunciados.

Dada essa dispersão do sujeito, ao pensarmos as ações concretas das autoridades enquanto sujeitos incitadores e produtores de saberes, fez-se fundamental a atenção dada ao *status* que envolvia esses enunciadores, bem como à competência que eles deveriam assumir para tal enunciação, a sua inserção em determinado campo do saber e a sua posição dentro de uma instituição. Os discursos apareceram como marcados pela heterogeneidade discursiva e, enfim, pela posição, de onde concretamente foram enunciados.

Assim é que, sob dois grandes eixos construtivos, buscamos identificar, nas notícias que compõem o *corpus* em estudo, os âmbitos de procedência a partir dos quais partiam os argumentos de autoridades. Notadamente, não ignoramos, em tal procedimento metodológico, a articulação que há entre os âmbitos, sobretudo a alicerçada sobre o binômio saber e poder, tendo em conta que para haver saber não se necessita renunciar o poder. Nesse caso, em vista de se contemplarem aspectos acentuados em um e em outro domínio, particularizamos os âmbitos de procedência do seguinte modo: político, científico, jurídico e econômico. São esses âmbitos, na prática, todos os âmbitos de procedência identificados por nós no limite do *corpus* em exame.

A classificação sobre a qual nos debruçamos emergiu sintomaticamente da própria recursividade de sentidos praticados no *corpus*, ou melhor, dos sentidos conduzidos em enunciados a partir dos argumentos de autoridades que foram reportados nas notícias do portal durante o período estudado. Foi, pois, justamente pela identificação decorrida desse conjunto de enunciados que configuramos as categorias analíticas a partir das quais examinamos os procedimentos linguístico-discursivos praticados na divulgação científica sobre a relação entre o vírus da Zika e a microcefalia.

As subcategorias sob o matiz de sentidos, interligadas aos dois grandes eixos de vozes, formaram o esqueleto organizacional dos argumentos de autoridades, identificados por nós, nas notícias do *G1*. Partindo da *hesitação* e da *convicção* como dicotomia fundamental através da qual se moviam os discursos analisados, consideramos outras nuances que orbitavam em torno desses polos. Aquém ou além deles, em cruzamento, ou em intersecção, deparamo-nos com sentidos matizados que se deslizavam desde o *ineditismo* do fato divulgado e das pesquisas envolvidas

sobre a questão; até as propostas e *hipóteses alternativas* para explicar tal evento; ou mesmo até o reconhecimento de que os saberes se encontravam em *averiguação* e que, portanto, havia a necessidade de se desenvolverem mais pesquisas sobre o tema; e, para mais que isso, os *vaticínios* sobre a dimensão que tal enfermidade poderia tomar.

Ao depreendermos do *corpus* o matiz de sentidos por intermédio do qual se moviam os enunciados das autoridades, percebemos que, reiteradamente, as informações divulgadas demonstraram-se estar sob efeito da instabilidade do conhecimento em elaboração. Evento discursivo esse que se materializava em construções linguísticas distribuídas variavelmente entre nuances de sentidos próximos à *hesitação* e à *convicção*, instituindo-se no texto divulgativo a atmosfera de volubilidade experimentada durante o contexto histórico da crise em saúde pública.

Objetivando, à vista disso, compreender de modo mais panorâmico os efeitos de sentido produzidos durante o contexto delimitado, organizamos e expusemos alguns dados encontrados no *corpus* que pudessem oferecer uma visão mais abrangente acerca das novidades divulgadas. Essa visualização pôde nos mostrar um mapeamento das expressões linguísticas associadas à instabilidade do conhecimento no processo de disseminação de informações nas notícias publicadas no *G1* referente ao tema em questão. Para tanto, consideramos as escolhas lexicais realizadas pelos especialistas ao apontarem questões concernentes à relação entre o vírus da Zika e a microcefalia. Ao organizarmos as expressões a partir de um *continuum* entre os dois extremos, o da *hesitação* e o da *convicção*, pudemos perceber que, ao contrário de uma pretensa suposição de que a evolução no intervalo cronológico definiria a divulgação de conhecimentos mais precisos sobre a problemática, as nuances de sentidos produzidos não se ajustaram à variável do tempo. Ou seja, fez-se marcante durante todo o período estudado a intercorrência de informações que variavam entre os dois polos de dissenso, independentemente da variável temporal.

Outra amostra desse caráter inconstante relacionado às informações circuladas pelas vozes de autoridades situou-se no modo através do qual causa e efeito na relação Zika e microcefalia foram tratados nas notícias durante o período. Examinamos, por meio de enunciados reportados pelos jornalistas, discursos que se deslizavam desde a subestimação de apontamentos causais, conduzida pela autoridade trazida ao texto, até discursos de superestimação em torno das possíveis consequências atribuídas à infecção causada pelo vírus da Zika. Essas “verdades” não

consolidadas foram exploradas nas notícias, constituindo-se polos de desacordo típicos de uma polêmica. Os jornalistas trouxeram para uma mesma arena uma profusão de discursos que, mesmo não sendo, efetivamente, alterações face a face, foram organizados em blocos como um debate, explicitando-se divergências e apontando-se oposições.

Para além dessa visão geral sobre os discursos circulados nas notícias, os quais patenteavam o clima de incerteza materializado em aspectos linguísticos apontados por nós neste trabalho, examinamos, organizadamente, dois grandes grupos de enunciados, arrançados pelo que denominamos de eixo das vozes institucionais e eixo das vozes individuais. Ao focarmos nesses eixos organizacionais, pensando-se os elementos linguístico-discursivos marcantes nas duas estruturas, identificamos traços que caracterizavam de forma mais abrangente cada uma dessas grandes categorias, antes mesmo de procedermos especificamente a um esquadrinhamento das estratégias divulgativas que compunham o processo de disseminação de informações.

Do primeiro eixo instituído, o das chamadas vozes institucionais, destacamos discursos que, na maior parte das vezes, estiveram relacionados à apresentação de dados numéricos em torno da relação entre o Zika vírus e a microcefalia. Esse painel de dados, em geral, fora apresentado não apenas a fim de que se mantivesse o público atualizado da crise instaurada, mas, sobretudo, para que se direcionassem ações sobre o público, sobre a população. Embora procedentes tanto do âmbito político quanto do científico, os argumentos de autoridade identificados no referido eixo encontravam-se massivamente conectados ao âmbito político. O eixo dos argumentos institucionais concentrou discursos que davam figura a um poder sustentando não somente, mas, sobretudo, pelo Estado. Sendo o discurso uma prática social, deparamo-nos, a valer, com o produto das relações de poder. Na assimetria das relações sociais, o poder exercido por essas autoridades marcava, de modo produtivo, a construção social da realidade, fazendo circular novas informações, formando a população, provocando um novo estado de coisas, enfim, produzindo discursos.

Ainda na esteira desse eixo das vozes institucionais, pudemos destacar em nossa análise a presença de diversos gêneros que serviram aos jornalistas como fonte de informação. Foram desses gêneros informativos, tais como boletins epidemiológicos, informes, comunicados, notas, anúncios e entrevistas, que, com

frequência, os jornalistas obtinham acesso aos argumentos de autoridade que comporiam suas notícias. Em geral, a função social específica desses textos era a de demonstrar um painel de dados acerca da circulação da Zika e sua possível relação com ocorrências de microcefalia. Suas informações deram conta de subsidiar às notícias publicadas, propagando-se conhecimentos sobre a evolução do número de casos, as regiões afetadas e a situação atualizada do conhecimento sobre a relação entre o vírus e a malformação naquele momento. Não obstante, destacamos, em nossas reflexões, o papel fundamental dos discursos de autoridade como atuantes nas políticas públicas em posse dos dados apreendidos, discursos esses materializados em apontamentos estatísticos, normativos e, muitas vezes, coativos.

Nesse sentido, na implicação mútua que há entre poder e saber, o Estado se valia do saber para instruir e disciplinar a população. O controle do Estado mostrou-se ser exercido por intermédio da vigilância sobre os indivíduos. Ao exercer tal prática discursiva, as instituições buscavam não só informar, mas transformar a população.

Nosso olhar, lançado sobre os enunciados pertinentes ao eixo institucional, pôde alcançar um fenômeno inusitado peculiar à sociedade disciplinar, qual seja, a estrutura do tipo panóptico, por meio da qual a população se situa na posição de espetáculo. Na vigilância ininterrupta sobre os indivíduos, exercendo-se o controle – cujo objetivo é monitorar, ou melhor, transformar a população – números, dados e informações, em jogo, realocam a própria população do papel de público para o de evento a ser assistido. E, na divulgação científica, se o tema impacta diretamente a população, as informações tornam-se, para o público, especialmente instigantes e noticiáveis.

É mesmo recorrendo ao argumento de autoridade, na voz das instituições governamentais, científicas e jurídicas, que a população é concebida como espetáculo. Isso, claro, com o auxílio da catapulta da mídia. Por meio de um processo cíclico, através do qual o público/espetáculo é motivado pelo fato de o que se está em divulgação afetar diretamente sua vida cotidiana.

Interessante ao tratamento linguístico dado nesta tese, os discursos institucionais das autoridades, no cerceamento e no controle da população, materializavam-se em marcas formais as quais procuramos submeter a um atento exame. Os verbos dicendi, no contexto da vigilância, apresentaram-se como produtiva estratégia linguístico-discursiva na introdução de discursos reportados, a qual fluía, no *corpus* estudado, entre as acepções de aconselhamento, orientação, sugestão,

solicitação, enfim, entre os sentidos conexos a uma atitude injuntiva. Além disso, destacamos que essas construções, por vezes, estiveram sujeitas à modalização do discurso, atenuando-se cargas semânticas que poderiam estar mais próximas do autoritarismo, da arrogância, ou da prepotência. Nessa continuidade, consideramos aspectos pragmáticos em torno de construções verbais que, ao serem modalizadas, constituíram-se como atos diretivos, expressando atos ilocutórios que buscavam incitar no público dada ação, dada atividade ou, enfim, dada conduta.

Ao se pensar, nesse mesmo seguimento, a modalização do discurso, foi possível percebermos, no momento da enunciação, certas atitudes das autoridades, ao se relacionarem com seu público. Ou seja, observamos também as marcas linguísticas com as quais os enunciadores assinalavam seus enunciados. No jogo da argumentação, ao gerarem efeitos de sentidos conexos ao “necessário”, ao “dever”, ao “possível”, as autoridades marcavam sua posição no que se referia à crise em saúde pública.

Em um último estágio a respeito, ainda, da investigação sobre o eixo das vozes institucionais, ponderamos sobre os procedimentos linguístico-discursivos empregados na divulgação do conhecimento, enfocando-nos, mais especificamente, nas categorias propostas em nossa metodologia. Sob uma reflexão em que se levassem em conta os argumentos a partir de seus âmbitos de procedência, distinguimos, do âmbito científico, alguns parcos enunciados situados entre a *hesitação* e a *convicção*. Sendo, com efeito, a maior parte dos enunciados do referido eixo procedente do âmbito político, foi possível identificarmos discursos conexos ao matiz de sentidos espalhados entre o *ineditismo*, a *hesitação*, a *averiguação* e a *convicção*. Não obstante, os enunciados procedentes do âmbito político se avolumaram, notadamente, entre a *hesitação* e a *averiguação*, o que habilitaria o engendramento de um efeito de sentido global associado ao caráter vacilante em torno das informações reportadas. Melhor dizendo, talvez não vacilante, mas, ao que nos pareceu, contida, considerando-se o posicionamento menos contundente das instituições, quando nos referimos, especificamente, à relação entre o vírus da Zika e microcefalia, frente à crise em saúde pública enfrentada pelo país naquele contexto. Ou seja, menos contundente não na condução da crise, da população, mas na condução do conhecimento científico propriamente dito.

Já no outro alicerce organizacional, apontado por nós como eixo das vozes individuais, pudemos reunir enunciados que conduziam discursos mais pessoais.

Embora, muitas vezes, fortemente atrelados a indicadores institucionais, disseminavam-se os enunciados como discursos de indivíduo, assumindo, inclusive, marcas linguísticas de primeira pessoa. Em uma análise mais abrangente lançada sobre o referido eixo, consideramos as referências dêiticas que assinalavam discursivamente o papel de enunciador atribuído às autoridades. Nesses termos, foram significativos alguns tipos de lexicalização – tais como as marcas deixadas por pronomes e verbos, bem como as construções modais – que contribuíam para a produção de um efeito de sentido congruente à exposição do enunciador.

Em geral, destacamos que as construções em primeira pessoa marcadas pelo uso de pronomes produziram efeitos de sentido em torno de uma espécie de esforço pessoal, ou mesmo de pertença a determinado grupo, ostentados discursivamente pelas autoridades relatadas. Não obstante, os elementos linguísticos mais produtivos identificados na condução dos discursos individuais foram, sem dúvida, os verbos. Algumas lexicalizações das modalidades relacionadas aos verbos demonstraram-se capazes de gerar o efeito da presença do enunciador nos discursos reportados. Em especial, as modalidades ligadas em matiz ao “saber” e ao “crer” constituíam discursos ora autoritários, ora tolerantes. Quer dizer, ao se utilizarem de acepções conexas ao verbo “saber”, dada autoridade praticava um discurso que avalizaria o conhecimento divulgado como algo incontestável, mascarando nuances próximas à *hesitação*. Na outra via da modalidade, no entanto, os discursos cujos sentidos fossem mais próximos à acepção do “crer” tendiam a um discurso de maior flexibilização sobre o conhecimento divulgado, ou seja, não se demonstraria, em tal caso, um esforço em mascarar a *hesitação*.

De qualquer forma, o que podemos evidenciar acerca da nossa proposta organizacional é que os argumentos de autoridade associados ao eixo individual assim o foram identificados por terem se constituído como discursos pessoais, cuja materialização se dava, essencialmente, por intervenção de verbos e pronomes, gerando efeitos de sentido em torno do engajamento do enunciador na prática do discurso. Posto isto, os tipos de exposição desse enunciador puderam sugerir distintos modos de engajamento. Na generalidade, identificamos inclusões da primeira pessoa que remetiam à mostra da face do enunciador, prática discursiva essa que variava desde uma elementar *exposição pessoal*, até a provocação do efeito de sentido de *cumplicidade* com o interlocutor, ou, ainda, de *espírito de grupo*, de *modéstia* e de *atenuação de responsabilidade*.

As autoridades ligadas às vozes individuais, trazidas pelos jornalistas para as notícias em difusão, conseguiam assumir sua presença no discurso reportado, assinalando diferentes matizes de engajamento do locutor com relação ao que se argumentava. Explicitamente marcadas pela primeira pessoa, ao produzir enunciados, as autoridades delineavam o quadro sócio-histórico conexo ao seu tempo, ao seu lugar e às instituições que as cingiam. Nesse sentido, tais enunciações compunham uma cabível representação sobre a crise em saúde pública instaurada naquele conexto.

Ao refletirmos especificamente sobre o conjunto de enunciados que compuseram o matiz de sentidos mais recursivos no eixo das vozes individuais, os argumentos de autoridade se distribuíram consoante três âmbitos de procedência: o científico, o político e o jurídico. A partir do âmbito jurídico, identificamos apenas dois enunciados, os quais apontavam para o sentido da *convicção*. Não obstante, os discursos de maior volume circulado foram mesmo os atrelados ao âmbito político e, sobretudo, ao científico.

Do âmbito científico, partiam discursos, em maior peso, ligados ao sentido da *hesitação*. O segundo sentido mais recorrente esteve associado à *convicção*, se bem que com um número inferior à metade dos enunciados encontrados para o primeiro. Além desses sentidos, os enunciados das autoridades procedentes desse âmbito deslizavam também, de modo relativamente significativo, para os sentidos da *averiguação* e do *vaticínio*.

Essa dinâmica dos discursos individuais procedentes do âmbito científico sugeriu-nos que os argumentos de autoridade associados a esse campo, em geral, concentravam-se no plano das incertezas, sem deixar, entretanto, de promover apontamentos bem definidos e seguros sobre o tema em divulgação. Além disso, identificamos um número considerável de argumentos que acenassem tanto para os possíveis desdobramentos da crise, quanto para o reconhecimento de que os saberes acerca da relação Zika e microcefalia ainda estavam em construção, indicando-se, portanto, a necessidade de se desenvolver mais pesquisas com o intuito de, afinal, oferecer respostas mais conclusivas à sociedade. Assim sendo, os posicionamentos de tais autoridades configuraram discursos mais ponderados com relação a toda profusão de incertezas aventadas naquele momento.

Admitindo, desse modo, a ciência como uma prática afeita à constante construção de informações, as possíveis respostas produzidas por figuras atreladas

ao âmbito científico não se demonstraram sempre precisas, havendo, dessa maneira, *hesitação* no apontamento de resultados. Notadamente, longe de ser um atestado de insuficiência laborativa, pode-se dizer que o discurso científico se ostentou como monumento à cautela, haja vista sua constituição enquanto atividade sistemática e dependente de processos metodológicos rigorosos na busca pelo conhecimento. Posto isso, dados os métodos científicos requeridos, não por acaso, em tal âmbito, as informações até puderam se apresentar, muitas vezes, de modo irresoluto, mas quando efetivamente foram de modo determinante, apontaram resultados *convictos*, assumindo seu discurso como fonte da verdade.

Mais adiante, ao considerarmos os discursos conduzidos pelas vozes individuais procedentes do âmbito político, notamos que o sentido da *hesitação* também se fez preponderante, entretanto, a influência dos discursos mais *convictos* fora menor, cedendo-se um considerável espaço para os discursos conexos aos *vaticínios*, ou, às especulações sobre o futuro, sopesando-se cenários e eventos possíveis, ou além disso, prováveis e desejáveis.

Essa outra dinâmica sugere a representação de uma espécie de compromisso, ou promessa, içada pelas autoridades, mirando à sociedade em geral. Sendo assim, como forma de exercício político, parece que os discursos procedentes desse âmbito, a partir de uma estratégia para se conduzir a população, indicavam urgência e interesse em dar algum tipo de resolução visando a satisfazer os anseios populares, mesmo que essa resolução se configurasse apenas como um indicativo de ações que estariam por vir, ou, na melhor das hipóteses, que já estariam sendo planejadas. Para além disso, há de se destacar a presença significativa de prognósticos desfavoráveis e, muitas vezes, alarmistas em torno da crise em saúde pública. Possivelmente, esse tipo de discurso, também, funciona, de modo produtivo, como técnica de governamentalidade, já que o alarde poderia levar, de alguma forma, a população a se atentar para a seriedade do problema. Desta maneira, a depender dos argumentos de autoridades do âmbito político, o público ou poderia nem ter acesso a uma resposta precisa, ou, no caso de a ter, tal resposta se encontraria ainda no plano dos prognósticos.

Grosso modo, no eixo das vozes individuais, os âmbitos político e científico constituíam o domínio basilar a partir do qual se praticavam a maioria dos discursos de divulgação sobre o conhecimento. Em especial, no que se refere aos aspectos linguístico-discursivos que materializaram o processo de disseminação das

informações, destacamos diversas estratégias divulgativas utilizadas. Pensando o âmbito político, examinamos, nos argumentos das autoridades reportadas, tanto recursos modais quanto procedimentos linguístico-discursivos associados à *expansão* na disseminação de informações. No âmbito científico, apontamos diversas estratégias divulgativas, como a *narrativização*, a *explicação*, a *definição*, a *exemplificação* e a *metáfora*. Estratégias essas empregadas no intuito de se aproximar a esfera técnica-científica da esfera não técnica, do público leigo, heterogêneo.

Eis, então, como se deu, no portal *G1*, o processo de disseminação sobre o conhecimento científico. Em especial, com efeito, sobre a relação aventada entre a circulação do vírus da Zika e os numerosos casos de microcefalia entre o final de 2015 e o início de 2017 no Brasil. Essa discussão invadiu os portais de notícias pelo país, caso emblemático do portal *G1*, objeto de nosso estudo. Nossas análises podem contribuir – guardadas as limitações de nosso trabalho – para se compreender uma parte do processo de divulgação científica na mídia on-line brasileira.

Ao depreendermos do *corpus* as muitas vozes envolvidas nesse processo, observamos distintas perspectivas relacionadas aos argumentos de autoridades, suficientes para constituírem tendências e visões de mundo sujeitas, não só a um novo contexto em que se encontravam relatadas, ou a um novo cenário em que estiveram realocadas, mas, inclusive, à reformulação de um novo locutor a que foram submetidas. Enfim, é sabido que o processo de divulgação científica é marcado pela recontextualização do discurso. Os saberes constituídos pelos discursos das autoridades exibiram-se, em nosso *corpus*, sob determinada perspectiva, no caráter polêmico e estratégico do conhecimento, ordenados em sua pluralidade e conforme âmbitos, opiniões e pontos de vista diversos, os quais poderiam ser capazes de interferir, inclusive, na percepção do público em relação ao tema.

Nossa proposição neste trabalho é a de que um conhecimento em divulgação, que seja, evidentemente, impactante para a população – ou porque a mídia fez a população acreditar nisso, ou porque, por algum motivo, a população (se sinta impactada e) creia que isso afete mesmo suas vidas –, quando ainda se encontra em desenvolvimento, oscila entre duas categorias discursivas dicotômicas, a *hesitação* e a *convicção*. Isso pode se dar pela própria imaturidade das pesquisas em desenvolvimento, as quais não conseguem acompanhar o ritmo pressuroso das publicações de notícias; ou, ainda, justamente pela ausência de observações

científicas suficientemente determinantes em dado contexto, mas que se demonstram, em alguns pontos, ser conclusivas, mesmo que não bastantes para satisfazerem os anseios do público naquele momento.

A reboque dessa identificação no *corpus* estudado, dos polos centrais através dos quais se organizaram os argumentos de autoridades, reconhecemos também, como já explanado, subcategorias discursivas que giravam na órbita daquelas extremidades. Constituiu-se, dessa maneira, um quadro divulgativo acerca da relação Zika e microcefalia, no portal de notícias *G1*, complexo pelas acepções às voltas do *ineditismo* (o pão quente que todo mundo quer comer), da *averiguação* (a legitimação do não resolvido, do não concluído), dos *vaticínios* (uma brecha para os alarmismos) e das *hipóteses alternativas* (um dos motores para a reprodução de boatos). Ao trazer essa gama de sentidos que faziam emergir os discursos de autoridades para o espaço público, os jornalistas criaram um ambiente propício à polêmica. Ao ser divulgado dentro desse quadro de volubilidade, seja essa volubilidade intencional ou não, o dissenso trazido para o espaço público foi capaz de incitar não só mais ainda a produção de textos de divulgação científica, mas o próprio interesse do público.

Não enjeitamos, notadamente, a existência sensível de uma vontade de verdade por parte do público. A julgar pelo reflexo direto do tema na vida das pessoas, podemos assinalar que poderia haver, sim, um autêntico interesse pelo tema noticiado. Falamos, com efeito, inegavelmente de uma demanda legítima: o público, muito provavelmente, fez-se ansioso por novas informações. E a mídia, por ser sua ocupação, buscou ter oferta para o público, necessitando apresentar informações sobre o novo fato em questão. Isso é o que a mídia faz, ainda que não tenha informações suficientes para tal, tem que as oferecer. E não só os profissionais de comunicação foram levados a anunciar dados novos, mas os cientistas, as autoridades de Estado... as autoridades, de alguma forma, foram impelidas a apresentar respostas. Por consequência, inserido num contexto histórico de imaturidade das investigações científicas, haja vista o grau de novidade acerca do conhecimento em questão, e, ao mesmo tempo, movido a ofertar novidades, o portal divulgava informações carentes de um desenvolvimento definitivo. Deparamo-nos, por isso, com discursos volúveis e, muitas vezes, desconstruídos.

Esse processo acaba por fomentar um movimento circular na divulgação científica: os meios de difusão nutrem o interesse do público, oferecendo-lhe informações instáveis, as quais, justamente por serem instáveis, suscitam a

necessidade de atualização por parte do público, que, por seu turno, busca mais informações sobre o conhecimento nos mesmos meios, os quais têm de (cor)responder à demanda do público. Quanto mais a mídia divulga informações volúveis, mais o assunto vai se tornando polêmico, o que retroalimenta o interesse da população. A mídia cria um espetáculo em torno da informação e o público, ávido pelas novidades, impulsiona-a mais ainda a divulgar. Assim, no círculo da divulgação científica, o portal *G1* engrena as partes que retroalimentam o processo de transmissão de informações na mídia on-line brasileira.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. Tradução de Mônica Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2017.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**. A teoria do romance. São Paulo: Hucitec: UNESP, 1998.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, S. **Dos sites noticiosos aos portais locais**. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, Campo Grande, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/barbosa-suzana-jornalismo-online.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

CALSAMIGLIA, H. Divulgar: itinerarios discursivos del saber: una necesidad, un problema, un hecho. **Quark**, Barcelona: Observatorio de la Comunicación Científica, Universitat Pompeu Fabra, n. 7, p. 9-18, 1997.

CALSAMIGLIA, H. Crónica de una ciencia anunciada. Reflexiones sobre el nuevo discurso publicitario de las empresas biotecnológicas. **Quark**, Barcelona: Observatorio de la Comunicación Científica, Universitat Pompeu Fabra, n. 12, p. 19-28, 1998.

CALSAMIGLIA, H.; CASSANY, D. Voces y conceptos en la divulgación científica. **Revista Argentina de Lingüística**, Argentina, v. 11-15, p. 173-208, 1999.

CALSAMIGLIA, H. La comunicación social de la ciència com a pràctica discursiva. Presentació d'un projecte In: BRUMME, J. (Ed.). **La historia de los lenguajes iberorrománicos de especialidad**. La divulgación de la ciencia. UFP (Barcelona)/Vervuert (Frankfurt)/ Iberoamericana (Madrid): Institut Universitari de Lingüística Aplicada, p. 273-281, 2001.

CALSAMIGLIA, H. (Ed.). Popularization discourse. **Discourse Studies** London: Sage, v. 5, n. 2, p. 139-146, 2003.

CARMO E. H.; PENNA G.; OLIVEIRA W. K. **Emergências de saúde pública: conceito, caracterização, preparação e resposta**. Estudos Avançados, v. 22, n. 64, São Paulo: 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n64/a03v2264.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

CASSANY, D.; MARTÍ, J. Estrategias divulgativas del concepto prión. **Quark**, Barcelona: Observatorio de la Comunicación Científica, Universitat Pompeu Fabra, n. 12, p. 56-66, 1998.

CATALDI, C. **Los transgénicos en la prensa española**: una propuesta de análisis discursivo. 2003. 409f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 2003.

CATALDI, C. A divulgação da ciência na mídia: um enfoque discursivo. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. S.; CATALDI, C. **Gênero discursivo, mídia e identidade**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007a, p. 155-164.

CATALDI, C. Análise discursiva da denominação utilizada na mídia impressa para representar e divulgar o conhecimento sobre planta transgênica. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. S.; CATALDI, C. **Gênero discursivo, mídia e identidade**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007b, p. 193-209.

CATALDI, C. A definição utilizada como estratégia divulgativa sobre transgênico na mídia impressa. **Vertentes**, São João Del-Rei: UFSJ, n. 32, p. 256-265, 2008.

CATALDI, C. A ciência na mídia impressa: a divulgação debate sobre transgênico. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. S.; CATALDI, C. **Práticas discursivas: construindo identidades na diversidade**. Viçosa, MG: UFV, Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGLT, 2009, p. 43-63.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

CIAPUSCIO, G. Lingüística y divulgación de ciencia. **Quark**, Barcelona: Observatorio de la Comunicación Científica, Universitat Pompeu Fabra, n. 7, p.19-28, 1997.

FAJKARZ, C. **Homepages de sites noticiosos: entre o jornalismo e o marketing: um estudo de caso dos sites MSN, UOL e Globo.com**. 2013. 171 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2013.

FERRERO, C. L. **A mescla de vozes em artigos jornalísticos: o caso da “Vaca Louca”**. In: GOMES, M. C. A.; CATALDI, C. MELO, M. S. S. (Org.). Estudos discursivos em foco: práticas de pesquisa sob múltiplos olhares. Viçosa- MG: Ed. UFV, 2011, p. 93-110.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

FISCHER, R. M. B. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de Pesquisa. Rio de Janeiro, n. 114, p. 197-223, 2001.

FOUCAULT, M. (Org.). Foucault: a critical reader. New York: Basil Blackwell, 1986.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2002.

FOUCAULT, M. (1969). **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

GARCIA, M. P. **Disseram por aí: deu zika na rede! Boatos e produção de sentidos sobre a epidemia de zika e microcefalia nas redes sociais.** 2017. 237f. Dissertação (Mestrado em Informação Científica e Tecnológica em Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

GRANDE, C. G. **A produção da informação em sites de notícias: um olhar sobre o G1 e a Folha de S. Paulo.** 2015. 145f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

HERCOVITZ, H. G. **Características dos portais brasileiros de notícias.** Califórnia States University Long Beach, EUA: 2009.

KOCH, I. V. **Argumentação e Linguagem.** 10^a ed. – São Paulo: Cortez, 2006

LAKOFF, G. (1987). **Women, fire and dangerous things.** Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

MACHADO, R. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault.** 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MACHADO, R. **Introdução: por uma genealogia do poder.** In: FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação.** Tradução de Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da Enunciação.** Organizado por Sírío Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, diversos tradutores. Curitiba: Criar Edições. 181p. 2006a.

MAINGUENEAU, D. **Cena de enunciação.** In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006b.

MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em análise do discurso.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, D. (1995). **Gênese dos discursos.** Tradução de Sírío Possenti. 2. ed. Curitiba: Criar Edições, 2016.

MALINVERNI, C. **Epidemia midiática de febre amarela: desdobramentos e aprendizados de uma crise de comunicação na saúde pública brasileira.** 2016. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MARCUSCHI, L. A. **A ação dos verbos introdutórios de opinião.** Intercom. Rev. Bras. de Com., São Paulo, ano XIV, n. 64, p. 74-92, jan.-jun. 1991.

MARQUES de MELO, J. **Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo**. São Paulo: FTD, 1992. Disponível em: <<http://www.fag.edu.br/adverbio/artigos/artigo02%20-%20adv06.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2009.

MORAES, C. H.; LOOSE, E. B.; GIRARDI, I. M. T. Dengue, zika e chikungunya: análise da cobertura do risco de doenças associadas às mudanças climáticas sob a ótica do jornalismo ambiental. **Anuario Estudios en Comunicación Social Disertaciones**, Bogotá, v. 10, p. 120-132, jul./dez. 2017.

MULKAY, M. **Science and the sociology of knowledge**. Londres: George Allan & Unwin, 1980.

NOCCIOLI, C. A. M. **Análise das estratégias linguístico-discursivas na divulgação de temas tabu na Revista Superinteressante**. 2010. 145f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

NOCCIOLI, C. A. M. **Manifesto contra os grilos**: a conduta de professor e aluno no ensino-aprendizagem em língua materna. Revista de Ciências Humanas, Viçosa, UFV, v. 11, p. 377-389, 2011.

NOCCIOLI, C. A. M. Divulgação de tema tabu na revista Mundo Estranho: a reformulação do discurso sobre ciência. In: PATTI, A. R.; FARIA, D. O.; GIORGENON, D.; GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A. (Org.). **Textecendo discursos na contemporaneidade**. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014.

NUNES, M. F. H. **Da mídia impressa à on-line**: uma análise do discurso jornalístico do Globo e do portal G1. 2014. 144f. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2014.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas: Pontes, 2013.

PALACIOS, M. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo online: o lugar da memória. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Orgs.). **Modelos do jornalismo digital**. Salvador: Editora Calandra, 2003.

PRAZERES, G. G. S.; SOUZA, I.; MACIEL, B. Mídia e divulgação de conhecimentos sobre as doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti* em Recife - Pernambuco. **Razón y Palabra**, Quito, v. 20, p. 3-25, out./dez., 2016.

SARDINHA, G. P. **Estratégias de significação no jornalismo on-line**: o espanto em narrativas dramáticas. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, N. D. **Divulgação científica e saúde**: o ciclo jornalístico dos discursos sobre dengue nos jornais Folha de S. Paulo, O Globo, Meio Norte e O Dia. 2017. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

TAYLOR, J. R. **Linguistic categorization**: prototypes in linguistic theory. 2. ed. Oxford: Clarendon Press (1st ed., 1989), 1995.

TOMASELLO, M. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: Martins fontes, 2003.

TOP Sites in Brazil. **Alexa**, 2017. Disponível em:
< <https://www.alexa.com/topsites/countries/BR> >. Acesso em: 08 jun. 2017.

VAN DIJK, T. A. **Cognição, discurso e interação** (org. e apresentação de Ingedore Villaça Koch). 6. ed. São Paulo – SP: Contexto, 2004.

VOSS, J.; NAVARRO, P. A noção de enunciado reitor de Michel Foucault e a análise de objetos discursivos midiáticos. **Linguagem em (Dis)curso (Online)**, v. 13, p. 95-116, 2013.

VASCONCELLOS, Z. M. C. A influência da experiência cotidiana na linguagem. In: **VIII Fórum de Estudos Lingüísticos**. Caderno de Resumos do VIII Fórum de Estudos Lingüísticos. Rio de Janeiro: José Pereira da Silva, 2005.

7. ANEXOS

7.1. Anexo I: Lista⁷³ de manchetes e quadros numéricos panorâmicos

Lista 2015/Novembro

G1	
Governo declara emergência em saúde por casos de microcefalia	(11 de nov.)
Vírus da zika é 'principal hipótese' para aumento de microcefalia, diz ...	(17 de nov.)
Ministério da Saúde confirma relação entre microcefalia e o vírus da ...	(28 de nov.)
UOL	
Pela primeira vez no mundo, zika vírus é relacionado a microcefalia ...	(17 de nov.)
Com "surto" de microcefalia, falta inseticida para mosquito da zika ...	(21 de nov.)
Portal Brasil	
Governo aciona ações de emergência diante da alta de casos de ...	(12 de nov.)
Perguntas e respostas sobre a microcefalia	(24 de nov.)
Ministério da Saúde confirma relação entre vírus zika e casos de microcefalia	(28 de nov.)
EBC	
Há indícios de relação entre casos de microcefalia e zika, diz diretor ...	(17 de nov.)
Ministério da Saúde confirma relação entre vírus Zika e microcefalia	(28 de nov.)
Jornal do Commercio (Portal NE10 – UOL)	
Zika, chicungunha e dengue: saiba diferenciar	(20 de nov.)
Microcefalia pode reduzir 6 meses após pico de zika	(27 de nov.)
Zika/Microcefalia: 'É um novo capítulo na história da medicina'	(29 de nov.)
BBC	
Governo confirma relação entre zika vírus e epidemia de microcefalia	(28 de nov.)
El País	
Microcefalia: a doença que passou a assombrar as grávidas no Brasil	(24 de nov.)
Revista Época	
140 crianças nasceram com microcefalia em PE. Ninguém sabe o ...	(11 de nov.)
Diário de Pernambuco	
Microcefalia atinge 42 municípios de Pernambuco	(11 de nov.)

⁷³ Caso haja interesse por parte de algum pesquisador em se desenvolver um trabalho na esteira do *corpus* organizado na presente tese, há um arquivo devidamente preservado que contém todos os *hyperlinks*, os quais possibilitam acesso a cada uma das notícias associadas às manchetes expostas nesta lista. Basta solicitar via e-mail: carlos.noccioli@ifsuldeminas.edu.br.

Quadro numérico 2015/Novembro

NOVEMBRO 2015	
Portal	Número de notícias publicadas
G1 – Seção Bem Estar e Afiliadas Globo	3
Revista época (Globo)	1
Portal Brasil (governo)	3
UOL	2
Jornal do Commercio (Portal NE10 – UOL)	3
EBC (Agência Brasil)	2
BBC	1
El País Brasil	1
Diário de Pernambuco	1
TOTAL	17

2015/Dezembro

G1	
Vírus da zika: entenda transmissão, sintomas e relação com ...	(5 de dez.)
Sorocaba investiga primeira suspeita de microcefalia causada por ...	(9 de dez.)
Manaus tem 16 casos notificados de zika vírus, aponta Semsa	(9 de dez.)
CE tem 134 casos de microcefalia no ano com suspeita de relação com zika	(29 de dez.)
BH tem aumento de 30% de casos de microcefalia por suspeita de ...	(23 de dez.)
CE tem 134 casos de microcefalia no ano com suspeita de relação ...	(29 de dez.)
UOL	
Com 2.782 casos e 40 mortes, microcefalia se espalha pelo Brasil	(22 de dez.)
EBC	
Além do zika vírus, microcefalia está associada a outras doenças na ...	(2 de dez.)
Microcefalia associada ao vírus zika preocupa gestantes em vários ...	(12 de dez.)
Vírus Zika e microcefalia: tire suas dúvidas	(19 de dez.)
El País	
“O quadro do vírus zika é dramático. O Governo demorou 8 meses ...	(9 de dez.)
Revista Época	
O avanço assustador do zika vírus	(7 de dez.)
Diário Catarinense	
Zika e microcefalia podem se espalhar por todo o país	(10 de dez.)

Portal O Dia	
Zika vírus: entenda a transmissão, os sintomas e a relação com ...	(5 de dez.)
Revista Crescer	
Zika e microcefalia: Ministério da Saúde divulga protocolo de ...	(14 de dez.)
Rede Brasil Atual	
País tem 2.782 casos suspeitos de microcefalia causada por Zika ...	(22 de dez.)
Casa Saudável (Portal NE10 – Blogs UOL)	
Microcefalia e zika: Fiocruz PE investiga fatores de risco que podem ...	(10 de dez.)
BBC	
Microcefalia: Mães no sertão vivem angústia de não ter diagnóstico ...	(15 de dez.)

Quadro numérico 2015/Dezembro

DEZEMBRO 2015	
Portal	Número de notícias publicadas
G1 – Seção Bem Estar e Afiliadas Globo	5
UOL	1
El País Brasil	1
Revista Época (Globo)	1
Diário Catarinense (Gauchazh)	1
Portal O dia	1
Revista Crescer (Globo)	1
Rede Brasil Atual	1
Casa Saudável (Portal NE10 – Blogs UOL)	1
EBC (Agência Brasil)	3
BBC	1
TOTAL	17

Quadro numérico total 2015

TODAS 2015			
Portal	Número de notícias publicadas	Grupo	Total de notícias publicadas por grupo
G1 – Seção Bem Estar e Afiliadas Globo	8	Globo	11
Revista época	2		
CRESCER	1		
Portal o dia	1		
Portal Brasil (governo)	3		
UOL	3	Folha	7
Jornal do Commercio (Portal NE10 – UOL)	3		
Casa Saudável (Portal NE10 – Blogs UOL)	1		
EBC (Agência Brasil)	5		
BBC	2		
Rede Brasil Atual	1		
Diário Catarinense (Gauchazh)	1		
El País Brasil	2		
Diário de Pernambuco	1		
TOTAL	34		

Quadro de distribuição mensal das publicações de 2015

	NOV	DEZ
Número de publicações por mês	17	17

Lista 2016/Janeiro

G1	
Casos suspeitos de microcefalia ligada ao vírus da zika chegam a ...	(5 de jan.)
Ligação entre microcefalia e vírus zika ainda desafia cientistas	(8 de jan.)
Casos suspeitos de microcefalia associada ao zika chegam a 3.530	(12 de jan.)
Instituto Butantan espera ter vacina contra zika em até 5 anos	(15 de jan.)
EUA confirmam caso de microcefalia por contágio do vírus zika no ...	(16 de jan.)
Casos suspeitos de microcefalia associada ao zika chegam a 3.893	(20 de jan.)
Caso de aborto confirma que zika consegue atravessar a placenta	(20 de jan.)
Governo diz que pagará bolsa mensal a famílias de bebês com ...	(27 de jan.)
Relação entre microcefalia e zika só foi descoberta graças ao ...	(28 de jan.)
Propagação 'explosiva' pode levar zika a 4 milhões de casos, diz OMS	(28 de jan.)
Cientistas dos EUA alertam para pandemia de zika e cobram ...	(28 de jan.)
El País	
São Paulo corre contra o relógio para frear chegada do zika	(5 de jan.)
Estados Unidos podem orientar grávidas a não viajarem ao Brasil ...	(14 de jan.)
10 perguntas sobre a microcefalia	(24 de jan.)
Brasil colocará 220.000 soldados na rua contra zika	(26 de jan.)
São Paulo desrespeita regra federal e não reporta o nascimento de ...	(26 de jan.)
Casos de microcefalia voltam a colocar o aborto em pauta no Brasil	(31 de jan.)
Portal Brasil	
País tem 3.530 casos suspeitos de microcefalia relacionados ao ...	(12 de jan.)
EBC	
Brasil tem 3 mil casos suspeitos de microcefalia relacionada ao Zika	(5 de jan.)
Zika e gravidez: tire dúvidas sobre a relação entre o vírus e a ...	(15 de jan.)
ONU	
Decisões bem informadas sobre gravidez são essenciais contra ...	(24 de jan.)
OMS: Vírus zika já chegou a 20 países das Américas e em dez ...	(25 de jan.)
UOL	
Microcefalia chega a 3.174 casos em 20 Estados e no DF; 1º no ...	(6 de jan.)
Sobe para 3.893 o número de casos de microcefalia no país	(20 de jan.)
OMS espera 4 milhões de casos de zika nas Américas; 1,5 mi no ...	(28 de jan.)
Zika multiplica chances de bebê ter microcefalia, diz estudo brasileiro	(28 de jan.)
BBC	
Médicos investigam lesões oculares em recém-nascidos por causa ...	(8 de jan.)
Zika: Primeira mãe de bebê com microcefalia nos EUA teria ...	(16 de jan.)
Brasil deve se preparar para zika endêmica, dizem cientistas	(26 de jan.)

Juiz defende direito a aborto em casos de microcefalia com risco ...	(26 de jan.)
O que se sabe (e o que falta saber) sobre o zika vírus e a microcefalia	(27 de jan.)
9 maneiras de se proteger contra o zika	(27 de jan.)
Relação entre microcefalia e zika só foi descoberta graças ao Brasil ...	(28 de jan.)
Em revista científica, pesquisadores questionam surto de microcefalia	(28 de jan.)
OMS: zika, incertezas e preocupações em alta	(28 de jan.)
Grupo prepara ação no STF por aborto em casos de microcefalia	(29 de jan.)
Entenda por que há tanta confusão sobre os números da zika	(30 de jan.)
Epidemia de zika no Brasil causa apreensão nos EUA	(8 de jan.)
Revista Época	
Fiocruz confirma que o vírus zika consegue atravessar a placenta	(20 de jan.)
Cidade de São Paulo tem 5 casos de microcefalia relacionados ao ...	(27 de jan.)
RFI	
Especialistas são pessimistas sobre legalização de aborto em ...	(21 de jan.)
iG – Último Segundo	
Brasil tem dois novos casos de microcefalia associada ao zika vírus ...	(20 de jan.)
Mães de bebês com microcefalia têm direito a auxílio mensal do ...	(27 de jan.)
Folha de S. Paulo	
Lesões oculares provocadas pelo zika são mais agressivas, dizem ...	(11 de jan.)
Vírus zika consegue ultrapassar a placenta na gestação, confirma ...	(19 de jan.)
Microcefalia ligada ao zika é severa em 71% dos casos, diz estudo	(22 de jan.)
Grávidas com zika fazem aborto sem confirmação de microcefalia	(30 de jan.)
Notícias do Dia	
Santa Catarina não tem casos de microcefalia relacionada ao zika ...	(21 de jan.)

Quadro numérico 2016/Janeiro

JANEIRO 2016	
Portal	Número de notícias publicadas
G1 – Seções Bem Estar e Ciência e Saúde	11
El País	6
Portal Brasil	1
EBC	2
ONU	2
UOL	4
BBC	12
Revista Época	2
RFI	1
iG	2
Folha de S. Paulo	4
Notícias do Dia	1
TOTAL	48

Lista 2016/Fevereiro

UOL	
OMS declara emergência global por microcefalia e estuda relação ...	(1 de fev.)
Recebeu a denúncia de que vacinas causam microcefalia? Ela está ...	(4 de fev.)
53 cidades registram casos de microcefalia em SP	(6 de fev.)
Médica que ligou zika à microcefalia diz que levou 2 meses para ser ...	(13 de fev.)
Informe não diz que larvicida dá microcefalia e OMS nega ligação ...	(16 de fev.)
Relação entre zika e Guillain-Barré é mais evidente que zika e ...	(17 de fev.)
Número de casos confirmados de microcefalia no Brasil sobe para ...	(24 de fev.)
Bebê de mãe com zika tinha líquido no lugar do cérebro, diz estudo	(26 de fev.)
Médica que associou zika à microcefalia quer nova classificação ...	(26 de fev.)
El País	
OMS declara microcefalia por zika vírus uma emergência mundial	(2 de fev.)
Saliva e urina têm potencial de transmitir o zika vírus, diz Fiocruz	(5 de fev.)
Estudo reforça a relação do zika vírus e a microcefalia em bebês	(11 de fev.)
Controlar os mosquitos para deter o zika vírus	(18 de fev.)
Microcefalia e zika vírus: correlação marcada por números imprecisos	(19 de fev.)
Diretora da OMS: "A crise do Zika pode piorar antes de melhorar"	(24 de fev.)
ONU	
OMS declara vírus zika e microcefalia 'emergência pública ...	(1 de fev.)
OMS: Surto de zika e microcefalia é 'mais difícil e ameaçador' que ...	(25 de fev.)
OMS divulga guia para profissionais de saúde e boletim sobre zika ...	(28 de fev.)
Diário Catarinense	
OMS decreta emergência sanitária mundial por zika vírus e ...	(2 de fev.)
Médicos argentinos associam microcefalia a larvicida utilizado na ...	(13 de fev.)
G1	
Microcefalia e zika são emergência de saúde internacional, declara ...	(1 de fev.)
G1 - Brasil sonega amostras de zika para pesquisa no exterior, dizem ...	(4 de fev.)
Tocantins investiga relação do zika vírus com 84 casos de ...	(4 de fev.)
Estudo internacional reforça ligação entre microcefalia e vírus da zika	(11 de fev.)
RS suspende uso de larvicida por suspeita de relação com ...	(13 de fev.)
Ministro descarta elo entre larvicida e microcefalia e pede ação ...	(13 de fev.)
Equipe americana inicia pesquisa sobre zika e microcefalia na ...	(16 de fev.)
Ministério da Saúde muda forma de divulgar casos de microcefalia	(17 de fev.)
Cientistas dos EUA veem com cautela elo entre zika e microcefalia	(19 de fev.)
'Zika é responsável por microcefalia até que se prove o contrário ...	(24 de fev.)
Estudo sugere que zika pode estar associada a outra condição fetal ...	(25 de fev.)

BBC	
Zika: OMS declara emergência internacional por microcefalia	(3 de fev.)
Novo teste pode aumentar diagnósticos de microcefalia ligada ao ...	(3 de fev.)
ONU defende descriminalização do aborto em meio à epidemia de ...	(5 de fev.)
As perguntas ainda sem resposta sobre o surto de zika e microcefalia	(7 de fev.)
O que é falso e o que é verdadeiro nos boatos sobre zika	(8 de fev.)
Notificações de microcefalia caem, mas nova epidemia de zika ...	(11 de fev.)
Entidade diz ter sido mal interpretada e nega ligação entre ...	(16 de fev.)
Novo estudo fortalece ligação entre zika e microcefalia	(18 de fev.)
Uganda: Por que o berço do zika nunca teve nenhum surto?	(18 de fev.)
Zika: nada indica que vacinas, inseticidas ou mosquitos ...	(19 de fev.)
Folha de S. Paulo	
OMS declara emergência mundial por microcefalia, mas não veta ...	(1 de fev.)
Estudo confirma relação de zika com casos de microcefalia	(11 de fev.)
Estudos apontam maior taxa de microcefalia em 'era pré zika'	(14 de fev.)
EUA confirmam infecção por zika em mãe de bebê com microcefalia	(27 de fev.)
Maioria dos brasileiros desaprova aborto mesmo com microcefalia	(28 de fev.)
Terra	
Saiba o que é boato e o que é verdade sobre o zika vírus	(20 de fev.)
Nexo	
Por que a relação entre zika e microcefalia ainda não está ...	(12 de fev.)
Estadão	
Zika e microcefalia: Uma relação complicada	(13 de fev.)
OMS admite 'aumento de evidências' que ligam zika à microcefalia	(19 de fev.)
Capital paulista vê elo entre microcefalia e zika em 6 bebês	(20 de fev.)
Novos estudos reforçam elo entre zika e microcefalia	(11 de fev.)
Zika e microcefalia devem aumentar no Sudeste, diz ministério	(25 de fev.)
No front da microcefalia, cientistas encontram uma 'sopa de vírus'	(28 de fev.)
EBC	
Grupo defende direito ao aborto em casos de microcefalia; CNBB é ...	(4 de fev.)
ONU defende direito ao aborto em países atingidos pelo Zika	(5 de fev.)
OMS quer saber por que microcefalia está concentrada no Brasil	(9 de fev.)
Cientistas eslovenos comprovam relação entre Zika e microcefalia	(11 de fev.)
Saúde confirma 41 casos de microcefalia relacionados ao Zika e ...	(12 de fev.)
Pesquisa do Paraná identifica vírus Zika em cérebro de bebês com ...	(17 de fev.)
Zika: possível relação do vírus com microcefalia e SGB preocupa ...	(17 de fev.)
Para combater Zika, papa admite uso de anticoncepcionais	(18 de fev.)
Danos provocados por Zika em bebês são maiores do que se ...	(26 de fev.)

Revista Época	
OMS declara situação de emergência internacional por surto de zika vírus	(1 de fev.)
Anúncio de vírus zika na saliva não deve mudar combate ao ...	(5 de fev.)
Governo do RS suspende larvicida Pyriproxyfen depois de relatório ...	(13 de fev.)
O que o boato sobre o larvicida que "causa" microcefalia diz sobre ...	(16 de fev.)
Notificação de doenças provocadas pelo zika passa a ser obrigatória	(18 de fev.)
A Tribuna	
Casos de microcefalia na região ainda não têm relação confirmada ...	(5 de fev.)
Baixada Santista investiga 11 casos de microcefalia	(16 de fev.)
iG – Último Segundo	
Zika vírus: OMS declara emergência internacional por microcefalia	(1 de fev.)
Além da microcefalia, zika também pode causar outras ...	(15 de fev.)
Por causa de zika e microcefalia, papa abre exceção para uso de ...	(18 de fev.)
País registra 4.107 casos de microcefalia; 67 têm associação com ...	(24 de fev.)
Portal Brasil	
Estados Unidos e Brasil se unem para combater o zika vírus	(10 de fev.)
Brasil firma acordo para buscar vacina contra o zika vírus	(11 de fev.)
EUA e Brasil vão estudar relação entre zika e microcefalia	(16 de fev.)
Pesquisa que investiga ligação entre zika e microcefalia tem início ...	(27 de fev.)
OMS esclarece rumores sobre zika e microcefalia	(29 de fev.)
Zero Hora	
ONU defende direito ao aborto em países atingidos pelo zika vírus	(5 de fev.)
Catraca Livre	
Brasil ainda é contra o aborto em casos de zika e microcefalia	(29 de fev.)
Carta Capital	
O zika e o descaso na saúde pública	(14 de fev.)
Revista Veja	
Vírus zika: perguntas e respostas	(7 de fev.)
Portal do Governo do Estado de São Paulo	
USP avalia 3 mil grávidas para comprovar a ligação entre Zika vírus ...	(5 de fev.)
GreenMe	
Cabo Verde com zika decrescente e nenhum caso de microcefalia	(18 de fev.)

Quadro numérico 2016/fevereiro

FEVEREIRO 2016	
Portal	Número de notícias publicadas
UOL	9
El País	6
ONU	3
Diário Catarinense (GAUCHAZH)	2
G1– Seções Bem Estar e Ciência e Saúde, Jornal nacional e afiliadas	11
BBC	10
Folha de S. Paulo	5
Terra Brasil	1
Nexo	1
Estadão	6
EBC	9
Revista Época	5
A Tribuna	2
iG	4
Portal Brasil	5
Zero Hora (GAUCHAZH)	1
Catraca Livre	1
Carta Capital	1
Revista Veja	1
Portal do Governo do estado de São Paulo	1
GreenMe (Blog)	1
TOTAL	85

Lista 2016/Março

El País	
Estudo revela que zika mata células decisivas para ...	(5 de mar.)
OMS diz que aumentam as evidências entre o zika vírus e a ...	(8 de mar.)
EBC	
Ministério da Saúde segue OMS e muda protocolo de notificação de ...	(1 de mar.)
OMS reforça relação entre Zika e microcefalia	(8 de mar.)
Bahia confirma 200 casos de microcefalia ligados ao vírus Zika até ...	(16 de mar.)
Ministério da Saúde confirma 944 casos de recém-nascidos com ...	(29 de mar.)
ONU	
Organização Pan-Americana de Saúde divulga informações sobre ...	(8 de mar.)
UOL	
Governo segue OMS e muda novamente protocolo de notificação ...	(3 de mar.)
Microcefalia é apenas 'ponta do iceberg' de lesões associadas à zika	(10 de mar.)
São Paulo tem 37 casos de microcefalia com ligação provável à zika	(25 de mar.)
Zika está chegando com mais força no Sudeste; pico deve ser em abril	(28 de mar.)
G1	
MT confirma 3 casos de microcefalia; um relacionado ao vírus da zika	(10 de mar.)
Ceará registra 8 casos de microcefalia relacionadas ao zika e 15 ...	(15 de mar.)
Microcefalia ocorre em 1% dos casos de grávidas com zika ...	(15 de mar.)
Governo anuncia R\$ 1,2 bilhão para pesquisas sobre o vírus da zika	(23 de mar.)
Portal Brasil	
Brasil adotará novo protocolo de notificação de microcefalia	(2 de mar.)
Brasil adota norma da OMS e reduz medida para microcefalia	(9 de mar.)
'É mais eficaz combater o mosquito', diz médica que revelou elo ...	(16 de mar.)
Ministério da Saúde investiga 4.293 casos de microcefalia no Brasil	(22 de mar.)
Terra	
Cientistas acham prova da relação entre microcefalia e zika	(4 de mar.)
RFI	
Comprovada cientificamente ligação do vírus zika com a microcefalia	(5 de mar.)
BBC	
Governo 'está chutando' sobre Zika e pode protagonizar 'escândalo ...	(1 de mar.)
Zika mata células de cérebros em desenvolvimento, aponta estudo ...	(4 de mar.)
Para pioneira em ligar zika a microcefalia, Brasil está perdendo ...	(15 de mar.)
'Zika não foi trazido ao Brasil na Copa do Mundo', diz estudo	(24 de mar.)
Correio da Bahia	
Bahia é o segundo estado com maior número de notificações de ...	(22 de mar.)

iG – Último Segundo	
Zika vírus pode prejudicar o feto em qualquer fase da gravidez ...	(7 de mar.)
São Paulo já tem 6 casos de microcefalia ligada ao zika vírus	(14 de mar.)
Bahia reduz em 24% casos de microcefalia após ministério alterar ...	(30 de mar.)
Há "forte consenso científico" sobre ligação do zika com a ...	(31 de mar.)
Estadão	
De acordo com o governo, 111 casos de zika foram notificados na ...	(15 de mar.)
Cientistas descobrem possível entrada do zika em célula-tronco ...	(30 de mar.)
Folha de S. Paulo	
Risco de microcefalia causada pelo vírus da zika é de 1%, diz estudo	(15 de mar.)
Homens com zika devem esperar 6 meses antes de ter filhos, dizem ...	(25 de mar.)
R7	
Em breve, grávidas saberão qual a probabilidade de ter bebê com ...	(1 de mar.)
Esquerda.NET	
Cientistas provam que Zika causa microcefalia	(31 de mar.)
Revista Veja	
Cientistas descobrem possível meio de entrada de zika em células ...	(30 de mar.)
Revista Época	
Estudo identifica a estrutura do vírus zika. Descoberta ajuda a ...	(31 de mar.)

Quadro numérico 2016/Março

MARÇO 2016	
Portal	Número de notícias publicadas
El País	2
EBC	4
ONU	1
UOL	4
G1 – Seção Bem Estar e afiliadas	4
Portal Brasil	4
Terra Brasil	1
RFI	1
BBC	4
Correio da Bahia	1
iG	4
Estadão	2
Folha de S. Paulo	2
R7	1
Esquerda.NET	1
Revista Veja	1
Revista Época	1
TOTAL	38

Lista 2016/Abril

Revista Época	
EUA confirmam que o vírus zika causa microcefalia	(13 de abr.)
UOL	
Brasil tem mais de mil bebês com microcefalia e lesões neurológicas	(5 de abr.)
Na Science, pesquisa brasileira mostra como zika ataca o cérebro	(11 de abr.)
Autoridades de saúde dos EUA concluem que vírus da zika causa ...	(13 de abr.)
Um ano após 1º caso oficial de zika, microcefalia faz bebê tomar até ...	(18 de abr.)
Brasil tem 1.168 casos confirmados de microcefalia e lesões ...	(20 de abr.)
Brasil notificou 91,3 mil casos de zika; há 1.198 bebês com ...	(26 de abr.)
Folha de S. Paulo	
Vírus da zika causa microcefalia, conclui agência de saúde dos EUA	(13 de abr.)
G1	
PE confirma 30 novos casos de bebês com microcefalia em uma ...	(5 de abr.)
Casos de microcefalia associada à zika sobem para 146 em ...	(13 de abr.)
Microcefalia: casos confirmados chegam a 1.168, segundo ministério	(20 de abr.)
OMS diz que zika está em queda no Brasil, mas pode crescer no ...	(25 de abr.)
Microcefalia: casos confirmados chegam a 1.198, segundo ministério	(26 de abr.)
Portal Brasil	
Brasil tem 1.168 casos de microcefalia confirmados	(20 de abr.)
Saúde divulga primeiro balanço com casos de zika no País	(26 de abr.)
Hoje em Dia	
Minas Gerais é um dos estados com menor incidência de casos ...	(12 de abr.)
EBC	
Brasil tem 1.168 casos confirmados de microcefalia; Nordeste lidera ...	(20 de abr.)
Brasil 247	
Zika chega ao Amapá e Microcefalia virá preocupação	(3 de abr.)
Estadão	
Direitos humanos e microcefalia: um desafio brasileiro	(7 de abr.)
Campo Grande News	
Casos de microcefalia investigados em MS aumentam após duas ...	(6 de abr.)
Revista Exame	
Minicérebro ajuda a entender relação de zika e microcefalia	(14 de abr.)
Zero Hora	
Além de microcefalia e Guillain-Barré, zika pode estar associado a ...	(11 de abr.)
iG – Último Segundo	
Cientistas descobrem novo distúrbio cerebral em adultos ligado ao ...	(11 de abr.)

Quadro numérico 2016/Abril

ABRIL 2016	
Portal	Número de notícias publicadas
Revista Época	1
UOL	6
Folha de S. Paulo	1
G1 – Seção Bem Estar e afiliadas	5
Portal Brasil	2
Hoje em Dia	1
EBC	1
Brasil 247	1
Estadão	1
Campo Grande News (Univ. Católica Dom Bosco)	1
Revista Exame	1
Zero Hora (GAUCHAZH)	1
iG	1
TOTAL	23

Lista 2016/Maio

G1	
Cientistas descobrem como vírus da zika se comporta no cérebro de ...	(10 de mai.)
Caso de microcefalia associado ao zika é confirmado em Uberaba	(11 de mai.)
Ministério da Saúde anuncia testes da vacina para Zika, em novembro	(20 de mai.)
Estudo aponta risco de microcefalia de 1% a 13% em fetos afetados ...	(26 de mai.)
EBC	
Ministério da Saúde confirma 1.271 casos de microcefalia no país	(4 de mai.)
Zika: efeitos da doença na gestação podem ir além da microcefalia ...	(7 de mai.)
Zika: governo vai monitorar bebês sem microcefalia cujas mães ...	(23 de mai.)
Brasil registra 1.434 casos de bebês com microcefalia	(24 de mai.)
Zika: risco de microcefalia em fetos varia entre 1% e 13%, mostra ...	(26 de mai.)
OMS recomenda sexo seguro por oito semanas após visita a área ...	(31 de mai.)
Estadão	
Zika pode causar microcefalia (6 de mai.)	
OMS recomenda ecografia no 1º trimestre de gravidez em áreas de ...	(16 de mai.)
Risco de microcefalia associada ao zika é estimado entre 1% e 13%	(26 de mai.)
Revista Época	
Estudo de brasileiros sugere que o vírus zika da África não causava ...	(11 de mai.)
UOL	
Casos de microcefalia e lesões chegam a 1.271 e estão em 25 ...	(4 de mai.)
Brasileiros conseguem 1ª prova de que zika causa microcefalia em ...	(11 de mai.)
Casos de microcefalia e lesões chegam a 1.384; um quarto está em ...	(18 de mai.)
Brasil tem 1.434 casos de bebês com microcefalia e lesões	(24 de mai.)
Diário Catarinense	
Mais um estudo comprova relação entre zika e microcefalia	(12 de mai.)
Portal Brasil	
Microcefalia: Ministério da Saúde confirma 1.271 casos no País	(4 de mai.)
Ministério da Saúde confirma 1.326 casos de microcefalia	(11 de mai.)
Ministério da Saúde mapeia casos de microcefalia no País	(18 de mai.)
Vacina contra zika será testada a partir de novembro	(20 de mai.)
Brasil investigará outras consequências do zika em crianças	(23 de mai.)
Entenda as fases de testes e como funcionará a vacina contra o zika	(31 de mai.)
Sputnik	
Panamá registra casos de microcefalia ligados à zika	(4 de mai.)
Revista Exame	
OMS recomenda ultrassonografia para detectar microcefalia	(16 de mai.)
O surto de zika acabou no Brasil?	(21 de mai.)

ONU	
Agência da ONU divulga sessão de perguntas e respostas sobre o ...	(17 de mai.)
iG – Último Segundo	
Casos de bebês com microcefalia chegam a 1.384 no País; mortes ...	(18 de mai.)
Revista Galileu	
Cientistas brasileiros provam relação entre zika e microcefalia	(17 de mai.)
Revista Veja	
Zika é resultado de falhas em políticas públicas, diz OMS	(23 de mai.)
Folha de S. Paulo	
Colômbia já tem cinco casos de bebês com microcefalia associada ...	(21 de mai.)
Estado de Minas	
Minas Gerais tem 222 gestantes com zika confirmada	(25 de mai.)

Quadro numérico 2016/Maio

MAIO 2016	
Portal	Número de notícias publicadas
G1 – Seção Bem Estar e afiliadas	4
EBC	6
Estadão	3
Revista Época	1
UOL	4
Diário Catarinense (GAUCHAZH)	1
Portal Brasil	6
Sputniknews	1
Revista Exame	2
ONU	1
iG	1
Revista Galileu	1
Revista Veja	1
Folha de S. Paulo	1
Estado de Minas	1
TOTAL	34

Lista 2016/Junho

G1	
Espanha tem 2º caso de microcefalia associada ao vírus da zika	(7 de jun.)
Cinco apostas da ciência para combater zika e microcefalia	(8 de jun.)
El Salvador confirma primeiro caso de microcefalia associada ao zika	(14 de jun.)
Brasil tem 1.616 casos confirmados de microcefalia, segundo ...	(22 de jun.)
Estudo sobre zika pode levar Brasil a mudar protocolo de microcefalia	(30 de jun.)
Revista Veja	
Região de Nova York tem 1º caso de microcefalia associado ao zika	(1 de jun.)
Bebê sem microcefalia pode ter danos por zika, sugere estudo	(30 de jun.)
BBC	
Estudo confirma caso de bebê sem microcefalia, mas com lesões ...	(7 de jun.)
Cinco apostas da ciência para combater zika e microcefalia	(8 de jun.)
Zika e Olimpíada: Duas visões científicas sobre riscos a atletas e ...	(10 de jun.)
Bebês afetados pelo Zika podem ter tamanho de cabeça normal ...	(30 de jun.)
O Dia	
Estado do Rio registra 66 casos de microcefalia este ano	(7 de jun.)
Estadão	
Estudo revela bebê com zika, sem microcefalia, com problemas ...	(9 de jun.)
20% dos bebês com danos neurológicos pela zika têm perímetro ...	(29 de jun.)
EBC	
Segundo caso de microcefalia associada ao Zika é registrado nos ...	(1 de jun.)
Ministério da Saúde confirma 35 casos de microcefalia em uma ...	(22 de jun.)
UOL	
Casos de microcefalia e lesões chegam a 1.489 em 25 Estados e ...	(1 de jun.)
Brasil tem 1.581 casos de bebês com microcefalia e lesões	(15 de jun.)
Novos casos de microcefalia crescem no Sudeste e superam ...	(20 de jun.)
PBAgora	
Saúde registra 129 casos de microcefalia por zika vírus	(2 de jun.)
Casa Saudável (Portal NE10 – Blogs UOL)	
Zika afeta visão de bebê sem microcefalia, comprovam especialistas	(9 de jun.)
Revista Istoé	
Nasce primeiro bebê com microcefalia vinculada ao zika na Flórida	(28 de jun.)
Revista Época	
Anticorpos contra dengue podem aumentar replicação do vírus zika	(23 de jun.)
El País	
OMS adverte sobre nova síndrome congênita ligada ao zika	(4 de jun.)

Zero Hora	
Zika vírus: cientistas brasileiros alertam para malformações em bebês sem ...	(30 de jun.)
Revista Exame	
OMS recomenda que mulheres em locais de surto adiem gravidez	(9 de jun.)

Quadro numérico 2016/Junho

JUNHO 2016	
Portal	Número de notícias publicadas
G1 – Seção Bem estar	5
Revista Veja	2
BBC	4
O Dia (iG)	1
Estadão	2
EBC	2
UOL	3
PB Agora (Paraíba)	1
Casa Saudável (Portal NE10 – Blogs UOL)	1
Revista Istoé	1
Revista Época	1
El País	1
Zero Hora (GAUCHAZH)	1
Revista Exame	1
TOTAL	26

Lista 2016/Julho

UOL	
Pesquisa acha vírus de gado em bebês com microcefalia no Nordeste	(1 de jul.)
Nasce na Espanha 1º bebê com microcefalia provocada por zika na ...	(25 de jul.)
Estadão	
OMS abre investigação para avaliar descoberta sobre microcefalia	(1 de jul.)
Ministérios discutem zika, microcefalia e vírus do gado	(5 de jul.)
Cientistas identificam droga que pode bloquear passagem de zika ...	(18 de jul.)
iG – Último Segundo	
Estudo que liga microcefalia e vírus do gado preocupa OMS	(2 de jul.)
Nasce primeiro bebê com microcefalia associada à zika na Espanha	(25 de jul.)
G1	
Brasil tem 1.687 casos confirmados de microcefalia, diz ministério	(13 de jul.)
Número de casos de microcefalia sobe para 1.709, diz ministério	(20 de jul.)
Zika é detectado em esperma 3 meses após infecção; tempo é ...	(21 de jul.)
Transmissão de Zika por pernilongo comum requer 'mudança ...	(24 de jul.)
Nasce primeiro bebê com microcefalia ligada à zika na Espanha	(25 de jul.)
Ceará tem 136 casos de microcefalia confirmados; 21 bebês ...	(26 de jul.)
Folha de S. Paulo	
Nova York registra primeiro caso de microcefalia ligado ao zika	(22 de jul.)
Nasce primeiro bebê com microcefalia provocada pela zika na Europa	(25 de jul.)
ONU	
UNICEF e parceiros vão dar apoio a famílias de crianças com ...	(22 de jul.)
EBC	
Bahia tem 224 bebês com microcefalia	(14 de jul.)
Brasil tem 1.749 casos de microcefalia confirmados, diz Ministério ...	(27 de jul.)
Revista Veja	
Convênios cobrem testes para detectar zika a partir desta quarta	(6 de jul.)

Quadro numérico 2016/Julho

JULHO 2016	
Portal	Número de notícias publicadas
UOL	2
Estadão	3
iG - Último Segundo	2
G1 – Seção Bem Estar e afiliadas	6
Folha de S. Paulo	2
ONU	1
EBC	2
Revista Veja	1
TOTAL	19

Lista 2016/Agosto

iG - Saúde - Último Segundo	
Califórnia registra dois casos de microcefalia ligados ao zika vírus	(4 de ago.)
Estudo aponta quais proteínas do zika vírus causam microcefalia	(11 de ago.)
Microcefalia é uma entre várias alterações cerebrais provocadas ...	(24 de ago.)
Microcefalia por zika vírus também pode causar surdez em crianças	(31 de ago.)
A Tribuna	
Estudo revela que zika pode causar perda auditiva em bebês com ...	(31 de ago.)
G1	
Dois bebês nascem com microcefalia associada à zika na Califórnia	(5 de ago.)
Cientistas identificam proteínas do vírus da zika que levam à ...	(11 de ago.)
Zika causa surdez em quase 6% dos bebês de mães infectadas, diz ...	(30 de ago.)
Revista Exame	
Zika causa microcefalia ao afetar divisão celular	(24 de ago.)
UOL	
Não é só microcefalia: zika ataca e destrói partes dos cérebros dos ...	(24 de ago.)
ONU	
OMS esclarece boatos sobre vírus zika e microcefalia	(11 de ago.)
Casa Saudável (Portal NE10 – Blogs UOL)	
Zika associado a deformidades nas articulações de bebê sem ...	(9 de ago.)
Folha de S. Paulo	
Descoberta do zika no Brasil provocou mágoa entre pesquisadores	(29 de ago.)

Quadro numérico 2016/Agosto

AGOSTO 2016	
Portal	Número de notícias publicadas
iG	4
A Tribuna	1
G1 – Seção Bem Estar	3
Revista Exame	1
UOL	1
ONU	1
Casa Saudável (Portal NE10 – Blogs UOL)	1
Folha de S. Paulo	1
TOTAL	13

Lista 2016/Setembro

Portal Brasil	
Estudo reforça relação entre microcefalia e zika vírus	(16 de set.)
Revista Exame	
Risco de zika na Paralimpíada é baixo, mas não zero, diz OMS	(6 de set.)
Mundo deve enfrentar epidemia de microcefalia por zika	(15 de set.)
O Globo	
Cientistas confirmam que zika causa microcefalia	(16 de set.)
G1	
Janot defende aborto para grávidas infectadas pelo vírus da zika	(7 de set.)
Novo estudo anglo-brasileiro reforça relação entre Zika e microcefalia	(16 de set.)
Butantan espera testar vacina de zika em humanos em dois meses	(20 de set.)
STF pode julgar aborto em caso de zika até fim do ano, diz Cármen ...	(23 de set.)
EBC	
Em parecer, Janot defende aborto para grávidas com vírus Zika	(8 de set.)
STF pode julgar aborto para grávidas com zika este ano, diz ...	(23 de set.)
OMS alerta para controle do vírus Zika na Tailândia, após casos de ...	(30 de set.)
Consultor Jurídico	
Janot defende direito de grávida abortar caso esteja infectada com ...	(8 de set.)

Terra	
OMS: Contágio com vírus da zika é causa mais plausível de ...	(7 de set.)
iG – Último Segundo	
STF pode julgar aborto no caso de zika ainda este ano, diz Cármen ...	(23 de set.)
UOL	
Por que há mais casos de microcefalia no Brasil do que em outros países ...	(3 de set.)
Tailândia tem primeiros casos diagnosticados de bebês com ...	(30 de set.)
ONU	
OMS esclarece dúvidas sobre zika	(1 de set.)
BBC	
Por que há mais casos de microcefalia no Brasil do que em outros ...	(3 de set.)

Quadro numérico 2016/Setembro

SETEMBRO 2016	
Portal	Número de notícias publicadas
Portal Brasil	1
Revista Exame	2
O Globo	1
G1 – Seções Bem Estar e Política	4
EBC	3
Consultor Jurídico	1
Terra Brasil	1
iG	1
UOL	2
ONU	1
BBC	1
TOTAL	18

Lista 2016/Outubro

Revista Exame	
Zika virus e microcefalia a evolução do surto no brasil	(24 de out.)
Estadão	
Um menino foi diagnosticado com a má-formação em Campina ...	(17 de out.)
EBC	
Ministério da Saúde vai distribuir 3,5 milhões de testes rápidos de zika	(25 de out.)

Quadro numérico 2016/Outubro

OUTUBRO 2016	
Portal	Número de notícias publicadas
Revista Exame	1
Estadão	1
EBC	1
TOTAL	3

Lista 2016/Novembro

G1	
Após 1 ano, microcefalia e zika têm avanços e incertezas em ...	(6 de nov.)
Governo confirma primeiro caso de microcefalia por vírus da zika no ...	(9 de nov.)
Ministério adota mais critérios para diagnosticar danos por zika em ...	(18 de nov.)
Estudo mostra casos de bebês infectados com zika que ...	(22 de nov.)
Estadão	
Mundo tem 73 países com zika e 26 com casos de microcefalia	(6 de nov.)
OMS declara fim de emergência global por zika; Brasil mantém alerta	(18 de nov.)
EBC	
Epidemia de zika e microcefalia evidenciam desigualdades sociais ...	(8 de nov.)
Brasil mantém emergência nacional em saúde pública por causa da ...	(18 de nov.)
OMS estima mais 1 mil novos casos de microcefalia associados ao ...	(22 de nov.)
Diário Catarinense	
Um ano após emergência por microcefalia, incertezas sobre o zika ...	(10 de nov.)
iG – Último Segundo	
Um ano após surto de zika, mulheres se unem em busca de apoio e ...	(10 de nov.)
OMS estima mil novos casos de microcefalia associados à zika no ...	(22 de nov.)
O vírus que atinge milhões no mundo e pode causar microcefalia ...	(23 de nov.)
Portal Brasil	
OMS suspende emergência internacional para zika vírus	(18 de nov.)
ONU	
Agências da ONU lançam campanha 'Mais Direitos, Menos Zika'	(16 de nov.)
R7	
Bebês expostos ao zika podem desenvolver microcefalia após o ...	(23 de nov.)
O Tempo	
Microcefalia por zika pode avançar na região sudeste	(6 de nov.)

Quadro numérico 2016/Novembro

NOVEMBRO 2016	
Portal	Número de notícias publicadas
G1 – Seções Bem Estar e afiliadas	4
Estadão	2
EBC	3
Diário Catarinense (GAUHAZH)	1
iG	3
Portal Brasil	1
ONU	1
R7	1
O Tempo	1
TOTAL	17

Lista 2016/Dezembro

UOL	
Mais de 50% das brasileiras desistem de engravidar por causa do ...	(23 de dez.)
Sputnik	
Guerra ao zika vírus: Cientista brasileira está no Top 10 mundial de ...	(20 de dez.)
Folha de S. Paulo	
Brasileira está entre os dez cientistas mais influentes de 2016, diz ...	(19 de dez.)
EBC	
STF deve julgar hoje direito ao aborto em casos de infecção por Zika	(7 de dez.)
Avanço do Zika e da microcefalia assustam o mundo em 2016	(30 de dez.)
A Crítica	
Casos de microcefalia relacionada ao Zika vírus chegam a cinco no ...	(31 de dez.)

Quadro numérico 2016/Dezembro

DEZEMBRO 2016	
Portal	Número de notícias publicadas
UOL	1
Sputniknews	1
Folha de S. Paulo	1
EBC	2
A Crítica	1
TOTAL	6

Quadro numérico total 2016

TODAS 2016			
Portal	Número de notícias publicadas	Grupo	Total de notícias publicadas por grupo
G1 – Seções Bem Estar, Ciência e Saúde e Política; Jornal Nacional; e Afiliadas Globo	57	Globo	70
Revista Época	11		
O Globo	1		
Revista Galileu	1		
El País Brasil	15		
Portal Brasil	20		
EBC	35		
ONU	11		
UOL	36	Folha	55
Folha de S. Paulo	17		
Casa Saudável (Portal NE10 – Blogs UOL)	2		
BBC	31		
RFI	2		
iG	22	iG/Ongoing	23
O Dia	1		
Estadão	20		
Notícias do Dia	1		

Diário Catarinense (GAUCHAZH)	4	RBS ⁷⁴	7
Zero Hora (GAUCHAZH)	3		
Terra Brasil	3		
Nexo	1		
A Tribuna	3		
Catraca Livre	1		
Carta Capital	1		
Revista Veja	6	Abril	14
Revista Exame	8		
Portal do Governo do estado de São Paulo	1		
GreenMe (Blog)	1		
Correio da Bahia	1		
R7	2		
Esquerda.NET	1		
Hoje em Dia	1		
Brasil 247	1		
Campo Grande News (Univ. Católica Dom Bosco)	1		
Sputniknews	2		
Estado de Minas	1		
PB Agora (Paraíba)	1		
Revista Istoé	1		
Consultor Jurídico	1		
O Tempo	1		
A Crítica	1		
TOTAL	330		

Quadro de distribuição mensal das publicações de 2016

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Número de publicações 2016	48	85	38	23	34	26	19	13	18	3	17	6

⁷⁴ Com subsidiárias afiliadas à Rede Globo

Lista 2017/Janeiro

Portal Uai	
Um ano após surto de microcefalia no Brasil, mães vivem a angústia ...	(12 de jan.)
G1	
Remédio para hepatite C é a aposta da Fiocruz para tratar zika	(18 de jan.)

Quadro numérico 2017/Janeiro

JANEIRO 2017	
Portal	Número de notícias publicadas
Portal Uai	1
G1 - Jornal Nacional	1
TOTAL	2

Lista 2017/Fevereiro

Portal Brasil	
Grávidas do Bolsa Família começam a receber repelentes em março ...	(17 de fev.)
BBC	
Um ano após epidemia global, Nordeste 'pode ter outro surto ...	(1 de fev.)
G1	
Zika está diminuindo nas Américas, diz OMS	(1 de fev.)
UOL	
População imune a vírus Zika após 1º surto é menor do que se ...	(1 de fev.)
Pelo menos 1/4 das mães de bebês com microcefalia é adolescente	(1 de fev.)
EBC	
Angola tem primeiro caso de bebê com microcefalia causada pelo ...	(2 de fev.)
No Recife, mães de filhos com microcefalia reclamam de falta de ...	(12 de fev.)

Quadro numérico 2017/Fevereiro

FEVEREIRO 2017	
Portal	Número de notícias publicadas
Portal Brasil	1
BBC	1
G1 - Seção Bem Estar	1
UOL	2
EBC	2
TOTAL	7

Lista 2017/Março

UOL	
Estudo lista hipóteses para explicar por que 2ª onda de microcefalia ...	(31 de mar.)
Zika elevou em 20 vezes problemas no nascimento, diz estudo dos ...	(2 de mar.)
Portal Brasil	
Governo repassa R\$ 125,2 milhões para tratamento de crianças com ...	(30 de mar.)

Quadro numérico 2017/Março

MARÇO 2017	
Portal	Número de notícias publicadas
UOL	2
Portal Brasil	1
TOTAL	3

Lista 2017/Abril

G1	
Pesquisadores dos EUA iniciam segunda fase de testes de vacina ...	(1 de abr.)
Veja quem é a cientista brasileira eleita pela revista ...	(20 de abr.)
UOL	
Impacto de longo prazo do zika no país pode chegar a R\$ 36 bi	(6 de abr.)
Testes da vacina contra zika em camundongos foram bem-sucedidos	(10 de abr.)
Jornal Extra	
Brasileira que provou relação entre zika e microcefalia está entre as ...	(20 de abr.)
EBC	
Cientista brasileira está entre as cem pessoas mais influentes do ...	(25 de abr.)

Quadro numérico 2017/Abril

ABRIL 2017	
Portal	Número de notícias publicadas
G1 - Seções Bem Estar e Ciência e Saúde	2
UOL	2
Jornal Extra	1
EBC	1
TOTAL	6

Lista 2017/Maio

Folha de S. Paulo	
Fim de situação de emergência para zika preocupa estudiosos da área	(11 de mai.)
Portal Brasil	
Ministério da Saúde declara fim da emergência nacional para zika	(11 de mai.)
EBC	
Governo declara fim de emergência nacional pelo vírus Zika	(11 de mai.)
G1	
Ministério da Saúde declara fim da emergência em saúde pública ...	(11 de mai.)
Brasil confirmou 246 casos de microcefalia e outras alterações ...	(26 de mai.)
Jornal O Globo	
Ministério declara fim da emergência nacional para zika e microcefalia	(11 de mai.)
Nexo	
Por que os casos de zika e dengue estão despencando no Brasil	(13 de mai.)
UOL	
Registro de microcefalia por zika é falho, aponta estudo	(17 de mai.)
Mutação do vírus pode ter acelerado a epidemia de zika nas Américas	(17 de mai.)

Quadro numérico 2017/Maio

MAIO 2017	
Portal	Número de notícias publicadas
Folha de S. Paulo	1
Portal Brasil	1
EBC	1
G1 - Seção Bem Estar	1
Jornal O Globo	1
Nexo Jornal	1
UOL	2
TOTAL	8

Quadro numérico total 2017

TODAS 2017			
Portal	Número de notícias publicadas	Grupo	Total de notícias publicadas por grupo
Portal Uai	1		
G1 – Jornal Nacional, seções Bem Estar e Ciência e Saúde	5	Globo	7
Jornal Extra	1		
O Globo	1		
Portal Brasil	3		
BBC	1		
UOL Notícias	8	Folha	9
Folha de S. Paulo	1		
EBC	4		
Nexo Jornal	1		
TOTAL	26		

Quadro de distribuição mensal das publicações de 2017

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI
Número de publicações 2017	2	7	3	6	8

Quadro numérico total 2015-2017

TODAS 2015-2017	
Portal (com volume superior a 10 publicações)	Número de notícias publicadas
G1 – Seções Bem Estar, Ciência e Saúde e Política; Jornal Nacional; e Afiliadas Globo	70
UOL	47
EBC	44
BBC	34
Portal Brasil	26
iG	22
Estadão	20
Folha de S. Paulo	17
El País	17
Revista Época	13
ONU	11

Quadro de distribuição mensal das publicações de 2015 a 2017

	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M
Número de publicações por mês	17	17	48	85	38	23	34	26	19	13	18	3	17	6	2	7	3	6	8

7.2. Anexo II: Informações e codificação para identificação dos textos que compõem o *corpus*

Quadro de organização dos dados referentes às publicações do Portal G1

Título	Seção	Autoria	Proveniência	Dia/Mês	Ano	Código	Link de Acesso
Governo declara emergência em saúde por casos de microcefalia	Bem Estar	s.n.	G1 em São Paulo	11 nov. Mod. 13 nov.	2015	NOV-15-01	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/11/ministerio-da-saude-investiga-casos-de-microcefalia-no-nordeste.html
Vírus da zika é 'principal hipótese' para aumento de microcefalia, diz Saúde	Bem Estar	Mateus Rodrigues	G1 DF	17 nov. Mod. 06 fev. (2016)	2015	NOV-15-02	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/11/virus-zika-e-principal-hipotese-para-aumento-de-microcefalia-diz-saude.html
Ministério da Saúde confirma relação entre microcefalia e o vírus da zika	Bem Estar	s.n.	G1 em Brasília	28 nov. Mod. 06 fev. (2016)	2015	NOV-15-03	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/11/ministerio-da-saude-confirma-relacao-entre-microcefalia-e-virus-zika.html
Vírus da zika: entenda transmissão, sintomas e relação com microcefalia	Bem Estar	Mariana Lenharo	G1 em São Paulo	05 dez. Mod. 06 fev. (2016)	2015	DEZ-15-04	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/12/zika-virus-entenda-transmissao-os-sintomas-e-relacao-com-microcefalia.html
Sorocaba investiga primeira suspeita de microcefalia causada por zika vírus	n.i.	s.n.	G1 Sorocaba e Jundiaí	09 dez. Mod. 09 dez.	2015	DEZ-15-05	http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2015/12/sorocaba-investiga-primeira-suspeita-de-microcefalia-causada-por-zika-virus.html

Manaus tem 16 casos notificados de zika vírus, aponta Semsa	n.i.		G1 AM	09 dez. Mod. 09 Dez.	2015	DEZ-15-06	http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/12/manaus-tem-16-casos-notificados-de-zika-virus-aponta-semsa.html
CE tem 134 casos de microcefalia no ano com suspeita de relação com zika	n.i.	s.n.	G1 CE	19 dez. Mod. 29 dez.	2015	DEZ-15-07	http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/12/ce-tem-134-casos-de-microcefalia-no-ano-com-suspeita-de-relacao-com-zika.html
BH tem aumento de 30% de casos de microcefalia por suspeita de zika vírus	n.i.	s.n.	G1 MG	23 dez. Mod. 23 dez.	2015	DEZ-15-08	http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/12/bh-tem-aumento-de-30-de-casos-de-microcefalia-por-suspeita-de-zika-virus.html
Casos suspeitos de microcefalia ligada ao vírus da zika chegam a 3.174	Bem Estar	s.n.	G1 em São Paulo	05 jan. Mod. 06 jan.	2016	JAN-16-01	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/01/casos-suspeitos-de-microcefalia-ligada-ao-zika-virus-sobem-para-3174.html
Ligação entre microcefalia e vírus zika ainda desafia cientistas	Bem Estar	Rafael Garcia	G1 em São Paulo	08 jan. Mod. 08 jan.	2016	JAN-16-02	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/01/ligacao-entre-microcefalia-e-virus-zika-ainda-desafia-cientistas.html
Casos suspeitos de microcefalia associada ao zika chegam a 3.530	Bem Estar	s.n.	G1 em São Paulo	12 jan. Mod. 29 jan.	2016	JAN-16-03	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/01/casos-suspeitos-de-microcefalia-associada-ao-zika-chegam-3530.html
Instituto Butantan espera ter vacina contra zika em até 5 anos	Bem Estar	Marina Franco	G1 em São Paulo	15 jan. Mod. 15 Jan.	2016	JAN-16-04	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/01/instituto-butantan-espera-ter-vacina-contra-zika-em-ate-5-anos.html

EUA confirmam caso de microcefalia por contágio do vírus zika no Brasil	Bem Estar	s.n.	G1 em São Paulo	16 jan. Mod. 16 Jan.	2016	JAN-16-05	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/01/eua-confirmam-caso-de-microcefalia-ligada-ao-virus-zika.html
Caso de aborto confirma que zika consegue atravessar a placenta	Bem Estar	s.n.	G1 em São Paulo	20 jan. Mod. 20 jan.	2016	JAN-16-06	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/01/caso-de-aborto-confirma-que-zika-consegue-atravesar-placenta.html
Casos suspeitos de microcefalia associada ao zika chegam a 3.893	Bem Estar	Laís Alegretti	G1 em Brasília	20 jan. Mod. 20 jan.	2016	JAN-16-07	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/01/casos-suspeitos-de-microcefalia-associada-ao-zika-chegam-3893.html
Governo diz que pagará bolsa mensal a famílias de bebês com microcefalia	Bem Estar	Filipe Matoso	G1 em Brasília	27 jan. Mod. 28 jan.	2016	JAN-16-08	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/01/governo-diz-que-pagara-bolsa-mensal-familias-de-bebes-com-microcefalia.html
Propagação 'explosiva' pode levar zika a 4 milhões de casos, diz OMS	Bem Estar	s.n.	G1 em São Paulo	28 jan. Mod. 28 jan.	2016	JAN-16-09	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/01/el-nino-vai-ajudar-espalhar-o-zika-diz-oms.html
Cientistas dos EUA alertam para pandemia de zika e cobram ação da OMS	Ciência e Saúde	s.n.	BBC	28 jan. Mod. 28 jan.	2016	JAN-16-10	http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2016/01/cientistas-dos-eua-alertam-para-pandemia-de-zika-e-cobram-acao-da-oms.html

Relação entre microcefalia e zika só foi descoberta graças ao Brasil, diz órgão de saúde europeu	Ciência e Saúde	Marina Wentzel	BBC	28 jan. Mod. 29 jan.	2016	JAN-16-11	http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2016/01/relacao-entre-microcefalia-e-zika-so-foi-descoberta-gracas-ao-brasil-diz-orgao-de-saude-europeu.html
Microcefalia e zika são emergência de saúde internacional, declara OMS	Bem Estar	s.n.	G1 em São Paulo	01 fev. Mod. 01 fev.	2016	FEV-16-12	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/zika-e-emergencia-de-saude-publica-internacional-declara-oms.html
Brasil sonega amostras de zika para pesquisa no exterior, dizem cientistas	Ciência e Saúde	s.n.	Associated Press	04 fev. Mod. 04 fev.	2016	FEV-16-13	http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2016/02/brasil-sonega-amostras-de-zika-para-pesquisa-no-exterior-dizem-cientistas.html
Tocantins investiga relação do zika vírus com 84 casos de microcefalia	n.i.	s.n.	G1 TO	04 fev. Mod. 04 fev.	2016	FEV-16-14	http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/02/tocantins-investiga-relacao-do-zika-virus-com-84-casos-de-microcefalia.html
Estudo internacional reforça ligação entre microcefalia e vírus da zika	Jornal Nacional	s.n.	Jornal Nacional	11 fev. Mod. 11 fev.	2016	FEV-16-15	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/estudo-internacional-reforca-ligacao-entre-microcefalia-e-virus-da-zika.html
RS suspende uso de larvicida por suspeita de relação com microcefalia	n.i.	Roberta Salinet	RBS TV	13 fev. Mod. 13 fev.	2016	FEV-16-16	http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/02/rs-suspende-uso-de-larvicida-por-suspeita-de-relacao-com-microcefalia.html

Ministro descarta elo entre larvicida e microcefalia e pede ação contra Aedes	n.i.	Juliana Almirante	G1 BA	13 fev. Mod. 13 fev.	2016	FEV-16-17	http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/02/ministro-descarta-elo-entre-larvicida-e-microcefalia-e-pede-acao-contra-aedes.html
Equipe americana inicia pesquisa sobre zika e microcefalia na Paraíba	Bem Estar	Mateus Rodrigues	G1 DF	16 fev. Mod. 16 fev.	2016	FEV-16-18	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/equipe-americana-inicia-pesquisa-sobre-zika-e-microcefalia-na-paraiba.html
Ministério da Saúde muda forma de divulgar casos de microcefalia	Bem Estar	s.n.	G1 em São Paulo	17 fev. Mod. 17 fev.	2016	FEV-16-19	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/ministerio-da-saude-muda-forma-de-divulgar-casos-de-microcefalia.html
Cientistas dos EUA veem com cautela elo entre zika e microcefalia	Bem Estar	s.n.	Associated Press	19 fev. Mod. 23 fev.	2016	FEV -16-20	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/cientistas-dos-eua-veem-com-cautela-elo-entre-zika-e-microcefalia.html
'Zika é responsável por microcefalia até que se prove o contrário', diz OMS	Bem Estar	Káthia Mello	G1 Rio	24 fev. Mod. 25 fev.	2016	FEV -16-21	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/zika-e-responsavel-por-microcefalia-ate-que-se-prove-o-contrario-diz-oms.html
Estudo sugere que zika pode estar associada a outra condição fetal grave	Bem Estar	Mariana Lenharo	G1 em São Paulo	25 fev. Mod. 25 fev.	2016	FEV -16-22	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/estudo-sugere-que-zika-pode-estar-associada-outra-condicao-fetal-grave.html

MT confirma 3 casos de microcefalia; um relacionado ao vírus da zika	n.i.	s.n.	G1 MT	10 mar. Mod. 11 mar.	2016	MAR-16-23	http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/03/mt-confirma-3-casos-de-microcefalia-um-e-relacionado-ao-virus-da-zika.html
Microcefalia ocorre em 1% dos casos de grávidas com zika, segundo estudo	Bem Estar	s.n.	G1 em São Paulo	15 mar. Mod. 15 mar.	2016	MAR-16-24	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/03/microcefalia-ocorre-em-1-dos-casos-de-gravidas-com-zika-segundo-estudo.html
Ceará registra 8 casos de microcefalia relacionadas ao zika e 15 mortes	n.i.	s.n.	G1 CE	15 mar. Mod. 15 mar.	2016	MAR-16-25	http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/03/ceara-registra-8-casos-de-microcefalia-relacionadas-ao-zika-e-15-mortes.html
Governo anuncia R\$ 1,2 bilhão para pesquisas sobre o vírus da zika	Bem Estar	Mateus Rodrigues	G1 DF	23 mar. Mod. 23 mar.	2016	MAR-16-26	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/03/governo-anuncia-mais-de-r-1-bilhao-para-pesquisas-sobre-o-virus-da-zika.html
PE confirma 30 novos casos de bebês com microcefalia em uma semana	n.i.	s.n.	G1 PE	05 abr. Mod. 05 abr.	2016	ABR-16-27	http://g1.globo.com/pe/noticia/2016/04/pe-confirma-30-novos-casos-de-bebes-com-microcefalia-em-uma-semana.html
Microcefalia: casos confirmados chegam a 1.168, segundo ministério	Bem Estar	s.n.	G1 em São Paulo	20 abr. Mod. 20 abr.	2016	ABR-16-28	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/04/casos-confirmados-de-microcefalia-chegam-1168-diz-ministerio.html

OMS diz que zika está em queda no Brasil, mas pode crescer no mundo	Bem Estar	s.n.	Agence France- Presse	25 abr. Mod. 25 abr.	2016	ABR-16-29	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/04/oms-considera-possivel-aumento-significativo-de-casos-de-zika.html
Casos de microcefalia associada à zika sobem para 146 em Pernambuco	Bem Estar	s.n.	G1 em São Paulo	26 abr. Mod. 26 abr.	2016	ABR-16-30	http://g1.globo.com/pe/noticia/2016/04/casos-de-microcefalia-associada-zika-sobem-para-146-em-pernambuco.html
Microcefalia: casos confirmados chegam a 1.198, segundo ministério	Bem Estar	s.n.	G1 em São Paulo	26 abr. Mod. 26 abr.	2016	ABR-16-31	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/04/microcefalia-casos-confirmados-chegam-1198-segundo-ministerio.html
Cientistas descobrem como vírus da zika se comporta no cérebro de bebês	Bem Estar	s.n.	G1 Rio	10 mai. Mod. 10 mai.	2016	MAI-16-32	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/cientistas-descobrem-como-virus-da-zika-se-comporta-no-cerebro-de-bebes.html
Caso de microcefalia associado ao zika é confirmado em Uberaba	n.i.	s.n.	G1 Triângulo Mineiro	11 mai. Mod. 11 mai.	2016	MAI-16-33	http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2016/05/caso-de-microcefalia-associado-ao-zika-e-confirmado-em-uberaba.html
Ministério da Saúde anuncia testes da vacina para Zika, em novembro	n.i.	s.n.	G1 PA	20 mai. Mod. 20 mai.	2016	MAI-16-34	http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/05/ms-anuncia-que-testes-da-vacina-para-zika-comecam-em-novembro.html

Estudo aponta risco de microcefalia de 1% a 13% em fetos afetados pelo zika	Bem Estar	s.n.	Agence France- Presse	26 mai. Mod. 26 mai.	2016	MAI-16-35	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/05/estudo-aponta-risco-de-microcefalia-de-1-a-13-em-fetos-afetados-pelo-zika.html
Espanha tem 2º caso de microcefalia associada ao vírus da zika	Bem Estar	s.n.	Agence France- Presse	07 jun. Mod. 07 jun.	2016	JUN-16-36	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/06/espanha-tem-2-caso-de-microcefalia-associada-ao-virus-da-zika.html
Cinco apostas da ciência para combater zika e microcefalia	Bem Estar	Camilla Costa	BBC Brasil em São Paulo	08 jun. Mod. 08 jun.	2016	JUN-16-37	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/06/cinco-apostas-da-ciencia-para-combater-zika-e-microcefalia.html
El Salvador confirma primeiro caso de microcefalia associada ao zika	Bem Estar	s.n.	Agence France- Presse	14 jun. Mod. 14 jun.	2016	JUN-16-38	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/06/el-salvador-confirma-primeiro-caso-de-microcefalia-associada-ao-zika.html
Brasil tem 1.616 casos confirmados de microcefalia, segundo ministério	Bem Estar	s.n.	G1 em São Paulo	22 jun. Mod. 22 jun.	2016	JUN-16-39	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/06/brasil-tem-1616-casos-confirmados-de-microcefalia-segundo-ministerio.html
Estudo sobre zika pode levar Brasil a mudar protocolo de microcefalia	Bem Estar	s.n.	G1 em São Paulo	30 jun. Mod. 30 jun.	2016	JUN-16-40	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/06/estudo-sobre-zika-pode-levar-brasil-mudar-protocolo-de-microcefalia.html

Brasil tem 1.687 casos confirmados de microcefalia, diz ministério	Bem Estar	s.n.	G1 em São Paulo	13 jul. Mod. 13 jun.	2016	JUL-16-41	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/07/brasil-tem-1687-casos-confirmados-de-microcefalia-diz-ministerio.html
Número de casos de microcefalia sobe para 1.709, diz ministério	Bem Estar	s.n.	G1 em São Paulo	20 jul. Mod. 20 jun.	2016	JUL-16-42	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/07/numero-de-casos-de-microcefalia-sobe-para-1709-diz-ministerio.html
Zika é detectado em esperma 3 meses após infecção; tempo é recorde	Bem Estar	s.n.	Agence France- Presse	21 jul. Mod. 21 jul.	2016	JUL-16-43	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/07/zika-e-detectado-em-esperma-3-meses-apos-infeccao-tempo-e-recorde.html
Transmissão de Zika por pernilongo comum requer 'mudança radical' em medidas de controle	Bem Estar	Camilla Costa	BBC	24 jul. Mod. 24 jul.	2016	JUL-16-44	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/07/transmissao-de-zika-por-pernilongo-comum-requer-mudanca-radical-em-medidas-de-controle.html
Nasce primeiro bebê com microcefalia ligada à zika na Espanha	Bem Estar	s.n.	Reuters	25 jul. Mod. 25 jul.	2016	JUL-16-45	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/07/nasce-primeiro-bebe-com-microcefalia-ligada-zika-na-espanha.html
Ceará tem 136 casos de microcefalia confirmados; 21 bebês morreram	n.i.	s.n.	G1 CE	26 jul. Mod. 26 jun.	2016	JUL-16-46	http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/07/ceara-tem-136-casos-de-microcefalia-confirmados-21-bebes-morreram.html

Dois bebês nascem com microcefalia associada à zika na Califórnia	Bem Estar	s.n.	Agence France-Presse	05 ago. Mod. 05 ago.	2016	AGO-16-47	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/08/dois-bebes-nascem-com-microcefalia-associada-zika-na-california.html
Cientistas identificam proteínas do vírus da zika que levam à microcefalia	Bem Estar	s.n.	G1 em São Paulo	11 ago. Mod. 11 ago.	2016	AGO-16-48	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/08/cientistas-identificam-proteinas-do-virus-da-zika-que-levam-microcefalia.html
Zika causa surdez em quase 6% dos bebês de mães infectadas, diz estudo	Bem Estar	s.n.	Reuters	30 ago. Mod. 02 set.	2016	AGO-16-49	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/08/zika-causa-surdez-em-quase-6-dos-bebes-de-maes-infectadas-diz-fiocruz.html
Janot defende aborto para grávidas infectadas pelo vírus da zika	Bem Estar	s.n.	G1 em Brasília	07 set. Mod. 07 set.	2016	SET-16-50	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/09/janot-defende-aborto-para-gravidas-infectadas-pelo-zika-virus.html
Novo estudo anglo-brasileiro reforça relação entre Zika e microcefalia	Bem Estar	Issaac Mumena	BBC Africa em Kampala	16 set. Mod. 16 set.	2016	SET-16-51	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/09/novo-estudo-anglo-brasileiro-reforca-relacao-entre-zika-e-microcefalia.html
Butantan espera testar vacina de zika em humanos em dois meses	Bem Estar	Mariana Lenharo	G1 em São Paulo	20 set. Mod. 20 set.	2016	SET-16-52	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/09/butantan-espera-testar-vacina-de-zika-em-humanos-em-dois-meses.html

STF pode julgar aborto em caso de zika até fim do ano, diz Cármen Lúcia	Política	Renan Ramalho	G1 em Brasília	23 set. Mod. 23 set.	2016	SET-16-53	http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/09/stf-pode-julgar-aborto-em-caso-de-zika-ate-fim-do-ano-diz-carmen-lucia.html
Após 1 ano, microcefalia e zika têm avanços e incertezas em Campinas	n.i.	Patrícia Teixeira	G1 Campinas e Região	06 nov. Mod. 06 nov.	2016	NOV-16-54	http://g1.globo.com/sp/campinas-as-regiao/noticia/2016/11/apos-1-ano-microcefalia-e-zika-tem-avancos-e-incertezas-em-campinas.html
Governo confirma primeiro caso de microcefalia por vírus da zika no PR	n.i.	s.n.	G1 PR, com informações da RPC Cascavel	09 nov. Mod. 09 nov.	2016	NOV-16-55	http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/11/saude-confirma-primeiro-caso-de-microcefalia-por-virus-da-zika-no-parana.html
Ministério adota mais critérios para diagnosticar danos por zika em bebês	Bem Estar	Gabriel Luiz	G1 em Brasília	18 nov. Mod. 18 nov.	2016	NOV-16-56	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/11/ministerio-adota-novos-criterios-para-diagnosticar-microcefalia-em-bebes.html
Estudo mostra casos de bebês infectados com zika que desenvolveram microcefalia após o nascimento	Bem Estar	s.n.	Agence France-Presse	22 nov. Mod. 22 nov.	2016	NOV-16-57	https://g1.globo.com/bemestar/noticia/estudo-aponta-que-bebes-infectados-com-zika-podem-apresentar-microcefalia-apos-o-nascimento.ghtml
Remédio para hepatite C é a aposta da Fiocruz para tratar zika	Jornal Nacional	s.n.	Jornal Nacional	18 jan. Mod. 18 jan.	2017	JAN-17-01	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/remedio-para-hepatite-c-e-aposta-da-fiocruz-para-tratar-zika.html

Zika está diminuindo nas Américas, diz OMS	Bem Estar	s.n.	G1	01 fev. Mod. 15 mar.	2017	FEV-17-02	https://g1.globo.com/bemestar/zika-virus/noticia/zika-esta-diminuindo-nas-americas-diz-oms.ghtml
Veja quem é a cientista brasileira eleita pela revista 'Time' para a lista dos '100 mais influentes' de 2017	Ciência e Saúde	s.n.	G1	20 abr. Mod. 20 abr.	2017	ABR-17-03	https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/veja-quem-e-a-cientista-brasileira-eleita-pela-revista-time-para-a-lista-dos-100-mais-influentes-de-2017.ghtml
Ministério da Saúde declara fim da emergência em saúde pública por zika e microcefalia	Ciência e Saúde	s.n.	G1	11 mai. Mod. 11 mai.	2017	MAI-17-04	https://g1.globo.com/bemestar/noticia/ministerio-da-saude-declara-fim-da-emergencia-em-saude-publica-por-zika-e-microcefalia.ghtml
Brasil confirmou 246 casos de microcefalia e outras alterações ligadas à zika em 2017	Bem Estar	s.n.	G1	26 mai. Mod. 2018	2017	MAI-17-05	https://g1.globo.com/bemestar/noticia/brasil-confirmou-246-casos-de-microcefalia-e-outras-alteracoes-ligadas-a-zika-em-2017.ghtml

7.3. Anexo III: Lista de expressões identificadas por código

1	“poderia estar relacionado”	(NOV-15-01)
1	“o que se conhece [...] é insuficiente”	(DEZ-15-04)
1	“suspeita de ligação”	(JAN-16-07)
1	“existe a sugestão”	(JAN-16-11)
2	“principal hipótese”	(NOV-15-02)
2	“associação provável”	(JAN-16-09)
2	“provável ligação”	(FEV-16-12)
2	“possível relação”	(FEV-16-12)
2	“há uma possibilidade”	(FEV-16-19)
3	“há uma forte suspeita”	(FEV-16-09)
3	“muito provavelmente associação causal”	(JAN-16-11)
3	“fortemente suspeita”	(FEV-16-12)
4	“possibilidade que não seja”	(NOV-15-02)
4	“é possível que não haja risco”	(DEZ-15-04)
4	“como se ela existisse”	(JAN-16-02)
5	“não há evidências suficientes”	(NOV-15-01)
5	“ainda é cedo para ter certeza”	(DEZ-15-04)
5	“ainda não comprovada cientificamente”	(FEV-16-12)
5	“não é suficiente para provar”	(FEV-16-15)
6	“ainda não está totalmente provado”	(JAN-16-09)
7	“muito provável que seja comprovada”	(JAN-16-11)
8	“é um risco considerável”	(JAN-16-10)
9	“fortes evidências”	(JAN-16-05)
9	“melhor evidência que já surgiu”	(FEV-16-15)
9	“há evidências que fortalecem cada vez mais a hipótese”	(FEV-16-19)
9	“evidências [...] apontam para o vírus como causa”	(FEV-16-21)
9	“análise apoia fortemente a hipótese”	(MAR-16-24)
10	“culpado [...] até que se prove o contrário”	(FEV-16-21)
11	“forte consenso científico de que [...] causa”	(SET-16-51)
12	“clara associação”	(JAN-16-11)
13	“de modo inequívoco”	(JAN-16-06)
13	“está claro”	(JAN-16-11)
13	“descoberta a relação”	(JAN-16-11)
13	“não há a menor dúvida”	(FEV-16-18)
13	“de fato causa microcefalia”	(ABR-17-04)

Expressões distribuídas conforme variáveis:

1. *Continuum* entre hesitação-convicção (de 1 a 13, sendo 1, para + hesitação, e 13, para + convicção);
2. Tempo: de novembro de 2015 a maio 2017.

7.4. Anexo IV: Lista de enunciados identificados no *corpus*

1. Argumentos Institucionais Classificados por Categorias de Análise

A) Âmbito Político

A1) Ineditismo

1. "Essa é uma situação inédita na pesquisa científica mundial. As investigações sobre o tema devem continuar para esclarecer questões como a transmissão desse agente, a sua atuação no organismo humano, a infecção do feto e período de maior vulnerabilidade para a gestante. Em análise inicial, o risco está associado aos primeiros três meses de gravidez", informou Ministério da Saúde, por meio de nota à imprensa. (NOV-15-03)

A2) Hesitação

1. Segundo documento divulgado pela Secretaria de Vigilância em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SEVS/SES-PE), parte das mulheres que tiveram bebês com microcefalia apresentaram erupções na pele durante a gravidez. Apesar de este ser um dos sintomas do zika vírus, não há evidências suficientes para associá-lo à microcefalia, de acordo com o órgão. (NOV-15-01)

2. Vírus da zika é 'principal hipótese' para aumento de microcefalia, diz [Ministério da] Saúde (NOV-15-02)

3. O ministério [Ministério da Saúde] afirma que ainda não recebeu dados de outras unidades da federação que apontem uma escalada de microcefalia em recém-nascidos, embora outros estados também tenham registrado casos de vírus da zika. (NOV-15-02)

4. Caso a relação do vírus com a anomalia na gravidez seja confirmada, o ministério [Ministério da Saúde] afirma que vai "trabalhar ainda mais na prevenção e no combate ao mosquito transmissor". (NOV-15-02)

5. Como a situação é muito recente, ainda não se sabe como o vírus atua no organismo humano, quais mecanismos levam à microcefalia e qual o período de maior vulnerabilidade para a gestante. Segundo o Ministério da Saúde, as investigações sobre o tema devem continuar para esclarecer essas questões. (DEZ-15-04)

6. A disseminação do zika vírus e sua provável ligação com casos de microcefalia tornaram-se uma emergência de saúde pública internacional, declarou nesta segunda-feira (1º) a Organização Mundial da Saúde (OMS). (FEV-16-12)

7. Entidade diz que fim do verão pode explicar regressão no número de casos. OMS citou circulação de mosquitos Aedes na Europa com o início do calor. (ABR-16-29)

8. "Embora mosquitos que podem transportar o vírus tenham sido encontrados em 12 condados da Califórnia, não há nenhuma evidência de que esses mosquitos estão transmitindo zika no estado neste momento", disse o CDPH [Departamento de Saúde Pública da Califórnia]. (AGO-16-47)

9. Em 2017, até o dia 13 de maio, o Brasil teve 9.351 notificações de casos suspeitos de zika, 144.326 de dengue e 80.949 de chikungunya, segundo outro boletim divulgado pelo Ministério da Saúde. (MAI-17-05).

A3) Averiguação

1. "Essa é uma situação inédita na pesquisa científica mundial. As investigações sobre o tema devem continuar para esclarecer questões como a transmissão desse agente, a sua atuação no organismo humano, a infecção do feto e período de maior vulnerabilidade para a gestante. Em análise inicial, o risco está associado aos primeiros três meses de gravidez", informou Ministério da Saúde, por meio de nota à imprensa. (NOV-15-03)
2. "Todos os achados estão sendo divulgados conforme são conhecidos. O objetivo é dar transparência sobre a situação atual, assim como emitir orientações para população e para a rede pública. Esse é um achado importante e merece atenção. O Ministério da Saúde está se aprofundando na análise dos casos, além de acompanhar outras análises que vem sendo conduzidas pelos seus órgãos de pesquisa e análise laboratorial. O protocolo inicial para o atendimento de possível agravamento do zika será o mesmo utilizado para situações mais graves de dengue", afirmou o governo, na nota divulgada neste sábado. (NOV-15-03)
3. Como a situação é muito recente, ainda não se sabe como o vírus atua no organismo humano, quais mecanismos levam à microcefalia e qual o período de maior vulnerabilidade para a gestante. Segundo o Ministério da Saúde, as investigações sobre o tema devem continuar para esclarecer essas questões. (DEZ-15-04)
4. No entanto, o ministério [Ministério da Saúde] ressalta a necessidade de prosseguimento das investigações e pesquisas do número de microcefalias e outras malformações em decorrência de processos infecciosos. (MAI-16-03)
5. Os casos descartados apresentaram exames normais ou microcefalias e outras alterações no sistema nervoso central por causas não infecciosas. O ministério [Ministério da Saúde] diz estar investigando todos os casos de microcefalia e outras alterações do sistema nervoso central, informados pelos estados, e a possível relação com o vírus da Zika e outras infecções congênitas. (MAR-16-26)

A4) Convicção

1. Os Estados Unidos confirmaram o caso de um bebê nascido com microcefalia por contaminação do vírus zika. A criança nasceu em um hospital de Oahu, no Havaí, divulgou em nota, na sexta-feira (15), o departamento de saúde do estado norte-americano. (JAN-16-05)
2. Em abril, a agência de saúde do governo dos Estados Unidos (CDC) já havia anunciado a comprovação de que o vírus da Zika causa microcefalia e outras graves más-formações em bebês, em estudo publicado no New England Journal of Medicine que analisou diversas pesquisas sobre o tema. (SET-16-51)
3. Segundo o documento, houve 25 confirmações de mortes fetais e neonatais ligadas ao vírus e 33 confirmações de fetos com alterações no sistema nervoso central, abortos espontâneos e natimortos relacionados à infecção em 2017. Os dados do boletim [do Ministério da Saúde] incluem casos que ainda estavam em investigação na última semana de 2016 e podem ter sido confirmados no início de 2017. (MAI-17-05).

B) Âmbito Científico

B1) Hesitação

1. Segundo estudos conduzidos pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), é possível que um mosquito transmita dengue e chikungunya ao mesmo tempo a um paciente. Ainda não há estudos, porém, que avaliem a possibilidade de o vírus da zika ser transmitido simultaneamente aos outros dois vírus (DEZ-15-04)

B2) Convicção

1. "Este resultado confirma de modo inequívoco a transmissão intrauterina do zika vírus", afirmou comunicado do instituto [Instituto Carlos Chagas, da Fiocruz de Curitiba]. A pesquisa foi liderada pela virologista Cláudia Nunes Duarte dos Santos. (JAN-16-06)

2. O estudo brasileiro [da equipe liderada pela doutora Marcela Leal, do Hospital Agamenon Magalhães], publicado nesta terça-feira (30) no relatório semanal sobre mortes e doenças do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos, confirmou relatos menos rigorosos sobre surdez entre bebês nascidos de mães infectadas pelo o vírus da zika, que é transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*. (AGO-16-49)

1.1. Argumentos Institucionais Alheios às Categorias de Análise

A) Âmbito Político

1. O Ministério da Saúde informou nesta terça-feira (17) que os casos de contaminação pelo vírus da zika registrados no primeiro semestre são a "principal hipótese" para explicar o aumento da ocorrência de microcefalia na região Nordeste. (NOV-15-02)

2. O Ministério da Saúde orienta que grávidas ou mulheres que pretendem engravidar tenham "cuidado redobrado" para evitar infecções virais. (NOV-15-02)

3. Segundo a OMS, somente neste ano foram confirmados casos de zika em nove países das Américas. Brasil, Chile - na ilha de Páscoa -, Colômbia, El Salvador, Guatemala, México, Paraguai, Suriname e Venezuela. (DEZ-15-04)

4. Neste momento, o ministério pede que as grávidas não usem medicamentos não prescritos por profissionais de saúde e que façam um pré-natal qualificado e todos os exames previstos. Recomenda, ainda, que elas relatem aos profissionais de saúde qualquer alteração que perceberem durante a gestação. (DEZ-15-05)

5. A orientação da Semsu [Secretaria Municipal de Saúde de Manaus] é que a população procure as unidades de saúde do município em caso do aparecimento de sintomas, que incluem febre, dor nas articulações e músculos, além de conjuntivite e manchas vermelhas na pele. (DEZ-15-06)

6. Ainda segundo o Ministério da Saúde, os casos de microcefalia ocorrem em 41 dos 184 (22%) dos municípios cearenses. (DEZ-15-07)

7. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome informou nesta quarta-feira (27) que mães de crianças diagnosticadas com microcefalia podem se inscrever no Benefício de Prestação Continuada (BPC). (JAN-16-08)

8. A França recomendou nesta quinta que as mulheres grávidas não viajem aos territórios franceses da Guiana e Antilhas, onde há a presença do zika vírus. (JAN-16-09)
9. O país [Brasil] notificou em maio de 2015 o primeiro caso de doença pelo vírus zika. Desde então, "a doença se propagou no país e também em outros 22 países da região", aponta a OMS. (FEV-16-12)
10. O governo também esclareceu que o larvicida, enviado pelo Ministério da Saúde, era utilizado em pequena escala no estado, apenas em casos específicos, quando não é possível evitar o acúmulo de água nem remover os recipientes, como chafarizes e vasos de cimento em cemitérios. (FEV-16-16)
11. Segundo a Superintendência de Vigilância Epidemiológica da secretaria, desde 18 de novembro de 2015, quando a notificação de gestantes com manchas vermelhas na pele se tornou obrigatória no Rio de Janeiro, 4.152 casos foram notificados. (FEV-16-21)
12. O Ministério da Saúde anunciou na quarta-feira (9) que, seguindo recomendação da OMS, mudou o critério para considerar bebês com microcefalia. A medida do perímetro cefálico em recém-nascidos passa de 32 cm para 31,9 cm em meninos e 31,5 cm em meninas. Em dezembro, o parâmetro para diagnóstico da doença já havia diminuído, passando de 33 cm para 32 cm. (MAR-16-23)
13. Segundo o Ministério da Saúde, para a população brasileira, 33 centímetros é considerado normal. (MAR-16-23)
14. No entanto, um aumento significativo no número de casos poderia ser observado em áreas do mundo ainda não atingidas pela epidemia, advertiu a OMS. (ABR-16-29)
15. A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) divulgou, nesta terça-feira (10), mais um **boletim epidemiológico** e confirmou um caso de microcefalia em recém-nascido de Uberaba associado à infecção pelo vírus zika. (MAI-16-33)
16. Segundo a pasta, 3.416 casos foram descartados e outros 3.007 casos ainda estão sendo investigados. (JUN-16-39)
17. Hoje, bebês com perímetro cefálico menor do que 32 cm são enquadrados como casos suspeitos de microcefalia relacionada ao vírus da zika. Mas isso pode mudar, de acordo com nota divulgada pelo Ministério da Saúde nesta quarta-feira. (JUN-16-40)
18. Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) recomendam atualmente que os homens infectados pelo zika não tenham relações sexuais sem proteção durante seis meses. (JUL-16-43)
19. Para os homens cujas parceiras estejam grávidas, os CDC aconselham utilizar preservativos durante toda a gestação. (JUL-16-43)
20. Para evitar o contágio, a Secretaria de Saúde orienta sobre os cuidados com o mosquito *Aedes aegypti*, vetor do vírus. As gestantes devem fazer uso de repelente tópico, considerando a relação causal entre o Zika vírus e os casos de microcefalia relacionada ao vírus Zika diagnosticados no país. (JUL-16-46)

B) Âmbito Científico

1. Segundo o Instituto Pasteur, 1,5 milhão de casos foram contabilizados no Brasil, principal foco da epidemia. De três a quatro milhões de casos estão previstos para o continente americano (ABR-16-29)
2. Na quinta-feira, a Fiocruz anunciou oficialmente que o mosquito *Culex quinquefasciatus*, conhecido como muriçoca ou pernilongo doméstico, também pode transmitir o vírus que causa microcefalia e malformações em bebês. (JUL-16-44)
3. Os especialistas pedem, porém, aos ginecologistas, que realizem tomografias cerebrais nos fetos expostos ao zika e que façam acompanhamento médico do seu desenvolvimento nos meses posteriores ao nascimento. Os autores do trabalho são de 17 instituições brasileiras e americanas. (NOV-16-57)

B) Âmbito Jurídico

1. Segundo a Anadep, a população sob maior risco de epidemia é de mulheres pobres e nordestinas, uma vez que mais de 60% dos recém-nascidos com sinais da síndrome congênita do zika são filhos de mulheres de Pernambuco, Bahia, Paraíba, Maranhão e Ceará. (SET-16-50)

B) Âmbito Econômico

1. Em nota, a empresa fabricante do Pyriproxyfen afirma que "não há nenhuma base científica em tal afirmação". De acordo com a Sumitomo Chemical, é aprovado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para combate a mosquitos, dentre eles o *Aedes Aegypti*.

"Segundo a OMS, em seu documento Pyriproxyfen in Drinking-water, publicado em 2004 - também publicado pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) em 2001 -, o Pyriproxyfen não é mutagênico, não é genotóxico, não é carcinogênico nem teratogênico. O produto foi submetido a rigorosos testes toxicológicos que não demonstraram efeitos sobre a reprodução, sobre o sistema nervoso central ou periférico", continua a nota do fabricante. (FEV-16-16)

2. Argumentos Individuais Classificados por Categorias de Análise

A) Âmbito Político

A1) Ineditismo

1. Segundo o ministro [Marcelo Castro, ministro da Saúde], a média de casos para o estado era de 10 por ano, o que representa um aumento incomum. "Estamos de fato em uma situação inusitada em termos de saúde pública", disse Castro. (NOV-15-01)
2. "Tivemos uma circulação importante do vírus no Brasil no primeiro semestre, coisa que aconteceu pela primeira vez na nossa história", acrescentou [Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde]. (NOV-15-02)
3. Maierovitch [Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde] disse que a relação entre o vírus da zika e a microcefalia "é inédita no mundo" e não consta na literatura científica até o momento. "Nossos cientistas, cientistas do mundo que se interessarem, devem nos ajudar a provar essa causa e efeito." (NOV-15-02)
4. "O zika foi identificado em pouquíssimas partes do mundo. Foi no Brasil e no primeiro semestre que ele circulou com mais intensidade. Essas consequências 'novas' podem não ter sido identificadas antes porque a circulação ocorreu em áreas limitadas", afirmou o diretor [Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde]. (NOV-15-02)
5. Além disso, ele [Lyle Petersen, diretor da Divisão de Doenças Infecciosas do CDC] evitou fazer previsões sobre a situação durante as Olimpíadas do Rio, afirmando não ser possível antecipar se será indicado evitar viagens no período. "Não é possível especular, esta é uma situação nova e dinâmica. Não sabemos sequer como vai ser no próximo mês", justificou. (JAN-16-05)
6. "Devemos assumir que isso vai para todo lugar, não devemos esperar para agir", disse Espinal [Marcos Espinal, diretor de Doenças Comunicáveis e Análise de Saúde da OMS]. "Precisamos ter controle de vetores agressivo nesses países, onde nem o mosquito nem a população haviam sido expostos a esse vírus antes e, por isso, têm baixa imunidade." (JAN-16-09)
7. Segundo Margaret Chan, diretora-geral da OMS, o Comitê de Emergência considerou que o aumento de casos de microcefalia e outras complicações neurológicas no Brasil e também na Polinésia Francesa e sua possível relação com o zika vírus consistem em uma situação extraordinária e uma ameaça para a saúde pública de outras partes do mundo. (FEV-16-12)
8. "Esse será o primeiro a dizer se existe uma evidência forte", afirma Marcos Espinal, médico da Opas (Organização Pan-Americana de Saúde). (FEV-16-20)

A2) Hesitação

1. O ministro da saúde, Marcelo Castro, declarou estado de emergência em saúde pública por causa da situação. "Todas as hipóteses estão sendo avaliadas", disse o ministro. (NOV-15-01)
2. Sobre a hipótese que tem sido discutida pela comunidade médica, de que o aumento de casos de microcefalia poderia estar relacionado a infecções por zika vírus - vírus que foi identificado pela primeira vez no país em abril deste ano - os representantes do ministério afirmaram que ainda é precipitado atribuir o evento a essa causa. (NOV-15-01)

3. "Vocês podem perguntar se isso fecha a correlação entre as duas coisas, e minha resposta é: 'quase'. Estamos sendo bastantes cautelosos, mas não se encontrou nenhuma outra causa até o momento", afirmou o diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do ministério, Cláudio Maierovitch. (NOV-15-02)
4. Maierovitch [Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde] disse que a relação entre o vírus da zika e a microcefalia "é inédita no mundo" e não consta na literatura científica até o momento. "Nossos cientistas, cientistas do mundo que se interessarem, devem nos ajudar a provar essa causa e efeito." (NOV-15-02)
5. Essas consequências 'novas' podem não ter sido identificadas antes porque a circulação ocorreu em áreas limitadas", afirmou o diretor [Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde]. (NOV-15-02)
6. Em dois meses, devemos ter isso [levantamento], mas nesse tempo também podemos ter outras amostras positivas", disse Maierovitch [Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde]. (NOV-15-02)
7. "Considerando a possibilidade de que não seja o zika vírus, ou que não seja apenas ele o causador dessa má-formação, pedimos que continuem o rito normal do pré-natal e que não tomem nenhum medicamento sem orientação. Temos casos históricos de má-formação causada por remédios, como as ocorrências relacionadas à talidomida", disse [Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde]. (NOV-15-02)
8. A conexão entre o zika vírus e a microcefalia tem "fortes evidências", segundo os médicos [Diretores do Centro de Prevenção e Controle de Doenças dos EUA], especialmente após as análises de dois fetos e dois bebês mortos logo após o nascimento. (JAN-16-05)
9. Além disso, ele [Lyle Petersen, diretor da Divisão de Doenças Infecciosas do CDC] evitou fazer previsões sobre a situação durante as Olimpíadas do Rio, afirmando não ser possível antecipar se será indicado evitar viagens no período. "Não é possível especular, esta é uma situação nova e dinâmica. Não sabemos sequer como vai ser no próximo mês", justificou. (JAN-16-05)
10. O diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, Cláudio Maierovitch, apontou que o número de casos confirmados e descartados é semelhante. "Isso ainda não é uma projeção, mas serve como referência para entender o que está acontecendo", afirmou. (JAN-16-07)
11. "A circulação grande de pessoas pelo país não deve ter impacto muito grande porque o vírus já está circulando", disse [Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde]. "O que pode acontecer é que algumas pessoas que estão em lugares com muito pouco mosquito podem adquirir em algum outro lugar, mas não muda a vulnerabilidade do estado. O contato já existe". (JAN-16-07)
12. Organização Mundial da Saúde afirma que vírus já chegou a 23 países. Ligação com microcefalia não é certa, mas há 'forte suspeita', diz diretora [Margaret Chan, diretora-geral da OMS]. (JAN-16-09)
13. "Devemos assumir que isso vai para todo lugar, não devemos esperar para agir", disse Espinal [Marcos Espinal, diretor de Doenças Comunicáveis e Análise de Saúde da OMS]. (JAN-16-09)
14. Além do fator climático, Chan [Margaret Chan, diretora-geral da OMS] disse estar preocupada com o fato de que o vírus é originário de populações animais da África subsaariana, e populações de outros continentes provavelmente se mostrarão mais suscetíveis ao vírus. (JAN-16-09)

15. Apesar de a presença do vírus ter grande correlação com casos de microcefalia no Brasil, Chan [Margaret Chan, diretora-geral da OMS] afirma que ainda não está totalmente comprovado que um afeta o outro. Para a síndrome de Guillain-Barré, colapso neurológico que pode ser causado pelo vírus, também faltam evidências. (JAN-16-09)

16. "Ainda não foi estabelecida uma relação causal entre a infecção viral por zika e malformações no nascimento, além de síndromes neuroimunológicas", disse Chan [Margaret Chan, diretora-geral da OMS]. "Há uma forte suspeita, porém." (JAN-16-09)

17. "O que nós temos até o momento são estudos epidemiológicos que demonstram a clara associação entre mulheres que tiveram infecção por zika durante a gestação e a ocorrência de microcefalia entre elas significativamente maior. Isso aponta para que haja muito provavelmente associação causal" [atribuído a Jarbas Barbosa, chefe da delegação brasileira que participa esta semana do Encontro Executivo da Organização Mundial de Saúde, OMS, em Genebra] (JAN-16-11)

18. Em entrevista à BBC Brasil, o porta-voz da OMS Christian Lindmeier disse que "pela evidência que temos em mãos, existe a sugestão de uma associação entre zika e microcefalia, mas há muitas coisas que ainda não foram estabelecidas e que precisamos saber". (JAN-16-11)

19. Segundo Margaret Chan, diretora-geral da OMS, o Comitê de Emergência considerou que o aumento de casos de microcefalia e outras complicações neurológicas no Brasil e também na Polinésia Francesa e sua possível relação com o zika vírus consistem em uma situação extraordinária e uma ameaça para a saúde pública de outras partes do mundo. (FEV-16-12)

20. **Relação entre zika e microcefalia**

A diretora-geral da OMS [Margaret Chan] disse ainda que uma possível relação causal entre o vírus zika e o aumento de malformações e complicações neurológicas é "fortemente suspeita, porém ainda não comprovada cientificamente" e que é preciso garantir esforços internacionais para investigar essa correlação. (FEV-16-12)

21. O secretário [João Gabbardo dos Reis, Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul] afirmou que, mesmo sem comprovação de que a substância possa ter alguma relação com casos de microcefalia, determinou que não seja mais usada no estado. "Mesmo que ainda não haja confirmação, só a suspeita nos fez decidir pela suspensão do uso, não podemos correr esse risco", disse Gabbardo. (FEV-16-16)

22. "Esse será o primeiro a dizer se existe uma evidência forte", afirma Marcos Espinal, médico da Opas (Organização Pan-Americana de Saúde). (FEV-16-20)

23. Caso seja detectada uma elevação, ela se tornaria aparente por volta de junho e ajudaria a estabelecer o zika como culpado, diz Espinal [Marcos Espinal, médico da Opas, Organização Pan-Americana de Saúde]. (FEV-16-20)

24. Encerrando sua visita ao Brasil, a diretora-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Margaret Chan, foi nesta quarta-feira (24) à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio, um dos principais centros de pesquisa do país. Após a visita, ela disse que a microcefalia pode ter outras causas além do vírus da zika, mas que "evidências coletadas pelo Brasil apontam para o vírus como causa". (FEV-16-21)

25. No encontro ela [Margaret Chan, diretora-geral da Organização Mundial da Saúde] disse que estava no estado para aprender sobre o problema. "É preciso aprofundar o estudo da relação da zika com a microcefalia. A zika é mistério. Ainda estamos tentando obter respostas. Precisamos comparar padrões. O Brasil tem pessoas competentes. Não tenho medo do mosquito. O trabalho tem sido excelente. Não é fácil. Faço um apelo à mídia: vamos trabalhar juntos", declarou. (FEV-16-21)

26. "Esse é um desafio muito importante, não só do Brasil mas também de toda a comunidade internacional, que é pesquisa, desenvolvimento e inovação para assegurar que esse combate se dê em todos os níveis. Sabemos que a transmissão do zika se dá pelo mosquito

Aedes. Mas o restante do nosso conhecimento ainda está aquém do necessário para que possamos proteger com eficácia a saúde da população. Estamos, todos nós, correndo contra o tempo para conhecer melhor esse vírus que se espalhou em uma velocidade surpreendente, extraordinária, espantosa", declarou a presidente Dilma Rousseff. (MAR-16-26)

27. "[O plano] coloca o Brasil num patamar de pesquisa de ponta no mundo todo. O zika ainda é desconhecido, precisa de uma extensa e profunda abordagem. Não existe literatura sobre esse vírus, precisamos construir uma literatura. O governo agiu muito rápido no que tange ao combate ao mosquito, com as diversas ações de conscientização, ações praticadas pela presidente Dilma, com ministros se deslocando para o país inteiro, mas agora vamos para outro patamar", o ministro de Ciência e Tecnologia, Celso Pansera. (MAR-16-26)

28. No entanto, [Marie-Paule Kieny, subdiretora-geral da OMS] observou que é impossível no momento saber se haverá uma reativação do vírus no futuro e uma propagação para outras zonas ainda não infectadas. (ABR-16-29)

29. No entanto, de acordo com a agência EFE, Clarke [Ian Clarke, gerente da OMS] não apresentou dados que sustentem a informação, embora tenha dito que "as curvas de progressão" da doença nos diferentes países mostram uma queda clara dos casos em relação ao ano passado. (FEV-17-02)

A3) Hipóteses alternativas

1. "Considerando a possibilidade de que não seja o zika vírus, ou que não seja apenas ele o causador dessa má-formação, pedimos que continuem o rito normal do pré-natal e que não tomem nenhum medicamento sem orientação. Temos casos históricos de má-formação causada por remédios, como as ocorrências relacionadas à talidomida", disse [Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do ministério]. (NOV-15-02)

2. "A microcefalia pode ser causada por impactos ambientais, metais pesados, herbicidas, pesticidas, síndromes genéticas, infecções, álcool, drogas, vacinas. E esses podem ser outros cofatores na má-formação." [atribuído a Christian Lindmeier, porta-voz da OMS] (JAN-16-11)

3. O Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul, João Gabbardo dos Reis, afirmou neste sábado (13) em Porto Alegre que suspendeu o uso do larvicida Pyriproxyfen no estado após ter notícias de que a substância poderia ter relação com casos de microcefalia. (FEV-16-16)

4. O secretário [João Gabbardo dos Reis, Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul] afirmou que, mesmo sem comprovação de que a substância possa ter alguma relação com casos de microcefalia, determinou que não seja mais usada no estado. "Mesmo que ainda não haja confirmação, só a suspeita nos fez decidir pela suspensão do uso, não podemos correr esse risco", disse Gabbardo. (FEV-16-16)

5. "Não há a menor dúvida de que o fator determinante da epidemia de microcefalia que temos no Brasil é a epidemia de zika. O que nós vamos investigar agora é se há outros fatores adicionais, outras influências. Nós não temos hipóteses, tudo ainda vai ser investigado", disse [Marcelo Castro, ministro da Saúde], ao anunciar uma parceria internacional para desenvolver uma vacina contra o vírus. (FEV-16-18)

A4) Averiguação

1. Enquanto os estudos científicos não são concluídos, o ministério diz trabalhar no Nordeste para comparar os casos de gravidez com microcefalia com outras gestações, em busca de padrões de comportamento. "Já temos equipes em campo fazendo esse desenho. Em dois meses, devemos ter isso [levantamento], mas nesse tempo também podemos ter outras amostras positivas", disse Maierovitch [Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do ministério da Saúde]. (NOV-15-02)

2. A diretora-geral da OMS [Margaret Chan] disse ainda que uma possível relação causal entre o vírus zika e o aumento de malformações e complicações neurológicas é "fortemente suspeita, porém ainda não comprovada cientificamente" e que é preciso garantir esforços internacionais para investigar essa correlação. (FEV-16-12)

3. Heymann [David L. Heymann, presidente do Comitê de Emergência] acrescentou que os estudos capazes de comprovar a relação entre zika e microcefalia são muito complexos e podem levar tempo, pois envolvem comparar grupos em que houve microcefalia e grupos controle, em que não houve a malformação. Algumas iniciativas de estudo com esse objetivo já estão em curso. (FEV-16-12)

4. Apesar de esses estudos poderem descartar algumas possíveis causas, especialistas afirmam que eles precisam ser continuados por pesquisas que permanecem acompanhando os pacientes. A Colômbia, por exemplo, está acompanhando 2.000 gestantes infectadas por zika para ver o que acontecerá a elas e a seus fetos, diz Espinal [Marcos Espinal, diretor de Doenças Comunicáveis e Análise de Saúde da OMS]. (FEV-16-20)

5. No encontro ela disse que estava no estado para aprender sobre o problema. "É preciso aprofundar o estudo da relação da zika com a microcefalia. A zika é mistério. Ainda estamos tentando obter respostas. Precisamos comparar padrões. O Brasil tem pessoas competentes. Não tenho medo do mosquito. O trabalho tem sido excelente. Não é fácil. Faço um apelo à mídia: vamos trabalhar juntos", declarou [Margaret Chan, diretora-geral da Organização Mundial da Saúde]. (FEV-16-21)

A5) Vaticínio

1. "Hoje nós só temos uma arma para combater o vírus zika, que é destruindo os criadouros do mosquito *Aedes aegypti*. E esses criadouros estão na grande maioria dentro das residências. Para isso precisamos da mobilização de toda a sociedade. Mas sabemos que a vitória final contra o vírus zika só se dará quando nós desenvolvermos uma vacina contra essa enfermidade", disse o ministro [da Saúde] Marcelo Castro. (JAN-16-04)

2. "A suspeita é que ocorra a diminuição do perímetro encefálico do feto. Caso haja evidência concreta disto, vamos notificar o caso", explica. Segundo ele [secretário da Saúde de Sorocaba, Francisco Fernandes], a mãe da criança possui parentes que vieram da região de Pernambuco, um dos estados com mais casos da doença do zika vírus. (DEZ-15-05)

3. "A circulação grande de pessoas pelo país não deve ter impacto muito grande porque o vírus já está circulando", disse [Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde]. "O que pode acontecer é que algumas pessoas que estão em lugares com muito pouco mosquito podem adquirir em algum outro lugar, mas não muda a vulnerabilidade do estado. O contato já existe". (JAN-16-07)

4. A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou nesta quinta-feira (28) a criação de um Comitê de Emergência para orientar sobre formas de lidar com o zika vírus, que já atinge 23 países. Para a diretora-geral da organização [Margaret Chan], a doença "se propaga de maneira explosiva". O número de casos, estima a organização, pode chegar a 4 milhões nas Américas. (JAN-16-09)

5. Segundo Marcos Espinal, diretor de Doenças Comunicáveis e Análise de Saúde da OMS, o nível de emergência é alto, e países não podem esperar para agir, pois a epidemia vai se espalhar para fora das Américas.

"Devemos assumir que isso vai para todo lugar, não devemos esperar para agir", disse Espinal. (JAN-16-09)

6. Margaret Chan [diretora-geral da OMS] disse ainda que eventos climáticos alimentados pelo El Niño, que levam chuva e calor a áreas mais extensas, vão contribuir para espalhar a

doença. A pedido dos países membros, a organização promove uma sessão informativa sobre o vírus. (JAN-16-09)

7. Além do fator climático, Chan [Margaret Chan, diretora-geral da OMS] disse estar preocupada com o fato de que o vírus é originário de populações animais da África subsaariana, e populações de outros continentes provavelmente se mostrarão mais suscetíveis ao vírus. (JAN-16-09)

8. "Vários outros estudos estão sendo desenvolvidos neste momento para comprovar essa hipótese (de causalidade), é muito provável que seja comprovada." [atribuído a Jarbas Barbosa, chefe da delegação brasileira que participa esta semana do Encontro Executivo da Organização Mundial de Saúde, OMS, em Genebra] (JAN-16-11)

9. "Eu creio que os países que só agora estão identificando a circulação do zika vírus, no caso os nossos vizinhos na América Latina, se beneficiarão bastante da experiência que o Brasil vem acumulando em como detectar (o vírus) e garantir o cuidado desses bebês (com microcefalia)", avalia Barbosa [Jarbas Barbosa, chefe da delegação brasileira que participa esta semana do Encontro Executivo da Organização Mundial de Saúde, OMS, em Genebra]. (JAN-16-11)

10. "Existe uma associação temporal e geográfica. Quando isso for comprovado, queremos assegurar que todas as medidas de prevenção já tenham sido tomadas", disse David L. Heymann, presidente do Comitê de Emergência, durante a coletiva de imprensa. (FEV-16-12)

11. Ele ressaltou ainda a necessidade de acabar com os criadouros dentro de casa, uma vez que as doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, segundo Braga [Eduardo Braga, ministro das Minas e Energia], podem afetar toda uma geração. "(os mosquitos) Te atacam e também transmitem doenças que podem te matar e, no caso da microcefalia, afetar toda uma geração de brasileiros". (FEV-16-16)

12. "Para a OMS, o vírus da zika é culpado pela microcefalia até que se prove o contrário", disse Margaret [Margaret Chan, diretora-geral da OMS], ressaltando que o governo tem uma tarefa medonha já "que as coisas podem piorar, antes de melhorarem". (FEV-16-21)

13. Com o início na Europa da temporada dos mosquitos, "a possibilidade de uma transmissão local combinada com prováveis transmissões por via sexual poderia provocar um aumento significativo do número de pessoas afetadas pelo zika e das complicações que isto representa", afirmou Marie-Paule [subdiretora-geral da OMS]. No entanto, os cientistas não esperam uma pandemia na Europa este ano. (ABR-16-29)

A6) Convicção

1. "Olhando em retrospecto para os outros países, está claro que ocorreram casos de microcefalia e de má-formação do sistema nervoso central." [atribuído a Deni Coulombier, chefe da unidade de vigilância e resposta do Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças] (JAN-16-11)

2. "O que nós temos até o momento são estudos epidemiológicos que demonstram a clara associação entre mulheres que tiveram infecção por zika durante a gestação e a ocorrência de microcefalia entre elas significativamente maior. Isso aponta para que haja muito provavelmente associação causal". [atribuído a Jarbas Barbosa, chefe da delegação brasileira que participa esta semana do Encontro Executivo da Organização Mundial de Saúde, OMS, em Genebra] (JAN-16-11)

3. Ele ressaltou ainda a necessidade de acabar com os criadouros dentro de casa, uma vez que as doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, segundo Braga [Eduardo Braga, ministro das Minas e Energia], podem afetar toda uma geração. "(os mosquitos) Te atacam e também transmitem doenças que podem te matar e, no caso da microcefalia, afetar toda uma geração de brasileiros". (FEV-16-16)

4. Na quinta (11), o ministro [da saúde] Marcelo Castro afirmou que o governo brasileiro não tinha mais dúvidas sobre a relação do vírus da zika com a microcefalia. O que os pesquisadores investigam agora, segundo ele, é a existência de outros fatores "colaterais". (FEV-16-18)

5. "Não há a menor dúvida de que o fator determinante da epidemia de microcefalia que temos no Brasil é a epidemia de zika. O que nós vamos investigar agora é se há outros fatores adicionais, outras influências. Nós não temos hipóteses, tudo ainda vai ser investigado", disse [Marcelo Castro, ministro da Saúde], ao anunciar uma parceria internacional para desenvolver uma vacina contra o vírus. (FEV-16-18)

6. Autoridades brasileiras se apressaram em estabelecer essa conexão no último outono. O ministro da Saúde [Marcelo Castro] afirmou na semana passada ter "certeza absoluta" de que o vírus transmitido por mosquitos era a causa. (FEV-16-20)

7. "Para a OMS, o vírus da zika é culpado pela microcefalia até que se prove o contrário", disse Margaret [Margaret Chan, diretora-geral da OMS], ressaltando que o governo tem uma tarefa medonha já "que as coisas podem piorar, antes de melhorarem". (FEV-16-21)

B) Âmbito científico

B1) Ineditismo

1. Ainda não há um teste padrão para diagnosticar a doença. "Como o zika é novo, não temos uma padronização nos testes. Para se ter certeza do diagnóstico, é preciso usar a técnica de PCR, que é complexa e não está disponível no mercado", diz Rodrigo Stabeli, vice-presidente de Pesquisa e Laboratórios de Referência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). (DEZ-15-04)

2. "É preciso admitir que estamos enfrentando algo novo, que não conhecemos bem. O que sabemos é baseado em aspectos mais gerais e apoiado em experiências de outras doenças transmitidas por mosquitos" [atribuído a Érico Arruda, presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia (DEZ-15-04)]

3. "Agora sabemos as vias moleculares, então demos o primeiro grande passo rumo a uma terapia alvo para microcefalia induzida por zika", diz Jae Jung, um dos autores do estudo e professor do Departamento de Microbiologia Molecular e Imunologia na USC. (AGO-16-48)

4. "É para analisar a população de micro-organismos que temos no intestino. Cada pessoa tem a sua própria flora, e isso regula aspectos do corpo incluindo a resposta imune", explica Modena [José Luiz Modena, professor e virologista do Instituto de Biologia].

Segundo ele, as publicações sobre zika este ano superaram as pesquisas sobre HIV. "No geral o avanço foi muito grande. Não só na Unicamp, mas no mundo. Nunca tinha visto antes, a velocidade como tudo aconteceu", ressalta. (NOV-16-54)

5. "A gente imagina até o segundo semestre terminar os ensaios em animais de laboratório. É um primeiro passo de uma esperança no combate à zika", diz o coordenador do estudo [Thiago Moreno Lopes e Souza, especialista em antivirais, pesquisador e coordenador do estudo da Fiocruz, do Instituto D'Or, da UFRJ, do Instituto Nacional de Doenças Negligenciadas, em parceria com indústrias farmacêuticas]. (JAN-17-01)

6. "Uma especialista em doenças infecciosas de Recife, no Brasil - que era o epicentro da primeira grande epidemia de microcefalia associada à zika - Turchi trabalhou sem parar, perdendo refeições e tempo de sono para descobrir o que estava acontecendo", diz o texto de Frieden [Tom Frieden, cientista que foi o diretor dos Centros para Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) até o início de 2017]. "Os estudos de Turchi foram parte de uma investigação de emergência que, em última instância, provaram que o vírus da zika de fato causa microcefalia - algo de que muitos céticos duvidavam." (ABR-17-03)

B2) Hesitação

1. Segundo o médico Érico Arruda, presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia, o que se conhece sobre a relação entre o vírus da zika e a microcefalia é insuficiente para determinar se há risco de engravidar logo depois de se curar de uma infecção pelo vírus da zika.

“O que se pode dizer, baseado em contextos gerais, é que parece que a viremia do vírus da zika é curta, ou seja, a pessoa infectada fica pouco tempo com o vírus circulando na corrente sanguínea.” Caso isso seja confirmado, é possível que não haja risco de gravidez logo após o fim da infecção, porém ainda é cedo para ter certeza. (DEZ-15-04)

2. Segundo o virologista Amadou Alpha Sall, líder da equipe senegalesa, é possível que uma reação imune nociva, caso exista, esteja ligada não só ao zika. Ela se deveria também à sua interação com os vários tipos de vírus da dengue, que são seus parentes próximos evolutivamente. (JAN-16-02)

3. É possível, dizem os cientistas [do Instituto Pasteur de Dakar, no Senegal], que o zika esteja provocando uma reação imune desse tipo, mas com efeito mais notável em fetos do que nas gestantes que contraem o vírus. (JAN-16-02)

4. “Se isso for verdade, as áreas onde existe essa circulação de vários tipos de vírus ao mesmo tempo são aquelas onde a relação entre o zika e a microcefalia transpareceria mais”, afirmou Amadou [Amadou Alpha Sall, virologista Amadou líder da equipe de pesquisadores do Instituto Pasteur de Dakar, no Senegal], em entrevista coletiva na USP. “Na Polinésia Francesa e em Pernambuco vemos vários vírus circulando ao mesmo tempo.” (JAN-16-02)

5. Ainda aberto a muitas hipóteses para entender a ligação entre zika e microcefalia, o cientista [Paolo Zanotto, virologista Paolo Zanotto do ICB da USP, líder de uma rede de 32 laboratórios] afirma que até mesmo a biologia intestinal dos mosquitos pode estar por trás da distribuição regional dos casos de microcefalia. (JAN-16-02)

6. Não está descartada nem a hipótese de que o vírus não tenha relação com a microcefalia, afirmam os cientistas [do Instituto de Ciências Biomédicas da USP], ainda que isso seja improvável a esta altura. (JAN-16-02)

7. “Vamos assumir que existe uma relação causal e vamos atuar como se ela existisse”, diz Zanotto [Paolo Zanotto, virologista Paolo Zanotto do ICB da USP, líder de uma rede de 32 laboratórios]. Segundo ele, São Paulo e outros estados com grande incidência de dengue também precisam estar preparados para ver o número de casos de zika e de microcefalia subir de março a maio, quando o Aedes se prolifera mais no Sudeste. “A gente está se preparando como se fosse acontecer um surto maciço no verão.” (JAN-16-02)

8. No entanto, o diretor [do instituto Butantan, Jorge Kalil] fez a ressalva de que ainda há uma série de dúvidas científicas quanto ao vírus e que, normalmente, uma vacina leva de 10 a 12 anos para ser desenvolvida. “É muito difícil precisar tempo quando a gente faz ciência, porque se soubéssemos a resposta não precisava fazer experimentação”, disse. (JAN-16-04)

9. Segundo os cientistas do instituto [Instituto Carlos Chagas, da Fiocruz de Curitiba], a transmissão da infecção pelo vírus provavelmente se dá por meio das chamadas “células de Hofbauer”, um tipo de célula do sistema imune, que defende o organismo. (JAN-16-06)

10. Para especialistas, a passagem de milhares de turistas por capitais com tradicionais carnavais de rua em estados com alto número de casos de bebês nascidos com microcefalia e suspeita de ligação com o zika vírus pode representar um “coquetel explosivo” e ajudar a espalhar ainda mais a doença pelo país. (JAN-16-07)

11. Cientistas americanos [Daniel Lucey e Lawrence Gostin, autores na revista Journal of the American Medical Association] pediram à Organização Mundial de Saúde (OMS) que tomem medidas urgentes contra o zika que, segundo eles, têm um “potencial pandêmico explosivo”. (JAN-16-10)

12. Tatiana [Tatiana Atchit Jupan, cientista chefe da pesquisa publicada pela revista científica americana *The New England Journal Of Medicine*] conta que outras partes do organismo não foram afetadas. "Isso sugere que o vírus tem uma preferência pelo sistema nervoso. Só não sabemos por que", diz. (FEV-16-15)
13. A escola de medicina da universidade de Harvard, nos Estados Unidos, analisou o estudo. O pesquisador Eric Rubin [pesquisador da escola de medicina da universidade de Harvard, nos Estados Unidos] diz que uma pesquisa apenas não é suficiente pra provar que o vírus da zika causa microcefalia. Mas essa é a melhor evidência que já surgiu: "estamos chegando perto". (FEV-16-15)
14. "Ainda precisamos descobrir muita coisa. Se há variações no vírus de uma região para outra, e se os bebês de mulheres infectadas que não apresentam sintomas também correm risco", aponta [Eric Rubin, pesquisador da escola de medicina da universidade de Harvard, nos Estados Unidos]. (FEV-16-15)
15. "Isso pode colocar muitas dúvidas sobre se a zika é realmente a causa, embora a gente, enquanto profissional, veja que há evidências que fortalecem cada vez mais a hipótese de a zika estar relacionada à microcefalia", diz Maria Ângela [Maria Ângela Rocha, médica chefe do setor de infectologia pediátrica do Hospital Universitário Oswaldo Cruz da Universidade de Pernambuco]. (FEV-16-19)
16. "A mera presença do vírus não significa que ele tenha causado um problema de nascença, significa que há uma probabilidade", afirma Arnold Monto, epidemiologista da Universidade do Michigan (EUA). (FEV-16-20)
17. Alguns especialistas [sem recuperação pelo contexto] sugerem que talvez o zika precise de um cúmplice -- como a desnutrição ou uma infecção de outra doença tropical, como a dengue -- para causar problemas sérios. (FEV-16-20)
18. Segundo especialistas [sem recuperação pelo contexto], será preciso uma combinação de estudos e evidências de laboratório para determinar, ao fim, se o zika é o vilão ou apenas parece ser. (FEV-16-20)
19. "O bebê tinha características que sugeriam infecção por zika, mas a gestante negou ter tido sintomas. É um quadro totalmente atípico", conta o médico Manoel Sarno, especialista em medicina fetal e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), um dos autores do estudo. (FEV-16-22)
20. "Esses resultados levantam a preocupação de que o vírus possa causar danos severos aos fetos, levando à morte fetal, e pode ser associado com efeitos além dos vistos no sistema nervoso central", diz Albert Ko, professor da Escola de Saúde Pública de Yale que também participou da pesquisa. (FEV-16-22)
21. "Estamos tão ocupados em tratar os pacientes com microcefalia que podemos estar deixando de investigar os casos de aborto. Foi isso que nos despertou para alertar a comunidade científica sobre esse caso." [atribuído a Antonio Raimundo de Almeida, médico diretor do Hospital Geral Roberto Santos e professor da UFBA] (FEV-16-22)
22. "Nossa análise apoia fortemente a hipótese de que a infecção pelo vírus da zika no primeiro trimestre da gravidez está associada com um risco aumentado de microcefalia", diz Cauchemez [Simon Cauchemez, pesquisador do Instituto Pasteur de Paris e um dos autores do estudo]. (MAR-16-24)
23. "A possibilidade de que isso esteja acontecendo é bem grande, até porque o perfil de distribuição da zika se assemelha ao de uma doença transmitida pelo *Culex*. Dengue é uma doença bem democrática, pega rico e pobre. Já nos casos de microcefalia, 85% dos casos são de mães mais pobres, associadas a áreas com esgoto a céu aberto", disse [Constância Ayres, bióloga do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) em Pernambuco] à BBC Brasil. (JUN-16-37)

24. "Existe a possibilidade, mas cada população deve ser investigada, principalmente porque o *Culex quinquefasciatus*, que é o que temos no Brasil, é parte de um complexo de espécies", diz [Constância Ayres, bióloga do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) em Pernambuco]. (JUL-16-44)
25. "Nos Estados Unidos existem outras subformas dessa espécie de mosquito. E não sabemos ainda se a competência vetorial de todas as espécies é a mesma." [atribuído a Constância Ayres, bióloga do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) em Pernambuco] (JUL-16-44)
26. "Existe uma grande diversidade de casos, e a verificação disso dependerá de um acompanhamento (por estudos posteriores) do desenvolvimento cognitivo desses bebês", explica à BBC Brasil a médica Thália Velho Barreto de Araújo, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), uma das autoras do estudo. (SET-16-51)
27. "Os resultados preliminares sugerem que o Zika deveria ser oficialmente adicionado à lista de infecções congênitas como a toxoplasmose e o herpes, por exemplo", explica Thália [Thália Velho Barreto de Araújo, médica da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)]. (SET-16-51)
28. Somente em sete casos os bebês apresentaram probabilidade maior para a relação do vírus da zika com microcefalia, porque as mães tiveram os sintomas da zika durante a gravidez. "Mas nenhum exame feito nas crianças deu positivo para o vírus da zika. Pode ser que não dê pra verificar", ressalta a infectologista [Valéria Correia de Almeida]. (NOV-16-54)

B3) Hipóteses alternativas

1. Segundo o virologista Amadou Alpha Sall, líder da equipe senegalesa, é possível que uma reação imune nociva, caso exista, esteja ligada não só ao zika. Ela se deveria também à sua interação com os vários tipos de vírus da dengue, que são seus parentes próximos evolutivamente. (JAN-16-02)
2. "Se isso for verdade, as áreas onde existe essa circulação de vários tipos de vírus ao mesmo tempo são aquelas onde a relação entre o zika e a microcefalia transpareceria mais", afirmou Amadou [Amadou Alpha Sall, virologista Amadou líder da equipe de pesquisadores do Instituto Pasteur de Dakar, no Senegal], em entrevista coletiva na USP. "Na Polinésia Francesa e em Pernambuco vemos vários vírus circulando ao mesmo tempo." (JAN-16-02)
3. Alguns especialistas sugerem que talvez o zika precise de um cúmplice -- como a desnutrição ou uma infecção de outra doença tropical, como a dengue -- para causar problemas sérios. (FEV-16-20)

B4) Averiguação

1. **Cano fumegante**
"Até agora, conhecemos a vítima e vimos fumaça saindo do cano de uma arma na mão de outra pessoa", afirmou o médico. "Mas ainda precisamos provar a culpa." [atribuído a Ernesto Marques, pesquisador da Universidade de Pittsburgh que colabora com cientistas brasileiros] (FEV-16-20)
2. Segundo especialistas, será preciso uma combinação de estudos e evidências de laboratório para determinar, ao fim, se o zika é o vilão ou apenas parece ser. (FEV-16-20)
3. "Isso vai ser solucionado", afirma Farrah Mateen, pesquisadora da Escola Médica de Harvard, de Boston. "É apenas uma questão de fazer a pesquisa corretamente." (FEV-16-20)
4. "Estimamos que o risco de microcefalia foi de 1 a cada 100 mulheres infectadas com o vírus da zika durante o primeiro trimestre da gravidez. Os achados são da epidemia de 2013 e 2014 na Polinésia Francesa e ainda será preciso observar se nossas descobertas se aplicam da

mesma forma a outros países", disse Simon Cauchemez, pesquisador do Instituto Pasteur de Paris e um dos autores do estudo. (MAR-16-24)

5. Em um comentário sobre o estudo divulgado pela "The Lancet", a pesquisadora brasileira Laura Rodrigues, da London School of Hygiene and Tropical Medicine, no Reino Unido, afirma que mais pesquisas são necessárias para se chegar a uma conclusão sobre a relação entre microcefalia e o vírus da zika. (MAR-16-24)

6. "Mais dados estarão disponíveis em breve de Pernambuco, Colômbia, Rio de Janeiro e talvez outros locais. A produção rápida de conhecimento durante essa epidemia é uma oportunidade de observar a ciência em desenvolvimento: da formulação de novas hipóteses e produção de novos resultados que trarão confirmações e contradições até o refinamento de métodos e a construção gradual de um consenso", afirma Laura [Laura Rodrigues, pesquisadora brasileira da London School of Hygiene and Tropical Medicine, no Reino Unido], que não participou do estudo. (MAR-16-24)

7. No entanto, mais pesquisas são necessárias para compreender os efeitos do vírus zika em todas as fases da gravidez, apontam os pesquisadores [dos CDC e da Universidade de Harvard]. (MAI-16-35)

8. "A cloroquina não atua diretamente no vírus, e sim na célula que vai ser infectada pelo vírus, e faz com que não possa ser penetrada. Basicamente ela fecha a porta de entrada do vírus, que não consegue entrar no citoplasma da célula", disse [Amílcar Tanuri, médico que coordena a pesquisa no Laboratório de Virologia Molecular do Instituto de Biologia da UFRJ] à BBC Brasil.

Ele afirma, entretanto, que o trabalho "ainda está no campo do tubo de ensaio", e que muitos testes ainda são necessários. Por isso, não arrisca falar em prazos. "Não temos tido muito aporte de verbas para nossos projetos pelo governo", lamenta. (JUN-16-37)

9. "Para combater o alvo certo, é preciso ter duas coisas combinadas", explica Ricardo Lourenço, chefe do Laboratório de Mosquitos Transmissores de Hematozoários do IOC e líder do estudo. "A primeira é achar insetos na natureza infectados com o vírus; a segunda é constatar em laboratório que o mosquito é capaz de transmitir o vírus pela saliva." (JUN-16-37)

B5) Vaticínio

1. Diante da urgência da situação, o diretor do instituto [Butantan], Jorge Kalil, calcula que o tempo recorde para que o instituto comece a realizar os primeiros testes em macacos é de um ano e que a vacina pode ser registrada em 3 a 5 anos. (JAN-16-04)

2. "Se nós conseguirmos cortar todos os espaços, em três anos talvez a gente possa ter alguma coisa. Em vias normais, com algum atraso que eu possa ter, nós falamos em cinco anos. Isso em termos bastante rápidos", disse Kalil [Jorge Kalil, diretor do instituto Butantan]. (JAN-16-04)

3. Os pesquisadores [Daniel Lucey e Lawrence, especialistas escrevendo na revista Journal of the American Medical Association] dizem que a OMS "ainda não assumiu um papel de liderança na pandemia de zika", apesar de "as dimensões globais da zika estarem claras e de urgência renovada com a aproximação dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro". (JAN-16-10)

4. "As novas tecnologias são fundamentais para conseguirmos acelerar o processo de desenvolvimento da vacina. Se as fases correrem dentro do esperado, em dois anos poderemos ter a vacina pronta para produção", observou Pedro Vasconcelos, [diretor] do Evandro Chagas. (MAI-16-34)

5. "Se o risco de infecção pelo vírus zika em mulheres grávidas e de microcefalia nos fetos que elas carregam for semelhante em outras zonas geográficas onde o vírus ainda não se espalhou, podemos esperar muitos casos de microcefalia e outros efeitos adversos do cérebro",

alertam os autores do estudo [pesquisadores dos CDC e da Universidade de Harvard]. (MAI-16-35)

6. Em entrevista à BBC Brasil, o pesquisador Keith Pardee [pesquisador do Instituto Wyss, da Universidade Harvard, nos EUA], um dos responsáveis pelo protótipo, disse que o objetivo é deixar o teste do tamanho de um papel de recados, que caiba até no bolso e possa ser guardado mesmo sem refrigeração por até um ano.

"Ainda queremos fazer com que funcione também com amostras de urina e saliva", disse. O Instituto, segundo Pardee, busca parcerias para financiar as novas fases de pesquisa e produção. (JUN-16-37)

7. "O vírus já foi identificado em muitas espécies de mosquito em um ambiente silvestre, em Senegal e Uganda. Por que no ambiente urbano só um tipo de mosquito transmitiria?" [atribuído à Constância Ayres, bióloga do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) em Pernambuco] (JUN-16-37)

8. Pesquisadores brasileiros e britânicos conseguiram confirmar a relação de causalidade entre o vírus da Zika e a microcefalia em recém-nascidos e recomendam que as autoridades de saúde em todo mundo se preparem para uma epidemia global de casos de microcefalia e outras complicações ligadas ao vírus. (SET-16-51)

9. Nathalie Broutet, coordenadora de pesquisa sobre a zika da OMS, ressaltou à EFE que ainda não chegou a época das chuvas, quando o vetor transmissor do vírus - o mosquito *Aedes aegypti* - se multiplica com maior facilidade, o que deve aumentar a possibilidade de infecção. (FEV-17-02)

B6) Convicção

1. "Com certeza é um risco considerável e se a infecção do feto ocorrer e a microcefalia se desenvolver, não temos a capacidade de alterar o resultado daquilo que é uma doença muito ruim e que, às vezes, é fatal ou deixa crianças incapacitadas mentalmente para o resto da vida", afirmou [Scott Weaver, diretor do Instituto de Infecções Humanas e Imunidade]. (JAN-16-10)

2. "As informações da Polinésia Francesa são particularmente importantes, já que o surto já acabou. Isso nos dá um conjunto de dados pequeno, mas muito mais completo do que aquele disponível em uma epidemia em curso. Muitas outras pesquisas são necessárias para entender como o vírus da zika pode causar microcefalia. Nossos achados apoiam as recomendações da OMS para mulheres grávidas se protegerem das picadas dos mosquitos", disse Arnaud Fontanet, professor do Instituto Pasteur de Paris que também participou do estudo. (MAR-16-24)

3. "É um vírus muito agressivo, ele mata as células em 12 dias. Ele usa todo mecanismo da célula, dessa fábrica celular para produção do vírus para se auto replicar, se auto reproduzir", explica a neurocientista Patricia Garcez. (MAI-16-32)

4. Os pesquisadores dos CDC e da Universidade de Harvard determinaram que havia uma forte relação de causa e efeito entre a infecção pelo vírus zika durante o primeiro trimestre da gravidez e o risco de microcefalia fetal, que é insignificante nos segundo e terceiro trimestres.

No entanto, mais pesquisas são necessárias para compreender os efeitos do vírus zika em todas as fases da gravidez, apontam os pesquisadores. (MAI-16-35)

5. Segundo Pedro Vasconcelos, diretor do Evandro Chagas, a vacina foi desenvolvida introduzindo mutações no vírus da zika presente no Brasil. Dessa forma, ele perde a capacidade de causar a doença, mas não perde a capacidade de fomentar a criação de anticorpos no corpo humano.

"A proposta é fazer a vacinação de mulheres em idade fértil e não em gestantes, porque, como ocorre na rubéola, a vacina poderia induzir a malformação em bebês, mesmo sendo um vírus atenuado", disse à BBC Brasil. (JUN-16-37)

6. Há também uma segunda vacina em desenvolvimento, que poderia ser administrada em gestantes - que espera-se estar pronta para testes até o início do ano que vem. "Para esta vacina não usamos o vírus completo, apenas um pedaço do seu genoma. Por isso não há riscos para grávidas", disse Vasconcelos [Pedro Vasconcelos, diretor do Evandro Chagas]. (JUN-16-37)

7. "O vírus altera os genes específicos associados à formação de neurônios, que são muito importantes. Sem eles os neurônios não se formam. A maquinaria toda da célula começa a fabricar vírus", diz [Patrícia Garcez, pesquisadora do Instituto de Ciências Biomédicas da UFRJ]. (JUN-16-37)

8. "Agora sabemos as vias moleculares, então demos o primeiro grande passo rumo a uma terapia alvo para microcefalia induzida por zika", diz Jae Jung, um dos autores do estudo e professor do Departamento de Microbiologia Molecular e Imunologia na USC. (AGO-16-48)

9. O que essas proteínas fazem é desregular mecanismos celulares como o da autofagia, tipo de "reciclagem celular". "O vírus da zika aumenta a atividade em sua fábrica de reciclagem para que ele possa usar a energia e nutrientes resultantes para se replicar", diz Jung [Jae Jung, um dos autores do estudo e professor do Departamento de Microbiologia Molecular e Imunologia na USC].

"É possível que, como o zika está usando a maior parte da energia, as células-tronco neurais ficam com déficits metabólicos. Portanto as chances para elas diferenciarem e amadurecerem em neurônios e outros tipos de células cerebrais são bem menores", completa. (AGO-16-48)

10. Pesquisadores brasileiros e britânicos conseguiram confirmar a relação de causalidade entre o vírus da Zika e a microcefalia em recém-nascidos e recomendam que as autoridades de saúde em todo mundo se preparem para uma epidemia global de casos de microcefalia e outras complicações ligadas ao vírus. (SET-16-51)

10. "Há um forte consenso científico de que a Zika causa microcefalia, mas os resultados preliminares desse estudo são as peças que faltavam em um quebra-cabeças para provar essa ligação", explica Laura Rodrigues, professora de epidemiologia da London School. (SET-16-51)

11. "Uma especialista em doenças infecciosas de Recife, no Brasil - que era o epicentro da primeira grande epidemia de microcefalia associada à zika - Turchi trabalhou sem parar, perdendo refeições e tempo de sono para descobrir o que estava acontecendo", diz o texto de Frieden [Tom Frieden, cientista que foi o diretor dos Centros para Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) até o início de 2017]. "Os estudos de Turchi foram parte de uma investigação de emergência que, em última instância, provaram que o vírus da zika de fato causa microcefalia - algo de que muitos céticos duvidavam." (ABR-17-03)

C) Âmbito jurídico

C1) Convicção

1. "É constitucional interrupção de gravidez quando houver diagnóstico de infecção pelo vírus zika, para proteção da saúde, inclusive no plano mental, da mulher e de sua autonomia reprodutiva.", diz o parecer. [atribuído a Rodrigo Janot, procurador-geral da República] (SET-16-50)

2. "Isso [aborto nesses casos] não significa desvalor à vida humana ou à das pessoas com deficiência – até porque não se está criando imposição de interrupção da gravidez. A decisão será, sempre, da gestante, diante do diagnóstico de infecção pelo vírus. Trata-se simplesmente do reconhecimento de que tomar a reprodução humana como dever, nessas condições, é impor

às mulheres autêntico estado de tortura, imenso sofrimento mental.” [atribuído a Rodrigo Janot, procurador-geral da República] (SET-16-50)

2.1. Argumentos Individuais Alheios às Categorias de Análise

A) Âmbito Político

1. O diretor [do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, Cláudio Maierovitch] afirmou que o código genético do vírus da zika já foi sequenciado, por isso ficou mais fácil identificar a contaminação em amostras como sangue, soro e urina, em bebês e gestantes. "A punção de líquido amniótico não é e não deve ser um procedimento de rotina. Nós não recomendamos que isso seja feito em ocasiões normais, com uma simples suspeita", afirmou. (NOV-15-02)
2. "De certa forma, eu diria que a importância da população afetada no Brasil foi a de servir de revelador para a associação com a microcefalia", disse Deni Coulombier, chefe da unidade de vigilância e resposta do órgão. (JAN-16-11)
3. O ministro afirmou que o combate ao *Aedes aegypti* não pode ficar restrito às campanhas de conscientização dos moradores. "Temos que fazer um combate muito duro a ele [Aedes], e sabemos que a gente conscientizar o cidadão no combate diário, oito, nove meses depois, essa situação volta a se estabelecer. Queremos ter estratégias definitivas", disse Pansera [Celso Pansera, ministro de Ciência e Tecnologia]. (FEV-16-26)
4. "Estamos monitorando constantemente as mulheres grávidas com suspeita de zika, há um protocolo médico para oferecer a elas toda a atenção necessária", disse Menjívar [Violeta Menjívar, ministra da Saúde de El Salvador]. (JUN-16-38)
5. "Podemos afirmar que a prevalência está caindo em toda a região", disse em entrevista coletiva o gerente da OMS, Ian Clarke [gerente da Organização Mundial da Saúde]. (FEV-17-02)

B) Âmbito Científico

1. "Até que a lei seja implementada, somos legalmente proibidos de enviar amostras para fora", afirmou Paulo Gadelha, presidente da Fundação Oswaldo Cruz, um dos maiores centros de pesquisa em doenças tropicais no país. "Mesmo quando queremos mandar esse material para o exterior, não podemos, porque é considerado um crime." (FEV-16-13)
2. Ben Neuman, virologista da Universidade de Reading, na Inglaterra, afirma que milhares de amostras – ou ao menos centenas – são necessárias para rastrear o vírus e determinar como ele está se modificando. "A ciência só funciona quando compartilhamos", disse. (FEV-16-13)
3. "Conseguimos recuperar a sequência genética completa do vírus", diz a chefe da pesquisa, a cientista Tatiana Atchit Jupan. (FEV-16-15)
4. Os autores do estudo ressaltam que é preciso ter cautela ao interpretar o achado, já que trata-se de apenas um caso. "A gente tem que alertar que trata-se de um quadro atípico. Temos 80 casos atendidos no hospital e este foi o caso mais grave que eu tive. O comum é os bebês nascerem, irem para casa e serem amamentados", diz Sarno [Manoel Sarno, médico, especialista em medicina fetal, professor da Universidade Federal da Bahia e um dos autores do estudo]. (FEV-16-22)
5. Estas descobertas, no entanto, não tiram a obrigação de cada um no combate ao mosquito causador da zika, dengue e chikungunya. "Que as pessoas não fiquem esperando um medicamento e deixem de se proteger, não. Acho que a prevenção nesse caso, com certeza, é a nossa maior arma contra o mosquito. Contra o vírus da zika a gente precisa se proteger contra mosquitos", conclui Garcez [neurocientista Patrícia Garcez]. (MAI-16-32)

6. "Coletamos os ovos dos mosquitos infectados, as larvas eclodiram, deixamos crescer até virarem adultos e congelamos o material. Vamos analisá-lo", explica Ayres [Constância Ayres, bióloga, da Fiocruz Pernambuco]. (JUL-16-44)

7. "É uma tecnologia absolutamente revolucionária, mas a gente sabe que não tem nada de infeccioso e que não causa problemas para a grávida. Porque nós temos que proteger a mulher grávida", disse Kalil [Jorge Kalil, diretor do instituto Butantan]. (SET-16-52)

B) Âmbito Jurídico

1. "Tenho trabalhado nisso. Esse é um caso sério [...] Estamos de novo chegando no final de ano. Acho que dá [para levar ao plenário], a cautelar...", afirmou a ministra [Cármem Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal], que também é relatora da ação, em referência à medida liminar (decisão provisória) pedida na ação. (SET-16-53)